**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Proteção social: contextos, vozes e a dimensão social da
saúde a partir do sujeito de direito**

HINDIRA ALANA DE SOUZA BARBOSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para obtenção
do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Serviços de Saúde
Pública.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Botazzo.

**São Paulo
2016**

Proteção social: contextos, vozes e a dimensão social da saúde a partir do sujeito de direito

HINDIRA ALANA DE SOUZA BARBOSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: Serviços de Saúde Pública.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Botazzo.

**Versão Revisada
São Paulo
2016**

DEDICATÓRIA

À Vovó Odete Ferreira (in memorian)

Pela sua maestria em lutar contra as difíceis amarras e lógicas sociais,

Por ter garantido o seu e o nosso espaço na sociedade,

Por ter feito da nossa família o melhor que podemos ser,

Por ser o princípio dos valores que ainda sustentam a cada um,

Meu amor, gratidão e reverência.

AGRADECIMENTOS

A Deus, porque todas as teorias perdem sentido diante do que eu *experimento e sinto*.

Rosângela, mãe, *fio condutor de todas as minhas possibilidades de vida*. Por estar em todas as conquistas e habilidades, por confrontar os meus limites, por garantir meus voos. Pelo sustento físico, mental, material e espiritual. Pelos momentos poéticos. Ser chamada sua filha sempre foi minha bênção e será sempre minha melhor qualificação.

Janice, irmã, *minha companheira de vida*. Conhecemos a substância que nos forma. Sua inspiração originou todo o meu caminho profissional. Seu apoio é sempre inestimável. Por me acolher no seu mundo, pelo incentivo e cuidado. Pelo amor que nos une.

Suely, tia e madrinha, *um coração presente com afeto inexplicável*. Por ter abraçado muitos dos meus cuidados e muitas das minhas causas. Por se preocupar com meus afetos. Pela oração silenciosa e pelo apoio encorajador. Por vibrar com cada conquista.

Clarice, sobrinha e afilhada, *o afeto mais tenro*. Sua abençoada vida reconstrói tudo em nós e mantém a minha inspiração na vida. Por ser aquela que me ensina profundamente com sua singela sabedoria, sensibilidade e me recorda quem eu devo ser.

Barbosa, pai, *o reflexo silencioso*. Sua fragilidade ensina tanto quanto o amor. Pelos ensinamentos e instantes de contribuição. Pelas memórias positivas. Por também fazer parte do que eu sou.

Gilberto, um coração ao lado do meu, *a quinta fase da lua*. Pelos momentos de apoio e de compreensão. Por ter tornado alguns caminhos mais suaves. Pelos momentos de cuidado e de crescimento. Por se desafiar diante do que não lhe é habitual em nome de um sentimento.

Vanessa, amiga querida, *audaz coração no mundo*. Pela amizade a qualquer tempo há onze anos, pelo seu ouvir, pelas ajudas despretensiosas, todas e inclusive nas transcrições das entrevistas desta pesquisa. Pelas aventuras dialogadas, vivenciadas e poetizadas.

Marcia, Thais e Kássia, especiais amigas de jornada acadêmica, *delicadezas da vida*. Pela amizade generosa e delicada. Pelas guaridas na dúvida e no desamparo. Pela mão estendida e coração disponível no caos e na beleza da cidade.

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pela bolsa acadêmica da qual fui beneficiária no período de junho 06/2014 a 01/2016, uma *proteção* que colaborou com minha melhor permanência na cidade de São Paulo e com minha vivência no mestrado.

A cada um sujeito de pesquisa. Por me permitir experimentar o desafio e a responsabilidade de fazer escolhas. Pelo momento vivido, pela *aceitação* e confiança. Por me recordar a essência das buscas.

Aos funcionários Marilena, Fernando, Cidinha e Vânia. Pelo *acolhimento gentil*, orientações e consideração que excedem atribuições. Pelos momentos de suavidade.

Professora Dra. Augusta Alvarenga. Pela generosidade humana e acadêmica a qualquer tempo e sempre além das expectativas. Por compartilhar seus conhecimentos de forma tão cuidadosa e consciente. Por ser um *bem precioso* ao longo desta trajetória.

Professora Dra. Solange L'Abbate. Por ter me possibilitado evoluir diante das suas atentas e dedicadas observações. Por me perceber e por se preocupar. Por me indicar a leitura do seu livro *Direito à Saúde: discursos e práticas na construção do SUS* o qual significou neste presente ano: encanto e reflexão.

Professor Dr. Marco Akerman. Pela sua leveza e pelas contribuições na reflexão do projeto. Autor por trás do livro *Saúde e Desenvolvimento Local* que comprei despretensiosamente em 2011 e acompanhou sonhos durante minha vivência profissional em área rural.

Professor Dr. Carlos Botazzo. Por ter garantido meu salvo-conduto para explorar o que eu desejava. Pelas vezes em que pudemos dialogar sobre ciência e questões sociais. Pelos aprofundamentos na perspectiva sociológica. Por ser um sinal importante neste mestrado, parte desafiadora e especial da minha vida. Por *ser* uma inspiração do *verdadeiro espírito investigativo*.

Para os que Virão

*Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.*

*Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.*

*Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular - foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural.*

*Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.*

*É tempo sobretudo
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.*

*Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.*

SUMÁRIO

Lista de Quadros e Tabelas

Lista de Siglas e Abreviaturas

Resumo

Abstract

1. INTRODUÇÃO	14
2. UM COLARINHO PUÍDO: O ESPAÇO DA SUBJETIVIDADE NA VIVÊNCIA DA PESQUISA	19
3. OBJETIVOS, PRESSUPOSTOS E JUSTIFICATIVA	25
4. DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO	28
4.1 ABORDAGEM DE ESTUDO	28
4.1.1 Hermenêutica-dialética	28
4.1.2 Entrevistas: procedimentos e intencionalidades	29
4.2 DADOS: COLETA E REGISTROS	34
4.3 ASPECTOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA	36
5. SUBJETIVAÇÃO DO CAMPO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA: A INTERNALIZAÇÃO DO OBJETO	38
5.1 LOCAL DO ESTUDO	38
5.1.1 Acesso ao Local de Estudo	42
5.2 OS SUJEITOS DE PESQUISA	44
6. JUSTIÇA, DEMOCRACIA, CIDADANIA E SUJEITO DE DIREITO	47
6.1 TEORIA DA JUSTIÇA SOCIAL E DEMOCRACIA	47
6.2 A CIDADANIA SOB O ASPECTO CIVIL, POLÍTICO E SOCIAL	49
6.3 CENÁRIOS E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DE DIREITO	51
7. POLÍTICA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	55
7.1 CONTEXTO E DEFINIÇÕES PARA A POLÍTICA SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL	55
7.2 ARQUITETURA DA NECESSIDADE DE PROTEÇÃO	60
7.2.1 Pobreza e desigualdade	61
7.2.2 Risco e vulnerabilidade social	67
7.3 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL	70
8. DIMENSÃO SOCIAL DA SAÚDE	77
8.1 SISTEMAS DE SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL	77
8.2 DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E O DIREITO À SAÚDE	78
9. PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	84
9.1 HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO E FINANCIAMENTO	86
9.2 A COMPLEXIDADE NO/DO CENÁRIO BRASILEIRO	91

10. RESULTADOS	95
10.1 VOZES E CONTEXTOS NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE DIREITOS E PROTEÇÃO SOCIAL	95
10.2 DIREITO NA VOZ DO SUJEITO: O LUGAR DOS PRÓPRIOS DIREITOS	98
10.2.1 O não acesso aos direitos	103
10.3 OS SENTIDOS DA EXPRESSÃO PROTEÇÃO SOCIAL E DELA COM A PRÓPRIA VIDA	104
10.4 RELAÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL E SUA DINÂMICA EM SOCIEDADE	108
10.4.1 Plano do capital	108
10.4.2 Plano do trabalho	110
10.4.3 Plano da mídia	111
10.4.4 Plano do social	112
10.4.5 Plano do direito	113
10.4.6 Plano da política	114
10.5 PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA	115
10.6 CONTEXTO DOS DIREITOS SOCIAIS NO LOCAL DE ESTUDO	118
11. OUTRAS ÊNFASES A PARTIR DAS VOZES E CONTEXTOS	130
11.1 O DESTINO DO GRUPO DE TEATRO FÊNIX	130
11.2 A MEMÓRIA DO MASSACRE DE CORUMBIARA E UMA NECESSIDADE PRODUZIDA	132
11.3 A DEFESA DA TERRA E DA AGRICULTURA	133
11.4 BOLSA FAMÍLIA E <i>SUBPRIME</i> : REFLEXÃO A PARTIR DE UMA ENTREVISTA	135
11.5 A VOZ DA NÃO-ENTREVISTA: “ <i>Eu não tenho direito a nada</i> ”	137
12. DISCUSSÃO	140
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
14. REFERÊNCIAS	178
APÊNDICE A – Tópicos de Interesse da Entrevista	187
APÊNDICE B – Resumo da Caracterização do Sujeito de Pesquisa	188
APÊNDICE C – 36 direitos citados uma vez no total das narrativas	190
CURRÍCULO LATTES	191

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURA

Quadro 1 – Tópicos de Interesse para Entrevista e seus Objetivos Relacionados à Pesquisa	34
Quadro 2 – Conceito de Cidadania por T. H. Marshall e suas especificações.....	49
Quadro 3 – Conceitos de Determinantes Sociais de Saúde sistematizados a partir de referências	79
Quadro 4 – Organização da Proteção Social no Brasil	88
Quadro 5 – Narrativas dos entrevistados para o plano do capital	109
Quadro 6 – Narrativas dos entrevistados para o plano do trabalho.....	110
Quadro 7 – Narrativas dos entrevistados para o plano da mídia.....	111
Quadro 8 – Narrativas dos entrevistados para o plano do social	112
Quadro 9 – Narrativas dos entrevistados para o plano do direito	113
Quadro 10 – Narrativas dos entrevistados para o plano da política	114
 Tabela 1 – Dimensões econômicas, sociais, de educação e de saúde no município de Corumbiara, Rondônia	 39
Tabela 2 – Relação de Rendimento por Cor ou Raça no município de Corumbiara/RO, segundo o Censo Demográfico de 2010	66
 Figura 1 – Localização Geográfica do Município de Corumbiara no Estado de Rondônia....	 43
Figura 2 – Citações relacionadas ao direito à saúde.....	118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BSM	Plano Brasil Sem Miséria
CNDS	Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Social do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNUD	Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
ProUni	Programa Universidade para Todos
STTRC	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Corumbiara
SUS	Sistema Único de Saúde

BARBOSA, H. A. S. **Proteção social: contextos, vozes e a dimensão social da saúde a partir do sujeito de direito**. 2016. Dissertação – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2016.

RESUMO

Introdução: As dimensões de justiça social, de democracia, de cidadania, do ser sujeito de direito e do direito à saúde que a proteção social congrega tornam este campo revelador de todas estas questões. O campo das políticas sociais foi e ainda permanece um campo de discordâncias motivadas sobretudo por assuntos que dizem respeito a financiamento das políticas, ao significado de ser protegido socialmente e de proteger alguém socialmente. As necessidades que predispoem uma pessoa a ser beneficiário da proteção social são resultado de várias forças que estão colocadas na sociedade e vão desde as apostas e do que produz o sistema econômico vigente até o significado que cada pessoa pode atribuir aos próprios direitos. Neste percurso há as disputas sociais; a repercussão dos direitos na vida de cada um. **Objetivos:** desvelar sentidos atribuídos pelos sujeitos da pesquisa à proteção social nos diferentes contextos social e regional; identificar relações estabelecidas pelos sujeitos da pesquisa entre os diversos planos relacionados à proteção social e a própria proteção social; identificar o que os sujeitos da pesquisa identificam como relação entre proteção social e saúde. **Métodos:** entrevista em profundidade com o apoio de tópicos de interesse. A análise e discussão das narrativas resultantes será feita sob a perspectiva da hermenêutica-dialética. **Resultados:** Vê-se a necessidade de avançar, defender e divulgar questões referentes aos direitos sociais, à proteção social e direito à saúde. O entendimento sobre a proteção social pode ser melhorado no sentido de refletir na defesa dos próprios direitos e nos direitos da sociedade. Evidencia-se que o contexto de vida dos sujeitos de pesquisa reflete todo o panorama histórico em que se vê acolhida a proteção. Foram encontradas desde narrativas que elaboram a lógica da proteção social e seu campo até elaborações que não expressam esta lógica. A percepção dos próprios direitos surge limitada em alguns aspectos como se não fosse possível elaborar o próprio lugar na sociedade. Essa realidade também aparece na discussão sobre os determinantes sociais da saúde e o direito à saúde. **Considerações finais:** Considera-se a partir dos resultados que estratégias podem ser elaboradas para que a defesa da proteção social possa ser mantida socialmente, seja no local de estudo ou em locais para onde o debate possa ser portado. O modo como as pessoas têm vivido e a forma como se identificam com a questão dos próprios direitos sinaliza que há um campo a ser trabalhado no sentido de avançar questões que vão alicerçar o

Estado de Bem-Estar Social que se pretende no Brasil. A arquitetura da necessidade de proteção social ainda é evidente no local de estudo. Perpassam esse debate as questões atuais sobre a situação política do Brasil (2016) e o projeto social no qual queremos apostar para garantir os direitos sociais e, principalmente o direito à saúde que ampara a qualidade de vida e os modos de vivenciá-la.

Descritores: Proteção Social. Saúde Pública. Seguridade Social. Políticas Sociais. Direitos Sociais. Iniquidade Social. Determinantes Sociais de Saúde. Metodologia Qualitativa.

E-mail: hindira.alana@gmail.com

BARBOSA, H. A. de S. [**Social protection:** contexts, voices and the social dimension of health from the legal subject]. 2016. Dissertation – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Portuguese.

ABSTRACT

Introduction: The dimensions of social justice, democracy, citizenship, be subject to law and the right to health that social protection brings together make this field shows all of these issues. The field of social policies was and still remains a field of disagreements motivated mainly by matters that concern the financing of policies, the meaning of being socially protected and protect someone socially. The needs which predispose a person to be beneficiaries of social protection are the result of various forces that are placed in society, ranging from the bets and that produces the economic system in force until the meaning that each person can assign their own rights. In this way there is the social struggles; the impact of human in the life of each one.

Objectives: to reveal meanings attributed by the research subjects to social protection in the various contexts of social and regional; identify relations established by the research subjects between the various plans related to social protection and the social protection; identify what the research subjects identified as relation between social protection and health. **Methods:** in-depth interview with the support of topics of interest. The analysis and discussion of the resultant narratives will be done under the perspective of the hermeneutic-dialectic. **Results:**

One sees the need to move forward, defend and promote matters relating to social rights, social protection and the right to health. The understanding of the social protection can be improved in order to reflect on the defense of their rights and the rights of society. It is evident that the life context of research subjects reflects the landscape history in which we see safe haven to protect. Have been found since narratives that elaborate the logic of social protection and their field until elaborations that do not express this logic. The perception of their rights is limited in some respects as if it were possible to draw up their own place in society. This fact also appears in the discussion on the social determinants of health and the right to health. **Final considerations:** It is from the results that strategies can be developed to ensure that the defense of social protection can be maintained socially, either in place of or in places where the debate can be ported. The way people have lived and how they identify with the issue of own rights indicates that there is a field to be worked in order to move forward issues that will underpin the Welfare State that if you want to in Brazil. The architecture of the need for social protection is still evident in the study site. Pervades this debate current issues on the political situation in

Brazil (2016) and the social project in which we bet to guarantee social rights, and especially the right to health that sustains the quality of life and the modes of experience it.

Descriptors: Social Protection. Public Health. Social Security. Social policies. Social rights. Social inequity. Social determinants of health. Qualitative Methodology.

1. INTRODUÇÃO

Proteção Social, como tema de pesquisa, surgiu para mim a partir da sugestão do orientador durante o processo seletivo do mestrado. Embora tivesse se sentido instigado pelo tema que eu trazia como proposta, revelou estar *completamente voltado para as políticas de proteção social*. Assim iniciamos o caminho.

As leituras introdutórias para explorar este campo descortinaram um universo que foi percebido inicialmente como bastante complexo por revelar âncoras em profundas questões de desigualdade social, meios de produção econômica, disputas e tensões nas sociedades no que se refere a direitos, a relações de trabalho, ao senso de justiça e também questões como a influência das mídias no argumento social.

Diante desta exploração e da percepção que estava surgindo, optou-se por ter como objeto de estudo as interpretações que pessoas apresentam sobre proteção social e sobre questões a que percebem ter direitos; relacionar isso ao lugar social de onde produzem sua narrativa e entender o que está colocado socialmente. Sobre os modos de defesa dos direitos, das proteções e das mobilizações neste sentido, é interessante conhecer o cenário e fundamentar ações a partir do sujeito de direito. Muitos podem ser os aspectos investigados e seus aprofundamentos. Nesta pesquisa, escolheu-se percorrer o caminho dos significados que as pessoas suscitam sobre o campo da proteção social e especificidades dele.

Esta aposta é feita no sentido de ampliar a discussão sobre, pelo menos, cinco planos. A partir deste ponto denominaremos *planos* os aspectos escolhidos como aqueles mais destacados com os quais a Proteção Social se relaciona. Planos: do capital, do trabalho, das mídias, do social, do direito e da política. Estes planos são centrais e, a partir deles, são considerados os aprofundamentos para este objeto de estudo.

Debates e reflexões sobre estes planos tornaram-se ainda mais pulsantes, e postos à luz do cotidiano brasileiro, a partir do contexto das Manifestações de Junho ocorridas em 2013. Uma série de reivindicações, relacionadas ao aumento da passagem para acesso ao transporte público, em movimentos locais produziram manifestações com mobilização de alcance nacional. Embora não seja propósito detalhar tais manifestações é importante situá-las no contexto da Proteção Social e da reivindicação em defesa daquilo que se considera justo. Igualmente, e como reflexo à situação da economia no Brasil ao longo do ano de 2014, ocorreram manifestações contrárias à realização da Copa do Mundo de Futebol. Os argumentos indicavam serem indevidos os gastos do Brasil com este tipo de evento com tantas outras áreas,

principalmente sociais, com necessidade de investimentos. O primeiro semestre de 2015 também traz diversas manifestações públicas, tendo como questão central a disputa partidária dos poderes de governo e culminando no presente ano, 2016, com o processo de *impeachment* da presidente em exercício; principalmente reflexo de embates sobre a condução do Estado nas políticas fiscal e de rendas. A natureza das manifestações suscita diversos embates/debates e, assim, entraram em pauta diversas questões. Aqui destacamos o Estado Democrático de Direito, Justiça Social e Reforma Política. Neste sentido, o cenário brasileiro nos possibilita enriquecer reflexões sobre os planos da Proteção Social no Brasil.

Os argumentos históricos para o entendimento deste objeto de estudo vão se atualizando neste cenário real e próximo que tem alcançado a vida de cada um em sociedade, dos sujeitos de direito. Seja por meio do acompanhamento via mídias ou pelo engajamento direto, as disputas e as tensões estão colocadas no nosso cotidiano e com consequências que impactam nosso modo de vida.

Assim como diversas disputas estão colocadas na atualidade, também a Proteção Social foi e ainda permanece um campo de discordâncias motivadas sobretudo por assuntos que dizem respeito a financiamento e ao significado de ser protegido socialmente. Quem protege? Por que protege? Por que o desconto em meu salário? Por que a responsabilidade é também de todos? São alguns questionamentos que apontam tais tensões.

A historicidade da Proteção Social revela que já houve ofensivas em relação a esta proteção e, ainda hoje há pessoas que se utilizam dos mesmos (ou aproximados) discursos dos séculos XVII, XVIII e XIX. A proximidade dos discursos revela que a origem das disputas é a mesma, a exemplo da desaprovação às ações da primeira Lei dos Pobres, das críticas ao sistema de auxílio monetário das *workhouses* e dos argumentos que conduziram à Lei Revisora da Lei dos Pobres. Os ataques pautavam-se no discurso sobre custo na manutenção destas iniciativas, sobre a perpetuação da pobreza e o interesse na produção de filhos para elevar o retorno a ser recebido pelas gestões locais responsáveis por estas ações, respectivamente.

Nesta escala de tempo, agora transpondo ao século XX, são observados trinta artigos, na Declaração dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que revelam pontos importantes que buscam a seguridade de direitos, dignidade, liberdade, respeito e relações internacionais. Nela, pode-se observar que pelo menos dois artigos estão implicados nas reflexões diretas sobre proteção social:

Artigo 21º – “Toda pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país”;

Artigo 25º – “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação,

vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle” (ONU, 1948).

MANN (1996) especifica que na Declaração dos Direitos Humanos os artigos estão categorizados em direitos civis e políticos (protegem o indivíduo contra o poder do Estado) e os direitos sociais e econômicos que são: direito à educação, segurança social, trabalho e padrão de vida adequado para a saúde (incluindo alimentação, vestuário, habitação e cuidados médicos), e o bem-estar de si e da família.

Os artigos 21º e 25º expressam a responsabilidade do Estado em proteger, servir e assegurar a todos um modo digno de experimentar a vida a partir da garantia e do acesso aos direitos. A necessidade de proteção e asseguramento nasce no contexto em que necessidades estão e são produzidas como efeito de algum mecanismo dado em sociedade. O modo de produção capitalista e a regulação do mercado de trabalho impõem que o indivíduo que não acessa ou não produz a própria renda fique em situação de insegurança social sobre não conseguir prover a si próprio as necessidades básicas. A ação e provisão do Estado nesta dependência deve ser de forma significativa para assegurar a qualidade de vida daqueles que compõem a sociedade pela qual está responsabilizado.

A forma de organização e desenvolvimento do sistema capitalista induz a disputa de espaços, seja em níveis de mercado ou em níveis pessoais. A retroalimentação do sistema demanda esta forma de operar. Assim, agigantam-se as disputas e se cria um território de rivalidade entre quem defende a primazia dos avanços puramente econômicos (lucros voltados a pequenos grupos) e quem defende a primazia do bem-estar social. Ao destacar três desafios centrais neste início de século XXI, JAGUARIBE (2005) aponta como sendo o terceiro, o de encontrar uma solução satisfatória para o problema das crescentes e abissais diferenças que separam as sociedades afluentes das marginais e, em ambas, seus setores extremamente ricos dos extremamente pobres (p. 40). Para MENDES e WÜNSCH (2009, p.242), a proteção social transformou-se num dos mecanismos de enfrentamento da questão social, que expressa o conflito das relações sociais na sociedade capitalista e as contradições entre produção coletiva e apropriação privada da riqueza social.

Neste cenário de hiper-complexidade vai-se construindo a necessidade de defesa dos próprios direitos. Defesa e conquista se dão a partir das iniciativas e mobilizações por parte de quem seja o interessado ou motivado com a causa. As necessárias mudanças são sempre apontadas no sentido da fundamental e desafiadora mudança estrutural das instituições e da

organização social. No Brasil, um destaque para esta mudança estrutural é a Constituição Federal de 1988 que registra a Seguridade Social como forma de assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Em vista do que foi até aqui apresentado e do que se propõe discutir, o segundo capítulo trará uma abordagem sobre o espaço da subjetividade na vivência da pesquisa. Ele deseja expressar impactos produzidos a partir do encontro com a Proteção Social.

O terceiro capítulo é destinado à apresentação dos objetivos, pressupostos e justificativa da pesquisa. Na sequência, o quarto capítulo apresentará os aspectos metodológicos de pesquisa contemplando a abordagem teórica das apostas na hermenêutica-dialética; a apresentação dos procedimentos e intencionalidade relacionados às entrevistas; os aspectos e considerações éticas são apresentados neste capítulo, indicando os compromissos ao longo da pesquisa no que se refere às entrevistas, tratamento de dados e divulgação das informações. No quinto capítulo faz-se a caracterização do local de estudo por aspectos geográficos, históricos e estatísticos; historicamente, localizando principalmente o Massacre de Corumbiara e estatisticamente, identificando principalmente o PIB, IDHM, Índice de Gini, dados de educação, saúde e pobreza. Apresentam-se também informações referentes aos sujeitos de pesquisa que permitem o aprofundamento e entendimento de suas narrativas.

O sexto capítulo trará alguns enfoques sobre justiça, democracia, cidadania e constituição do sujeito de direito. Tais enfoques buscarão dar suporte à discussão das políticas públicas de proteção social, bem-estar social e também à determinação social da saúde. O entendimento da conjuntura requer o reconhecimento de aspectos históricos que serão abordados neste capítulo. Neste sentido, a justiça será abordada pelo aspecto da justiça social; a democracia, sob os aspectos do surgimento e o que fala sobre seu horizonte diante das transformações sociais; a cidadania será tratada na perspectiva civil, política e social (mais adiante também será abordada no capítulo sétimo nos termos cidadania invertida, regulada e plena) e a constituição do sujeito de direito é apresentada mediante a construção histórica que define o sujeito de direito com seu pleno desenvolvimento na sociedade capitalista. Uma aposta teórica com a qual se trabalhou.

O sétimo capítulo, já amparado nas discussões feitas no capítulo anterior, avança para a discussão das políticas sociais, de proteção social e bem-estar social. Seus conceitos e momentos históricos de constituição são apresentados e neste momento consegue-se já apreender os modos de defesa e ofensiva à Proteção Social na contemporaneidade. Durante o estudo das políticas, foi-se evidenciando a centralidade da necessidade sobre a qual atua a política social. Assim, destinou-se o conceito de arquitetura das necessidades de proteção

mediante os quatro pontos escolhidos para sua composição: pobreza, desigualdade, risco e vulnerabilidade.

A dimensão social da saúde é trazida no oitavo capítulo, destacando a importância da garantia de direitos sociais para efetivação do direito à saúde. Com esta base, amplia-se a discussão sobre as questões sociais no âmbito da saúde pública. O Sistema Único de Saúde também surge naturalmente neste contexto como integrante dos sistemas de proteção social. E quando passamos ao nono capítulo, temos construído um conhecimento que nos ampara sob muitos aspectos para discutir as especificidades da Proteção Social no Brasil. O entendimento de sua organização, financiamento, desafios e tensões são favorecidos pelas pontuações históricas e de conceitos que constituem o percurso das políticas sociais.

E, a partir do resgate teórico que tem por intenção fazer reconhecer aspectos históricos na contemporaneidade, faz-se a apresentação dos resultados e discussões. Os caminhos da pesquisa refletem a proposta sincera de inserção neste campo para compor o cenário das políticas sociais com informações que ajudem a apontar caminhos de contribuição. A expectativa foi e ainda é colocada de modo que os conhecimentos produzidos possam gerar movimento de contribuição para o entendimento do *bem-estar* social na localidade escolhida e, a partir dela, que reflexões possam ser sinalizadas em nível estadual e nacional.

2. UM COLARINHO PUÍDO: O ESPAÇO DA SUBJETIVIDADE NA VIVÊNCIA DA PESQUISA

O percurso dentro da proteção social dispôs-me a um estado de alerta para o que é próprio do seu campo e dos seus reflexos. Tal estado tornou-me mais permeável aos processos sociais e possibilitou uma nova lente para aperfeiçoar ou modificar formas de perceber cenários. Algumas músicas, documentários, filmes, conversas e outros aspectos da vida passaram a ser sentidos e vivenciados de forma diferenciada.

Certo dia, ouvindo uma música que era rotina ao longo de anos, capturei uma situação de desigualdade social. A representação desta desigualdade estava ali, clara, direta, mas nunca antes capturada por mim em um senso mais profundo. Não de sensibilidade pela arte, mas pelo fato exposto. Coloquei a música para repetir e finalizei com perplexidade e um lamento que me pareceu profundo. A música em questão é *Morro Velho*, composição de Milton Nascimento. A história cantada revela como cenário uma fazenda no sertão. Neste espaço, estabelece-se a amizade entre duas crianças: um é o filho do branco e o outro, do preto; representando respectivamente o filho do dono da fazenda e o filho de um dos trabalhadores desta fazenda. Estes pequeninos (segundo expressão trazida na música) desenvolvem uma amizade dentro desta convivência. Correm pela estrada atrás de passarinho. Chega o dia em que o filho do branco vai estudar na cidade grande e há tristeza quando parte e deixa seu companheiro na estação. A frase que ressalta neste momento é: “*Não me esqueça, amigo, eu vou voltar*”. Na última estrofe da música revela-se que quando o filho do dono da fazenda retorna, “*já é outro*”; vem acompanhado de sua sinhá-mocinha, tem nome de doutor e “*agora na fazenda é quem vai mandar*”. E o seu velho camarada, “*já não brinca, mas trabalha*”.

Esta música reflete o estado da desigualdade. No contexto da infância os dois meninos dividem um mesmo espaço lúdico de amizade e brincadeira. Embora já façam parte de contextos desiguais, esta realidade tem os contornos da amizade e afeição. A percepção da desigualdade, talvez, inexista. No curso de suas vidas até a idade adulta as oportunidades de vida para cada um são desiguais: enquanto um se encaminha para uma formação superior, que irá subsidiar sua função de administrador dos bens da família, o outro permanece na realidade de trabalho braçal, sem vislumbrar outras possibilidades para além desta realidade.

Morro Velho se encerra de modo que apenas se consegue imaginar como permanece o curso da vida dos dois meninos, agora homens. A promessa de amizade parece desfeita. O *status*

de cada um, agora mais demarcado com as funções sociais, parece substituir o lugar da afeição. Se há a lembrança do que representa o amigo, o que cada um pensa e sente quando vê o outro diante desta conjuntura social diferente?

BAUMAN (2015, p. 20), citando um estudo da Universidade de Carnegie relata a constatação nítida de que a determinação do destino de uma criança se dava pelas suas circunstâncias sociais (local geográfico de nascimento e lugar de seus pais na sociedade de seu nascimento). Nenhum aspecto pessoal foi constatado como determinante. O filho de um advogado de grande empresa tinha 27 vezes mais chances de desenvolvimento (alcances profissionais) que o filho de um funcionário subalterno com emprego intermitente (mesmo ambos os filhos tendo igual bom desempenho, igual dedicação e igual quociente de inteligência).

Além deste relato, parece interessante também aproximarmos esta reflexão do estudo de BLAKE e col. (2015) que, fazendo uma abordagem experimental, teve por objetivo medir pela primeira vez a presença e o surgimento do desenvolvimento da aversão à desigualdade desvantajosa (DI) e da aversão à desigualdade vantajosa (AI). Refere-se, assim, à ontogenia do senso de justiça. A hipótese do estudo era que a DI fosse mais comum entre as populações que a AI. Confirmou-se a hipótese. A DI estava presente em todas as sete populações testadas e a AI esteve presente em três. O estudo ainda demonstra que as sociedades em que a AI foi encontrada são identificadas com as seguintes características: ocidentais, educadas, industrializadas, ricas e democráticas. Outro dado interessante é que a DI surgiu durante a primeira infância em todas as sociedades e a AI surgiu mais tarde. Tal fato sugere que a DI é uma característica geral do comportamento humano, mas há fatores culturais que podem influenciar esta expressão. Os autores sugerem que a DI representa um sentido precoce de justiça e que pode representar uma aplicação antecipada de normas de justiça com base na injustiça a si mesmo.

Os dois elementos, a música e a referência de Blake e col., permitem pensar o postulado de RAWLS (1997) sobre justiça como equidade, quando localiza que a sociedade é marcada por conflitos e interesses. A identidade de interesses está relacionada à possibilidade de uma vida melhor a partir da cooperação social. Contudo, ao admitir que as sociedades raramente são bem ordenadas, abre-se espaço para a disputa teórica e prática sobre o que é justo ou injusto. Mas para além do fato de que em uma situação de disputa os modos de atribuir direitos e deveres resultantes da cooperação social podem não ser apropriados, há o fato de que as pessoas não são indiferentes a como os benefícios totais são distribuídos e cada pessoa produzirá sua

concepção (ou mesmo interpretação) de justiça a partir do percurso de vida e dos interesses existentes.

Também as instituições sociais mais importantes definem direitos e deveres e influenciam projetos de vida de forma que somos levados à noção intuitiva que “*homens nascidos em condições diferentes têm expectativas de vida diferentes, determinadas, em parte, pelo sistema político bem como pelas circunstâncias econômicas e sociais*” (Ibid., 1997, p. 8).

Os desafios a que as questões de justiça e desigualdade social nos expõem, são diversos. Poder enxergar alguns processos na vida e localizar os contextos das disputas e da própria proteção social é um alcance muito significativo. O documentário *Estamira*, por exemplo, foi assistido por mim no idos de 2005 na programação da TV Cultura. Interessada pelos aspectos psiquiátricos da protagonista e inquietada pelas paisagens desafiadoras do lixão, local de residência da mesma, não percebi a questão social ali envolvida. O olhar de hoje permite retornar àquele contexto e fazer memória às possíveis redes de proteção social de Estamira e os fatores sociais determinantes que a encaminharam para aquela circunstância, independentemente e/ou para além da situação de saúde mental.

Já o documentário *O Sal da Terra*, que retrata o processo de trabalho e obra do fotógrafo Sebastião Salgado, impactou-me – no ano de 2015 – por um aspecto que também está conectado à proteção social: o mundo do trabalho. As fotografias que resultaram no livro *Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial* apareceram amplas e nítidas na tela, evidenciando tudo aquilo que o mundo do trabalho (ressaltando aqui o aspecto exploratório e das relações de trabalho profundamente desiguais) faz com um ser humano. Os cenários de trabalho apresentados são de condições profundamente adversas e os trabalhadores estão presos a elas pela necessidade. Perceber este cenário a partir das perspectivas da proteção social faz recordar a citação de ABRANCHES (1987, p.17) descrevendo que os pobres, para sobreviver, consomem mais horas trabalhando ou em busca de qualquer trabalho, horas que são subtraídas à educação, à busca de melhores opções de trabalho e renda, aos cuidados com a saúde, ao exercício da criatividade, à ação política e ao lazer. O reconhecimento deste potencial e a visualização potente da realidade também são construções permanentes neste percurso de se tornar pesquisador.

Na mesma perspectiva o documentário *The True Cost* (O Verdadeiro Custo), do diretor Andrew Morgan, apresenta a precaríssima situação de labor dos trabalhadores que estão contidos na indústria da moda. Apresenta a maneira de sobrevivência a que as pessoas estão arduamente submetidas, exatamente como nos traz Abranches que também pontua a presença destas condições como um conjunto de aflições. Inevitável não pensar sobre as questões de

bem-estar e proteção social diante de tal precariedade e visibilidade do que processos do modo de vida atual e do sistema econômico produzem para todos nós em sociedade e para alguns grupos especificamente.

Já no ano de 2016, a reflexão e o impacto são gerados pelo documentário *Living on One Dollar* (Vivendo com um dólar). Quatro estudantes de Desenvolvimento Internacional, de Seattle (EUA), jovens, desafiam-se a viver na Guatemala rural com um dólar por dia. No contexto vivenciado por eles são muitos os desafios que ficam evidentes, principalmente a fome e as escolhas de como definir prioridades dentro de um cotidiano em que se vive com um dólar. Ter esta experiência, mas conscientes de que esta experimentação era a vida de todos os membros daquela comunidade trouxe um sentido reflexivo profundo aos estudantes. A questão da dificuldade econômica fica extremamente evidenciada. Por outro lado, o sentido da solidariedade e da economia social também se destacam como alternativas e arranjos sociais de sobrevivência.

A dimensão da desigualdade de riqueza apreendida no modo de vida deste vilarejo da Guatemala confere ainda mais sentido à entrevista de Danilo Zolo citada por BAUMAN (2015):

Pouquíssimos dados são necessários para confirmar, de maneira drástica, que o sol está no ocaso da “Era dos Direitos” no período da globalização. A Organização Internacional de Trabalho estima que 3 bilhões de pessoas vivam hoje abaixo da linha da pobreza, estabelecida em US\$2 por dia (Ibid., 2015, p. 16-17).

Esta citação nos ajuda a evidenciar e discutir a alegação neoliberal de que a globalização vem reduzindo pobreza e desigualdade (WADE, 2004). Este autor, Robert Hunter Wade, refuta esta colocação e para isso apresenta argumentos como a adequação das metodologias que amparam tais estudos que apontam esta redução, em questões de índice como linha de pobreza e paridade de poder aquisitivo; exclusão de bens públicos (água limpa e acesso aos serviços básicos de cuidado à saúde) nesta análise. Embora as afirmações sobre diminuição, permanência ou redução da desigualdade devam ser adequadamente refletidas para além das questões numéricas e estatísticas, o campo da economia nas questões de desigualdade de renda, seja entre países ou no interior dos países, é um espaço de muitas disputas e defesas. Muitas afirmações serão consideradas adequadas ou inadequadas a depender do lugar social e da intencionalidade de quem produz dados e informações.

Houve um dia, algum dia do ano de 2014, no Rio de Janeiro, estava sentada em um bar. Sozinha, olhando o ambiente e pensando na vida. A expressão de cansaço, o suor e o desânimo

do garçom me alcançaram com impacto. Fui discretamente olhando, percebendo as expressões da face, o tom encardido do seu uniforme, o colarinho puído... Este colarinho, o qual fiquei olhando por algum tempo, levou-me para outro pensamento: *qual seria a dimensão daquela vida*. A dimensão daquela vida que me servia a refeição.

As entrevistas desta pesquisa, procurando ressaltar os direitos sociais, percepções e dimensões da proteção social, compõem toda esta discussão quando emerge das vozes, e seu referido contexto, a fragilidade em elaborar e expressar as próprias questões de direitos e/ou necessidades de proteção; por outro lado, o empenho das tentativas e defesas. E ao longo deste percurso também me convidei a avaliar minha percepção sobre as mesmas questões compartilhadas com os sujeitos da pesquisa.

Ao longo da pesquisa, em alguns (e não poucos) momentos me questionava sobre a validade de tratar um assunto tão sensível, e que toca de forma tão relevante a vida de um indivíduo, por teorias densas, sejam de justiça, de direito, sociais ou econômicas. Ao longo do processo fui percebendo a importância de amparar a realidade nas teorias. Como aponta CASTEL (2013) “*o presente não é só o contemporâneo. É também um efeito de herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje*”. As teorias não pareciam suficientes para alcançar a totalidade do conhecimento que estava sendo suscitado e ainda não estavam evidenciando o componente da visão essencial da vida, aquilo que não consegue ser aprisionado no domínio exclusivamente teórico-científico e não está subjugado ao método rigoroso da ciência. Neste ponto, estamos falando da vida em si, esta que é objeto de especulações sobre sua gênese, sentido dos seus desdobramentos para cada um e para todos em um sentido comunitário e social; a vida, a qualidade desta vida, a saúde. O comportamento por trás do jogo social.

No momento de tais pensamentos e reflexões encontro com o livro do sociólogo Zygmunt Bauman, *A riqueza de poucos beneficia todos nós?* Neste livro ele explora assuntos relacionados à riqueza, à desigualdade entre os indivíduos; apresenta argumentos frente a crenças sociais cristalizadas sobre temáticas sociais importantes. Tais crenças são: o crescimento econômico é solução única para redução da desigualdade, o consumo é a única ou mais efetiva maneira de satisfazer a busca humana de felicidade, a desigualdade entre os homens é natural e a rivalidade é uma condição necessária e suficiente para a justiça social e reprodução da ordem social.

Em meio a tantos dados e informações relevantes, agradei-me ao vê-lo expressando de forma direta e honesta reflexões sobre ganância e enriquecimento; medo de exclusão, abandono e solidão; sujeitos como objetos; rivalidade; individualismo e ultrautilitarismo; amor;

narcisismo; autoestima. Questões essas que não são novidade, RAWLS (1997, p. 594), por exemplo, no que se refere ao entendimento destas questões, já salientava reflexões sobre a inveja e autoestima para aprofundamentos sobre igualdade social; mas essas questões, a partir da representação de Bauman, constroem um painel que acomoda também os sentimentos humanos junto a dados e informações numéricas. A mim, neste momento, parece interessante e até revelador.

3. OBJETIVOS, PRESSUPOSTOS E JUSTIFICATIVA

A busca inicial do referencial teórico foi conduzida pela pergunta: que relações há entre a proteção social no Brasil, saúde, sujeitos de direitos e contextos dos quais fazem parte? Após um segundo aprofundamento a pergunta foi atualizada para: *que sentidos o sujeito de direito narra sobre seus direitos e a proteção social?*

Os objetivos da pesquisa estão assim definidos:

- **Desvelar** sentidos atribuídos pelos sujeitos da pesquisa à proteção social nos diferentes contextos social e regional;
- **Identificar** relações estabelecidas pelos sujeitos da pesquisa entre os diversos planos relacionados à proteção social e a própria proteção social;
- **Identificar** o que os sujeitos da pesquisa referem como relação entre proteção social e saúde.

Os pressupostos foram definidos como resultado de apreciação teórica e conversas informais dadas no cotidiano. Eles enfocam os planos relacionados à proteção social e a condição de pobreza, desigualdade, risco e vulnerabilidade. Assim sendo, os pressupostos são:

- Os sujeitos da pesquisa atribuem sentidos de forma diferenciada à proteção social em função do lugar social de onde falam, do contexto social e de vida;
- Não fica evidente na narrativa dos sujeitos da pesquisa a correlação que estabelecem entre: proteção social e os diversos planos que a ela estão relacionados (trabalho, capital/dinheiro, mídias, política, questão social); entre proteção social e saúde, e entre proteção social e a própria vida que levam;

- Sujeitos com situação de destituição (pobreza, desigualdade, risco e vulnerabilidade) atribuem significado mais favorável à proteção social que sujeitos sem situação de destituição.

A partir dos objetivos e pressupostos, o argumento é de que a compreensão destas questões pode ampliar a defesa e problematização da Proteção Social no contexto do local de estudo, bem como pode ser ampliado para a contribuição em outros locais.

A opção de entender a Proteção Social a partir da narração, e garantindo a pessoalidade dos sentidos atribuídos, é também uma aposta para dar visibilidade a estes sentidos e o que eles trazem de contribuição para o campo. A partir da pessoalidade da significação sugere-se ser possível saber quanto os sujeitos estão conscientes (sensibilizados à) da proteção social, das mobilizações políticas em favor da proteção social e no avanço social que representam enquanto política social.

Os tópicos de interesse da entrevista foram pensados para permitir o desenho da Proteção Social nos seus aspectos próprios, de relação com os direitos e a saúde. Este conhecimento evidencia seus elementos fundantes e seus possíveis reflexos sociais. Diante da ofensiva contra os direitos dos cidadãos, esta informação ajuda a compor o quadro da análise da Proteção Social no Brasil e da dimensão social da saúde.

A forma como as mídias podem ser relacionadas com a narrativa dos entrevistados é um importante sinalizador de sua influência na produção de sentidos. A maneira como as informações são colocadas e promovidas pelos veículos de informação pode determinar percepções e quais ideias são emitidas sobre determinadas políticas.

A forma como os sujeitos tratam a questão do direito quando abordam proteção social é um importante sinalizador de quanto esses sujeitos são capazes e estão dispostos à defesa individual e social da proteção social. A forma como a questão política e dos partidos políticos atravessam a proteção social é sugestiva de como está colocada a questão, a mobilização, a problematização neste campo político de interesses. A forma como a questão social está implicada na proteção social enquanto força de influência (resultante e indutora) e quanto os sujeitos refletem essa conjuntura é um indicativo da conjuntura social; da maneira como pensamos as escalas da proteção na sociedade. A forma como o mundo do trabalho e o capital estão colocados na relação com a proteção social parece importante sinalizador da leitura referente à conjuntura econômica e das relações de trabalho no país e seus impactos para o modo de vida do cidadão.

O aprofundamento destas questões é também válido porque trata da vida humana, da vida social e da potencialidade da vida das pessoas. Da dimensão da vida. Além disso, levantam o debate sobre pobreza, desigualdade, risco e vulnerabilidade, fazendo com que pensemos na produção social da saúde como relacionada a este processo.

A expectativa inicial da pesquisa foi que se chegasse a problematizar quais sujeitos e saberes estaria sendo produzidos a partir dos sentidos que carregam sobre proteção social; que dinâmica social e mobilização política adviria com tais sentidos; como pensar estes sentidos na dinâmica social, política e econômica do país; estabelecer um fio condutor para entendimento do que está colocado, como está colocado para a sociedade e produto de quais influências.

A partir de tudo isso poder problematizar os determinantes sociais de saúde é igualmente importante. Captar a dimensão da Proteção Social junto à saúde é importante, pois é elemento fundamental de direito, manutenção da vida e que deve ser assegurado como seu princípio fundante.

Estas são as motivações e defesas de uma pesquisa com este tipo de enfoque. Para além das justificações anteriormente citadas, conta-se também com o repertório dos estudos desta natureza nas bases de dados. Usando o descritor Seguridade Social (no que se refere a descritores, tem como sinônimos Bem-Estar Social, Proteção Social e Proteção Social em Saúde) – em números brutos e sem refinamento – encontramos que há muitos estudos que estão associados com a proteção social. Isso é importante para o capítulo final da pesquisa sobre resultados e discussão de dados. Entretanto, não foram encontrados estudos com abordagem sob a perspectiva dos sentidos da proteção social no aspecto trabalhado nesta pesquisa.

Estudo publicado em novembro de 2014, coordenado pela doutora em economia Lena Lavinas, traz a perspectiva do pensamento das pessoas sobre política social. Para além deste, que traz como eixo a pobreza e desigualdade, são poucos os outros estudos de percepção.

Tanto a justificativa de início do projeto quanto a defesa atual continua sendo que desvelar e identificar significados e ter um olhar para estes sentidos é uma forma de pensar a construção social associada à proteção social e saúde. O Plano Nacional de Assistência Social, já em 2004/2005, no que se refere à análise situacional, afirma que *o conhecimento existente sobre as demandas por proteção social é genérico, pode medir e classificar as situações do ponto de vista nacional, mas não explicá-las. Este objetivo deverá ser parte do alcance da política nacional em articulação com estudos e pesquisas*. Esta pesquisa intenciona colaborar com a busca pelas especificidades no campo da proteção social, a partir do local de estudo escolhido, e também avançar no debate sobre a proteção social e os determinantes sociais de saúde.

4. DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO

O desenvolvimento metodológico é apresentado a partir das dimensões teóricas da abordagem de estudo e da proposta teórica para a análise dos dados. A caracterização do local de estudo destaca informações sobre o município escolhido para a pesquisa nos aspectos geográficos, estatísticos e históricos com o objetivo de expressar o cotidiano e o contexto no qual os sujeitos de pesquisa estão inseridos, apresentando dados que se conectam com a proteção social. Como apoio a este aspecto, apresenta-se o caminho de acesso ao local da pesquisa. Os sujeitos de pesquisa são apresentados conforme dados sociodemográficos que colaboram na compreensão da sua narrativa e na compreensão do lugar social a partir do qual se expressam e são cidadãos. Neste capítulo também são apresentados os detalhes do método de coleta e registros dos dados, bem como os aspectos e considerações éticas implicados na condução da pesquisa deste o projeto até sua concretização e período posterior.

4.1 ABORDAGEM DE ESTUDO

Visto que esta pesquisa busca trabalhar com os sentidos produzidos por pessoas sobre o campo da proteção social, direitos, saúde e seus determinantes sociais, está estruturada para a abordagem qualitativa e compreensiva. O apoio proposto para a análise de dados (as narrativas) é a perspectiva hermenêutica-dialética.

4.1.1 Hermenêutica-dialética

A proposta da hermenêutica-dialética para a análise dos dados é interessante pelo seu argumento de ser a interpretação mais aproximada da realidade. O desafio é construir um caminho de formação dentro desta abordagem complexa. Entretanto, faz parte desta mesma busca e dos desafios apreender a produção dos sentidos a partir desta metodologia; pois, como destaca CAMPOS (2001a), em sua tese sobre o planejamento na perspectiva hermenêutica em que problematiza o esforço de se compreender o texto, existe uma polaridade entre estranheza

e familiaridade, e é nessa tensão – com a atenção posta no que foi dito, na linguagem com que a tradição nos fala, no enredo que ela nos conta – que a hermenêutica tem que ocupar seu posto.

A Hermenêutica-dialética é pontuada por MINAYO (2013) como a síntese dos processos compreensivos e críticos. A autora apresenta a articulação entre a hermenêutica e a dialética registrando que a hermenêutica enfatiza o significado do que é consensual, da mediação, do acordo e da unidade de sentido; já a dialética se orienta para a diferença, o contraste, o dissenso, a ruptura de sentido e, portanto, para a crítica.

A articulação da hermenêutica com a dialética é, portanto, um importante caminho para fundamentar pesquisas qualitativas, na medida em que é possível valorizar as complementaridades e divergências entre elas (ALENCAR e col., 2012).

A leitura de DE CAMPOS e col. (2012) destaca a importância da hermenêutica-dialética enquanto proposta fundante nas pesquisas em Saúde Coletiva que se conformam enquanto prática de transformação social. Eles apresentam uma matriz interpretativa crítico-reflexiva que sintetiza a hermenêutica dialética e a apresenta como fusão das principais interpretações do produto do processo, questionamentos emergentes, dos silêncios (significados não explícitos, mas que permeiam o objeto) e das contradições sociohistóricas implicadas no fenômeno/interpretação.

CAMPOS (2001b) relata em seu estudo sobre planejamento sob foco da hermenêutica que nesta metodologia atua-se com a perspectiva do conteúdo do discurso e os seus autores. Indica que a construção da interpretação hermenêutica deve poder estabelecer o reconhecimento crítico da tradição na qual nos encontramos inseridos por formação e por nossa história pessoal e refletir sobre o que já está dado, visando desconstruir os preconceitos e permitindo escolhas racionais sobre o que conservar ou resgatar do passado do tema em curso.

4.1.2 Entrevistas: procedimentos e intencionalidades

A opção pela aproximação com a entrevista em profundidade se dá pela compreensão de que, conforme refere MINAYO (2013), o informante é convidado a falar livremente sobre um tema, sendo possível o investigador fazer perguntas buscando dar mais profundidade às questões. Igualmente neste sentido, DUARTE (2004) descreve que entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas

classificatórios de universos sociais específicos, mais ou menos bem delimitados, em que os conflitos e contradições não estejam claramente explicitados.

Estes argumentos estão de acordo com as necessidades da pesquisa que desde sua gênese objetivou desvelar e identificar significados e relações estabelecidas em questões que estão inseridas no contexto da proteção social. A escolha desta metodologia permitiu o levantamento de dados que, sob análise, permitiram uma visão sobre como a proteção social e suas correlações estão apresentadas na narrativa dos sujeitos de pesquisa.

Um dos desafios da metodologia da entrevista é o encontro com os sujeitos de pesquisa e seus contextos. Este encontro requer atenção sobre a própria conduta no que se refere ao que está sendo produzido como discurso, sobre os pressupostos e conhecimentos que nos acompanham no momento da condução das entrevistas, sobre o equilíbrio entre a proposição da pesquisa e a abertura ao que o campo de pesquisa emana e, atenção sobre o que estamos expressando de forma verbal e não-verbal durante esta prática (a entrevista em ato). De acordo com Marshal e Batten, citados por BISOL (2012) para incluir a questão da diversidade e do respeito às diferenças em pesquisa, é necessário não projetar os próprios valores, assim como evitar julgar o comportamento de um participante. Dessa mesma forma foi interesse a observância de atitude, conduta e encaminhamentos no que veio a ser produzido como encontro. Certamente uma experiência marcante do ponto de vista humano e do ponto de vista da formação acadêmica.

O procedimento da entrevista envolveu uma conversa inicial com os sujeitos de pesquisa. Nesta conversa fiz minha apresentação pessoal (sobre ter nascido no estado de Rondônia e ter minhas referências de origem e criação todas a partir deste contexto), profissional (sobre ter sido enfermeira na área rural do município vizinho) e acadêmica (sobre o atual momento acadêmico e o interesse de pesquisa). A intenção da apresentação foi assegurar o sujeito da pesquisa sobre meu comprometimento com os levantamentos que seriam feitos a partir da pesquisa. No segundo momento, fiz um relato de como funcionaria a entrevista (sobre o TCLE, sobre a dinâmica do diálogo, sobre o procedimento e momento de ligar o gravador de áudio, sobre minha possível necessidade de fazer anotações durante a entrevista). Um ponto muito ressaltado neste momento anterior ao início da entrevista foi assegurar o entrevistado que durante o diálogo ele poderia se sentir à vontade para usar o tempo que fosse necessário para elaborar seu pensamento, podendo se utilizar de pausas. Outro ponto muito enfatizado foi não haver expectativas por parte da pesquisadora quanto a conhecimentos corretos ou incorretos vindos do entrevistado, destacando-se que a intenção era trabalhar com o conhecimento trazido.

Essas ênfases se mostraram fundamentais para condução e permanência do engajamento dos entrevistados durante a entrevista. Justificou-se que poderia haver algumas questões (que viessem a partir do nosso diálogo) as quais nunca tivessem sido antes pensadas e por isso este tempo para elaborar o pensamento sobre estas questões estava previsto. Foram dadas ênfases neste aspecto durante a entrevista. Essas orientações foram iniciativa a partir da observância aos aspectos e considerações éticas da pesquisa no que se refere a reduzir os riscos de desconforto, ansiedade ou constrangimento para o sujeito de pesquisa.

Alguns entrevistados aparentaram ansiedade no início da abordagem como resposta natural àquele momento de adaptação. Não pareceu um efeito do tema abordado, mas sim da situação inédita, para a maioria deles, de estarem participando de uma dinâmica de entrevista sobre um determinado assunto. Em alguns entrevistados captou-se a timidez, mesmo após a disponibilidade em participar da entrevista. Para a forma como se deu a interação e a participação do entrevistado e pesquisador, ficou sugerido que nenhum deles demonstrou sentimentos como constrangimento, irritação ou desconfiança sobre as questões que estavam sendo levantadas e o processo que estava sendo conduzido. Estes relatos estão apoiados nas anotações gerais durante o campo.

Uma única entrevista apresentou intercorrência (necessidade do entrevistado em resolver uma questão pessoal) e precisou ser cancelada. As demais, transcorreram sem intercorrências de natureza externa ou relacionadas ao binômio pesquisador-entrevistado. Durante as entrevistas eu estava me sentindo instigada a conhecer as falas e a produção de sentido dos sujeitos de pesquisa. Tive momentos de sensação de desgaste (devido à natureza do assunto, a profundidade de algumas questões trazidas e uma específica condição de saúde), mas não prejudicaram, de maneira importante ou reconhecida, o processo da pesquisa e o ato da entrevista. Em alguns momentos senti necessidade de neutralizar o que estava sendo ouvido para não incorrer num tipo de emoção que prejudicaria o objetivo da coleta da entrevista. Entretanto, em dois momentos mais específicos foi necessário dialogar após o desligamento do gravador sem que isso precisasse fazer parte do contexto científico da entrevista.

Estive todo tempo acompanhada de um sentimento de interesse e responsabilidade pela conduta enquanto pesquisadora. Para reduzir os sentimentos de preocupação, decidi que respeitaria minha forma de estar naquele momento, naquela primeira experiência formal com entrevista (para além das abordagens prévias informais), igualmente respeitaria o processo do conhecimento que me foi possível e também as possibilidades que foram possíveis existir a partir do que acontecia naquela dada situação e sendo eu quem eu sou. Tantos fossem outros

pesquisadores a estarem naquele momento tantas outras seriam as possibilidades de condução da pesquisa e apostas de diálogo.

Com isto, entramos nas apostas que são feitas durante um processo de pesquisa. Escolheu-se deixar fluir a produção de sentido que os entrevistados vinham trazendo a partir do que era colocado ou perguntado como ponto de interesse. Esta evidência é a atenção ao que o entrevistado tem expressado e colocado em sociedade por meio dos diálogos dos quais faz parte e da narrativa que o acompanha em seu cotidiano.

Conforme descrito por SPINK e GIMENES (1994) os processos sócio-cognitivos dependem intrinsecamente da história individual e das formações discursivas próprias à cultura na qual se está inserido. As autoras também destacam que as práticas discursivas são as diferentes maneiras em que as pessoas produzem realidades psicológicas e sociais. A discussão de práticas discursivas e produção de sentido trazida por elas também refere que esta produção está inserida no campo da circulação das ideias na sociedade.

Dessa forma, este trabalho anteriormente citado torna-se referência para compreensão dos sentidos trazidos nas narrativas dos sujeitos de pesquisa, havendo apoio nos quatro passos identificados pelas autoras, porém também atualizados por trabalhos posteriormente divulgados:

1. Entender qual o espaço criado na interface entre intenções do entrevistador e hipóteses sobre a situação de entrevista por parte do entrevistado; 2. Entender quem são os interlocutores; 3. Prestar atenção aos repertórios linguísticos; 4. Adentrar pelo campo da retórica em busca da argumentação e da deposição de valores: os qualificadores reveladores do investimento afetivo (Ibid., 1994, p. 156-157).

Essa atualização é expressa pela necessidade de abordagens que melhor compreendam os fenômenos psicossociais e a própria produção de sentido. Essas reflexões são somadas a postulações trazidas ao longo do Capítulo II. Nele, SPINK e col. (2013) afirmam que dar sentido ao mundo, a partir das práticas discursivas e produção de sentido, é uma força poderosa e inevitável na vida em sociedade. Os autores sustentam ainda que a produção de sentido é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso. A partir deste ponto eles aprofundam uma abordagem teórico-metodológica, com base no referencial do construcionismo social que contempla três dimensões básicas: linguagem (sendo entendida como ação e produtora de consequências, também é prática social), história (tendo-se como foco a dimensão da

problemática dos contextos de sentidos) e pessoa (na lógica do constante processo de negociação, trocas simbólicas, espaço de intersubjetividade, interpessoalidade).

A entrevista é uma forma de capturar a interpretação de fatos. No caso da metodologia proposta por esta pesquisa, a captura se dá através da observação, anotação e gravação de áudio. Neste sentido, AGUIAR e OZELLA (2013) referem que o pensamento passa por muitas transformações para ser expresso em palavras, de modo a concluir-se que a transição do pensamento para a palavra passa pelo significado e o sentido. Estes autores também relatam procedimentos para análise através dos núcleos de significação que são considerados para fins de análise nesta pesquisa.

O tempo das entrevistas variou de 00:16:18 até 01:18:04. Anterior ao procedimento das entrevistas foram sendo realizados pré-testes em abordagens informais com pessoas do cotidiano, com inserção das ideias que estavam sendo pensadas nos tópicos de interesse da entrevista. Dentre as experiências na pesquisa, a mais desafiadora foi a condução da entrevista com o sujeito de pesquisa A07. Mostrou-se muito disponível para o diálogo e assim permaneceu ao longo de toda a entrevista, e entretanto, foi reportando sua dificuldade em organizar as ideias. Visto que eu ainda não havia lidado com esse tipo de situação em entrevista, procurei remediar e possibilitar o espaço mais propício possível para o encaminhamento da entrevista e apresentação de ideias. Sua expressão não demonstrava nenhum tipo de sentimento relacionado a constrangimento, vergonha ou qualquer similar; mas a elaboração, ainda que a partir de questões da própria vida não foi surgindo.

A partir de determinado ponto, quando A07 expressou “*Não consigo não*”, optei por finalizar a entrevista para não arriscar que o entrevistado, que vinha e permanecia aparentemente bem em relação à entrevista, viesse a ter algum dos riscos reportados nas considerações éticas da pesquisa. Ao finalizarmos a entrevista este sujeito de pesquisa pediu desculpas por não saber se expressar e colocar em palavras. Foi uma forma simples e sincera de expressar aquilo que ele via como limitação. Sua fala foi acolhida com muito respeito e entendimento da limitação que estava sendo expressada. Fiz a ele o agradecimento pela entrevista e assegurei que, independentemente da maneira como aconteceu a sua expressão, teve a sua importância e seria considerada de forma natural junto às outras entrevistas. Traremos nos resultados maior detalhamento referente a esta entrevista.

4.2 DADOS: COLETA E REGISTROS

Os dados qualitativos foram coletados por meio da estratégia de entrevista em profundidade e os tópicos de interesse que foram guiando o momento da entrevista estão apresentados no APÊNDICE A.

Estes tópicos foram um eixo para assegurar que a pesquisadora, dentro da sua experiência formal com pesquisa qualitativa (e sem experiência prévia para além dos pré-testes informais orientados), pudesse ter um amparo no eixo condutor da entrevista. Com alguns sujeitos de pesquisa houve expansão em relação aos tópicos de interesse, para detalhamento e apreensão de questões que estavam sendo trazidas; em outros momentos, os tópicos de interesse serviram de base para a condução da entrevista. A diferença de uma aplicação e outra esteve condicionada ao pensamento e sentimento que surgiu no ato da entrevista, ou seja, nas apostas que se deram na circunstância, com base no que estava sendo observado, visto, sentido e apreendido do contexto e do sujeito da pesquisa. No exercício de escuta das entrevistas (pós coleta), é possível que o pesquisador condutor das entrevistas ou mesmo outros ouvintes pensem na possibilidade de outras apostas na condução do diálogo. Mas respeitando-se a ação de formação em ato, o grau de experiências e as apostas que surgem também no ato da entrevista, é possível tratar o material da entrevista com observância a todos estes fatores e fazer considerações nas suas análises.

Os tópicos de interesse serão detalhados conforme o quadro 1, em que estarão representadas as questões aproximadas com o que foi abordado na entrevista em ato e sua relação com os objetivos da pesquisa:

Quadro 1 – Tópicos de Interesse para Entrevista e seus Objetivos Relacionados à Pesquisa

Tópicos de Interesse	Objetivo Relacionado
1. Perfil do Entrevistado: identificação; idade; estado civil; filhos; escolaridade; religião; cor/raça autor referida; classe social auto-identificada; naturalidade; recebimento de algum tipo de benefício assistencial do governo, estado ou município; recebimento de algum tipo de benefício assistencial de alguma outra	Dados para caracterização dos sujeitos de pesquisa.

Continuação do quadro 1

instituição; atuação profissional; tempo de atuação profissional; principal mídia de informação.	
2. Somos sujeitos de direitos? Temos direito a alguma coisa? A que nós temos direitos?	Dados para discussão sobre direitos.
3. O que vem na cabeça quando se ouve a expressão proteção social? O que isso tem a ver com a sua vida? Em que aspecto você acha que precisa ser protegido socialmente?	Dados para discussão do Objetivo 1 da pesquisa.
4. Pensamentos sobre relações da proteção social com: trabalho, capital/dinheiro, mídias de informação, social, direito e política.	Dados para discussão do Objetivo 2 da pesquisa.
5. Pensamentos sobre relação entre proteção social e saúde pública. A que temos direitos na área da saúde pública?	Dados para discussão do Objetivo 3 da pesquisa.
6. Comentários sobre direitos sociais a partir do contexto do sujeito de pesquisa.	Dados para discussão sobre determinantes sociais da saúde.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A partir da narrativa dos sujeitos de pesquisa foram definidas categorias para discussão dos dados. Os dados no Perfil de Identificação foram levantados para caracterizar este sujeito e também dar suporte à possível relação de particularidades entre estes dados e as narrativas produzidas. Demais levantamentos foram escolhidos para permitir a discussão de pontos a que a pesquisa se propõe, estando então correlacionados ao campo social, de direitos, da saúde e seus determinantes sociais. Conforme descrito por SPINK (2010) a entrevista acaba reproduzindo um roteiro que pode ser menos explícito ou mais explícito; mas existe, porque a pesquisa assim o exige.

O registro das narrativas dos sujeitos de pesquisa foi feito por meio de gravação de áudio das entrevistas. Mediante gravador de voz digital, a armazenagem foi feita em cartão de memória gerando arquivo com extensão *.mp3*. Também foram realizadas anotações em papel sendo estas equivalentes ou complementares às narrativas captadas na gravação.

As entrevistas foram realizadas nos dias 24/11/2015, 25/11/2015 e 26/11/2015. Os registros resultaram em 12 arquivos com extensão *.mp3* e totalizaram aproximadamente 08 horas de gravação. Todas as anotações provenientes da vivência no campo de pesquisa estão

armazenadas em uma pasta do tipo catálogo que organizam também demais documentos referentes à pesquisa.

As transcrições das entrevistas foram armazenadas em documentos de extensão *.doc* e *.pdf*. Cada entrevista resultou um arquivo identificado para fins de pesquisa com o código do sujeito de pesquisa e a data de sua realização. Também resultaram materiais impressos de seu conteúdo, havendo neles identificação igual aos arquivos digitais.

4.3 ASPECTOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA

Os Aspectos Éticos e Considerações Éticas da Pesquisa contemplaram sua submissão à aprovação da Comissão de Ética em Pesquisa (COEP) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, observando-se os procedimentos junto à Plataforma Brasil e contemplaram a adequação e observância à Resolução 466/2012 que aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

A submissão do projeto de pesquisa foi realizada no dia 17/03/2015 e sua liberação final ocorreu em 29/09/2015. As solicitações feitas pelo COEP em relação ao projeto inicial foram: 1. Inserção do CPF do orientador na documentação referente ao projeto de pesquisa, 2. Descrição dos gastos no item orçamento, 3. Alteração de uma sentença no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (substituir ‘uma cópia deste documento’ por ‘uma via deste documento’), 4. Acréscimo do e-mail do COEP no TCLE. Após estas inserções emitiu-se aprovação recomendada (30.06.2015) com nova solicitação sobre esclarecimento do local de acesso aos sujeitos de pesquisa com vistas à possível anuência de instituições envolvidas. Após a inserção destas informações foi definida a aprovação final.

Em referência ao TCLE optou-se por efetivá-lo conforme orientação do modelo de número 3 (de três sugestões) sugerido pelo COEP. Trata-se de modelo que permite inserção de informações mais detalhadas. Dentro desta perspectiva, escolheu-se este modelo fundamentando-se que o detalhamento favorece a consulta da via que fica junto ao sujeito de pesquisa. Em situação de eventuais consultas, a via pode fornecer de forma mais completa o que foi abordado e acordado durante a pesquisa.

Os Aspectos Éticos e Considerações Éticas no que se refere às entrevistas e seu contexto de captação previram condições de serem bem suportadas pelos sujeitos da pesquisa. Os desconfortos e riscos previstos foram mínimos e referentes à possível situação pessoal de

desconforto a partir do encontro, contexto e entrevista. Tal previsão demandou atenção na conduta e mediação da entrevista desde o início da sua efetivação, atendo-se à linguagem e organização da discussão.

Os benefícios previstos aos sujeitos da pesquisa são da ordem dos ganhos em conhecimento e percepção acerca do assunto, experiência enquanto sujeito de pesquisa e colaboração para compreensão do tema da proteção social no Brasil. Assim, estiveram salvaguardados os princípios da beneficência e da autonomia do sujeito de pesquisa, com apoio formal no TCLE ao qual esteve condicionada a participação dos entrevistados.

Para preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa e confidencialidade, os mesmos foram identificados por códigos compostos de letras e números. O primeiro sujeito de pesquisa entrevistado recebeu o código A01 e assim sucessivamente, A02, A04, A05, A06, A07, A08, A09, A10, A11, A12. Observa-se que o sujeito de pesquisa A03 assinou o TCLE, iniciou a entrevista, mas por intercorrência pessoal precisou interrompê-la não tendo sido possível resgatar a continuação da mesma.

Junto ao COEP e respeitando as características de uso de material de pesquisa, os registros provenientes da gravação de áudio/voz e os registros feitos mediante anotação em papel serão mantidos por até 24 meses a contar da data de finalização do mestrado. Este tempo foi definido para permitir a apreciação e uso do material para produção científica, conforme a autorização do TCLE. Durante o tempo de armazenamento serão guardados em arquivo com a devida identificação por código. Após o tempo estabelecido o material será deletado de maneira a não permitir nenhuma espécie de identificação das informações do material e seus respectivos sujeitos.

5. SUBJETIVAÇÃO DO CAMPO E DOS SUJEITOS DA PESQUISA: A INTERNALIZAÇÃO DO OBJETO

5.1 LOCAL DO ESTUDO

Inicialmente a pesquisa foi projetada para contemplar três locais de estudo que seriam os municípios de Porto Velho (Rondônia), Corumbiara (Rondônia) e São Paulo (São Paulo). Após apreciação e discussão entre orientador e pesquisadora responsável definiu-se que o levantamento de dados poderia ficar nos municípios de Corumbiara e São Paulo, sem prejuízo das informações ou pesquisa. Posteriormente, o cronograma foi projetado para que as coletas fossem realizadas primeiramente em Corumbiara e, na sequência, em São Paulo. Tendo em vista a captação de 11 entrevistas em Corumbiara, optou-se por dar sequência às entrevistas em São Paulo apenas se a análise de dados demonstrasse possibilidade de tempo hábil para novas coletas. Dada a densidade do material coletado e suas providências correlacionadas (transcrições e análises), as coletas em São Paulo foram suprimidas, ficando sua realização no horizonte de outros estudos de igual natureza. Assim, o local de estudo ficou sendo Corumbiara.

De acordo com a Lei 377 este município fica criado, sendo desmembrado da área territorial dos municípios de Colorado D'Oeste e Vilhena (RONDÔNIA, 1992). Faz parte do território identificado como Cone Sul do estado de Rondônia e sua área possui nove assentamentos rurais.

Segundo informações do IBGE (2016) a colonização de Corumbiara teve início com a chegada de colonos que tomariam posse dos lotes rurais doados pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), em 1980 por meio de Nova Esperança, integrantes do Projeto de Colonização Paulo Assis Ribeiro. Seus primeiros habitantes foram índios (povos originários) que saíram da região por volta de 1980 em função da chegada de população não índia. Nos dias de hoje, a população de Corumbiara é caracterizada pela miscigenação de povos imigrantes de outras regiões do Brasil. Também é destacado como informação que o nome Corumbiara tem sua origem em função de uma tribo de índios com este mesmo nome e que habitavam a margem do Rio Corumbiara.

Ainda conforme dados informativos do IBGE (2016) a população de Corumbiara em 2010 era de 8.783 habitantes. A estimativa para o ano de 2015 ficou calculada em 8.842. A

densidade demográfica é baixa (2,87 hab/km²). O nascido em Corumbiara é denominado Corumbiarense.

O município, que faz parte da Amazônia Legal, está identificado pela economia baseada na agricultura e pecuária e tem uma população majoritariamente rural. Enquanto a população urbana é de 2.590 habitantes, a população rural é de 6.193. No que diz respeito à cultura, ainda não apresenta nenhuma peculiaridade destacadamente apreendida. Em Rondônia, este é um fato comum aos municípios e se relaciona ao tempo de criação do estado (1981) e ao grande movimento migratório de diferentes populações e não conservação das tradições de povos originários. Por outro lado, também sem formulação de novos processos culturais.

De acordo com OLIVEIRA (2009) a região tem como principal atividade econômica a exploração madeireira e seu processamento industrial. Também identifica a pecuária e a agricultura como atividades importantes. Indica ainda que a agricultura se destaca com a produção de milho, arroz e soja, e que o tipo de ocupação predominante é a dos assentamentos estabelecidos pelo INCRA, permeado por áreas de grandes e médios estabelecimentos rurais e de ocupação espontânea.

A tabela 1, montada a partir de dados do IBGE, demonstra algumas dimensões econômicas, sociais, de educação e de saúde no município.

Tabela 1 – Dimensões econômicas, sociais, de educação e de saúde no município de Corumbiara, Rondônia

Informação	Ano de Referência	Valoração
PIB <i>per capita</i>	2013	R\$18.667,54
IDHM	2010	0,613
Índice de Gini	2003	0,37
Incidência da Pobreza	2003	24,20%
Incidência da Pobreza Subjetiva	2003	35,85%
Matrícula – Ensino Fundamental	2012	1.438
Matrícula – Ensino Médio	2012	392
Escolas – Ensino Fundamental*	2012	10
Escolas – Ensino Fundamental	2012	3
Estabelecimentos de Saúde do Município**	2016	10

Fonte da tabela 1: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE e CNES.

*Total de 10 escolas, 5 estaduais e 5 municipais.

**Total de 10 estabelecimentos contemplando Centro de Saúde, Departamento de Endemias, Departamento de Vigilância Sanitária, Farmácia Básica Municipal, dois Postos de Saúde, Laboratório Exame, Secretaria Municipal de Saúde, Unidade Mista, e Unidade de Saúde da Família.

Neste momento, algumas informações são apresentadas como apoio à caracterização do local de estudo, para que a leitura da pesquisa vá se construindo já considerando tais dados. Será feito um comentário baseado em avaliação inicial da tabela. Chama-nos atenção a redução no número de matrículas do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, neste último levantamento registrado de 2012. Essa diferença de 1.046 escolares estimulou a busca de dados do INEP que melhor classificassem tal situação. Esta diferença pode estar relacionada à saída de municípios escolares para outros municípios e também ao abandono escolar.

Os dados do INEP (2012) para Corumbiara apontam que inexistente Educação Infantil na área rural do município; que a escola estadual urbana apresentou incremento no número de matrículas considerando anos iniciais e anos finais; que a escola estadual rural, a escola municipal urbana, a escola municipal rural apresentaram redução de matrículas, também se comparando anos iniciais e anos finais. Em termos de comparação com o Censo de 2015, o número de matrículas teve redução nos anos iniciais e finais para o ensino fundamental e também para o ensino médio. O ano de 2015 permanece sem dados de creche e a quantidade de matrículas na pré-escola tem aumento no número. Atenta-se a isto para Corumbiara porque o número de crianças e adolescentes na escola compõe uma das dimensões da caracterização da pobreza; e também a educação é tida para muitas sociedades como o grande fundamento da cidadania e da democracia, como afirmam, por exemplo, T. H. Marshall e John Rawls (MARSHALL, 1967a e RAWLS, 1997).

Este olhar para a educação não se propõe a detalhamentos, mas quer caracterizar a situação de educação do município e também evidenciar, na perspectiva de Amartya Sen, que saúde educação, mesmo mediante um cenário com renda baixa, pode assegurar qualidade de vida. Vê-se, assim, saúde e educação como elementos da própria promoção social da saúde. O IDHM 2010 de 0,613 o situa dentro do índice médio (sendo esta faixa de 0,600 a 0,699). Em termos comparativos com o IDHM 1991, cresceu 201,97%. O Índice de Gini de 0,37 demandaria maior aprofundamento para entendimento da sua representatividade. Segundo a OCDE (2015), o Brasil apresenta em 2013 0,501 como Índice de Gini, o que segundo a PNUD o coloca como terceiro país mais desigual do mundo. O que se observa é que o índice,

provavelmente em razão do PIB oculta o verdadeiro estado da desigualdade para algumas localidades.

A incidência da pobreza demonstra ser um índice de preocupação, visto que aproximadamente 1/4 da população está inserida nesta classificação. A incidência da pobreza subjetiva segue a mesma via de análise, entretanto, recordando que esta incidência está relacionada à opinião das pessoas sobre a linha da renda mínima necessária para viver. Neste caso, 35,85% identificando-se subjetivamente com a pobreza.

Na situação de saúde, segundo dados do IBGE, no ano de 2014 foram registrados 12 óbitos e estes estavam relacionados a doenças do aparelho circulatório; doenças do aparelho digestivo; doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas; doenças de origem perinatal; doenças de sangue, órgãos hematológicos, transtornos imunitários; doenças infecciosas e parasitárias; lesões, envenenamentos e causas externas; neoplasias, tumores.

A área de Corumbiara tem uma particularidade que sempre despertou minha atenção. Quando menina, aos dez anos, vi noticiarem no sistema televisivo nacional algo relacionado ao meu estado e aquilo que agitava a conversa dos adultos, parecia significativo. As notícias eram sobre os resultados dos confrontos entre os trabalhadores sem-terra e os latifundiários. MARTINS (2009, p. 53) que dedicou sua dissertação à pesquisa sobre campesinato, território, luta de classes e conflito, relata, quanto a este confronto ocorrido na fazenda Santa Elina, que a área da fazenda constituía-se em dez lotes de 2.000 hectares, totalizando 20.000 hectares. Os lotes foram negociados pelo INCRA nas décadas de 1970-1980 e serviriam para a execução de um projeto de desenvolvimento agropecuário. O autor também registra que em Rondônia, 99% desses contratos estão inadimplentes, portanto, o INCRA deveria retomar as terras para o controle da União e destiná-las à reforma agrária.

Ainda de acordo com MARTINS (2009) um comitê criado pelas vítimas deste episódio (reconhecido como Massacre de Corumbiara) estabeleceu três eixos de sua luta, que ainda hoje permanecem: luta jurídica, luta política e luta pela saúde.

Quando estive em Corumbiara para fazer a coleta de dados, ano de 2015, havia 20 anos do referido massacre. Uma das primeiras anotações, quando eu estava no transporte que me levaria até o município, surge como recordação a ser contemplada:

O transporte para Corumbiara é uma *van*. Quase todos os assentos são ocupados. Senta à minha frente um senhor com uma gaiola. São pessoas de aparência simples, linguagem e roupas simples. Ao longo do caminho, enquanto a *van* adentra a estrada de terra vou olhando com curiosidade a paisagem. Chama-me atenção a pichação recente em um muro da cidade sobre

a Liga Camponesa Revolucionária. Relembro um pouco do que já vi na *internet* sobre o assunto e penso – sem preocupação – apenas penso se encontrarei em Corumbiara um ambiente hostil e penso como a luta e as disputas continuam atuais (Trecho do Diário de Campo, 23/11/2015).

A atualidade deste engajamento, desta luta também se confirma em maio de 2016 quando evidencia-se na internet o Seminário sobre Conflitos Agrários* realizado em Porto Velho (17, 18 e 19 de maio) com os temas: questão agrária e a regularização fundiária em Rondônia; a acentuada violência no campo; meio ambiente: agrotóxicos e suas consequências; territórios indígenas e populações tradicionais. Deste seminário resulta uma carta de compromisso em que os trabalhadores afirmam a continuação do processo de luta pela terra e pela água, buscando unificar as forças para a defesa dos direitos constitucionais.

Por toda esta situação do município de Corumbiara, com implicações nas questões sociais, de direito e políticas, este se tornou uma base de interesse de estudos com a perspectiva do que também ainda poderia estar refletido de toda essa constituição social e disputa histórica na luta de direitos na questão da proteção social.

5.1.1 Acesso ao Local de Estudo

Para acessar o município de Corumbiara partindo do município de Porto Velho (capital do estado de Rondônia), faz-se uma viagem de ônibus até o município de Vilhena/RO por aproximadamente 10 horas. Deste município faz-se um trecho, de aproximadamente 03 horas, para o município de Cerejeiras/RO. Todos estes trajetos rodoviários são feitos principalmente via ônibus. De Cerejeiras até Corumbiara o trajeto é feito via micro-ônibus em uma viagem que dura aproximadamente 30 minutos. A localização geográfica de Corumbiara no mapa de Rondônia está apresentada na Figura 1.

*Notícias da Terra – Comissão Pastoral da Terra de Rondônia – Brasil; divulga informações sobre a Carta de Compromisso do Seminário de Conflitos Agrários de Rondônia. [Informação obtida em <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2016/05/em-rondonia-participantes-do-seminario.html> , 23 mai 2016].

Ao acessar o local de estudo, as informações foram assim relatadas:

Chegando em Corumbiara desço no ponto informal de ônibus que fica em frente a um bar. Pessoas ficam ali conversando e aguardando o transporte. Pessoas de aparência simples e bagagens de pequeno porte. Ao entrar na cidade, na *van*, já havia localizado visualmente o hotel aonde me hospedaria. Assim que desço no ponto já me direciono para o hotel (Trechos do Diário de Campo, 23/11/2015).

Nesta primeira caminhada até o hotel sinto-me contente com as possibilidades da pesquisa. O município de Corumbiara, visualmente muito parecido ao município no qual trabalhei como enfermeira em área rural me traz familiaridade e saudosismo.

Figura 1 – Localização Geográfica do Município de Corumbiara no Estado de Rondônia

Extraído de: <http://mapasblog.blogspot.com.br/2012/01/mapas-de-rondonia.html>. Acesso em: 04 de ago. 2016.

5.2 OS SUJEITOS DE PESQUISA

Após os processos de reflexão sobre o projeto de pesquisa (processo de orientação, de reflexão pessoal e orientações da Banca Examinadora no Exame de Qualificação) ficou definido que a abordagem dos sujeitos de pesquisa se daria de forma aleatória dentre os munícipes, sendo o local de acesso também sem prévia definição. Os encontros que fossem se dando no período de coleta de dados definiriam o sujeito de pesquisa. A prática no campo forneceu uma variedade de perfis, conforme será apresentado na caracterização detalhada e, também, a prática de campo elucidou que haveria benefícios na captação dos munícipes com algum tipo de relação com as defesas agrárias. Esta captação se mostrou possível a partir do fluxo de movimento de munícipes no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Corumbiara (STTRC).

O projeto de pesquisa foi aprovado com a informação de que participariam da pesquisa 12 sujeitos de pesquisa. Ainda que houvesse a definição deste número, a população a ser formada, seria definida pelas possibilidades dadas pelo próprio campo de estudo, considerando a natureza das informações e o tempo disponível para articular coleta e análise de dados. O número das entrevistas se confirmou, sendo que um sujeito de pesquisa, identificado como A03 necessitou interromper a pesquisa e não foi possível retomá-la posteriormente. Assim, esta pesquisa baseia-se nas entrevistas com 11 munícipes de Corumbiara.

O local de acesso aos sujeitos foi a cidade e também o espaço do STTRC, uma vez que houve a decisão, em campo, de trazer para o estudo este contexto e vozes relacionadas. O aspecto principal era o estado de cidadão, sendo a intenção abordar o sujeito em si mesmo, sem referência ou conexão com sua instituição empregadora e/ou de referência. Com isso especifica-se que a opção pelos sujeitos de pesquisa não esteve primordialmente vinculada à instituição de onde fazem parte. Os sujeitos de pesquisa foram convidados para a metodologia de entrevistas em profundidade e estas escolhas pretenderam alcançar um estado de informações que possam beneficiar um conhecimento local do tema, com possibilidades de ter reflexões propostas para além do local de estudo. Os locais de abordagem inicialmente pensados foram ruas aleatórias, praças e outros espaços sociais possíveis (manifestações, ajuntamentos, grupos). Neste último, então, enquadrando-se o STTRC.

O perfil destes onze sujeitos de pesquisa residentes no município de Corumbiara, Rondônia, contempla em sua caracterização: a identificação, a idade, o estado civil, o número de filhos, a escolaridade, a religião, raça/cor auto-referida, a classe social auto-identificada, a naturalidade, a observação sobre receber ou ter recebido algum tipo de benefício assistencial

do governo federal, estado ou município, a observação sobre receber ou ter recebido algum tipo de benefício assistencial de alguma outra instituição que não as anteriormente citadas, atuação profissional e principal mídia de informação. Estas informações estão também especificadas no APÊNDICE B.

A partir destes dados, apresenta-se que as identificações variaram de A01 até A12, observando-se que a situação da entrevista com A03, iniciada e não concluída. As **idades** dos sujeitos de pesquisa variaram entre 20 e 60 anos (idade média de aproximadamente 43 anos). Sobre o **estado civil** foram 06 solteiros e 05 casados. Referente a **sexo**, cinco sujeitos de pesquisa são do sexo feminino e seis, do sexo masculino. A quantidade de **filhos** variou de nenhum filho até a quantidade de 08 filhos, sendo que 06 entrevistados mencionaram não ter filhos. O nível de **escolaridade** variou de 4ª Série do Ensino Fundamental a Superior Completo. Observando-se por níveis de escolaridade, a maioria dos entrevistados está categorizada no Ensino Fundamental Incompleto (06 entrevistados até a 5ª série). Um entrevistado finalizou o Ensino Fundamental, um finalizou o 3º ano do Ensino Médio e dois finalizaram Ensino Superior Completo.

Todos os entrevistados referem pertencer à **religião** Católica Apostólica Romana. Um dos entrevistados ressalva estar afastado da Igreja. Em relação à **cor/raça**, três entrevistados se declaram brancos; seis, declaram-se negros ou pretos; dois, declaram-se pardos. No que se refere à **classe social** auto-identificada, cinco referiram classe baixa, dois identificaram sua classe social como agricultores e um identificou classe média. Ainda neste perfil da classe social, três dos entrevistados se utilizaram de expressões para identificar a própria classe social como: “*Baixinha*”, “*Que dá para sobreviver*” e “*Proletária de origem e atual*”.

A **naturalidade** dos entrevistados revela o perfil de imigração, conforme abordados na caracterização do local de estudo, para a região chamada de Cone Sul do Estado de Rondônia. Este território de identidade Cone Sul é composto pelos municípios de Vilhena, Pimenta Bueno, Espigão d'Oeste, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Cabixi, Cerejeiras, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara e Parecis. Dos sujeitos de pesquisa, apenas um era natural de Corumbiara/RO; dois outros, naturais de outro município de RO chamado Colorado do Oeste; os demais são naturais de municípios na Bahia (um), Minas Gerais (um), Mato Grosso (dois), Paraíba (um) e Paraná (três).

Sobre a identificação de receber ou já ter recebido algum tipo de **benefício assistencial por parte do governo federal, estado ou município**, três entrevistados reportaram que não. Os demais identificaram os seguintes benefícios assistenciais: Bolsa Família, Luz Para Todos, Habitação Rural, Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), terra

destinada a partir do INCRA, Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), bolsa de auxílio estudante, auxílio doença, ajuda assistencial para comprar caixão do irmão, ajuda assistencial para deslocamento de irmão portador de deficiência, aposentadoria do irmão portador de deficiência e Prouni (Programa Universidade para Todos).

Quando solicitados a responder sobre receber ou já ter recebido **benefício assistencial de alguma outra instituição** os entrevistados, oito entrevistados responderam que não; um entrevistado reportou bolsa integral de estudo pela ação social de uma instituição de ensino superior privado; um reportou uma cesta básica recebida em situação específica e um outro referiu que não recebeu benefício assistencial de outra instituição, mas contou com solidariedade de conhecidos. No que tange à **atuação profissional** estão destacadas as atividades voltadas para agricultura e foram assim referidas: administrativo, vereador e agricultor familiar, representante de políticas agrícolas, representante no Conselho Municipal de Saúde e administrativo de finanças, lavrador e diretor administrativo, lavradora, vereador e agricultor familiar, administrativo e tabeliã substituta, faxineira, agricultura familiar e professor.

O **tempo de atuação profissional** variou de 60 dias até 52 anos de atuação profissional. Com relação à principal **mídia de informação** foram referidas: TV Globo (Jornal Nacional), TV Senado, programas religiosos, *internet*, *Facebook*, *WhatsApp*, *YouTube*, TV Bandeirantes (Justus+) e TV Globo (Jornal Nacional), rádio, *internet* (*sites* sobre previdência social), conversa com a vizinha que conta informações, TV (Jornal da Globo e Jornal do SBT), *sites* oficiais do Estado (Jornal Oficial de RO e Diário Oficial), *internet* (Extra de Rondônia, Folha de Vilhena e Portal R7). Um dos entrevistados referiu não assistir televisão há aproximadamente 06 meses anteriores ao momento da entrevista.

6. JUSTIÇA, DEMOCRACIA, CIDADANIA E SUJEITO DE DIREITO

O objetivo deste capítulo é trabalhar alguns aspectos da justiça, democracia, cidadania e sujeito de direito como amparo para a discussão das políticas de proteção social, bem-estar social e a dimensão social da saúde. O histórico de todos estes aspectos colabora para o entendimento da conjuntura atual da sociedade. A dimensão histórica destes aspectos demonstra que são intensos os desafios das questões sociais, visto que os conflitos, tensões e apostas distintas estão colocados neste cenário de muitas forças e no qual se deve argumentar as defesas sobre a proteção social. A defesa desta proteção social significa também, para muitos, a defesa dos modos de sobreviver.

6.1 TEORIA DA JUSTIÇA SOCIAL E DEMOCRACIA

RAWLS (1997) é uma das grandes referências para tratar a questão da justiça, pois aponta em sua construção teórica argumentos que confrontam a teoria predominante em questões como contrato social e nova alternativa sobre o que seja a justiça. Para este autor a justiça é apresentada com a primeira virtude das instituições sociais e os princípios da justiça social são um conjunto de princípios que fornecem um modo de atribuir direitos e deveres nas instituições básicas da sociedade e definem a distribuição apropriada dos benefícios e encargos da cooperação social (Ibid., 1997, p. 5). Neste contexto Rawls destaca a inviolabilidade de cada pessoa fundada na justiça que nem mesmo o bem-estar da sociedade como um todo pode ignorar; que numa sociedade justa as liberdades da cidadania igual são consideradas invioláveis e os direitos assegurados pela justiça não estão sujeitos à negociação política ou ao cálculo de interesses sociais.

Para MARSHALL (1967a, p. 63) a justiça é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual.

O desafio reside no fato de que as sociedades são raramente bem-ordenadas e o que justo ou injusto fica sob disputa. Assim sendo também com a própria concepção da justiça. Procede das chamadas instituições sociais a definição de direitos e deveres e influência nos projetos de vida e o que determina a importância destas instituições é sua constituição política

e os principais acordos econômicos e sociais. Por isso, a estrutura básica da sociedade é o objeto primário da justiça. Neste lugar teórico referido por Rawls podemos explorar a discussão sobre os favorecimentos de pontos de partida que influenciam as desigualdades e as tornam profundas.

Conforme descrito por RAWLS (2000) e abordado por ele de forma mais refinada nesta referência, a teoria da justiça como equidade foi concebida como uma concepção política da justiça e feita para se aplicar a um certo tipo de objeto, as instituições sociais anteriormente citadas. Esta teoria propõe dois princípios de justiça: liberdade e igualdade, os quais são considerados pelo autor como mais apropriados para a natureza dos cidadãos de uma democracia. Com isso, Rawls salienta que a problematização deve ser dada sobre como certas formas institucionais são melhores para efetivar os valores da liberdade e da igualdade quando os cidadãos são considerados como pessoas livres e iguais (Ibid., 2000, p. 207).

Na perspectiva da proteção social, a aplicação da justiça sinaliza e garante o acesso à ação protetiva do Estado, principalmente. Suas políticas e ações dão-se no sentido de reverter e minimizar a exposição à necessidade, a destituição. Este mesmo conceito de justiça social deve disseminar a responsabilidade social para o bem comum, por meio de ações independentes ou relacionadas às contribuições tributárias, mediadas pelo Estado, para garantir esta justiça.

O reconhecimento e proteção dos direitos é tratado por BOBBIO (2004, p. 93) como a base das constituições democráticas. A partir deste autor e obra atemporal (*A era dos direitos*), que compreende o domínio tanto da teoria jurídica como da teoria política LOPES (2011), falaremos sobre a gênese e horizonte da democracia.

Os direitos, atribuídos pela justiça e também por ela defendidos (RAWLS, 2000; MARSHALL, 1967a), devem ser reconhecidos e protegidos como base das constituições democráticas e na perspectiva da paz que efetiva a proteção dos direitos (BOBBIO, 2004).

Democracia deve ser corretamente definida não como o faziam os antigos, isto é, como o “poder do povo”, e sim como o poder dos indivíduos tomados uma a uma, de todos os indivíduos que compõem uma sociedade regida por algumas regras essenciais (Ibid., 2004, p. 51, grifo do autor). O direito de participar livremente na tomada das decisões coletivas aparece como uma das regras essenciais que rege a sociedade. Com isso a democracia moderna está relacionada não mais ao povo, mas aos cidadãos. Na perspectiva da participação livre (e da cidadania), este mesmo autor também defende que ela deveria ser eficiente, direta e livre, uma vez que a inexistência destes valores resulta em apatia política, despolitização das massas (dominadas por aparelhos partidários).

Antes dessa era, em 1762, Jean-Jacques Rousseau afirmou a democracia como sendo uma forma de governo na qual o soberano pode confiar o governo ao povo (totalidade ou maioria) de modo que haja em maior número magistrados que simples cidadãos particulares. Quando comenta a relação do povo e do aparato das leis, Rousseau problematiza que nunca existiu ou existirá verdadeira democracia. Isto porque a relação de governado (passivo), do povo, com o Estado e os interesses privados nos negócios públicos predispõem que nesta relação não haja soberania do povo (ROUSSEAU, 2007).

Dentro de todo este contexto e também do desdobramento da história no que tange à democracia, BOBBIO (1986) destaca, à época, que o futuro da democracia estava partindo de possibilidades abertas, que ninguém estava em condições de prevê qual seria a perspectiva (apenas um pesadelo ou um destino de ninguém). Todo seu relato sobre democracia e poder invisível guarda fortes relações com o momento político do Brasil desde 2014, com o ápice em 2016 (considerando as disputas de poder e conduções relacionadas ao *impeachment*), conforme abordado na introdução. Bobbio parece assinalar que a tendência é, de qualquer forma, oposta ao ideal da democracia como poder visível e que a tendência não segue a direção rumo ao máximo controle do poder por parte dos cidadãos, mas rumo ao máximo controle dos súditos por parte de quem detém o poder.

6.2 A CIDADANIA SOB O ASPECTO CIVIL, POLÍTICO E SOCIAL

No que se refere à cidadania, MARSHALL (1967a) desenvolve o conceito de cidadania a partir de uma perspectiva histórica que divide este conceito em três partes: civil, política e social. A partir do quadro 2 podemos visualizar estas partes e suas correspondências ao que se referem e as respectivas instituições mais diretamente ligadas a elas.

Quadro 2 – Conceito de Cidadania por T. H. Marshall e suas especificações

Elementos do conceito	Composição	Instituições correspondentes
CIVIL	Direitos necessários à liberdade individual: ir e vir; liberdade de imprensa, pensamento e fé; direito à	Tribunais de justiça.

Continuação do quadro 2

	propriedade e de concluir contratos válidos; direito à justiça.	
POLÍTICA	Direito de participar no exercício do poder político: como autoridade política ou eleitor.	Parlamento. Conselhos do Governo local.
SOCIAL	Abrange desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança até o direito de participar na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade.	Sistema educacional. Serviços de saúde.

Fonte: Elaboração própria a partir da referência MARSHALL (1967a).

Para construir o histórico do conceito de cidadania, o autor faz um resgate desde a sociedade feudal, de onde destaca que o *status* era a marca que distinguia as classes e era também a medida de desigualdade. Relata que não havia nenhum princípio de igualdade dos cidadãos. Passando pelo século XII assinala a importância do estabelecimento da justiça real, organizada de maneira a definir e defender os direitos civis do indivíduo. Na sequência apresenta a desarticulação dos direitos sociais e destaca o significado da *Poor Law* (Lei dos Pobres) dentro deste contexto.

Outra questão importante sinalizada por Marshall é a consequência do desligamento dos três elementos da cidadania que permitiu a cada um organizar seu próprio corpo de interesses. Por outro lado, este mesmo distanciamento fez com que direitos civis, direitos políticos e direitos sociais passassem a parecer estranhos uns aos outros. Quando houve o movimento de articulá-los cada um veio com um pressuposto: direitos políticos junto à questão do direito ao voto e habilitação para candidatura ao Parlamento; direitos civis junto à jurisdição dos tribunais, procedimentos dos advogados e questões de custas do litígio; direitos sociais junto a *Law of Settlement and Removal* (Lei de Assentamento e Remoção). E neste ponto há a reflexão chave sobre não somente o reconhecimento dos direitos, mas quais dos reconhecidos podiam ser usufruídos na prática.

Também faz parte da discussão do autor estabelecer a relação entre cidadania e educação, de onde depreende que a educação é o pré-requisito para a liberdade civil e, portanto, está diretamente relacionada com a cidadania. O direito à educação surge relacionado ao direito

social que deve ser ênfase para os Estados e um meio para a unidade orgânica da cultura e a para a civilização na perspectiva da herança nacional.

Dada essa natureza da cidadania, capacidade de interferir em processos sociais correntes, entra-se na esfera do impacto inicial da cidadania sobre as classes sociais. Para esta análise, Marshall já indica o fato de que tanto a cidadania quanto as classes sociais são apoiadas em ideais, crenças e valores, e a partir disso pontua que a cidadania dispõe todos iguais no que se refere aos direitos e obrigações, por outro lado, a classe social é um sistema que expressa em si a desigualdade. Deste modo, fica dado como impacto da cidadania em relação às classes sociais, o interesse na diminuição da influência desta determinação no sistema pelo próprio sentido de classe social.

6.3 CENÁRIOS E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO DE DIREITO

Até aqui, temos a constituição dos direitos (e mais destacadamente os direitos civis) como suportes a uma economia de mercado competitiva. Neste ponto, aprofunda-se mais especificamente sobre a influência da economia e modos de produção econômica sobre a garantia e defesa dos direitos. Um conhecimento importante para refletirmos a localização dos sujeitos de pesquisa no que se refere à sua identidade de sujeito no atual contexto do qual fazem parte.

KASHIURA JR. (2012) demonstra em sua tese que o desenvolvimento completo do sujeito de direito, considerado uma forma social, ocorre apenas no capitalismo. Abordaremos neste ponto o percurso histórico feito por ele para sustentar esta argumentação e seus autores de referência para apresentação do sujeito de direito em Kant, em Hegel e em Marx.

Na obra de Kant o portador universal de direitos e deveres como fundamento primordial do jurídico ainda não se encontra perfeitamente desenvolvida. Não há, de sua parte, definição nominal ou real de sujeito de direito. Isso pode demonstrar que a não explicitação está associada ao fato de este sujeito de direito não ocupar lugar de destaque em seu pensamento jurídico. A razão, com sua objetividade, impõe deveres e a expressão jurídica do que o sujeito reclama para si (subjetividade) não é mais destacada que isto. Para Kant o sujeito de direito é, antes de tudo, um sujeito de deveres jurídicos.

Kashiura Jr. refere o sujeito de direito em Kant na perspectiva da metafísica, liberdade e servidão. Dentro da metafísica quando apresenta uma categoria *ius realiter personale* que

explicita a possibilidade de posse de uma pessoa como uma coisa, mas sem reduzi-la de todo à condição de coisa. Na afirmação de Kant citado por KASHIURA JR. (Ibid., 2012, p. 43) está assim declarado “*tratar não as pessoas como coisas em todos os aspectos, mas sim em possuí-las e proceder com elas como coisas em muitas relações*”. A liberdade é apresentada em dois aspectos, um negativo e um positivo. No negativo tem-se que a liberdade consiste em não ter a vontade determinada pela necessidade natural, por causas sensíveis; no positivo, é ela ser a propriedade da vontade de todo ser racional e determinada apenas por si própria. A servidão está demonstrada na imagem social do pai e marido poderem possuir esposa, filhos e criados; no texto, apontados ainda como resíduos feudais. Assim, para Kashiura Jr. a ausência do sujeito de direito universal na filosofia do direito kantiana é reflexo de um capitalismo que ainda está em vias de desenvolver-se por completo (Ibid., 2012, p. 166).

Na obra de Hegel, a formulação do sujeito de direito encontra seu ápice e sua universalidade corresponde à universalidade da propriedade livre e da propriedade de si. Há de sua parte citação direta da categoria sujeito quando diz sobre a vontade livre em si e para si, na qual se refere à vontade *dentro de si singular* de um *sujeito* (Ibid., 2012, p. 58, grifo do autor). O sujeito desta vontade livre é a pessoa, ou seja, o sujeito de direito. O que Hegel nomeia de direito abstrato surge em decorrência desta categoria. Neste ponto, tal direito está relacionado não a um homem concreto, mas a apenas um aspecto deste homem concreto (que surgirá posteriormente relacionado ao homem social e histórico).

As três perspectivas que Kashiura Jr. define sobre o sujeito de direito em Hegel são: espírito*, pessoa e propriedade. A categoria pessoa já foi anteriormente citada, mas devemos salientar que ela é tida como uma máscara por meio da qual o homem figura no direito. Portanto, o direito abstrato é o conjunto de relações estabelecidas entre as máscaras. A perspectiva do espírito está relacionada ao Estado. Junto a ele dá-se o momento mais concreto do Espírito objetivo. Segundo FRANÇA (2010), este refere-se ao momento no qual o Espírito se reconhece como realidade no mundo, sendo a liberdade uma necessidade presente. Este caminho de formalismo do direito abstrato apoiado na concretude do Espírito objetivo, resulta no sujeito de direito como núcleo deste direito abstrato. A propriedade surge como primeira forma derivada do sujeito de direito, da pessoa; a capacidade de ser proprietário. E esta determinação surge para demarcar a diferenciação entre a identidade abstrata do sujeito consigo mesmo e sua relação com coisas exteriores a si.

* Em Hegel o desenvolvimento do Espírito se dá em três momentos: Espírito Subjetivo, Espírito Objetivo e Espírito Absoluto segundo FRANÇA (2010).

Assume assim, a realização plena da vontade livre interior. Neste ponto a universalização do sujeito de direito e a produção configuram o cenário da produção capitalista. Dá-se a universalização do homem como mercadoria e a sociedade civil é o desenvolvimento pleno da personalidade jurídica no espaço da circulação. Tendo aqui implicados de forma intrínseca o sistema de carecimentos e as desigualdades.

Na obra de Marx, nos aponta Kashiura Jr., a sociedade capitalista encontra a sua crítica contundente e o sujeito de direito pode ter desvelada a sua determinação histórica real, ou seja, *“um conjunto de relações sociais de produção nas quais os homens devem, como sujeitos livres, colocar a si mesmo, como mercadorias, a serviço do capital”* (Ibid., 2012, p. 6).

A discussão do sujeito de direito em Marx é conduzida pela dimensão do movimento histórico das relações de produção, da formação social concreta.

Deste modo, o sujeito de direito e o fenômeno jurídico (plenamente desenvolvido) são entendidos em seu caráter especificamente capitalista. As três dimensões salientadas por Kashiura Jr. na discussão sobre sujeito de direito são o capital, a mercadoria e o sujeito. Dentro do modo de produção capitalista é encontrada a determinação real do portador abstrato de direitos e deveres. Tal modo demanda a universalização da personalidade jurídica a qual está vinculada ao movimento próprio da circulação e da produção de mercadorias.

Esta discussão e apreensão também é feita por MARSHALL (1967a, p.79) quando cita a indispensabilidade dos direitos civis para a economia de mercado competitivo. Tendo assim a dimensão formal do sujeito portador de direitos civis com fins à movimentação e conformação ao mercado econômico, de onde também nasce a discussão de que os direitos estão, neste momento, localizados para este fim e não para fazer frente às desigualdades que estava sendo configuradas a partir da divisão de classes sociais.

As mercadorias são o resultado de um sistema de produção. Marx explora, então, esta vinculação fundamental do sujeito de direito com o processo de troca de mercadorias. Para ele, ela é tratada como a forma de toda riqueza acumulada no interior do modo de produção capitalista, forma predominante do trabalho (enquanto produto). Os produtos são diversos para atender necessidades igualmente diversas e têm sua origem nas atividades humanas. Dado que os produtos são objetos resultantes do trabalho (na perspectiva de *O capital*), quando se apresentam como mercadorias, assumem forma social idêntica. Neste ponto, a mercadoria está cristalizada como trabalho abstrato e não mais no horizonte das suas especificidades, seja de processo de trabalho ou utilidade da coisa em si.

A circulação das mercadorias, para que seja possível sua troca (relação de consumo), necessitará que, nesta relação, os homens estejam neste processo como independentes e iguais,

segundo Puchukanis citado por KASHIURA JR. (2012, p. 115). Neste contexto há os detentores (também citados como guardiões) destas mercadorias e o sujeito de direito parte desta forma social. Dada a equivalência mercantil anteriormente citada, também respaldada em Marshall, se do lado dos proprietários de mercadoria temos um sujeito de direito, do outro lado (o consumidor da mercadoria, o que se relaciona com o proprietário das mercadorias mediante relação mercantil), também teremos um sujeito de direito. Com isso, define-se a defesa do autor de que o sujeito de direito encontra seu máximo desenvolvimento na sociedade capitalista, pois é nesta conjuntura que a forma mercadoria e a forma sujeito de direito estão mais definidamente relacionados ao processo histórico da expropriação do trabalhador, à concentração dos meios de produção e à submissão do trabalho ao capital.

7. POLÍTICA SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Este capítulo objetiva apresentar momentos históricos da conformação das políticas sociais, iniciando pelo cenário internacional até chegar ao cenário brasileiro. Estará destacada a relação dos problemas sociais com o sistema econômico e mundo do trabalho. A proteção social, muitas vezes vinculada conceitualmente à necessidade, orientou a conveniência de se fazer uma abordagem sobre questões incursas na produção desta necessidade por isso faz-se a abordagem de quatro aspectos, os mais citados a partir das referências e inferências, que são: pobreza, desigualdade, risco e vulnerabilidade. Junto a isso, faz-se também neste capítulo a abordagem sobre o Estado de Bem-Estar Social, com um alicerce teórico mais detalhado em Marshall para chegar à conformação deste estado em sua principal referência, a Inglaterra.

7.1 CONTEXTO E DEFINIÇÕES PARA A POLÍTICA SOCIAL E PROTEÇÃO SOCIAL

Sabe-se que a proteção social, campo central de interesse nesta pesquisa, está inserida no universo das políticas sociais. No desenvolvimento da afirmação de que estas políticas no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social, PIANA (2009) destaca que a origem das políticas sociais está na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo como a Revolução Industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.

Nesta transição da dissolução dos modos de produção feudal e nascimento do capitalismo surgem mazelas sociais, conforme afirma BRANCO (2006) apoiando-se em Thomas Morus e Thomas Münzer. Diversos outros autores trabalham estas relações do capitalismo com a produção de desigualdades e necessidades sociais (CASTEL, 2013; MARSHALL, 1967a; MARSHALL, 1967b; MARX, 1867; PIKETTY, 2014). Estas denominadas mazelas sociais são produzidas a partir desta transição e também intensificadas a partir do próprio modo de produção industrial.

De acordo com MARSHALL (1967b), um dos principais motivos para lançar o modo de vida industrial em crise é a depressão econômica ocorrida no final do século XIX, a qual

destaca ter ocorrido de forma semelhante tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos. Dessa grave conjuntura surge o desemprego em massa, mas mais do que isso o contexto é revelador para a forma como olhar os problemas sociais. Considerava-se, à época, que a causa fundamental da miséria social estava relacionada às pessoas e suas circunstâncias de vida. Com frequência a atribuição das mazelas sociais era legada à fraqueza moral. Neste cenário havia resistência para a aceitação de causas sociais impessoais porque isso denotaria a deficiência do sistema corrente. Contudo, a situação do desemprego em massa fez frente a essa concepção, uma vez que se via que os trabalhadores em situação de desemprego não eram fracos ou ociosos, mas sua condição era fruto de um fenômeno impessoal: o desemprego. Assim, via-se que os protestos surgiam de homens e mulheres que estavam inseridos no contexto do trabalho, mas que nem assim conseguiam sair da condição de extrema pobreza.

Diante da percepção de precariedade e pobreza em que se viam, as pessoas iniciaram seus processos de mobilização e reflexão. E assim, greves, reflexões sobre o padrão de vida dos trabalhadores não-qualificados, a subnutrição identificada em aproximadamente 30% da população, serviam para apontar a gravidade da conjuntura vivida. Lloyd Georg citado por MARSHALL (1967b) revela que a situação em curso era densamente grave e descreve *“Há dez milhões neste país suportando, ano após ano, a tortura de viver ao mesmo tempo que se ressentem da suficiência das necessidades mínimas de vida”*. Estes dados, advindos de estudos, unem-se a relatórios oficiais que davam a conhecer relatos que especificavam condições bem chocantes (especialmente nas zonas mais pobres das grandes cidades). Mediante tal constatação, fazem um apelo contundente para que sejam vistas e aliadas as questões de promiscuidade, poluição atmosférica, subnutrição e a saúde dos escolares. Para além disso, está dada, também, a percepção sobre a condição do trabalho excessivo com baixa remuneração, exploração da mão de obra de mulheres e crianças. E todo este cenário fez com que esta realidade chegasse até o pensamento político da época e a partir disso comesçassem a ser organizadas as formas de ação sobre tais graves situações.

Neste ponto de entendimento histórico e dos primeiros reflexos da organização social a partir do modo de produção, podemos com mais acerto compreender a reflexão de SANTOS (1979) sobre o *“cálculo do dissenso”*. Uma vez que as questões sociais estão demarcadas e reconhecidas, os governantes não conseguem ignorar tais fatos e eram compelidos a administrá-los. O fazem, segundo o autor, para que o processo ampliado de produção não sofra prejuízo catastrófico. Então, a taxa da injustiça é o que se pode subtrair da acumulação para administrar essas questões sociais de modo a não prejudicar a produção.

A descrição do cenário à época, mostra uma realidade profunda de destituição, miséria, pobreza e indignidade. Mediante este contexto observa-se a conformação das ações do Estado para lidar com as questões sociais surgidas. Importantes são neste contexto as percepções sociais de sua própria condição, as iniciativas de mobilização e também a iniciativa das ações de governo e privadas, ainda que calcadas em interesses outros que não o bem-estar social. Faz-se o destaque de três políticas voltadas às questões sociais (KUSCHNIR e FAUSTO, 2014; PEREIRA, 2011), entre os séculos XVII e XIX, que surgem para o enfrentamento de questões sociais: ações como a Lei dos Pobres (1601), *Workhouses* (ano de referência aproximado 1776) e a Lei Revisora da Lei dos Pobres (1834).

O cálculo do dissenso referido por SANTOS (1979) pode ser exemplificado a partir da lógica política retratada por PEREIRA (2011, p. 106, grifo do autor) para a Lei Revisora da Lei dos Pobres. Segundo a autora, esta lei tornou mais seletivo e residual o auxílio aos pobres. Ao mesmo tempo, aboliu-se o princípio da *territorialização do domicílio* e a servidão paroquial. O que esta lei faz, então, é formar um mercado de trabalho competitivo, associado à emergência de um proletariado móvel, desprotegido socialmente e obrigado a vender a baixo preço e em qualquer parte a sua força de trabalho. BRANCO (2006) relata a reação popular e do movimento cartista à esta lei e, conforme o autor, isto reforça o cenário das reivindicações de direitos políticos. Além disso, sinaliza também o dissenso: o que antes era esquecimento e desprezo por parte do Estado britânico passa a ser interesse pelas condições de vida e de trabalho dos operários, mediante a mobilização destes com organização de sindicatos, partidos políticos proletários.

Os direitos sociais dizem respeito inicialmente à consagração jurídica de reivindicações dos trabalhadores (PIANA, 2009) e as lutas sociais são importante disparador para mobilizar o sistema político (e também a sociedade) para a resolução de questões sociais.

Conforme descrito por VIANNA (2002) a política social é entendida, no âmbito das Ciências Sociais, como modalidade de política pública e como ação de governo com objetivos específicos. A autora chama atenção para aquilo que esta afirmação não especifica, sugerindo ser importante identificar a que governo nos referimos por trás destas ações e também detalhar quem especifica os objetivos, em que esferas e com qual legitimidade.

Entende-se que esta preocupação com as especificações sinalizadas por VIANNA (2002) favorecem o reconhecimento das intencionalidades por trás das políticas programadas ou em curso. A lógica das ações sociais difere. Vejamos, por exemplo, as lógicas das três políticas de enfrentamento social anteriormente citadas. A proteção nas Leis dos Pobres tem como finalidade um conjunto de regulações pré-capitalistas provendo trabalho ou aprendizado

para crianças órfãs, carentes, inválidos, desocupados voluntários ou involuntários; as *workhouses* surgem como casas de trabalho e alojamento para doentes, idosos, crianças, os incapazes de trabalhar; e a Lei de Revisão das Leis dos Pobres se configura na perspectiva de incrementar a mão-de-obra para o sistema de produção. Conforme depreende-se da leitura de KUSCHNIR e FAUSTO (2014) e PEREIRA (2011) as lógicas destas políticas atuam no sentido de regular a mão-de-obra para o mercado e em alguns casos amparar as necessidades advindas das limitações destes na promoção do bem comum a todos. As lógicas destas leis diferem da política social que se inaugura em fins do século XIX. A chamada segunda fase destas políticas opera na lógica dos seguros sociais compulsórios, para fazer face a riscos sociais associados ao trabalho assalariado, despontam como o modelo dominante de proteção social (VIANNA, 2002). As políticas e proteções até aqui estão, de forma recorrente, associadas ao mundo do trabalho, visto o reflexo dos problemas sociais advindos e/ou explicitados a partir da relação com o mundo do trabalho do modo de produção industrial.

Esta segunda fase é destacada entre as fases cumulativas apresentadas por PIERDONÁ (2007), que descreve quatro fases cumulativas da proteção social, circunscritas na política social e aponta a importante quarta fase para o entendimento da proteção social hoje em curso no Brasil. A saber: *primeira fase* em que a proteção social baseava-se na assistência privada, sem intervenção do poder público (até o advento da Lei dos Pobres, no ano 1601); *segunda fase* de onde se observa o início da assistência pública e de forma oficial (demarcada pela promulgação da Lei dos Pobres na Inglaterra); *terceira fase* demarcada pela Alemanha, 1883, momento no qual se cria o seguro social, assegurando quaisquer daqueles com atividade remunerada e seus dependentes, cujo custeio é realizado pelo Estado, segurado e empregadores (previdência social); *quarta fase* com a revisão do sistema de proteção social, advindo a lógica da proteção disponível para atender todas as necessidades que não são cobertas pelo seguro da previdência social (seguro social).

A autora destaca desta quarta fase, William H. Beveridge, que presidiu a comissão interministerial responsável por fazer a investigação completa dos sistemas existentes para, então, fazer as recomendações. Esta comissão designou como seguro social: o conjunto de proteção social. Tal proteção incluía o seguro obrigatório, o seguro voluntário, a assistência social nacional e a criação de serviços gerais de saúde, bem como a manutenção do emprego, como condição necessária ao êxito da seguridade social. A partir deste registro por Pierdoná, a seguridade social fica caracterizada pela extensão da proteção a toda a população.

Neste ponto, diferenciando mais especificamente a política social do conceito de proteção social e demarcando a ênfase que se dá daqui para frente à proteção social, apresenta-se a conceituação de JACCOUD (2009):

[...]a proteção social implica a instituição de seguranças dadas ao indivíduo em decorrência de tal participação em um coletivo social, seja ele de natureza corporativa ou nacional. Também afirma que o pressuposto de tal garantia é a existência de um compromisso entre diferentes setores da sociedade em torno da implantação de um regime de solidariedade garantido pelo Estado e tendo como objetivos a redução da vulnerabilidade, da insegurança e do risco da pobreza (Ibid., 2009, p. 21).

Ainda nesta perspectiva de levantarmos conceitos sobre proteção social, trazemos a sustentação de PEREIRA (2011) que define proteção social como um conceito amplo que engloba a seguridade social, o asseguramento à seguridade e políticas sociais. Define cada uma destas composições como sendo, respectivamente: sistema programático de segurança contra riscos, circunstâncias, perdas e danos sociais cujas ocorrências afetam negativamente as condições de vida dos cidadãos; regulamentações legais que garantem ao cidadão a seguridade social como direito; espécie de política pública que visa concretizar o direito à seguridade social.

Tratando da evolução histórica da proteção social, de forma mais específica sobre sua correlação com o mercado, TEIXEIRA (1985) apresenta três modalidades principais de proteção social: Assistência Social, Seguro Social e Estado de Bem-Estar Social. Cada uma dessas modalidades guarda relação com a noção de cidadania. Respectivamente está apresentada como cidadania invertida, cidadania regulada e cidadania plena.

Nesta primeira modalidade as políticas sociais são designadas como **Assistência Social**. O contexto é rigidamente liberal. Nele, defende-se a não intervenção estatal com o argumento de que o mercado econômico pode fazer frente aos problemas sociais emergentes. Entretanto, este mercado não se mostrou eficaz em relação aos problemas que ele mesmo gerava (e ainda gera). A intervenção do Estado torna-se necessária na regulação das relações de trabalho e nas medidas de proteção social. Diante das necessidades dadas no contexto, a Assistência Social atua no reconhecimento destas e na proposta de as aliviar. É um período caracterizado por considerar a situação de necessidade como decorrência de um problema de caráter do necessitado (no sentido pessoal). Neste ponto, há uma questão interessante de ser colocada e se refere ao momento em que o indivíduo se reconhece como não-cidadão. Isso evidencia a

fragilidade no entendimento de si como sujeito de direito. Para o contexto desta primeira modalidade, entende-se que a dinâmica social não favorecia ou não permitia este entendimento.

Entretanto, ainda hoje vê-se persistir esse, talvez, desconhecimento de si enquanto sujeito de direito ou mesmo o reconhecimento do outro. Ao que parece, tal desconhecimento pode enfraquecer a mobilização para defesa da proteção social, deixando o indivíduo em um estado de cidadania invertida em relação ao Estado:

Esta condição política de *cidadania invertida*, em que o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como um não-cidadão, tem como atributos jurídicos e institucionais, respectivamente, a ausência de uma relação formalizada de direito ao benefício, o que se reflete na instabilidade das políticas assistenciais, além de uma base institucional que reproduz um modelo de voluntariado das organizações de caridade, mesmo quando exercidas em instituições estatais (TEIXEIRA, 1985, p. 401, grifo do autor).

No contexto desta segunda modalidade, **Seguro Social**, a classe operária é reconhecida como ator qualificado na ordem política e econômica. Tal seguro se destina à cobertura da população assalariada. Os benefícios são proporcionais à contribuição, não guardando relação imediata com as necessidades do beneficiário. A participação é compulsória e uma relação de direito social. A **cidadania** neste caso é dita como **regulada**, visto que é pela condição de exercício profissional mediante comprovação na carteira de trabalho.

Na terceira modalidade, **Estado de Bem-Estar Social**, a lógica da necessidade ou contrato firmado não é a condição básica para a proteção. O Estado fica obrigado a oferecer um mínimo vital a todos os cidadãos no que se refere à saúde, educação, pensão, seguro desemprego. Assim, fica delineada a organização nacional da política social via instituição e a relação dessa proteção social está na perspectiva do direito social. Esta modalidade propõe uma relação de **cidadania plena** e a redefinição das relações sociais em direção à redistribuição de renda e, portanto, à equidade e justiça social para toda a sociedade.

7.2 ARQUITETURA DA NECESSIDADE DE PROTEÇÃO

O contexto das proteções vinculadas a estes programas da pasta de política social da atualidade, e mesmo os vinculados às Leis dos Pobres e *workhouses*, é produzido por

necessidades que vão se dando por não haver acesso ao que CASTEL (2013, p.22) reporta como *sociedade salarial*. Como condições a este contexto das necessidades estão, entre outras questões: oferta de emprego, qualificação para acesso ao emprego e não acesso a bens e serviços em sociedade.

A proteção social é considerada por VIANA e LEVCOVITZ (2005) a ação coletiva de proteger indivíduos contra os riscos inerentes à vida humana e/ou assistir necessidades geradas em diferentes momentos históricos e relacionadas com múltiplas situações de dependência. Também definem as formas de dependência, intrínsecas à condição humana como o objeto da proteção social. Apresentam que nas sociedades tradicionais, as situações de necessidade estavam relacionadas a fatores naturais e/ou ambientais, e, nestes casos a família era fonte de proteção social. Entretanto, quando surge o processo de diferenciação social e de divisão de trabalho, há necessidade de mobilização de aparatos políticos e religiosos.

A partir deste ponto, pontuaremos algumas questões sobre pobreza, desigualdade, risco e vulnerabilidade com um amparo para o aprofundamento das questões de proteção social no Brasil e do Estado de Bem-Estar.

7.2.1 Pobreza e desigualdade

Tendo por referência as proximidades do século XVII, MARSHALL (1967b) aponta que a pobreza era tratada mais como um fato social do que um problema social. Isto diferencia a forma de entender suas forças geradoras e a perspectiva de atuar sobre os determinantes. Destaca-se, portanto, a importância da percepção sobre o objeto. Com isso, traz-se para a reflexão o estudo de REIS (2000) que, a partir de seu estudo sobre percepções da elite sobre pobreza e desigualdade, encontra como dado que nossas elites não incluem a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades entre os seus interesses de fato. Para além disto, fica também constatado que sua visão tem tido um viés individualista, embora no discurso questões de universalidade apareçam. O interesse em conhecer as percepções das elites está no fato de que elas estão inquestionavelmente relacionadas à formulação e implementação de políticas sociais e que também ocupam posições estratégicas em processos decisórios. A elite identifica questões sociais como principais problemas no Brasil e relacionadas às principais ameaças à democracia: baixo nível educacional da população, pobreza e desigualdade. Quando questionada sobre as explicações para o fracasso das políticas sociais, esta elite revela que o

Estado é o grande culpado. Neste ponto não elaboram sua própria responsabilidade no processo nem a responsabilidade coletiva nas situações de pobreza e desigualdade. Ao final, o que o discurso da elite transmite é que não se vêem como parte de uma coletividade e suas considerações sobre pobreza e desigualdade estão mais associadas ao que elas trazem (e tratam) como ameaça à manutenção da ordem e segurança pessoal frente ao que consideram risco, do que propriamente quanto pesa socialmente as situações de pobreza e desigualdade.

Em contraste a este estudo anteriormente citado sobre percepções que podemos classificar como “de fora”, trazemos o estudo de FERNANDES (2012) que apresenta, a partir de sua tese, visões da pobreza na primeira pessoa a partir de sua tese. Tem por objetivo entender como as pessoas experimentam/vivem sua situação de pobreza. Em uma das informações que a autora destaca, o “*ser pobre*” pode ou não fazer parte da identidade de quem vive esta situação. Os que vivem esta situação mais recentemente não a assumem como elemento identitário, com receio do estigma social, e buscam formas de sair da pobreza. Contrário a isso, quem assume uma postura de aceitação e resignação, acaba por assimilar a pobreza como um modo de vida. Dentro desta reflexão, a autora afirma que o papel da proteção da família é um “amortecedor” dos efeitos desta pobreza. Há um nexo de causalidade entre o nível de coesão familiar e o provimento de apoio afetivo e material.

Sobre o conceito de pobreza, esta autora afirma que a multiplicidade de definições e interpretações do conceito são um auxílio para complementar olhares sobre o fenômeno, se bem que, numa perspectiva contrária contribuem para a existência de equívocos, interpretações simplistas ou que simplesmente a reduzem a aspectos marginais de uma análise que se quer profunda (Ibid., 2012, p. 36).

Diante desta consideração, vê-se como oportuno à reflexão trabalhar com o conceito de ABRANCHES (1987) que define a pobreza como destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar. Este autor, trabalhando nesta perspectiva de destituição, afirma que ser pobre significa, em termos muito simples, consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte; não poder cuidar senão da mínima persistência física, material.

Citada por OSORIO e col. (2011), a pobreza é o estado de privação de um indivíduo cujo bem-estar é inferior ao mínimo que sua sociedade é moralmente obrigada a garantir. A pobreza em uma sociedade é o agregado dos estados de privação dos seus membros. Entretanto, traz-se também nesta referência uma reflexão sobre este bem-estar. Não há consenso sobre o

que seja, como medi-lo ou qual é o mínimo bem-estar moralmente aceitável. Embora existam imprecisões em relação a determinados conceitos, temos, por outro lado, informações oportunas para entender o quadro de pobreza e desigualdade no país.

No Brasil, a linha de pobreza divulgada por BRASIL (2014) estava demarcada como: extrema pobreza, até R\$77,00/mês e pobres de renda, até R\$140,00/mês. Junto a esta mesma referência é relatada a questão da pobreza multidimensional e que a queda desta pobreza no Brasil foi de 76% entre 2004 e 2012. A pobreza multidimensional considera: renda, se as crianças e adolescentes até 17 anos estão na escola, os anos de escolaridade dos adultos, o acesso à água potável e saneamento, eletricidade, condições de moradia e, finalmente, a bens (como telefone, fogão e geladeira). Os dados utilizados no estudo são oriundos do IBGE e PNAD. Para as ações de enfrentamento da pobreza, autores como CAMPBELL (2003) citam a *abolição* da pobreza (pois trabalham na perspectiva da pobreza como violação de direitos humanos), com indicações de garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços (ações especificadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário no Plano Brasil Sem Miséria). Como base de todas essas ações está a redução da desigualdade de renda e de acesso a meios de produção e serviços.

Como uma forma de ilustrar esta conjuntura trazemos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010, segundo os quais a população em domicílios particulares permanentes, segundo as classes de Renda ZERO e Renda Nominal Mensal Domiciliar per capita de 1 a 70 reais era de 16.267.197 (dados referentes à totalidade do país).

Com a informação de que a incidência de pobreza absoluta no Brasil decorre da forte desigualdade na distribuição de rendimentos (ROCHA, 2000), entramos na questão da desigualdade. Embora o foco não seja somente a desigualdade de renda, visto que as questões sociais estão sempre em contextos multidimensionais, muitos estudos apresentam a desigualdade por esta perceptiva. Pesquisadores da área, como REIS (2000), salientam que a abordagem da desigualdade ainda é muito orientada pelos estudos econômicos, embora haja, logicamente, estudos na perspectiva sociológica, antropológica e das ciências políticas.

Para iniciarmos a problematização sobre a desigualdade faremos duas considerações, uma sobre Zygmunt Bauman e outra sobre a Organização Oxfam. Ao questionamento que BAUMAN (2015) faz *Quanto somos hoje desiguais?*, podemos responder com o relatório Oxfam* de janeiro de 2016.

*Oxfam é uma confederação de 20 organizações que atuam em 94 países pelo fim da pobreza e desigualdade.

OXFAM (2016) indica que em 2015, apenas 62 indivíduos detinham a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas – a metade mais afetada pela pobreza da humanidade; também que: a riqueza das 62 pessoas mais ricas do mundo aumentou em 45% nos cinco anos decorridos desde 2010 – o que representa um aumento de mais de meio trilhão de dólares (US\$ 542 bilhões) nessa riqueza, que saltou para US\$ 1,76 trilhão.

A organização também indica, tendo como base a referência do *Credit Suisse* (Ibid., 2016, p. 44) que em 2015 a cada um do 1% mais rico da população cabia aproximadamente US\$1,7 milhão.

Analizando a renda daqueles que estão classificados como pobres de renda e dos que estão abaixo da linha da pobreza no Brasil, anteriormente citada, podemos afirmar que somos espantosamente desiguais. Todo este contexto produz no Brasil uma conjuntura que vemos bem demarcada no estudo de MEDEIROS e col. (2015) o qual afirma: a desigualdade no Brasil é muito alta e estável, o 1% mais rico da população adulta concentra mais de um quarto de toda a renda do país, os 5% mais ricos detêm quase metade da renda e um milésimo das pessoas acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população junta.

BAUMAN (2015) explora esse tema levantando diversas informações que abrangem a perspectiva da busca das economias nacionais “em desenvolvimento” ou “emergentes” por mão de obra barata e submissa; as questões que determinam o futuro de uma criança; polarização entre ricos e pobres; o efeito adverso da desigualdade no desempenho econômico. Mas há algo que principalmente chama a atenção, a afirmação de que a desigualdade social:

[...]não carece de nenhum auxílio ou estímulo a partir de fora – nenhum incentivo, pressão ou choque. A desigualdade social parece agora estar mais perto que nunca de se transformar no primeiro moto-perpétuo da história – o qual os seres humanos, depois de inúmeras tentativas fracassadas, afinal conseguiram inventar e por em movimento (Ibid., 2015, p. 19).

Podemos iniciar a problematização sobre a desigualdade no Brasil a partir da referência de POCHMANN e col. (2005). Descrevem o padrão de riqueza no Brasil como sendo uma questão histórica e pontuam a sua estruturação originada a partir de um padrão extremamente concentrado de distribuição social da riqueza. Afirmam que esta é a realidade do país desde o período colonial e explicitam que há uma persistência inacreditável no grau de concentração da renda e da riqueza. Mesmo o país passando por diversas fases (colonial, monárquica, republicana) não parece haver registros de modificação substancial no perfil distributivo, dizem os autores. A manutenção desta desigualdade está alicerçada na estabilidade das classes

superiores que de forma surpreendente, conforme os autores também expõem, e não se desestabiliza, ignorando inclusive transformações profundas na base econômica nacional. As classes superiores permanecem imunes às tentativas de combate à desigualdade, conformando uma sólida e poderosa aliança de interesses que resiste a qualquer mudança no anacrônico quadro distributivo brasileiro (Ibid., 2005, p. 29). Referências mais recentes, confirmam este padrão histórico brasileiro, entretanto sinalizam, com base em análises econômicas que há uma mobilidade social ascendente (com algum impacto na pirâmide social) em curso que revela a transformação maior que se verifica no âmbito tanto da economia como das políticas públicas. No caso, relacionada às políticas de aumento do salário mínimo, transferência direta de renda e políticas de inclusão bancária (POCHMANN, 2010).

LAVINAS e col. (2014) confirmam esta tendência com base na análise sobre o Índice de Gini (coeficiente estatístico usado para medir desigualdade, varia de 0 a 1, sendo 0 a completa igualdade e 1, a completa desigualdade). Sua análise considera o Índice antes e após transferência e incidência de impostos. Embora haja uma inflexão de tendência, ressalta-se que o cenário de alta desigualdade persiste, uma vez que as grandezas não apresentam uma variação significativa.

Para o Estado de Rondônia, onde está localizado o município de Corumbiara, os dados conforme POCHMANN e col. (2005, p.82) revelam que no mais de 70% das famílias constituem-se de migrantes, indicando que parte da riqueza provavelmente veio de fora. Afirma-se também que 66% das famílias ricas são brancas, fato que fica destacado quando se conta na região Norte com apenas 1/3 de famílias brancas. Esses dados são importantes, pois se de um lado tem-se riqueza concentrada, de outro pode-se ter um cenário de exclusão social. Exclusão essa que tem sua determinação na necessidade das pessoas e assim, colocando-as como potenciais beneficiárias da proteção social.

A percepção das elites sobre a pobreza e desigualdade, os eixos para enfrentamento da pobreza (geração de renda e incentivo ao acesso a bens e serviços), o histórico de desigualdade no Brasil (com reflexo em Estados e municípios) nos ajudam a identificar um claro ponto de tensão, no qual defesas opostas de interesses estão identificadas.

A partir de dados do IBGE trazemos dados para evidenciar um aspecto da renda para o município de Corumbiara, baseado no salário mínimo e cor ou raça. A seguinte tabela 2 demonstra tanto a desigualdade entre as faixas de salário mínimo quanto as questões de cor ou raça por cada faixa salarial. Em que pese o fato de a característica do município revelar maioria de população parda, ainda assim podemos continuar refletindo questões sociais a partir da tabela.

Tabela 2 – Relação de Rendimento por Cor ou Raça no município de Corumbiara/RO, segundo o Censo Demográfico de 2010

Salário Mínimo Cor ou Raça	Parda	Preta	Indígena	Branca	Amarela	TOTAL
Até 1/8	325	27	-	217	-	569
Mais de 1/8 a 1/4	613	65	-	396	-	1.074
Mais de 1/4 a 1/2	1.106	174	-	750	70	2.100
Mais de 1/2 a 1	1.422	268	4	1.104	44	2.842
Mais de 1 a 2	665	176	-	442	23	1.306
Mais de 2 a 3	125	36	-	132	7	300
Mais de 3 a 5	28	-	-	64	-	92
Mais de 5 a 10	40	-	-	45	-	85
Mais de 10	-	-	-	8	-	8
TOTAL	4.324	746	4	3.158	144	8.376
Sem rendimento*	143	-	-	131	-	274

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE com base no Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=110007&idtema=90&search=rondonia|corumbiara|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao->

*Inclui as pessoas que receberam somente em benefícios

Conforme a tabela 2 podemos observar que na estrutura de Corumbiara, mais de 94% da população tem rendimento situado na faixa de até dois salários mínimos. Considerando que para o ano de 2010 a referência de salário mínimo é R\$510, teremos então, a maior parte da população vivendo com rendimento de até R\$1.020, sendo que a maioria tem rendimento situado na faixa de entre mais de R\$255 e R\$510. Comparando-se o mínimo rendimento e o máximo rendimento temos que: quem tem menor rendimento situa-se na faixa de nenhum rendimento até R\$63,75 e as oito pessoas (que não representam nem 0,1 % da população total) que mais recebem, recebem no mínimo R\$5.100,01 em diante. Assim, recebem pelo menos oitenta vezes mais que a faixa de mínimo recebimento.

Olhar para o valor de PIB *per capita* de R\$18.667,54 dado para o município, porém observando juntamente em que faixa salarial se dá a maior parte da população, fica sugerida (ou demarcada) a questão da desigualdade de renda.

7.2.2 Risco e vulnerabilidade social

O campo conceitual do risco e vulnerabilidade social desafia pela variedade de perspectivas e elementos que traz para sua discussão, bem como pela indefinição de um conceito em relação ao outro. As definições de risco e vulnerabilidade somente podem ser entendidas como um processo associado a diferentes contextos histórico-sociais e a diferentes áreas que desenvolveram estas definições para seus objetos (JANCZURA, 2012). Serão, então, apresentados autores que já se dedicaram a entender este campo e a partir disso serão detalhadas opiniões acerca dos conceitos.

Yunes e Szymanski (2001 citado por JANCZURA, 2012) definem que a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito. Carneiro e Veiga (2004 citado por JANCZURA, 2012) definem vulnerabilidade como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam e concluem que vulnerabilidades e riscos remetem às noções de carências e de exclusão. Exemplificam:

Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/coletiva (Carneiro e Veiga citado por JANCZURA, 2012).

Também nesta perspectiva de relacionar vulnerabilidade e risco BARALDI e col. (2008) citam a OIT (2003, p. 43), apresentam, usando como exemplo a vulnerabilidade social do trabalhador, que esta vulnerabilidade é no sentido de *“um estado de elevada exposição a determinados riscos ou incertezas, combinado com uma capacidade diminuída para se proteger ou defender-se deles e para fazer frente a suas consequências negativas”*.

A ideia de Petrini (2003 citado por GOMES e PEREIRA, 2005) sobre situações de vulnerabilidade é a de que elas existem quando a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros. Para GUARESCHI e col. (2007) vulnerabilidade social é uma posição de desvantagem frente ao acesso às condições de promoção e garantia dos direitos de cidadania de determinadas populações. Abramovay (2012) citado por GUARESCHI e col. (2007) define vulnerabilidade social como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes

e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade e que essas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais. Ainda sobre vulnerabilidade, mais um conceito trazido por Katzman (1999) citado por MONTEIRO (2011) é de que esta vulnerabilidade:

[...]é entendida como o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhorar sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais (Ibid., 2011, p. 33).

No que se refere a risco, Bernstein (1997) citado por MONTEIRO (2011) indica que à noção de risco está intimamente ligada a perspectiva da probabilidade, da previsão. Sobre a questão do risco no sentido probabilístico, GRANJO (2006) problematiza que a probabilidade do risco pode levar as pessoas a negligenciarem uma quantidade significativa de ameaças. Visto que o autor estava trabalhando o risco na perspectiva do provável e na perspectiva da observação do processo de trabalho em uma refinaria, devemos observar esta afirmação considerando o contexto. SPINK e col. (2008) abordam o conceito de risco sob a perspectiva discursiva do senso comum e glossários, o que denominam de *“linguagem dos riscos”*. Nesta perspectiva, apresentam que a análise dos riscos se assenta em três pilares que são: o cálculo do risco, a percepção do risco pelo público e a gestão dos riscos. No território da linguagem dos riscos, eles estão assim representados: risco-perigo (ameaça, perda, sorte, azar, fatalidade, obstáculo, entre outros), risco-probabilidade (risco, aposta, chance, prevenir, probabilidade, entre outros) e risco-aventura (emoção, radical, desafio, ousadia, adrenalina, aventura, entre outros).

Para ajudar a clarificar este território de conceitos e apostas, fez-se uma breve análise do Mapa de Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo, realizados pelo CEM (2004) para captar como as questões de risco e vulnerabilidades estão colocadas no documento. A partir do desenvolvimento de indicadores, apresenta o risco para população infantil e juventude. Indicadores para captar o risco da população infantil são, por exemplo: alfabetização tardia e internações por doenças infecciosas e respiratórias. Como indicados para captar o risco da juventude, definem, por exemplo: gravidez precoce e homicídios entre jovens. Com estes indicadores os riscos a serem captados, respectivamente, parecem ser: não acesso ao ensino e a qualidade deste ensino, e a não efetividade da presença do aluno na escola na idade correta; ser

afetado por doenças que estão enfaticamente relacionadas a condições socioeconômicas e ambientais; morbimortalidade neonatal, infantil, materna e outras doenças associadas; exposição ao homicídio. A partir do documento o que se infere é que, visto que a vulnerabilidade social é um somatório de situações de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas, o risco está contido na composição da vulnerabilidade social como compositor da vulnerabilidade. Os riscos compõem o painel da vulnerabilidade. Esta é mais abrangente e quanto mais riscos, maior a vulnerabilidade, e o contrário também sendo verdadeiro.

Sobre os autores supracitados, três apresentam o conceito de risco ou vulnerabilidade associando um ao outro. Para estes, a vulnerabilidade se determina pela presença, exposição ou enfrentamento dos riscos. Nas definições que abordam vulnerabilidade sem citar riscos, estas são compostas por dificuldade, desvantagem, insuficiência ou inadequação em relação a tarefas básicas, amparo, serviços e bens, condições de promoção e garantia dos direitos e oportunidades oferecidas pela sociedade. Ou seja, elementos tais que estão relacionados ao bem-estar. Já os autores que abordam risco sem citar a vulnerabilidades, estes associam o risco com probabilidade, previsão. Mais especificamente SPINK e col. (2008) fazem uma abordagem da interpretação da linguagem cotidiana do risco e o localiza no sentido que para a questão social parece caber adequação ao sentido de risco-perigo e risco-probabilidade. Aparece também na referência dos autores a questão da negligência em relação ao risco que, nas questões sociais, podem fazer parte do comportamento do indivíduo, família, comunidade e também do Estado.

Estas inferências e este esforço em trazer reflexões acerca do conceito de risco e vulnerabilidade é importante para amparar a discussão sobre a proteção social, uma vez que é pensada para atuar nestas realidades.

Especialmente para a questão social, abordaremos a definição de CASTEL (2013) separadamente porque traz especificidades relacionadas ao trabalho. Para ele vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade à pessoa. Admite em sua reflexão que a zona de vulnerabilidade pode se dilatar diante de situações como crise econômica, desemprego, generalização do subemprego. Neste sentido afirma que, reduzida ou controlada, a zona de vulnerabilidade social permite a estabilidade da estrutura social.

7.3 O ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL

Quando ABRANCHES (1987) destaca que as famílias pobres dependem exclusivamente da assistência governamental e da benemerência privada (para provisão de necessidades) ele evidencia a situação que está por trás deste desprovimento. Em grande parte, as pessoas estão num lugar social que não ativa outro modo de vida que não seja aquele imposto até o momento. O autor menciona uma questão expressiva: situações de destituição a que as pessoas são submetidas podem causar danos ao desenvolvimento físico, cultural e psicológico.

Esta afirmação feita em 1987 encontra suporte em estudos como o de NOBLE e col. (2015) no qual se identifica que disparidades socioeconômicas em quesitos como renda familiar e escolaridade dos pais estão relacionadas ao desenvolvimento da estrutura cerebral e cognição de crianças e adolescentes. Os autores encontram que *status* socioeconômico está positivamente relacionado com a área de superfície cortical; renda familiar está vinculada à espessura cortical; educação dos pais esta positivamente relacionada com o volume do hipocampo. Todas estas características corticais e do hipocampo refletem nas habilidades cognitivas. Essas áreas são apontadas pelos autores como críticas para o desenvolvimento da linguagem, função cerebral executiva e memória. Além disso, chama atenção o dado identificador de que entre as crianças de baixa renda, as pequenas diferenças de renda foram associadas com diferenças relativamente grandes em área de superfície cerebral, enquanto que entre as crianças de famílias de renda mais alta, incrementos de renda semelhantes foram associados com menos impacto na área de superfície cerebral. Tendo em vista os aspectos descobertos, embora os autores afirmem não estar claro o que impulsiona estas correlações, sugerem explicações baseadas em questões como: experiências pré e/ou pós-natal, estresse familiar, estimulação cognitiva, toxinas ambientais e nutrição. Dessa forma, fica evidente que situações de destituição podem favorecer um ambiente nocivo já desde a infância e com impactos prováveis para o decorrer da vida.

O Estado de Bem-Estar se relaciona com a vida das pessoas desde este crucial nível particularmente fisiológico até este, igualmente essencial, nível de início do estar em sociedade (infância e adolescência). O bem-estar e a proteção social devem defender, antes de tudo a vida e, de forma ascendente, também a sua qualidade a todos que fazem parte da sociedade.

Em seu livro que discorre sobre Política Social, os eixos pelos quais MARSHALL (1967b) se propõe a trabalhar a política social são: educação, indústria, pobreza e saúde. A época de referência relacionada às suas discussões são os últimos anos do século XIX. A educação era relacionada à liberdade e ordenação da sociedade, seu sentido também era

inseparável da democracia. O ponto em que a educação está relacionada na discussão sobre política social é no fato de que, embora tenha sido considerada imprescindível junto à democracia, também houve interpretação de que, se o estado assegurasse educação e democracia, havia pouco mais a ser feito em Política Social. A indústria entra neste debate pelas suas associações às questões de trabalho nas fábricas, principalmente no que se refere a políticas voltadas à saúde e segurança industrial. Neste contexto, o Estado afirma seu direito de intervir para a proteção de trabalhadores nas fábricas e isto era aceitável mediante a impotência do indivíduo em proteger a si mesmo, porém esta proteção é seletiva (por exemplo, voltada a mulheres e crianças) e também se tem a questão da doutrina, existente, do individualismo e não interferência do Estado na liberdade dos trabalhadores (com ênfase aos trabalhadores masculinos).

A pobreza era considerada um fato social, não necessariamente um problema social. E a grande questão era o que fazer com este núcleo de pobreza. Entendiam, à época, que a pobreza se dava como um fato permanente (sempre existiu, existia e existiria). Nas questões de pobreza era dada a intervenção da Igreja, ordens religiosas, próprias famílias e vizinhos. A intervenção do Estado se dava apenas em situações especiais. Na França e nos Estados Unidos este modelo ocorria com ênfase, porém na Inglaterra, por ocasião da Reforma e pela maneira como a revolução industrial impactou a força da comunidade, a atuação desta rede não estatal foi bem reduzida. Aqui, diferencia-se o pobre do indigente, que fazia parte de uma categoria à parte de cidadãos. Nesta situação, o indigente era encaminhado para um asilo e tinha seu voto cassado. O sistema organizado para atender esta indigência era baseado na Lei dos Pobres. O atendimento à saúde era feito pelo Médico da Lei dos Pobres ou davam entrada na Enfermaria da Lei dos Pobres e seus filhos eram encaminhados para a Escola da Lei dos Pobres, ou mesmo outros estabelecimentos correspondentes.

Nesta questão da saúde associada às políticas públicas há uma ênfase na questão entre as ações em saúde pública e o capitalismo. Se estas seriam uma indução e necessidade do sistema para manter a própria manutenção (saúde do trabalhador e ordem social para a produção econômica) ou se estas se organizaram por fora destas necessidades. MARSHALL (1967b) apresenta ainda muitos aspectos sobre médicos e funcionários públicos com papel destacado na saúde pública. Relata que estes procuraram influenciar os meios industriais e governamentais com parte do seu conhecimento, compreensão e atitude em relação à vida. Colocavam compreensões sociais e de meio ambiente para além dos fatores somente médicos. Este suporte às questões sociais em saúde pública avançou com a Lei da Saúde Pública (1875) na qual se definia o poder das Autoridades Sanitárias locais e do Médico de Saúde. Outro fator também

destacado para a abrangência das questões sociais em saúde foi a criação de comitês para coleta de dados sobre os problemas sociais, decisão sobre políticas a implementar, fiscalização dos seus cumprimentos e a garantia da sua implementação a todo modo. Contando-se com a habilidade de persuasão dos inspetores e com o desenvolvimento de formas de superar os obstáculos impostos à Política Social.

Segundo David Roberts citado por MARSHALL (1967b, p. 14) *durante o meado da época vitoriana o cidadão comum inglês se tinha tornado “o beneficiário de um Estado que assumiria a responsabilidade pelo bem-estar de seus cidadãos.* No período de transição do século XIX para o século XX surgem disputas sobre concepções da responsabilidade do Estado em relação à promoção do bem-estar social. Diante de um cenário no qual se convivia com os efeitos da crise econômica, problemas sociais profundos (indigência, desnutrição, desemprego, extrema pobreza, poluição atmosférica) era necessário decidir o grau de responsabilidade do Estado, uma vez que sua responsabilidade no bem-estar já era ponto pacífico. Os argumentos manifestados e características das três escolas de pensamento, conforme MARSHALL (1967b), para a época são:

- escola socialista autêntica; embate com o sistema capitalista ao qual julgavam ineficiente e injusto; defendiam a ordenação da economia e do mercado pelo poder político; entendimento que a redução dos serviços sociais era característica do progresso social; ênfase na economia socialista e pouca atenção à política social;
- admissão de que o sistema econômico possui limitações; sustentação de que o sistema não deve ser mudado drasticamente; reconhecimento da responsabilidade e o direito de o Estado intervir modificando e complementando operações;
- conservadora; entendimento de que não havia nada de muito errado com o sistema; o Governo deveria garantir o bom desempenho do sistema econômico; entendimento de que cada qual individualmente deveria organizar e economizar para situações de necessidade (por exemplo, doença e velhice); concepção sobre haver probabilidade dos serviços sociais públicos causar desincentivo ao trabalho e a economia pessoal; entregar, tanto quanto possível, o trabalho de assistência social a instituições voluntárias.

Estas três escolas são as origens ecléticas da Política Social na Inglaterra, conjugando pensamentos socialistas, liberais e conservadores. Embora não seja a intenção detalhar, é necessário registrar a importância da guerra no delineamento do conceito de Estado de Bem-

Estar Social na Inglaterra. Reunião e partilha que foram princípios orientadores do período de guerra foram colocados a serviço do direcionamento social em favor da população, bem como em favor da sociedade que desejavam para o pós-guerra. Os serviços eram pensados para abrangência sem discriminação: o Ministério da Saúde pensado como um serviço amplo a ser utilizado por todos os cidadãos; a Diretoria de Educação pensada com planejamento para os jovens no pós-guerra e concessão de completa igualdade de oportunidades em educação. Recebe destaque o Relatório Beveridge (1942) que conforme declara o próprio T. H. Marshall, um documento notável, trazendo muitas especificações e apostas para a proteção do bem-estar social.

As crises, mais destacadamente econômicas, colaboraram para que fosse delineado um projeto de proteção social. Houve a organização deste sistema, seus alcances e limites foram se dando ao longo do tempo. E em virtude de novo momento de crise econômica, agora por volta de 1920 e 1930, o Estado de Bem-Estar Social começa a receber confrontos e críticas dentro de um contexto que evidencia o fato da insegurança econômica e a necessidade de contenção de despesas públicas.

A partir deste panorama histórico entraremos na apresentação de algumas definições de Estado de Bem-Estar Social para os processos que se dão na atualidade. Briggs citado por MARSHALL (1967a) aponta que o Estado de Bem-Estar Social é aquele no qual o poder organizado é deliberadamente empregado num esforço para modificar o jogo das forças do mercado em, pelo menos, três direções. Estas são: subsistência, segurança e “uma determinada gama de serviços sociais”, sendo que esta última não almeja a um mínimo, mas a um ótimo.

Segundo VIANA e LEVCOVITZ (2005) é possível identificar dois tipos clássicos de conceituação de *Welfare State*. Os conceitos analítico-descritivos que o definem como o que assegura um conjunto de benefícios fundamentais à totalidade da população que visa a proteger os cidadãos contra riscos econômicos e eventos inesperados. Os conceitos teórico-interpretativos definem *Welfare State* como o que proporciona seguridade econômica como resultado da máxima integração entre os entes econômicos com base no consumo privado, e apoiado por uma democracia social.

BENEVIDES (2011, p. 11-12) com o objetivo de buscar uma definição para o Estado de Bem-Estar Social cita três autores e dois que trazem definição propriamente dita. Briggs, já aqui anteriormente citado e Wilenski (1975) que traz a definição de que o fundamento do *Welfare State* é a existência de um padrão mínimo (garantido pelo Estado) de renda, alimentação, saúde, alojamento e instrução, assegurado a qualquer cidadão como um direito político e não como caridade. Com base nestas definições, Benevides inicia seu percurso com

o objetivo de observar a evolução e configuração do sistema de proteção social brasileiro a partir da perspectiva do *Welfare State* e observar qual a tendência do país quando comparado com países de três regimes ideais: Liberal (Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Canadá, Nova Zelândia), Conservador (França, Alemanha, Bélgica, Áustria, Holanda) e Social-Democrata (Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia).

Diante da leitura das questões trazidas pela autora, se fosse necessário afirmar e definir se há ou não, realmente, um Estado de Bem-Estar Social no Brasil, entendemos que valeria à pena afirmarmos que nosso país está em um momento de ajuste do seu Estado de Bem-Estar Social porque quando olhamos para os países que têm este regime implantado e seu momento prévio à implantação do regime de Bem-Estar Social, vê-se que o Brasil está alinhado com as características deste momento. Há ainda no país, questões que precisam ser melhor desenvolvidas socialmente, como a qualidade e acesso aos serviços de saúde e educação, desenvolver políticas para impactar no trabalho informal de modo a reduzi-lo progressivamente, reduzir as taxas de pobreza e desigualdade. Por outro lado, há avanços como o aumento dos gastos públicos em políticas sociais, expansão e diversificação dos serviços de saúde e educação, ampliação dos benefícios e transferências de renda, constitucionalização dos direitos sociais e os relacionados à condição de cidadania. Então, acredita-se que estes fatores indicam este, anteriormente citado, momento prévio. Há que se ter também uma reflexão de que, dependendo da camada social a que a pessoa está agregada, pode-se dizer que essa pessoa pode se favorecer em um bem-estar social. Por exemplo, as pessoas que estão categorizadas no 15º vintil conseguem se favorecer em um bem-estar social que ainda não é consolidado quando nós olhamos para a totalidade do país.

A observação feita em relação aos avanços apontados para situar o Brasil a caminho do seu Estado de Bem-Estar Social é situação de incerteza junto ao momento político vivido pelo país no presente ano. As conquistas que estavam sendo desenvolvidas têm sofrido constantes ofensivas e, embora estivéssemos vindo nesta organização, inclusive mediante estruturação de políticas públicas consoantes com o estado de Bem-Estar Social, a sinalização do futuro faz-se incerta sobre esta afirmação.

Quando se observa o Estado de Bem-Estar Social através dos vários regimes, nota-se que o Brasil caminha entre características que pertencem a estes diversos regimes. Por exemplo, quando percebemos o país no que se refere às políticas sociais, identifica-se uma característica conservadora, principalmente em relação à previdência. Entretanto, se fica colocada a centralização dos diversos esquemas de previdência, ocorridas principalmente na Ditadura Militar, observa-se o viés dos países social-democratas. E quando é considerada a questão dos

trabalhadores informais, evidenciando essa relação do mercado de trabalho, atenta-se para uma característica marcadamente liberal. Essa variedade, parece-nos um suporte para a afirmação de que o Brasil está num momento de estruturação e também para considerar que o país irá desenhar o seu Estado de Bem-Estar Social tendo em vista o momento em que surgiram seus principais condicionantes para esse desenvolvimento social e seu sistema de proteção social. Tudo isso, levando-se em conta que, conforme a literatura no campo da proteção social, seu início no Brasil se dá na década de 1930.

Neste sentido, de acordo com a sustentação de FAGNANI (2010), desenhamos aqui no Brasil um modelo de proteção social baseado no Estado de Bem-Estar Social implantado pela social democracia europeia no pós-Guerra (1945/1975).

Os indicadores que BENEVIDES (2011) usa para analisar e acompanhar o desenvolvimento dos diferentes regimes de bem-estar social são: gasto social público, educação, saúde, mercado de trabalho, desigualdade de renda e pobreza, e potencial *Trade-off* (situação em que se focaliza em algum serviço a partir do detrimento de outro).

No que diz respeito a referências mais contextualizadas a esta época de iniciação da proteção social no Brasil, tem-se, de acordo com VICENTE (2009, p.124) que o Estado de bem-estar social, entre as décadas de 1940 e 1960, ficou conhecido como “*era dourada do capitalismo*” por ser um momento de desenvolvimento econômico, com garantias sociais e oferecimento, praticamente, de emprego pleno para a maioria da população nos países mais desenvolvidos. O autor também assinala a importância deste cenário para o crescimento econômico industrial e a implementação das políticas sociais como uma aliança entre os diferentes setores da sociedade: os empresários, a classe média e os trabalhadores.

Neste sentido, POCHMANN (2004) apresenta três principais motivações que iluminaram o Estado de Bem-Estar Social e seu avanço ao longo do século XX: motivação de característica pós-liberal em que a proteção social é voltada tão somente para os mais fracos; motivação de natureza mais corporativa que visou conceder a proteção social a determinadas categorias ocupacionais consagradas; motivação de natureza socialdemocrata que privilegiou a distribuição de renda gerada por meio da montagem de uma estrutura secundária (fundos públicos).

Além disso, REIS (2010) cita De Swann (1988) sobre seu estudo clássico que relata a respeito da emergência de políticas nacionais de bem-estar social na Europa. O estudo destaca a opinião do autor que, conforme sua perspectiva, considera que somente quando as elites viram vantagens na coletivização de soluções a problemas sociais é que o poder público tornou-se o agente natural na provisão de “bens de cidadania” como educação, saúde e previdência.

O que o estudo citado revela é que enquanto os membros das elites acreditavam que podiam se proteger individualmente das calamidades e incertezas, nenhum incentivo existiu para a coletivização de soluções. Quando, porém, identificaram situações em que a proteção individual era ineficiente, como no caso do cólera, descobriram as vantagens ou a necessidade de soluções coletivas (REIS, 2000).

LAVINAS e col. (2014) corroboram tal afirmação, indicando também que foi justamente a própria dinâmica instável e destrutiva do capitalismo que levou ao surgimento e enraizamento do Estado do Bem-estar, que se tornou no século XX uma de suas mais estáveis e efetivas instituições.

A aproximação do tema com a visualização mais prática desta estrutura no Brasil pode ser dada a partir das colocações de FAGNANI e VAZ (2013, p.93), referindo que a Seguridade Social, além de transferências monetárias para as famílias, da previdência, do trabalho e da assistência social, contempla a oferta de serviços universais proporcionados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pelo Sistema Único de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN).

8. DIMENSÃO SOCIAL DA SAÚDE

A partir da compreensão de como as questões sociais estão colocadas na sociedade e a forma como isso tudo se vê diretamente conectado com a vida das pessoas, dos cidadãos, daqueles que são sujeito de direitos, faz-se neste capítulo a apresentação da dimensão social da saúde. O objetivo é demonstrar, de forma mais detalhada e específica, a envoltura entre proteção social e a saúde, juntamente com seus determinantes sociais. Pontua-se, então, brevemente a relação da proteção social e a saúde, e destas com o SUS. Na sequência faz-se uma abordagem sobre os determinantes sociais de saúde, direitos sociais, direito à saúde e o Estado de Bem-Estar Social.

8.1 SISTEMAS DE SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL

Nesta breve pontuação da relação da proteção social com a saúde, refere-se a abordagem objetiva de KUSCHNIR e FAUSTO (2014) sobre o tema. As autoras relatam:

Os sistemas de saúde fazem parte de sistemas mais amplos de proteção social, que englobam também os sistemas de assistência social, aposentadorias, pensões e seguro desemprego. A proteção social, portanto, refere-se às políticas públicas que têm por objetivo proteger os indivíduos contra os riscos inerentes à vida e/ou assistir às necessidades[...] (Ibid., 2014, p. 96).

Assim, no que diz respeito à saúde, fica caracterizado que a maneira como se veem organizadas as políticas públicas em saúde é determinante para a proteção social em saúde, na amplitude que ela requer. Também sobre este contexto VIANA e MACHADO (2008) destacam que a implementação do SUS trouxe mudanças em várias dimensões relevantes (principalmente no que se refere à luta pela concretização da saúde como direito de cidadania, mas também relacionado a gasto social, acesso aos serviços, resultados sanitários, entre outros) para a caracterização da proteção social. Defendem que o balanço da política do SUS a partir da lógica da proteção social é importante e, para tanto, analisam este balanço dos 20 anos do SUS (a partir da sua constituição) por meio de quatro dimensões: organização institucional, financiamento, relações público-privadas e modelo de atenção à saúde.

Embora o objetivo na discussão não seja detalhar a análise de cada uma destas dimensões, é importante deixar mais evidente esta dimensão da proteção social em relação à saúde. Até aqui, como bens e serviços sociais, tem-se a seguridade social e o SUS. Neste ponto, trazem a referência de Robert Castel (2001 citado por VIANA e MACHADO, 2008) que define como propriedade social a estrutura de produção de bens e serviços sociais. Tal definição objetiva diferenciar a propriedade social da propriedade individual, responsável pela liberdade/autonomia do homem na virada da modernidade e base fundamental das ideias liberais.

Outra relação evidenciada entre a proteção social e a saúde é dada também por KUSCHNIR e FAUSTO (2014) citando Freeman e Moran (2002) a partir da definição de três importantes dimensões que integram e demarcam os limites das propostas e modelos de sistemas de saúde em cada sociedade: a dimensão da proteção social, a dimensão política da saúde e a dimensão econômica da saúde.

A saúde tem se constituído em um dos aspectos mais importantes da proteção social. Em muitas sociedades contemporâneas é interpretada como elemento fundamental para a ampliação das oportunidades de trabalho (Ibid., 2014, p. 102). Este registro faz parte da dimensão da proteção social.

A dimensão real da importância da proteção social à saúde pode ser identificada no detalhamento das dificuldades econômicas e afetivas a partir do relato de casos sobre como é viver com transplante renal sem proteção social em saúde. Embora MERCADO-MARTÍNES e col. (2014) problematizem a questão a partir do dado da América Latina de que 20% da população não conta com um sistema de proteção social em saúde, a realidade deste relato pode ser expandida para outras questões específicas e a partir de então chegarmos a, também, outras dimensões desta importância.

8.2 DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E O DIREITO À SAÚDE

Conforme a Lei 8.080 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes: alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, transporte, lazer, acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990, art. 3º). Ao olharmos para estes fatores podemos igualmente enxergar a dimensão dos direitos sociais aqui associados à saúde.

BUSS e PELLEGRINI FILHO (2007) relatam histórico das questões sociais na área da saúde pública evidenciando um campo de tensão entre o enfoque médico biológicos e os enfoques sociopolíticos e ambientais no qual as preponderâncias se alternam. Com a Conferência de Alma-Ata e as atividades inspiradas no lema “*Saúde para todos no ano 2000*”, retoma-se o tema dos determinantes sociais da saúde.

Sen (2004) citado por VIANA e FAUSTO (2005) afirma que a expansão dos serviços de saúde, educação, seguridade social, e outros, contribui de forma direta para a qualidade de vida, pois, como afirma o autor, há evidências de que mesmo com renda baixa, um país que garante serviços de saúde e educação a todos pode obter resultados notáveis no tocante à duração e qualidade de vida. Esta expansão depende dos avanços no acesso a direitos, a serviços de saúde e da atenção social.

Dada a relevância dos determinantes sociais da saúde, há historicamente dois movimentos, um internacional e outro nacional, respectivamente ocorrem em 2005 e 2006. No ano de 2005 a OMS criou a Comissão de Determinantes Sociais da Saúde para evidenciar a importância destes determinantes sociais e para ajudar países em relação aos fatores sociais que causam impactos e iniquidades em saúde. Como reflexo do movimento internacional, também o Brasil instituiu, em março de 2006, a Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS, 2008).

Recorre-se também ao artigo de BUSS e PELLEGRINI FILHO (2007) para tratar dos conceitos de determinantes sociais em saúde. Os autores apresentam cinco conceitos, conforme podemos verificar no quadro 3 em que estão organizados por ordem de aparecimento no artigo de referência.

Quadro 3 – Conceitos de Determinantes Sociais de Saúde sistematizados a partir de referências

Conceito de determinantes sociais de saúde	Autor (a) responsável pelo conceito	Ano da citação
“(…)são os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população.”	CNDSS	2006
“(…)são as condições sociais em que as pessoas vivem e trabalham.”	OMS	2005

Continuação do quadro 3

“(…)os fatores e mecanismos através dos quais as condições sociais afetam a saúde e que potencialmente podem ser alterados através de ações baseadas em informação.”	Nancy Krieger	2001
“(…)as características sociais dentro das quais a vida transcorre.”	Tarlov	1996
Estilo de vida dos indivíduos; redes sociais e comunitárias; produção agrícola e de alimentos; educação, ambiente de trabalho; desemprego; água e esgoto; serviços sociais de saúde; habitação; condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais.*	Dahlgren e Whitehead	1991
Contexto das políticas, contexto social, posição social, exposição específica, doença ou acidente, consequências sociais ou mau estado de saúde.**	Diderichsen e Hallqvist	1998

Fonte: Elaboração própria a partir de BUSS e PELLEGRINI FILHO (2007) e GARBOIS e col. (2014).

*Interpretação a partir do modelo de Dahlgren e Whitehead

**Interpretação a partir do modelo de Diderichsen e Hallqvist

A partir dos conceitos apresentados no quadro 3 pode-se sintetizar que os determinantes sociais em saúde também estão relacionados à garantia dos direitos sociais, bem como estão relacionados a outros direitos fundamentais.

Para não perdermos a dimensão política do que isso representa dentro do debate da questão social em saúde, trazemos aqui o estudo exploratório de GARBOIS e col. (2014) no qual é evidenciado o contexto político social em que reaparecem os determinantes sociais da saúde como demanda e associados às iniquidades nesta área. Este debate é resultado de processos que envolvem o desgaste do modelo neoliberal (que opõe crescimento econômico e desenvolvimento social) e o cenário de contenção de gastos que promove a ideia dos mínimos sociais. Esta conjuntura abre espaço para um sentido de proteção social que extrapole o combate à pobreza absoluta e amplie também para o enfrentamento das desigualdades sociais. Entretanto, as autoras trazem como problematização que o interesse pós-neoliberal nesta conjuntura é o repúdio à desigualdade extrema, mas por uma questão de garantir e ampliar a participação de pessoas no mercado econômico, com poder de compra e interação. A questão em foco não é a justiça social.

A passagem pelos determinantes sociais da saúde durante o estudo da proteção social vem para ressaltar como as situações que geram desigualdades e que demandam posicionamento de proteção social estão interligadas com a saúde, saúde pública. Isto nos leva a ponderar que também as ações em saúde pública, além de serem uma rede de proteção social,

são meios pelos quais podemos influenciar as determinações sociais. A saúde como promotora de bem-estar social e também como resultado do bem-estar social.

Nos escritos da CNDSS (2008) as precárias condições de vida e saúde de amplos setores da população brasileira são privações de liberdade que limitam sua capacidade de optar entre diferentes alternativas, de ter voz frente às instituições do Estado e da sociedade e de ter maior participação na vida social.

Estas privações de liberdade citadas no texto são, na perspectiva de Amartya Sen e John Rawls sobre a privação de liberdade, opostas às oportunidades para exercer a condição de cidadão.

Adentrando o campo dos direitos sociais, SIMÕES (2013) indica que a primeira referência à semelhança do que temos atualmente em direitos sociais ocorre na ocasião do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O autor apresenta que no Brasil a primeira referência expressa se dá no período do regime militar quando, na Constituição de 1967, é declarado crime de responsabilidade do Presidente da República os atos que atentassem contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.

A Constituição de 1988 consagra como direitos sociais: a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. SIMÕES (2013) assinala que tais direitos são bens sociais considerados imprescindíveis à garantia do valor da dignidade. FAGNANI e VAZ (2013) acrescentam que os direitos sociais são para todos (universais) e regidos pelo princípio da “Seguridade Social” (todos têm direito, mesmo aqueles que não podem contribuir monetariamente).

SANDOVAL (1997) contribui a este debate com a reflexão sobre como os processos de democratização se relacionam aos direitos sociais. Registra que, na sua concepção, os direitos sociais devem ser entendidos como uma derivação de direitos políticos adquiridos e se isso ocorre a preocupação básica passa a ser a discussão da garantia dessa esfera de direitos. Neste sentido aponta que a estabilidade da democracia se assenta no que podemos referir como duas bases: capacidade dos cidadãos se mobilizarem em defesa de seus interesses, para influir sobre políticas, e para serem ouvidos pelos detentores do poder; e, na elaboração e difusão dos valores democráticos dentre a população, através das mobilizações, no concernente aos direitos políticos (p. 239).

Neste ponto tem-se importante reflexão acerca do plano político na conjuntura da proteção social. A influência sobre políticas, seja por espaços democráticos de debate e

instâncias formais partidárias, significa avanço na formulação e reformulação de políticas no que se refere a situações de necessidade a que indivíduos estão submetidos.

Da visão liberal de liberdades públicas ao reconhecimento de direitos sociais, das conquistas do *Welfare State* ao reconhecimento do desenvolvimento como forma de liberdade, consolidou-se a noção do Estado como promotor dos direitos fundamentais, principalmente pelo reconhecimento do conflito social como questão jurídica e pela consagração da função distributiva como um dos principais atributos do Estado (BERCOVICI e MASSONETTO, 2010).

No que se diz respeito ao necessário debate sobre o direito à saúde em todo este contexto, entende-se das referências de MACHADO (2011) que há dois conjuntos de questões que apoiam os obstáculos ao direito à saúde. Um conjunto se refere à relação entre políticas econômicas, gastos sociais e políticas de saúde, o outro conjunto se refere à relação entre tendências gerais de mudanças e características específicas dos processos de reforma setorial nos países, condicionados por variáveis estruturais, institucionais e políticas.

L'ABBATE (2009) em sua primorosa investigação sobre o direito à saúde apresenta as concepções de diferentes sujeitos em distintas entidades acerca deste direito. Trazemos estes discursos para ampliar a visão sobre o direito à saúde a partir do contexto relatado pela autora. As entidades relacionadas à saúde às quais nos referimos são: setor privado, setor público, movimento sindical e movimento popular. A partir delas detalharemos as concepções.

Sobre o direito à saúde a partir do setor público, concluiu-se que quase inexiste a concepção de direito público; parece clara a concepção de que assistência médica é uma mercadoria como as outras. Não há indício da aceitação do direito à saúde nem como direito social nem como instituinte de novas práticas nos serviços de saúde.

Quanto às questões do direito à saúde a partir do setor público tem-se bem demarcada a diferenciação deste em relação ao setor privado. Médicos e dirigentes de instituições claramente aceitavam, tacitamente, o direito à saúde, como princípio básico da organização dos serviços de saúde (Ibid., 2009, p.152). A contemplação do direito à saúde ou pelo menos do direito ao acesso surge também como defesa. Em que pesem as diferenças de pensamento sobre a maneira de assegurar a saúde, se pelo modelo Suds ou pelo SUS, enquanto opções (e isto também se relaciona ao lugar de onde cada sujeito produz a sua fala), todos demonstravam a aposta no direito à saúde. Também demonstravam olhar de problematização para questões como o capital e a condutas da própria classe médica.

No que se refere ao direito à saúde para o movimento sindical há aceitação plena do direito à saúde como princípio básico da organização dos serviços de saúde. Constata-se

também a dimensão de todos os direitos como condição imprescindível para regular as relações sociais. A evidência das falas se caracteriza pelo direito à saúde como premissa, como conquista e como palavra de ordem. Sobre estes discursos, a autora aponta que são parte do processo prévio de conscientização e diz ser algo absolutamente fundamental.

O movimento popular de saúde apresenta e discute diferentes dimensões do conceito de direito à saúde. Percebem a relação da teoria com a prática. Neste sentido, seu discurso de direito à saúde está conectado com outras dimensões como direito às condições de vida e direito à própria vida. O discurso abrange a reponsabilidade do Estado em oferecer serviços de qualidade no qual fica evidenciado também o direito ao paciente de ser bem atendido. Na análise também se evidencia a conexão entre responsabilidade da comunidade e este direito à saúde.

Tendo em vista a relação público *versus* privado nas questões de organização dos serviços de saúde e as organizações das defesas que se fazem necessárias em relação ao direito à saúde, à defesa dos direitos sociais, as informações trazidas por Solange L'Abbate dão suporte para a discussão da proteção à saúde. Cada um dos discursos captados demonstra como está colocada (ou não) sua defesa em relação à proteção social, quer seja no aspecto da ampla noção dos direitos, quer seja na abordagem específica do direito à saúde. Certamente apontam onde é possível atuar e investir para que a defesa do direito à saúde se expanda socialmente a partir das entidades estudadas e também a partir de cada sujeito de direito implicado na sociedade.

9. PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Uma vez que a proteção já vem sendo abordada ao longo dos capítulos anteriores para vir construindo o suporte à sua apresentação e debates, neste momento apresentaremos a proteção social no Brasil sob o aspecto histórico, organizacional e econômico. As tendências, desafios, campos de influência e defesas da proteção social também serão contextualizados. Esta abordagem pretende apresentar aspectos que possam situar o contexto da proteção social. Não fará os aprofundamentos específicos das disputas implícitas em cada momento de destaque.

A proteção social no Brasil começa a se estruturar a partir de 1930 (BENEVIDES, 2011). Até chegar nas ações do governo Vargas e a Revolução de 30, passa-se pelas lutas sindicais do início do século XX e a criação das caixas de aposentadoria e pensões (NORONHA, 2005, p.32). PIMENTA e NASCIMENTO (2014) também fazem memória ao histórico da seguridade que remonta ao século XV. Conforme Lavinias e Varsano citado por PEREIRA (2011) a realidade local é reflexo da conjuntura internacional, pois no Brasil houve influência das mudanças dadas internacionalmente.

Dando suporte ao entendimento a respeito de a política de proteção social brasileira ter seus momentos de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania, durante os regimes autoritários, PEREIRA (2011) argumenta esta tendência a partir de três motivos: a) os governos autoritários procuravam “mostrar serviço” para justificar sua ação interventora, anunciada como revolucionária; b) encobrir a dureza do regime de exceção; c) distribuir bens e serviços para não ter que distribuir poder (Ibid., 2011, p. 126).

O sistema econômico e sua relação com a divisão de poderes, conforme vem sendo explicitado, está completamente colocado na ordem da proteção social. No Brasil, segundo PEREIRA (2011) vivemos, a partir dos anos 90 até a atualidade, a política social neoliberal contra a qual, segundo a autora, deve-se empreender esforços e resistir contra a tendência de priorizar políticas sociais focalizadas. A resistência contra esta tendência apoia-se nos direitos já adquiridos e que garantem a proteção de todos. Está assinalado em PIERDONÁ (2007) que o sistema de proteção social previsto na Constituição Federal de 1988 tem por objetivo a proteção de todos, nas situações geradoras de necessidades, por meio de ações de saúde, previdência e assistência social. Acrescenta ainda que sua efetivação tem como base o princípio

da solidariedade, uma vez que o financiamento do referido sistema está a cargo de toda sociedade.

Portanto, as ações focalizadas devem ser confrontadas, entretanto, a situação de desigualdade que impera no Brasil tem demandado esta tendência e por isso, cada vez mais, nossas ênfases devem estar voltadas para a causa dos problemas sociais, o entendimento do contexto destes problemas e seus reflexos no modo de vida das pessoas; isso para que possamos ir neutralizando sua perpetuação dos estados de desigualdade e ir acessando interiormente e socialmente nossas responsabilidades frente ao que está dado socialmente como questão social.

No debate sobre a organização no enfrentamento aos problemas sociais no Brasil, destaca-se a dimensão dada por ABRANCHES (1987) à relação direta entre a ação social do Estado e a promoção da justiça social (forma de garantia e promoção dos direitos sociais da cidadania) e do combate à miséria (modo e grau de correção de desequilíbrios sociais).

Muitas são as questões econômicas associadas aos desequilíbrios sociais e o cenário é desafiador. Para SPOSATI:

A proteção social, política pública de forte calibre humano, carrega marca genética que a torna um tanto distinta de outras políticas sociais. Seu campo de ação não se refere, propriamente, à provisão de condições de reprodução social para restauração da força de trabalho humano. As atenções que produz constituem respostas a necessidades de dependência, fragilidade, vitimização de demanda universal porque próprias da condição humana (p. 653).

A política social que vem sendo instituída como possível dentro da realidade do sistema capitalista, a política social neoliberal, é reflexo da produção do próprio sistema. As produções do modo de produção capitalista são os grandes desafiadores para o avanço da proteção social para o Estado de Bem-Estar Social no Brasil; para a percepção da condição humana para além dos mínimos sociais.

Segundo WEBER (2013), apoiando-se em John Rawls, considerando a realização dos direitos fundamentais e a concretização do princípio da dignidade humana, *“a ideia que o norteia refere-se à preservação e garantia das condições e exigências mínimas de uma vida digna. Isso significa dizer que o direito ao mínimo existencial está alicerçado no direito à vida e na dignidade da pessoa humana”*. Entretanto, neste sentido, PEREIRA (2011) defende a observância entre os termos *mínimo* e *básico* e suas correspondentes repercussões. Para a autora, mínimo e básico são conceitos distintos,

Enquanto o primeiro tem a conotação de *menor*, de *menos*, em sua acepção mais ínfima, identificada com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social, o segundo não. O *básico* expressa algo *fundamental, principal, primordial*, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta (Ibid., p.26, grifo do autor).

Esta defesa da autora é justa para o que se propõe no campo da proteção social e considerando as lutas que se apresentam no sistema político, social e econômico brasileiro. A defesa de termos (mínimo ou básico) para esta autora aponta, inclusive, para a recomendação na mudança do termo *mínimo* adotado pela LOAS.

9.1 HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO E FINANCIAMENTO

A partir da referência de PIMENTA e NASCIMENTO (2014) o **histórico** da seguridade social no Brasil tem suas primeiras correspondências no século XVI e esta evolução chega até a atualidade, passando por diversos momentos e construções históricas nesta defesa da seguridade e proteção social.

No século XVI o início se dá com as Santas Casas para auxílio à saúde e outras ações tipicamente filantrópicas. Neste período marca-se a instituição da Santa Casa em Olinda (1539), Santos, Vitória, Salvador, Santa Casa paulistana (1560) e Santa Casa carioca (1582). Um segundo destaque é a Constituição pioneira de 1891 no que se refere à aposentadoria (concedida a funcionários públicos em caso de invalidez). Ainda segundo os autores anteriormente citados, a extensão de benefício previdenciário a não servidores públicos inicia em 1919 (Decreto Legislativo nº 3.724). Segundo IBRAHIM (2011, p.57 citado por PIMENTA e NASCIMENTO, 2014) o Decreto Legislativo nº 4.682/1923, chamado de Lei Eloy Chaves, é conhecido como o marco inicial da previdência social brasileira. Tal decreto institui as caixas de aposentadorias e pensões para os funcionários de empresas privadas de estradas de ferro. No âmbito público o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) inicia efetivamente a gestão especializada de benefícios de natureza previdenciária. Nesta perspectiva são criadas outras instituições públicas para diferentes categorias. O Decreto-Lei nº 72 unifica todas estas instituições no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). A Lei nº 6.439, em 1977, institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas) que agrega o INPS, Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), Fundação

Legião Brasileira de Assistência (LBA), Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem), Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev), Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) e a Central de Medicamentos (CEME).

PIMENTA e NASCIMENTO (2014) também indicam que em 1990 é criado o Instituto Nacional de seguridade Social (INSS), Lei nº 8.029, unificando INPS e Iapas, permanecendo apenas a Dataprev. A assistência médica passa a ser coberta pelo SUS.

A partir deste histórico que traz momentos destacados, observa-se que o movimento da atenção ao social no Brasil se inicia com a mobilização do movimento religioso, passando pelas proteções em questões econômicas privadas até que a realidade social comece a ser incorporada por órgãos governamentais.

Com a referência de NUNES e TEIXEIRA (2014), abordando o sistema de proteção social brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988, tem-se o levante da discussão sobre universalidade, focalização e seletividade, bem como o destaque para estas políticas nos governos Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula. É com base nesta referência que serão feitas as sínteses neste sentido. A gestão de Collor foi marcada pela obstrução a novos direitos sociais; a gestão de Itamar Franco destacou-se por reformas legislativas (com ênfase na legislação rural e na regulamentação da LOAS) e a partir de 1992 há aumento dos benefícios concedido pela previdência por ocasião da vigência das normas da Constituição Federal na garantia do acesso universal de idosos e inválidos à previdência social; a gestão de Fernando Henrique Cardoso é marcada pelo investimento social no combate à inflação, criação da CPMF, criação do Programa Comunidade Solidária em substituição ao LBA, implementação do Benefício de Prestação Continuada (instituído pela Constituição Federal de 1988), criação do Projeto Alvorada, criação do Fundo de Combate à Pobreza, criação da Rede Social Brasileira de Proteção Social (composta de 13 programas), criação do Cadastro Único; a gestão de Lula é caracterizada pela unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família.

No que se refere à **organização** da proteção social no Brasil, a PNAS (2005) destaca que proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar. A segurança de rendimentos incentiva a garantia de rendimento para manutenção da sobrevivência de forma independente às limitações para o trabalho ou desemprego. A segurança da acolhida inclui a provisão de necessidades humanas (alimentação, vestuário e abrigo). O convívio ou vivência

familiar são defendidos na perspectiva de que essa agregação seja uma necessidade própria da natureza humana.

A PNAS organiza a proteção social em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Suas especificações estão descritas e apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 - Organização da Proteção Social no Brasil

	Objetivo	Responsabilidade	Destaque
Proteção Social Básica	Prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	Três instâncias de governo. Execução direta dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)	Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) Benefício de Prestação Continuada (BPC)
Proteção Social Especial	Flexível, requer avaliações individuais. A ênfase é a reestruturação dos serviços de abrigamento dos indivíduos que, por uma série de fatores, não contam mais com a proteção e o cuidado de suas famílias, para as novas modalidades de atendimento.	Três instâncias de governo. Reforça-se a gestão necessária com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não tenham sido rompidos.	Três instâncias de governo. Reforça-se a gestão necessária com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.	Serviço de orientação e apoio sociofamiliar; Plantão Social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência; Medidas socioeducativas em meio-aberto (Prestação de serviços à Comunidade e Liberdade Assistida).
Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Garantir proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se	Três instâncias de governo. Reforça-se a gestão necessária com o Poder Judiciário, Ministério Público e	Atendimento Integral Institucional; Casa Lar, República; Casa de Passagem; Albergue; Família Substituta; Família Acolhedora;

Continuação do quadro 4

	encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.	outros órgãos e ações do Executivo.	Medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade, internação provisória e sentenciada); trabalho protegido.
--	--	-------------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAS/2004

Os serviços previstos para a Proteção Social Básica são: Programa de Atenção Integral às Famílias; Programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza; Centros de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças; Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Centros de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos.

Para além dos serviços programados é importante considerar neste campo a intervenção profissional, por exemplo no caso especificado da Proteção Social Especial que demanda a especificidade da percepção do profissional de referência para a situação social que está dada e se apresenta. Mas não somente neste caso, em todas as situações de desdobramento, em ato, das ações de proteção social, é necessário reconhecer a conjuntura e as possibilidades de intervenção. Sobre isto, MIOTO e NOGUEIRA (2013) apresentam:

A conformação da proteção social acontece condicionada pelos processos sociais em curso num determinado momento histórico e também pela maneira como o profissional configura e viabiliza suas ações. Ou seja, depende: da matriz teórico-metodológica, particularizada no campo específico da ação, a qual lhe dá direcionalidade; da forma como interpreta as demandas postas pelos seus usuários, e do conhecimento estruturado da natureza e do conteúdo das ações profissionais necessárias para a consecução dos objetivos profissionais. São aspectos sempre vinculados, no campo da política social, às possibilidades de conformação da proteção social, que requerem outros desdobramentos, relacionados tanto ao conteúdo das ações como ao conhecimento acerca do conjunto de instrumentos e técnicas necessários para a abordagem dos sujeitos de intervenção que colocam o projeto profissional em movimento (Ibid., p. 68).

A atenção às ações previstas na proteção social tem no **financiamento** base fundamental para organização destas ações e serviços. Segundo BRASIL (1988), artigo 195, o financiamento da seguridade social deve ser dado por toda a sociedade, de forma direta e indireto, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei; do trabalhador e dos demais segurados da previdência social; sobre a receita de concurso de prognósticos e do importados de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equipar. Estas especificações também podem ser conhecidas na Lei nº 8.212 que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de custeio, e dá outras providências.

Também nesta questão, é importante diferenciar os benefícios não contributivos e contributivos e destacar a origem das receitas da seguridade social. VIANA (2005) destaca que são considerados filiados ao sistema previdenciário: o segurado empregado, o segurado trabalhador avulso, o empregado doméstico, o contribuinte individual, o segurado facultativo e o segurado especial, dado apenas a este último a possibilidade de ser isento de contribuição. No ano de 2002, conforme apresentado pela autora as receitas da seguridade social foram provenientes das seguintes instâncias: receita previdenciária líquida, outras receitas do INSS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Contribuição social sobre o lucro líquido, Concurso de prognósticos, Receita própria do Ministério da Saúde, Outras contribuições sociais e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Ainda sobre o financiamento e aprofundando as discussões, SALVADOR (2007) relata que as contribuições sociais são recursos parafiscais custeados por empresas e pela classe trabalhadora e se constituem, no Brasil, na principal fonte de financiamento da seguridade social.

Nessa perspectiva, CAMARGO (2004) questiona de forma ousada, “[...] *por que um Estado decide taxar seus cidadãos e utilizar os recursos assim obtidos para desenvolver programas nas áreas de saúde, educação, previdência social, assistência social e trabalho?*”

Ele assume que há diferentes respostas e aponta três. A primeira seria considerar a necessária redução das desigualdades na distribuição da renda e nos níveis de pobreza, decorrentes de falhas no funcionamento dos mercados. A segunda seria que os programas sociais têm por objetivo criar uma rede de proteção social para todos os cidadãos do país, fazendo com que, diante de imprevistos (desemprego, acidentes no trabalho, doença) ou diante de situações previsíveis, mas que os cidadãos não conseguiram se antecipar adequadamente,

consigam manter um padrão de vida mínimo adequado à sua sobrevivência. A terceira seria considerar objetivo dos programas a manutenção do padrão de vida de todos os cidadãos.

Também por este autor fica destacada a necessidade de previsão para médio e longo prazo sobre o impacto que desejamos para as nossas políticas sociais. Ele argumenta que, por exemplo, um sistema que privilegia os gastos em relação às políticas voltada aos idosos e pouco voltadas às crianças cria um mecanismo de reprodução da pobreza ao longo do tempo e que não favorece a diminuição da desigualdade da renda e a pobreza no país. Essas conjunturas apontadas no âmbito da política social são objeto da reflexão de LOBATO (2009, p.190), apontando que este é um campo por excelência dos conflitos inerentes a todas as formas de desigualdade e exclusão, e se distingue de outras políticas públicas por revelar esses conflitos intensa e cotidianamente.

9.2 A COMPLEXIDADE NO/DO CENÁRIO BRASILEIRO

Na perspectiva histórica, o cenário da proteção social no Brasil sofre influência do cenário internacional. A discussão feita sobre a complexidade inicia abordando as questões que estão envolvidas nas reformas da questão social. Conforme a referência de PASTORINI e MARTÍNEZ (2014) é importante demarcar a influência dos organismos financeiros multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento) nas reformas das políticas sociais, a partir da segunda metade da década de 1980, pelos empréstimos mediante condicionalidades para atender às necessidades do grande capital (PASTORINI e GALIZIA, 2006 citados por PASTORINI e MARTÍNEZ, 2014).

É nesse contexto de reformas, e pensando especificamente nas estruturas e mecanismos de proteção social, que os organismos de financiamento multilateral como Banco Mundial (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) passam a basear seus programas e políticas em quatro grandes diretrizes, a saber: a definição das metas de redução da pobreza, a consolidação de redes de seguridade social, o estímulo às reformas que regulem e incentivem a participação do setor privado em áreas concebidas como não exclusivas do Estado (como, por exemplo, os setores que atendem os direitos sociais) e busca da governabilidade (PASTORINI e MARTÍNEZ, 2014).

Neste sentido as autoras sinalizam que o paradigma da pobreza entra como diretriz entra como diretriz central do novo desenho das políticas e programas sociais. A consequência disto é que, conforme a referência, a atenção às manifestações imediatas da questão social perde o vínculo com a riqueza e com o emprego, e as ações e programas tornam-se setoriais, focalizados na pobreza e individualizados. Perde-se o vínculo com a totalidade social, a questão social é transformada num problema técnico passível de solução através de ações eficazes e eficientes (Ibid., p. 63).

Para o cenário brasileiro essa tendência relaciona-se com a centralidade assumida pelas ações assistenciais dentro do conjunto das intervenções para atender às manifestações da questão social, a partir da qual se considera poder resolver por meio de políticas sociais mais eficazes e eficientes; pelos programas de transferência de renda que também assumem centralidade e se vinculam aos programas de reforma (Ibid., p. 65).

No mesmo sentido desta reflexão, PEREIRA (2013) aponta o que denomina de mantras que têm como fundamento a concepção liberal: o indivíduo deve ser incentivado a autossatisfazer as suas necessidades; é da natureza humana o ímpeto para maximizar o prazer por meio da competição e do consumo constante; não há instituição mais eficiente, eficaz e democrática de provisão do bem-estar humano do que o mercado. A conclusão da autora, a partir deste cenário é:

Esta é a ortodoxia do momento, imposta pela própria lógica destrutiva do capital, que transformou o campo da proteção social num grande e lucrativo mercado de compra e venda de serviços sociais crescentemente privatizados e de uma força de trabalho profissional submetida aos caprichos e azares de seus desígnios. No caso da assistência social, esta política precisou sofrer reciclagem na sua tradicional concepção liberal: se antes era considerada um colchão protetor de possíveis resvalos dos mais pobres para abaixo de uma linha de pobreza oficialmente arbitrada, hoje ela funciona como um trampolim, na concepção do Banco Mundial, cuja principal tarefa é ativar os pobres para fora de seu âmbito rumo a sua autossustentação (Ibid., p.649-650).

Os desafios que se apresentam para a proteção social e também para o bem-estar social, além de serem estes que os expõem à lógica do capital são também de outras ordens, como apontado por POCHMANN (2004). O autor destaca o desafio da transição demográfica, do atraso da atuação das políticas sociais, da arrecadação tributária e da democratização da democracia representativa.

Mais recentemente, considerando o momento político e econômico do país, o desafio que se apresenta para a proteção social é contestar a possibilidade de retomada de antigas

lógicas que já foram apresentadas ao longo dos capítulos. Por exemplo o discurso da necessidade de fazer cortes de gastos para preservar a economia, sendo a seguridade social o primeiro alvo de ação política.

Para o enfrentamento da complexidade que atinge as questões sociais no Brasil há também os desafios que partem das disputas de opiniões e apostas por parte de segmentos da sociedade. A partir de REIS (2000), vê-se que em sua abordagem sobre os principais objetivos nacionais a médio prazo segundo as elites políticas, elites burocráticas, elites empresariais e elites sindicais a discordância de apostas é muito evidente. Por exemplo, a prioridade em melhorar os níveis educacionais aparece como objetivo para 29,8% das elites empresariais e 14,8% para as elites políticas; reduzir o tamanho do Estado aparece como objetivo para 33,0% das elites empresariais e 3,7% para as elites sindicais; erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade aparece como objetivo para 25,9% das elites políticas e 9,6% para as elites empresariais; aumentar a participação popular nas decisões políticas aparece como objetivo para 38,3% das elites sindicais e 5,3% e 5,6% para as elites empresariais e políticas, respectivamente. Todas as outras seis questões também apresentam grau semelhante de divergência no grau de importância atribuído aos diversos objetivos.

Apenas para enfatizar uma questão, quando POCHMAN (2010), anteriormente citado, aponta que um dos desafios da proteção social é a democratização da democracia representativa e REIS (2000) aponta que aumentar a participação popular não parece ser uma defesa importante e/ou prioritária para grande parte das elites política, burocráticas e empresariais, mas sim para as elites sindicais (com maior peso), temos um cenário desafiador de disputas.

Socialmente estamos inseridos neste espaço no qual coexistem várias tensões. As influências, a dominação, o jogo de interesses (no plano do individual, comum e público) estão colocados de modo a defender um lugar social e ideologias. O espaço é, realmente, caracterizado por disputas. A disputa principal é pelo poder e por isso parece oportuno agregar a esta reflexão em relação à proteção social as relações que FOUCAULT (1987) estabelece entre poder e saber. O autor coloca que o poder pressupõe o saber e o poder é forte instrumento de dominação e formação de indivíduos sujeitos. Assim, parece ficar sugerido que a destituição do saber está diretamente relacionada à vulnerabilidade ao poder.

As implicações entre saber e poder estão colocadas em diversos planos. Podem estar presentes nos espaços de disputa política, nos espaços das relações econômicas, nos espaços de definição das apostas de políticas sociais e também nos espaços de relações sociais.

Também neste contexto temos a mídia como um importante instrumento atravessado pelas questões do saber e poder. MARTINS (2005) faz uma análise crítica de discurso sobre o

discurso da mídia e apresenta que, dada a importância da mídia na sociedade atual, é possível atribuir a ela o *status* de quarto poder juntamente com os fundamentos Executivo, Legislativo e Judiciário. Além disso, revela que pesquisadores têm considerado, desde os anos 70, a função mediadora dos meios de massa, sendo que o exercício do poder, a atuação pública, a manifestação da política passa pela atuação da mídia. Este autor explicita que não é somente uma simples questão de influência contra ou a favor, mas sobretudo a questão da mídia constituída num espaço de atuação política que é complementar à forma de atuação dos políticos e cidadãos.

A importância de ter atenção aos discursos que estão colocados socialmente é também compreender ideologias que estão colocadas por trás das notícias, divulgações, informações, o que determinam e o que desejam produzir socialmente. No que se refere à questão social essa importância é também destacada, pois está associada às defesas e mobilizações em favor do social. Os discursos que os meios de comunicação ajudam a produzir ganham defesa e representação nos espaços do cotidiano. Neste ponto há também tensões importantes de serem vistas como fenômeno relacionado à proteção social.

No cenário de disputas pelo poder, a questão política, com ênfase no manejo da política partidária, tem trazido para o cenário brasileiro um repertório de divergências e articulações. Partidos políticos organizam-se para propagar suas ideologias por meio das mídias de modo a alcançar e produzir defensores. Cada qual apresenta sua narrativa a partir dos interesses mais adequados ao seu lugar social e em relação ao modo como se envolvem e se impactam com as questões sociais. Mídias são acusadas de serem financiadas para produzir determinados discursos.

Junto a estas questões entram também neste espaço, e já anteriormente evidenciadas ao longo dos capítulos, o capital, o trabalho e o direito. Estas são algumas das questões que formam a complexidade do cenário da proteção social no Brasil.

10. RESULTADOS

Na escuta das narrativas dos sujeitos de pesquisa e no diálogo que vai se construindo, há inúmeros aspectos interessantes. Relatos, exemplos e vivências possibilitam um universo de explorações e apostas na condução da entrevista. Há aprofundamentos que transcorrem alinhados ao objetivo da pesquisa, há aprofundamentos que desviam do foco de análise. O que se apresenta a seguir é o resultado de todo este espaço que se compõe da primeira experiência de perspectiva formal de condução de entrevista (embora tenha havido pré-testes informais, o real se dá com uma marca diferente); o exercício de percepção em relação ao sujeito de pesquisa, sua narrativa e sua vida e as virtudes e limitações que se dão no campo e na entrevista em ato. Posteriormente, na escuta das narrativas confirmamos como positivas algumas apostas feitas e outras, que poderiam ter tido outras incursões. Acima de tudo, o que se tem é o resultado das possibilidades que se deram em ato com tudo aquilo que se é e está para o momento. A partir destes resultados serão detalhadas na discussão suas relações com o contexto de cada entrevistado.

10.1 VOZES E CONTEXTOS NA CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO SOBRE DIREITOS E PROTEÇÃO SOCIAL

Os entrevistados que compõem a amostra desta pesquisa possuem um histórico de vida que apresenta situações de peleja para a aquisição do que possuem hoje como conquistas pessoais e materiais e ao que ainda desejam alcançar. A característica das ênfases que apresentam na sua narrativa, aqui abordadas em panorama, revelam um pouco mais sobre estes entrevistados enquanto grupo. Antes de detalharmos as narrativas referentes aos objetivos da pesquisa, apresentaremos estas características (que podem ser complementadas com a observância ao APÊNDICE B) a fim de qualificar este grupo que expressa seus sentidos e significados para as questões que norteiam o estudo.

O **entrevistado A01** refere que está no movimento sindical há dois anos e salienta *“agora que estou acordando para o mundo”* (Trecho do Diário de Campo, 24/11/2015). Refere que após esta entrada no movimento sindical começou a entender melhor as coisas.

O envolvimento do **entrevistado A02** com a política, estando vereador, deve ser considerado no resultado da sua narrativa. Também deve ser considerada sua ampla defesa sobre a situação do campo no sentido de defesa deste modo de vida e de condições para que os jovens permaneçam defendendo a agricultura familiar. Observando-se que, hoje estando com 48 anos, trabalha na agricultura há 45 anos, tendo iniciado aos três anos de idade.

A especificidade do **entrevistado A04** é seu grande interesse e mobilização em relação às defesas sociais. Embora recém-admitido em um cargo relacionado à representação em políticas agrícolas, sua narrativa contempla bastante desta preocupação, conhecimento e realidade.

Destaca-se para o **entrevistado A05** sua atuação no Conselho Municipal de Saúde e sua experiência pessoal com o recebimento de auxílio doença. Outro destaque é a emissão de pensamentos que não foram identificados nos demais entrevistados. Referindo-se ao acesso aos serviços sociais se expressa da seguinte forma *“Porque querer a coisa de graça todo mundo quer, mas, de repente, muitas vezes não enquadra”*.

A destacada especificidade do **entrevistado A06** é sua descontração durante o diálogo e a sua declaração sobre o grande sonho de ter o próprio lote. De forma emocionada declarou que sua vocação é ser lavrador e seu desejo é voltar para o campo.

O **entrevistado A07** traz como especificidade a grande disponibilidade em dialogar, mas apresentando dificuldade em organizar e expressar seus pensamentos. Parou os estudos muito jovem por ocasião da falta de transporte na área rural.

O **entrevistado A08** traz como especificidade pessoal sua mudança do Paraná para Rondônia com 26 anos, sendo que foi uma das lideranças do Movimento Sem Terra no município de Corumbiara, tendo sido da direção deste movimento. Responsabilizou-se pela família ainda jovem e em 1980 participou de uma ocupação no seringal. Sua narrativa e sua preocupação com a agricultura familiar e situação dos agricultores é perpassada por essa defesa da terra e experiência histórica ao longo de toda uma vida. Também é necessário considerar sua vida política, sendo vereador e participando do movimento sindical.

O **entrevistado A09** é destacado por ser o mais jovem entre os entrevistados e apresentar uma articulação de ideias que tem muito a ver com sua história de vida em relação ao interesse escolar e acesso ao ensino superior por meio do ProUni.

O **entrevistado A10** com idade semelhante ao entrevistado anterior, tem como atividade a faxina de um hotel da cidade. Apresenta pouco aprofundamento para as questões colocadas em reflexão.

A religiosidade é um aspecto que se destaca na narrativa do **entrevistado A11** e também sua vivência no Movimento Sem Terra. Mesmo vindo de uma realidade apontada como bastante difícil em relação à agricultura, conseguiu formar duas de suas filhas, uma psicóloga e uma assistência social e seu terceiro filho não acessou o ensino superior, mas tem estabilidade no emprego. Como resultado do seu esforço e organização tem conseguido construir o patrimônio do qual se orgulha.

Para o **entrevistado A12** o destaque é em relação à sua atuação como professor na área de ciências humanas. Sua narrativa diante das questões propostas compõe-se deste conhecimento e da sua vivência no sistema educacional do município. É relevante também o destaque que dá para a educação a partir da profissão de professor e da ênfase sobre seus pais serem analfabetos funcionais.

Os entrevistados, em grande parte (A01, A02, A04, A08, A09, A11 e A12), evidenciam o **sentido social** para com a comunidade da qual fazem parte, demonstrando sua percepção sobre como as políticas públicas estão relacionadas à vida da comunidade. O entrevistado A01, junto ao direito à saúde, expressa que este também é um direito para sua família e seu vizinho. Já o entrevistado A02 revela este sentido na fala que denota sua angústia sobre não ver o jovem da agricultura familiar defender a sua propriedade e a sua comunidade. Este entrevistado também ressalta o sentido social quando destaca uma reflexão geral *“Você tem direito de tomar uma água saudável, eu também tenho. Você tem o direito de se alimentar melhor, eu também tenho de ter”*. Na narrativa do entrevistado A04 este sentido está colocado na sua fala sobre direito: *“Não adianta só eu ter direito, mas passar por cima do direito de todo mundo”*. Com o entrevistado A08, encontramos este sentido em uma de suas falas sobre a perspectiva do diagnóstico da realidade para definir o que cada um pode fazer em relação às dificuldades apresentada no cotidiano da comunidade, *“mas é sentarmos junto, é descobrir o que que vamos fazer”*. Na entrevista de A09, sua colocação que ser cidadão é *“atuar no bem estar da sociedade e coletivo”* e seu anseio por uma política que *“busca o bem comum pra sociedade”* expressam este sentido social. As preocupações do entrevistado A11 sobre a juventude do município, o usufruto pela comunidade dos conhecimentos dos jovens graduados, os relatos envolvendo situações específicas e também sua preocupação com os idosos denotam sua percepção sobre o social. *“Quantas pessoas idosas que falam, meu sonho é esse, poderia contribuir mais para a sociedade, nesse Brasil tão rico que nós vivemos”*, diz A11. Esta perspectiva social está localizada na fala do entrevistado A12 no seu relato sobre educação, no seu questionamento sobre a educação não formar o aluno para ser um cidadão a construir uma cidade.

Ao longo das narrativas também se percebe a preocupação da maioria dos entrevistados (A02, A04, A05, A06, A09, A10 e A11) em relação à **pessoa idosa** no que se refere ao seu acesso a direitos, à forma como estão sendo tratados pela sociedade e a consideração sobre sua história de vida e contribuições sociais. Cinco dos entrevistados (A01, A02, A04, A09 e A11) apresentaram sua preocupação em relação à contaminação dos alimentos produzidos, da água, das pessoas, por **veneno/agrotóxicos**. A intensidade das narrativas revela esta preocupação característica da área rural.

Quatro dos entrevistados (A02, A04, A05 e A12) trazem referência direta à **Constituição Federal** e às leis como mediadoras e garantidoras dos direitos. Os sentidos da **espiritualidade e religiosidade** estão presentes nas narrativas. De forma direta, está presente em cinco entrevistas (A04, A07, A08, A11 e A12) e em duas, há a referência a Deus em agradecimentos por situações relatadas. Nesta referência direta, dois entrevistados fazem referência à Bíblia para especificar questão de direitos. O entrevistado A04 coloca a Bíblia na perspectiva de referência para pautar a atitude pessoal: *“A Bíblia também, pois não adianta fazer leis em desacordo com o que é mais sagrado, que existiu primeiro do que essas leis”*. O entrevistado A08 cita que até mesmo olhando a Bíblia se pergunta sobre o porquê de *“uns têm tudo e outros não têm nada”*. Este entrevistado também faz uma referência bíblica para apoiar sua defesa sobre o direito de viver bem, *“Direito de viver bem, porque, igual tem que ficar ligado, Jesus disse ‘eu vim para que todos tenham vida e vida em abundância’, né?”*. Os **impostos** de renda são citados por três dos entrevistados (A02, A04 e A11), como algo que deveria assegurar os direitos e retornar em serviços garantidos ao cidadão.

10.2 DIREITO NA VOZ DO SUJEITO: O LUGAR DOS PRÓPRIOS DIREITOS

A proposta inicial apontada como possibilidade para iniciar a conversa, foi se mostrando sem benefício para a construção do diálogo porque diante da pergunta ***Nós temos direito a alguma coisa?*** todos foram identificando que sim. Deste modo, investiu-se em iniciar a entrevista (diálogo), captando o que os entrevistados traziam como percepções sobre os direitos a que temos garantia. A proposta ***A que temos direito?*** levou os entrevistados a explorarem suas memórias sobre esta questão. A partir da primeira resposta dos entrevistados, optou-se por investigar até o ponto em que o entrevistado tivesse finalizado seu levantamento na narrativa.

Cada momento em que o entrevistado é novamente convocado a recordar outros direitos, chamaremos: intervenção.

Também era interesse investigar, junto a essa narrativa, qual o lugar dos direitos sociais nesta memória para que tal informação seja localizada na discussão mais específica dos determinantes sociais da saúde na busca de conduzir o diálogo sobre proteção social e saúde pública. Na percepção da totalidade das entrevistas, três dos entrevistados apresentaram o que podemos denominar de dificuldade em expressar pensamentos sobre os direitos seja a partir da própria vida ou da percepção da comunidade.

Os sujeitos de pesquisa A01, A04 e A07 iniciaram suas respostas sem definir direitos específicos, suas respostas foram amplas no sentido de citar que o cidadão tem direitos e estes são garantidos por lei, ou mesmo que há muitos direitos.

Na 1ª intervenção o sujeito A01 identifica a que temos direito em uma resposta que ainda não especifica direitos e que abrange a dimensão da cidadania relacionada aos direitos. Tal assimilação se faz a partir da resposta: “[...]cada um cidadão tem o seu direito. Tem o direito de ser conquistado de uma forma ou de outra”. Convidada, a partir da 2ª intervenção a identificar os direitos de forma mais específica, A01 refere: “a todas as política que foi voltado pro brasileiro”. A partir da 3ª intervenção este sujeito entra com uma abordagem mais específica, identificando o direito de assistência de saúde adequada e identifica este direito associando-o a si, à família e ao vizinho. Na 4ª intervenção, cita a educação e na 5ª e última intervenção, cita “políticas públicas voltada às comunidades rurais Luz para Todos, Habitação Rural, os Pronaf que a gente tem acesso”.

O sujeito A04 apresenta sua resposta sobre a que temos direito a partir de duas intervenções. Na 1ª fala aponta que os direitos são garantidos por meio das leis, da cobrança da população. Dimensiona o direito como contraponto dos deveres (principalmente os deveres relacionados aos impostos) que são cobrados da população. Reforça que os direitos são garantidos pela lei e por nós mesmos. Ainda relata sobre a importância de não se passar por cima do direito de todo mundo para garantir o próprio direito e que o direito do outro deve ser respeitado como uma questão de humanidade. Cita também que a bíblia cristã deve ser considerada “pois não adianta fazer leis em desacordo com o que é mais sagrado, que existiu primeiro do que essas leis”. Na sua fala para a 2ª intervenção, A04, amplia sua resposta para abranger mais especificamente: direito a ser respeitado, direito a conviver socialmente, direito à educação, saúde, lazer, alimentação de qualidade, infraestrutura de qualidade. Dá ênfase ao direito à oportunidade: “[...]uma coisa que eu acho que todo mundo teria direito é à oportunidade”. Com a mesma ênfase identifica o direito à participação nas decisões políticas

dizendo que *“tem que ser revista a forma de governar nesse país e tem que ouvir mais a população que tem que ter mais voz que os políticos”*.

O sujeito A07, apresenta na primeira fala que há *“tanta coisa”* a que temos direito. Para a 2ª intervenção localiza o direito à saúde, remédio (citado duas vezes) e médico. Na 3ª intervenção, a quais outras coisas teríamos direito, A07 responde de forma branda *“Não sei te responder. Eu não lembro, é muita coisa assim pra falar, mas eu não consigo falar”*.

O sujeito A05 apresentou na 1ª intervenção que temos direito à saúde adequada, assistência social e educação. Quando motivado a explorar um pouco mais, referiu não se lembrar. Com o sujeito A10, ocorreram quatro intervenções. Para a 1ª intervenção a resposta incluiu como direito à saúde, hospitais melhores, meios de transporte e direito de acesso à escola. Novamente repete o direito a hospitais e encadeia o direito à saúde pública que, conforme refere, *“tá tensa no Brasil”*.

Em A11, encontra-se um discurso que traz reflexões mais específicas, mas traz uma abordagem que não é similar aos outros entrevistados. Suas explorações são dadas a partir de cinco intervenções. Na 1ª refere que ultimamente só temos tido direito ao trabalho. Quando este sujeito é solicitado a comentar essa afirmação, demonstra que reflete esta questão a partir da retirada de lucro nas trocas comerciais. Pela sua fala depreende-se que o trabalho aumenta em intensidade, para se tirar o mesmo lucro que em tempos passados: *“às vez até aquele poquinho a mais que ele tirava, diminói, mas o serviço dele continua. Então se nós não lutar pelos nossos direitos, eles só tá apresentando mais pra comunidade, trabalho e trabalho e trabalho”*. E quando convocado a comentar, nesta 2ª intervenção, que direitos são esses pelos quais se deve lutar, responde que é pelo direito de ter conhecimento para buscar aquilo que é a necessidade do dia a dia. Na 3ª intervenção refere como direito, o direito do conhecimento sobre o que é ter estrutura familiar. Na 4ª intervenção aponta o direito ao INSS, referindo-se ao benefício do auxílio doença. Na 5ª intervenção indica o direito de estudo dos jovens, direito a psicólogos para atendimento referente aos massacres ocorridos no município e direito à faculdade. Finaliza explicitando que para ele o direito é uma briga da humanidade.

Os sujeitos A02, A06, A08, A09 e A12 também apresentaram suas considerações a partir dos conjuntos de intervenções que foram feitas.

O sujeito A02 destaca diante da 1ª intervenção, primeiramente, que nossos direitos são garantidos pela Constituição e assim refere o direito de cidadão, direito das políticas públicas, direito da saúde, lazer, educação de qualidade, valorização à produção. Esta valorização da produção tem relação com sua atividade com a agricultura familiar e diz sobre a geração de emprego e renda a partir desta valorização da produção. Para a 2ª intervenção aponta o direito

aos programas sociais que, segundo sua fala, possibilitam ao pobre morar numa casa melhor. Repete-se na fala o direito à saúde e à educação. Acrescenta ainda o direito de estrada para os agricultores, transporte e direito a professores. Dentro da preocupação demonstrada sobre o campo estar ficando vazio com a saída dos jovens para a cidade, reporta o *“direito de viver dentro da propriedade com a educação que nós temos”*. Dentro desta fala explora sobre o fato de as pessoas com origem no campo terem toda uma história diferente que deve ser considerada no processo educativo. Segundo relata, esse direito de viver dentro da propriedade deve ser garantido a partir da educação que considere as especificidades do campo e que estimule os jovens a reconhecer e defender a agricultura familiar, a propriedade e a comunidade dos agricultores. Sobre isso faz uma reflexão voltada para a falta de política voltada para o jovem com investimento na pequena propriedade e educação. E neste ponto a educação aparece como um direito que o jovem tem, mas não é um direito que faça ele permanecer no campo. Quando perguntado sobre como vê a questão do direito do jovem poder decidir entre permanecer no campo ou não (4ª intervenção), menciona que opções deveriam ser dadas para que as escolhas sejam fundamentadas, no sentido de evitar arrependimento futuro. *“Eu tive já fazendo umas conversas com pessoal jovem, aí ele faz assim: ‘Ah, se meu pai não tivesse vendido a terra, sabe que eu tava na propriedade até hoje? Que pra mim ganhar um salário aqui, eu ganhava no sítio’”*. Acrescenta o direito à água como prioridade. Água como dimensão social da saúde.

O sujeito A06 reporta como direitos: moradia digna, saúde digna e direitos sociais. Ao ser solicitado a especificar algum dos direitos sociais, o sujeito não menciona de forma específica. Relata que o que mais chama atenção é o direito social da pessoa idosa no que se refere ao Passe Livre (referindo-se à política que garante gratuidade no transporte intermunicipal). Diante da 3ª intervenção reporta a saúde e da 4ª, a educação, transporte escolar, merenda escolar e o acesso da criança à escola.

Para A08, a primeira explanação que faz sobre direito é sobre termos direitos iguais. *“[...]por que alguém tem tudo e outros têm que ficar aí mendigando, né, às vezes alguém ainda dizendo que são vagabundos, não é? Tirando o direito dos outros”*. Na sequência, fala sobre o direito de viver bem e faz esta reflexão citando a bíblia cristã, na passagem em que Jesus diz que veio ao mundo para que todos tenham vida em abundância. Quando perguntando quais seriam os direitos dentro deste direito de viver bem (2ª intervenção) responde com o exemplo de uma máquina no município, que está ali podendo servir a todos, começando pelas pessoas mais simples, mas que outras são preferencialmente atendidas por interesses pessoais. Com isso, A08 conclui que essa falta de prioridade não atende as pessoas para que elas tenham o direito de viver bem. Este contexto parece estar relacionado à questão agrícola, situação na qual

uma máquina pode ajudar a desenvolver o negócio de quem opta e deseja permanecer no campo. Na 3ª intervenção aponta a alimentação e direito à saúde, principalmente relacionado ao contexto da distância da área de assentamentos. Também cita o direito à educação e ao lazer, neste contexto de que poderiam ser assegurados nestas áreas mais distantes.

A09 inicia dizendo que ser cidadão é exercer a cidadania, atuar no bem-estar da sociedade e coletivo, ter seus direitos e deveres. Como direito refere a boa alimentação, saúde de qualidade, boa educação, lazer, vida digna, padrões de vida comum, médio. Para a 2ª intervenção, recorda de mencionar o direito de ser respeitado como ser humano que a gente é, ter os valores reconhecidos e direitos como a moradia.

O entrevistado A12 recorda a Constituição Federal e os direitos sociais e humanos definidos. Explicita considerar que o brasileiro não conhece os seus direitos. Identifica que *“ser humano acarreta uma série de direito, moral, de educação, acesso à saúde”*. Junto a esta a afirmação traz uma reflexão *“Então, esses direito existe, embora eu acho que com a nossa tradição brasileira, escravocrata, de uma elite violentíssima, nós temos que construir esse direito e está sendo construído historicamente”*. Na 2ª intervenção, aponta o direito à educação e ressalta que em sua opinião a educação *“domestica o aluno, não forma ele para ser um cidadão, né, que tá na cidade, que tem que construir uma cidade”*. Na 3ª intervenção, em que é convidado a comentar sobre quais direitos considera que seria devido a escola trabalhar, destaca o direito à distribuição de renda, citando que *“temos um PIB de dois trilhões e meio de dólar, somos a sétima economia do mundo, mas lá na distribuição de rendas, nós estamos lá entre os últimos países”*. Também refere o direito à educação espiritual e moral, reportando que sem moral, sem ética, uma sociedade fracassa e a nossa escola está dizendo que a nossa sociedade fracassou moralmente.

Como se observa, os direitos mais recordados e reportados são a saúde (reportada por dez entrevistados) e educação (reportada por nove entrevistados). Após estes, lazer, moradia e alimentação são os reportados, cada qual, por quatro entrevistados. Os demais direitos apontados, que perfazem o total de 36 (APÊNDICE C), aparecem apenas uma vez no total de narrativas. Apenas o entrevistado A02 reportou entre os direitos aquilo que recebeu de benefício assistencial, dentre oito entrevistados que reportaram receber ou já ter recebido algum tipo de benefício assistencial. Na discussão dos resultados detalharemos questões referentes às narrativas e os contextos dos quais os sujeitos de pesquisa fazem parte.

10.2.1 O não acesso aos direitos

Muitas são as narrativas que evidenciam a descrença no acesso aos direitos ou a própria constatação deste não acesso. Essa captação ocorreu em grande parte das entrevistas a partir do eixo em que os entrevistados expressam a que temos direitos. Junto à dificuldade verbalizada de recordar sobre os direitos, em alguns casos, há a referência de que os direitos não chegam ao cidadão e que não há acesso se não houver reivindicação.

Há dois momentos na fala do entrevistado A01 que esta realidade se faz presente. Afirmando nosso direito a todas as políticas destinadas ao povo brasileiro, ao final refere *“às vezes não é chegado (o direito) até o cidadão”*. Mais adiante, na segunda intervenção, reforça seu pensamento sobre a dificuldade no acesso aos direitos: *“eu tenho direito, né, e às vezes a gente não é atendido nessa forma devido, né, sabe a situação do nosso Brasil está do jeito que estão”*.

Para o entrevistado A02 o não acesso aos direitos está colocado em alguns momentos mais destacados. Junto à sua reflexão sobre a garantia do direito à saúde expressa que *“a saúde é um direito que ‘tá’ garantido, ‘desda’ criança, ‘desda’ mãe e muitas vezes o direito não chega que é pra chegar”*. Refere que a quantidade mínima de habitantes para a organização de algumas políticas públicas (como por exemplo os critérios populacionais para abertura de um Centro de Apoio Psicossocial) colabora negativamente para o acesso a direitos, neste caso, o direito à saúde. Expõe sua percepção sobre a exclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais, a qual colabora para o não acesso aos direitos. Sobre o idoso, salienta que o mesmo *“‘tá’ sendo muito pouco valorizado [...] pela comunidade, pela família, pela sociedade. O que resta é ele ter essas coisa garantida e muitas vezes ‘num’ chega até nele”*. Também evidencia a questão da falta de professores que compromete o direito à educação e o direito de viver dentro da propriedade (rural).

A narrativa do sujeito A04 evidencia a situação do não acesso integral ao direito de participação. Ressalta: *“acho que o nosso grande desafio é ter um pouquinho mais de direito de participação [...] Quando a gente vai fazer uma ação por meio da comunidade, reivindicar alguma coisa que é melhor, no ponto de vista da sociedade e não do ponto de vista político, há um grande sacrifício”*.

Buscando recordar os direitos, o entrevistado A05 também indica sobre o não acesso aos direitos na seguinte fala *“Olha, eu sei dizer que os direitos é amplos, mas que aí, específico mesmo pra mim ‘alembra’ agora pra dizer, a gente não ‘alembra’ porque tem muita hora que*

a gente tem o direito, mas tem algumas dificuldade. Você, de repente, naqueles que você acha que tem direito, vai atrás, acaba impedindo alguma coisa". Em um outro momento, da mesma perspectiva dos direitos este entrevistado afirma: *"Olha, igual e 'tá', porque uma coisa que a gente gostaria que é verídico, você só conquista é só através de luta. Se você não tiver coragem de tirar um tempo do seu trabalho 'pra' se unir a diversos e milhares de pessoa, você nunca chega ao objetivo de conquista porque as coisas é um direito pra nós, mas se você, se nós não correr atrás nunca 'consequimo'".*

O realce sobre o não acesso aos direitos, na fala do entrevistado A06 está sugerido em dois momentos. Quando está refletindo sobre os direitos e relata *"a gente sabe que tem esse direito, mas na maioria das vezes não conseguimos"* e outro ponto é em relação ao Passe Livre para os idosos, já anteriormente citado, para o qual A06 registra que *"você chega na empresa, muitas vezes não consegue"*.

Na narrativa do entrevistado A08 esta questão está exposta na reflexão sobre como os interesses próprios de algumas pessoas interfere no acesso de outras a bens que poderiam colaborar naquilo que A08 denomina de direito de viver bem. Complementa sua percepção sobre isso afirmando *"eu vejo pessoas que 'tá' lá há dez, quinze, vinte, trinta anos numa terra e não tem condições de chegar nenhuma moto na casa dele. Agora, por quê? Alguma coisa tá errada"*. E finalizando esta linha de raciocínio expressa *"quantos direito que a gente tem e que às vezes não são respeitados"*.

O entrevistado A11 destaca o acesso relacionado especificamente com a busca do cidadão pelo direito. Sua narrativa evidencia que, segundo seu pensamento, se a pessoa não *"correr atrás, raramente"* tem acesso ao direito. *"A gente veja aí tudo que tem [...] mas se a gente não corre atrás..."*.

10.3 OS SENTIDOS DA EXPRESSÃO PROTEÇÃO SOCIAL E DELA COM A PRÓPRIA VIDA

Para desvelar os sentidos da expressão proteção social e dela com a própria vida, optou-se por abranger este objetivo com a combinação de duas perguntas. A primeira sobre ***o que vem à cabeça quando ouve a expressão proteção social*** e em um segundo momento perguntar ***em que sentido isso tem a ver com a vida do entrevistado***. Definiu-se que poderia gerar um dado importante para a pesquisa os sentidos desta expressão para os entrevistados com aquilo que

eles já traziam de informação prévia. Para os casos em que ficasse demonstrado que o sentido da proteção social não estava ao encontro do sentido que vem sendo apresentado ao longo da pesquisa, então seria exposto este conceito e a partir disto aprofundado o segundo bloco sobre o sentido da proteção social para a própria vida. Neste momento, principalmente com os sujeitos de pesquisa que referiram receber ou ter recebido algum benefício assistencial, busca-se captar se eles fazem esta associação. Junto a estas duas abordagens também se aproveita esta inserção de proteção social na narrativa para captar o que está colocado no universo das necessidades dos entrevistados a partir do seu discurso sobre *em que aspecto considera que deve ser protegido socialmente*. Diante disso temos como resultado que a experiência prévia com o fato de receber ou já haver recebido benefícios assistenciais não influencia no sentido expressado sobre a proteção social. Tem-se também como resultado que a elaboração da narrativa sobre em que o entrevistado considera que deve ser protegido socialmente é considerada difícil.

Os sujeitos de pesquisa A02, A05, A07, A08 e A11 associaram a proteção social à assistência, proteção ou garantia de direito aos menos favorecidos, pobres, pessoa que precisa e o povo que necessita. O entrevistado A04 citou este sentido de proteção tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente. A01, manifestou a dúvida, ao ouvir a expressão proteção social, se esta proteção para o ser humano já acontece ou se ela está sendo buscada. Os outros demais quatro entrevistados (A06, A09, A10 e A12) reportaram sentidos fora destes eixos anteriormente citados.

O entrevistado A01, nesta perspectiva da dúvida, refere *“uma proteção pro ser humano ou tá em busca dessa proteção ou já acontece essa proteção”*. Quando reafirma, diz que é uma proteção que já deve estar sendo buscada. Quando perguntada sobre o que esta proteção social tem a ver com a própria vida, produz uma narrativa que localiza a proteção social como algo para o cidadão e que ela, portanto, faz parte enquanto cidadã. Na sequência quando perguntada se havia precisado receber a proteção social em algum momento da vida, a entrevistada reporta que sim. Ainda perguntada sobre qual foi essa proteção social, A01 questiona momentaneamente se tem a ver com a saúde e refere que já havia participado do programa Bolsa Família e também (considera proteção social) quando necessita fazer consultas e exame. Menciona *“A gente já sente assim a proteção que está protegendo a gente”*, assumindo a expressão proteção social reiterada na entrevista. Quando perguntada sobre em que considera que deva ser protegida socialmente, apresenta dificuldade na elaboração da resposta. Diante do reforço sugerido pela pesquisadora sobre ela começar a elaborar sua ponderação a partir daquilo que sente falta ou mesmo necessidade, recorda-se da situação do filho que apresenta, desde o nascimento prematura, problemas de inquietação e falta de concentração: *“E, assim, eu*

particularmente, assim, eu necessito dessa proteção, se tivesse uma proteção assim para me ajudar, pra ver se melhorava, assim, a vida dele, o modo de viver assim". Neste momento, conforme nota do diário de campo a entrevistada demonstra emoção.

Agora abordaremos quatro entrevistas que deram para o sentido de proteção social, algo diferenciado. O sujeito de pesquisa A06 citou que esta proteção social seria um trabalho seguro e depois avançou o pensamento sobre esta proteção ser passar segurança no atendimento. A09, entende que a proteção social seja a orientação e informação dada a uma pessoa. Já A10 relaciona a mesma proteção com proteção da polícia e o entrevistado A12 verbaliza que considera ser algo difícil de responder, indica que esta proteção social é o acesso ao mundo da cultura, do saber, do conhecimento. Identifica que para si esta proteção social está sempre ligada à cultura, aos bens culturais e à ética, sobretudo.

Dos entrevistados que referiram a proteção social como assistência, proteção ou garantia de direito aos menos favorecidos, aos pobres, à pessoa que precisa e o povo que necessita. Cada um discurso traz especificidades que detalharemos agora.

Sobre a proteção social, o entrevistado A02 relata *"Eu penso assim, que a proteção social é a garantia, o direito, né, às pessoas, principalmente as pessoas mais pobres. Então é a proteção, daí você vai se criar a políticas públicas"*. Quando também revela que todas as pessoas podem participar desta proteção, justifica *"[...]hoje você pode beber uma água, você hoje tem um requisito econômico 'bão', eu não tenho. Você tem direito de tomar uma água saudável, eu também tenho. Você tem o direito de se alimentar melhor, eu também tenho de ter. É um direito do cidadão, é um direito do cidadão"*. Quando motivado a comentar em que aspecto considera que deva ser protegido socialmente, destaca a proteção das famílias locais. Sua fala destaca a garantia do desenvolvimento local a partir da identidade do campo, da educação voltada a esta realidade. Dada a dimensão social da sua justificativa, foi, posteriormente, convidado a verbalizar algo do aspecto pessoal e novamente trouxe elementos da vida social: educação no campo, questão do o êxodo da juventude do campo para a cidade. Esta é uma preocupação que atravessa a todo instante a narrativa deste entrevistado.

O sujeito de pesquisa A07 assinala que em sua visão a proteção social *"faz assistência, alguma coisa, dá assistência pra pessoa que precisa[...]a saúde, num serviço, algum serviço que num pode né, qué ter, mas não consegue ter"*. Quando convidada a falar um pouco sobre quem são estas pessoas que recebem esta proteção social, revela que não sabe. E seguindo o diálogo, quando estimulada a verbalizar quem considera que sejam pessoas necessitadas, refere as crianças e os agregados também.

O entrevistado A08 também traz, igualmente ao A02, sua preocupação sobre a proteção das pessoas dos assentamentos que, por terem uma situação de distância geográfica da sede do município, muitas vezes não têm acesso a tipos de serviços. Sobre a proteção social diz *“acho que seria uma forma de criar política pública para proteger, né, as pessoas aonde elas estiver”*. E dentro da sua narrativa exemplifica a situação do diagnóstico da realidade que deve ser elaborado para que haja melhor garantia de direitos a partir da ação política. Traz como exemplo um político perguntar a uma associação sobre o que desejam produzir para dar condições de melhorar esta produção *“Eu acho que é uma forma de você estar protegendo o trabalho[...]uma forma da gente tá dando cobertura, contribuindo, pra que essa pessoa, ela poderia tá produzindo, mas poderia melhorar muito mais a produção deles”*. Este entrevistado, contava no momento inicial do diálogo que teve terras demarcadas pelo INCRA. Quando convidado a comentar se considerava se tratar ou não de uma proteção social, afirma *“Considero. Até porque eu, bom, na época, eu dizia assim ‘eu perdi de hoje ter dois, três lotes’, quer dizer assim, nós não vamos comprar terra de ninguém, de um do outro, porque se eu comprar a terra do meu vizinho, quando meu vizinho dizer assim ‘eu vou vender minha terra’, aí eu vou dizer ‘por que você vai vender?’ ‘Ah, por causa da estrada’. Não. Porque, qual o melhor? Invés de eu comprar sua terra, vamos organizar e buscar o direito que eu tenho e você tem, não é?”*. Observando-se todo este contexto no qual o sujeito está inserido, quando convidado a comentar em quais aspectos sente que ainda precisa de proteção ressalta que é em melhores condições de viver na própria terra, estrada melhor para chegar na terra e na sequência menciona, referindo-se ao cuidado com as nascentes, *“Eu acho que uma coisa que a gente tem que fazer também, pra gente como proteção, nós mesmo tomar cuidado para que aquela água, ela permanece”*.

Para o sujeito de pesquisa A11 a proteção social é *“a sociedade protegendo o povo que necessita[...]mas também pode ser também outra parte que talvez eu entendo assim. O que que eu vejo, proteção ‘causo’, se uma pessoa precisa de um bolsa alimentação, uma cesta básica, e eles leva, orienta a família”*. Quando solicitada a comentar o que essa proteção social tem a ver com sua vida diz que por ser da sociedade, então, tem a ver com ela. Quando perguntada se houve algum caso em sua vida em que acessou essa proteção de modo que tenha feito alguma diferença na sua história de vida, responde: *“Porque a parte da Bolsa Família é uma proteção social, não é? É proteção. Já fez diferença, porque um momento que eu tinha muita necessidade, que a gente procurou. Pra esses período eu necessitava de ter algum material pra minha filha. Fez diferença. Mas eu queria que fosse mais aberto, que tivesse mais recursos. Queria mais. Não só nesse momento pequeno de uma Bolsa Família, de uma cesta básica, de uma... Quero mais ainda. Diante de tanto imposto que a humanidade paga”*. Junto a este relato

e reflexão pergunta-se a ela em que aspecto ainda pode ser protegida e qual seria esta proteção, cita psicólogos, fisioterapeutas, professores de zumba e lazer.

10.4 RELAÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL E SUA DINÂMICA EM SOCIEDADE

Os planos escolhidos para representar a dinâmica da proteção social na sociedade são o capital/dinheiro, trabalho, mídias (TV, rádio, internet e outros), social, direito e política. Essa abordagem centraliza a proteção social e os seus planos e a intenção deste recorte é entender a forma como as pessoas identificam e referem essas relações. Neste sentido foi solicitado ao entrevistado que referisse *se acha que a proteção social tem relação com estes planos, estes aspectos e quais seriam essas relações estabelecidas*. Serão destacadas as falas que resumem as relações que cada entrevistado estabelece por cada plano específico. Opta-se por fazer a apresentação destes itens em quadros para favorecer a visualização das narrativas e observações entre si. Nestes levantamentos os sujeitos de pesquisa A07 e A11 não participaram. O primeiro em função de vir verbalizando que não estava lembrando e não estava conseguindo falar sobre estas questões e o segundo, referente à necessidade de encerrar a entrevista dentro de um limite de horário. Vale destacar que os eixos foram apresentados em uma folha de papel em branco na qual estava representada a proteção social ao centro e ao redor, estes mencionados planos. A ordem de comentário por parte dos entrevistados foi aleatória conforme sua decisão e interesse em expressar.

10.4.1 Plano do capital

Conforme observamos no quadro 5, as narrativas sobre a relação do plano do capital com a proteção social, variam em profundidade e foco.

Quadro 5 – Narrativas dos entrevistados para o plano do capital

Entrevistado	Narrativa síntese
A01	<i>“Ah, esse aí é meio difícil ficar fora esse negócio de capital e dinheiro, sempre tá – querendo ou não querendo – sempre tá interligado, né”</i>
A02	<i>“O capital brasileiro [...] ele não consegue, ele não consegue dar uma proteção social saudável. Ele é muito concentrador, ele ‘traga’ muita destruição. Através do dinheiro, as pessoas não olham muito para o lado humano. [...] Banco tá ganhando dinheiro adoidado e aí um grupo pequeno que tá na zona rural, que é os grande agronegócio, tão acabando. E quando acaba com a natureza, não tá protegendo o social das pessoas”</i>
A04	<i>“Nós estamos em um país capitalista, onde a disputa pelo poder é grande, onde você, pessoas que roubam, corrompem, humilham e massacram por dinheiro. Destroem o meio ambiente, a fauna, a flora, destroem lares, famílias, tudo por dinheiro. [...] O dinheiro é uma coisa muito bem vinda quando ele serve pra ajudar todo mundo, quando ele serve para manter a integridade, a proteção social dessas pessoas”</i>
A05	<i>“[...]se tiver dinheiro, também, pra que que ele vai ‘mindingar’, né, é o que nós tá falando, que ainda tem muitos que faz isso, né”</i>
A06	<i>“[...]nós não vivemos sem dinheiro, nenhum ser humano, nem nós não vivemos sem dinheiro, mas precisa ter, né. Mas o capital e o dinheiro, eles, muitas vezes, eles, o capital ele se sente muito poderoso e acha que não precisa dessa proteção social, social em si”</i>
A08	<i>“[...]as concentrações de poderes dificulta muito, eu vejo muitas tristeza, o que dizer, né? Hoje a sociedade nossa enxerga muito, capitalista, né? E deveria ser mais social, pensar mais... [...] eu fico olhando, assim, o porquê de tanta gente, que eu dizia do passado, né, tem uns têm tudo e outros não têm nada, alguma coisa tá errada, não poderia ser mais social? [...] às vezes até os animais sendo mais tratado que o ser humano, não é? [...] alguma coisa tá errada. E às vezes a gente não acordou pra essa realidade, a gente ainda pelos fato de falta de informação, a gente ainda dá cobertura pra esse sistema que vem, às vezes, oprimindo, que não dá esse direito, não é isto?”</i>
A09	<i>“[...]muitas pessoas são, digamos assim, escravas do próprio dinheiro, do próprio capital e pensam simplesmente em ter mais e mais e mais, e não pensam em usufruir o que já tem [...] a maioria da sociedade sofre desse problema. Em trabalhar e querer ter e querer ter e o dinheiro traz muita ambição, o egoísmo, as pessoas não sabem dividir”</i>
A10	<i>“Quer dizer assim que... o dinheiro tá, não tão pagando bem, vamos jogar no seu trabalho e quando você vai comprar alguma coisa ele tá caro”</i>
A12	<i>“Esse eu acho um tema quente, viu! (risos) Quente no seguinte, porque nós estamos numa sociedade capitalista e que incorporou uma visão americana que você tem que ser vencedor ou perdedor, né? E que se dar ao cidadão subsídio, é errado. [...] Eu, por exemplo, não acho que um filho de um classe média, média alta pra cima, ele precisa das mesmas proteção que um filho de um agricultor, que o filho de um proletário”</i>

10.4.2 Plano do trabalho

Quadro 6 – Narrativas dos entrevistados para o plano do trabalho

Entrevistado	Narrativa síntese
A01	<i>“Vai em busca do trabalhador (a proteção social)”</i>
A02	<i>“E o trabalho e a proteção social têm tudo a ver, não é? Hoje, muitas vezes a pessoa trabalha e não é reconhecido. Ainda encontramos trabalho escravo. [...] Então, tem de ter uma proteção social, tem de combater mais. [...] nessa ‘questam’ da proteção social e do trabalho precisa ser feito muito, porque o sistema do capitalista judia demais”</i>
A04	<i>“Eu acho que todo mundo tem direito ao trabalho digno, para que ele não precise roubar, explorar, precise de alguém ou utilize de formas fraudulentas para sobreviver. Todo o trabalho deve ser respeitado, seja ele de engenheiro a zelador. [...] Eu acredito que seria proteger os direitos trabalhistas e garantir que eles sejam reconhecidos em qualquer local”</i>
A05	<i>“Aí, o trabalho, pra pessoa procurar os direitos social é quando não tem trabalho, né. Se ele for uma pessoa completa, se tiver o trabalho sempre, nunca vai precisar ele ir atrás de coisa dada né”</i>
A06	<i>“O social, digamos, faz parte da nossa vida, esse é o primeiro passo. Depois vem o trabalho e os direito”</i>
A08	<i>“O sistema que governa e alguns faz com que as pessoas sai do sítio pra cidade e o que a gente percebe é o seguinte, a cidade não tem trabalho pra todo mundo, não é isto? A gente vai inchar a cidade. Então, por eu comento assim, o mundo do trabalho, qual seria? É investir mais nos agricultores, eu fico avaliando aqui, um exemplo aqui. Tem um setor aqui que é um lugar plano, soja, onde é o assentamento, era onde que tinha quantas famílias? Era mais de duzentas, trezentas famílias que estava ali. Entrou soja, pronto, foi-se essas famílias. [...] Elas foram buscar trabalho lá na cidade e será que todos conseguiram empregar lá? [...] Proteção social é fazer com que, permanece o agricultor por lá”</i>
A09	<i>“Referente ao trabalho, por exemplo, proteção social, eu acho que remeteria mais assim, a assistência social. Muitas pessoas trabalham, quase que um trabalho escravo e não sabem disso. E não há leis, ou melhor, existem leis, mas não existe a fiscalização pra fazer valer essas leis. Então, essas pessoas, tenho pra mim que estão desprotegidas porque é um tipo de trabalho praticamente escrevo, que estão vivendo e levam aquilo porque consideram que é a única forma que tem para sobreviver. A única fonte de renda que tem pra poder sobreviver”</i>
A10	<i>“Igual, o trabalho, eu acho que o meio de transporte tá difícil, é dificultoso pra certas pessoa pra ir trabalhar, fica longe, assim”</i>
A12	<i>“Pois é, eu fiquei aqui pensando, a questão do trabalho é muito contemporâneo, né, porque uma parte do atual congresso ‘tá’ votando naquela terceirização, não é? Portanto, entrando no terceiro milênio, não é, dois mil e... Ah, e as multinacionais, né, elas querem a flexibilização dos nossos direitos trabalhistas, décimo terceiro, férias, né? Quer acabar</i>

Continuação do quadro 6

	<i>com o sindicato, que a negociação não seja mais via sindicato, patrão-empregado, se você tira o sindicato, eu e o patrão, né, pra quê? [...] Então o mundo do trabalho é muito desequilibrado nas forças, né, e se nós acabarmos com aquilo que garante a nossa proteção social, que é os sindicatos, os partidos políticos, né, pra garantia da nossa CLT, né, férias, décimo terceiro, aposentadoria, né, a gente tá frito, né? Então, é um trabalho de conflito mesmo”</i>
--	--

10.4.3 Plano da mídia

Quadro 7 – Narrativas dos entrevistados para o plano da mídia

Entrevistado	Narrativa síntese
A01	<i>“Tem relação entre mídia, rádio e TV, né, porque é divulgado”</i>
A02	<i>“A mídia brasileira, hoje a mídia brasileira ela tem os seus interesses. ‘Cê’ não vê a mídia colocando as coisas boa, só ‘pobrema’, ‘pobrema’ aí estraga, ‘traga’ um desânimo pra sociedade. ‘Cê’ imagina 40 milhões de pessoas que saíram da classe pobre para a classe média. Se visitasse essas famílias e perguntasse por que ‘cê’ tá assim? Por que seu capitalzinho, seus bem era cem mil e hoje tá com um milhão de reais? E ela não consegue pregar os avanço [...] A mídia, eu imagino que ela tá contribuindo muito pouco”</i>
A04	<i>“Eu vejo que a questão da mídia e a proteção social é uma das coisas mais importantes que tem que ser debatida no país. Quando falo da mídia, às vezes é a internet, é a TV, é rádio e esses instrumentos de comunicação, eles estão dentro da casa da gente. Dentro da sala, no quarto, no computador, na televisão, no rádio. É um setor que muitas vezes transmite informações não são bem esclarecidas e não contribuem com a proteção social. Por exemplo, hoje, as novelas das oito, é uma total baderneira para uma criança que está engrenando na vida. [...] Eu acho que existem outras formas de mostrar, incentivar o lado social, de proteger a sociedade, do que mostrando as coisas erradas e nos horários que são mostrados”</i>
A05	<i>“A mídia, lógico que traz todos os conhecimentos e que aí você tem que tá inteirado pra ir atrás dos direitos”</i>
A06	<i>“As mídias hoje, eu não sei se você concorda comigo, muitas horas elas ajuda, mas também atrapalha. Eu acho hoje, a mídia hoje, é, com a dose muito exagerada. [...] Do lado negativo e porque a mídia hoje, ‘cê’ sabe que isso aqui, a desgraça do mundo é a roça deles, na maioria das vezes. [...] Mas a mídia e si, o prato cheio deles, eu acho que a proteção social é uma coisa que não interessa muito pra eles não, porque não dá repercussão”</i>
A08	<i>“[...] ela coloca tanta coisa na cabeça das pessoas, que eles esquece de olhar a realidade que vive, fica muito ligada a mídia que não é verdade. Distorce toda uma verdade, de repente a gente, às vezes fazendo essa ligação com a mídia, e de repente, mesmo a internet e essas coisa mais, tá tirando muito a atenção do nosso povo, às vezes até pra atender melhor às família [...] Eu gosto muito de olhar a mídia, mas também fazer um senso crítico,</i>

Continuação do quadro 7

	<i>o que que tem por trás? Alguma coisa tem por trás. [...] Pessoa que coloca na internet tanta coisa e, de repente, será que é verdade isso?”</i>
A09	<i>“[...] vamos colocar em um modo geral, a mídia, ela lança uma imagem da pessoa assim, muitas vezes equivocada, na minha opinião. [...] Então, há necessidade de uma proteção social nisso, nesse campo”</i>
A10	<i>“Igual a mídia, que é a internet, o rádio, eles ajuda bastante, porque muitas informação que a gente consegue, sobre o que tá acontecendo no mundo, tudo vem por isso”</i>
A12	<i>“[...] a mídia, ela não educa, entendeu? Ela não incentiva. [...] não dá espaço para grandes pensadores, teólogos importantes [...] falar sobre espiritualidade, né? Falar que o ser humano não tem que ser agressivo com ninguém, há outras maneiras de se relacionar. [...] Ela tem uma visão, que ela quer defender umas bandeiras, não é, que é uma bandeira de uma elite, né [...] Ela só dá as estatísticas, morreu 55 mil jovens, a maioria negro. Não toca nas questões, né. Não problematiza nada.”</i>

10.4.4 Plano do social

Quadro 8 – Narrativas dos entrevistados para o plano do social

Entrevistado	Narrativa síntese
A01	<i>“Política tá envolvida em todos os setor e tem muito a ver com a proteção social. Tanto a partidária como a social”</i>
A02	<i>“[...] precisa dessa proteção aí social para garantir de verdade (saúde, educação)”</i>
A04	<i>“[...] onde a gente sabe que inclui no meio a sociedade, as instituições, os órgãos públicos, as associações internacionais, que são importantes também para manter o equilíbrio em vários países”</i>
A05	<i>“O social é um direito que ‘inxiste’ (existe)”</i>
A06	<i>“O social, digamos, faz parte da nossa vida, esse é o primeiro passo. Depois vem o trabalho e os direito” (igual do social / trabalho / direito)</i>
A08	<i>“Nos direitos da gente, o dinheiro fala mais alto. A gente tem os direitos, mas de repente a gente não tem, não é, o capital. Então, às vezes, o capital toma conta dos direitos que a gente tem”</i>
A09	Não identificado diretamente na narrativa

Continuação do quadro 8

A10	<i>“Não sei se eu vou conseguir explicar... Social... Porque envolve muito, assim, a política, parece, e eu sou muito difícil pra falar disso, eu não entendo muito”</i>
A12	Não identificado diretamente na narrativa

10.4.5 Plano do direito

Quadro 9 – Narrativas dos entrevistados para o plano do direito

Entrevistado	Narrativa síntese
A01	<i>“[...]às vezes a pessoa que tem direito não é atendida com essa proteção social devido ser, porque às vezes as pessoa que não precisa é totalmente protegido e os que necessita (não são protegidos). Então fica até difícil a gente falar sim ou não porque geralmente é assim”</i>
A02	<i>“[...] precisa dessa proteção aí social para garantir de verdade (saúde, educação)”</i>
A04	<i>“O setor do direito também está na política”</i>
A05	<i>“O direito é igual tá, ‘inxiste’ (existe). Agora, também a pessoa tem que ir atrás, né, porque se eu ficar lá em casa, não trabalhar por meus direitos, com certeza não vai acontecer não. Que é a mesma coisa da luta dos movimentos, se os movimento e o povo, que o movimento é o povo né. Os diretores mobiliza o povo pra ir buscar os seus direito. Se eles for, com certeza o governo fica com medo, os município fica com medo e o país também, se o povo aparecer fica com medo”</i>
A06	<i>“O social, digamos, faz parte da nossa vida, esse é o primeiro passo. Depois vem o trabalho e os direito” (igual do social / trabalho / direito)</i>
A08	<i>“Nos direitos da gente, o dinheiro fala mais alto. A gente tem os direitos, mas de repente a gente não tem, não é, o capital. Então, às vezes, o capital toma conta dos direitos que a gente tem”</i>
A09	<i>“[...] o direito à informação. Proteção social, como que a pessoa vai se proteger? Pra saber se proteger, é preciso saber contra o quê. Muita gente não sabe, então eu acho que envolve muito o direito, o direito à informação”</i>
A10	<i>“Igual você fala do direito que a pessoa tem que ter, que não ‘tá’ tendo muito, igual fala do direito de ir e vir, também que, meio que, seus direito de alguma coisa, tá meio que, você não ‘tá’ tendo muito direito nas coisa. Aquilo que você achava que você tinha direito, você já não tá tendo mais, tá meio difícil [...] Igual, você tinha o direito de, vamos jogar assim, de ir no mercado, fazer uma compra, você fazer isso, abastecer uma moto, você está</i>

Continuação do quadro 9

	<i>praticamente não tendo mais [...] porque eles tão aumentando, uma gasolina tá indo alto, tudo tá sendo difícil, então, você já tá perdendo o direito de ir lá, porque você meio que deixa de ir, porque o seu dinheiro 'tá', porque 'tá' muito caro, sabe"</i>
A12	Não identificado diretamente na narrativa

10.4.6 Plano da política

Quadro 10 – Narrativas dos entrevistados para o plano da política

Entrevistado	Narrativa síntese
A01	<i>"Política tá envolvida em todos os setor e tem muito a ver com a proteção social. Tanto a partidária como a social"</i>
A02	<i>"E a parte política tem que ser a proteção social de... tudo nasce na parte política. [...] E nossa política ainda tá muito concentrada no sistema capitalista. Onde eu vejo essas políticas sociais, que eu vejo que usa principalmente as pessoas de baixa renda, a maioria dos políticos não gosta. 'Cê' imagina quantos milhões de brasileiros hoje que ganhou energia na sua casa? Isso melhora a qualidade de vida das pessoas. Mas é um programa social, pro político muitas vezes tem muitos que não gosta. [...] A educação ainda, no meu ponto de vista, os sistema político ele quer 'restetir' um pouco a educação"</i>
A04	<i>"A política tem total influência nesses outros termos debatidos aqui. Se o trabalho vai bem é porque a política foi feita em cima desse trabalho. O político que foi lá, discutiu a melhor forma pro cara que estava lá. Criou leis que garantiram a eficiência desse trabalho. O dinheiro controla a questão da política, a mídia é a política que controla. Da proteção social que é o centro, tem dois focos importantes: a sociedade e a política. A sociedade tem um poder de mudar a política e a política tem o poder de contribuir com a sociedade"</i>
A05	<i>"A política tá agrupada em tudo isso, né. Tem aqueles que prioriza as necessidades e tem aqueles que (dizem) 'o pobre que se dane', aqueles que precisa da proteção social que não tá nem aí e eu 'tando' bem... Mas eu vejo isso, desse jeito"</i>
A06	<i>"Porque hoje, eu vejo, é, essa questão política entrando nisso aqui (referindo-se à proteção social), eu sou meio crítico nisso aí porque eles usam, quem usa essa proteção aqui social pra subir na vida, na verdade a política (risos), às 'vez', muitas 'vez' ela não contribui pra essa proteção social"</i>
A08	<i>"[...]pra mim é um aprendizado, porque hoje eu 'tô' na política [...] Eu gostaria, e sempre eu prego por essa câmara, que fosse, não só eu, mas outros companheiro também pregam, que que deveria a gente fazer, a política, a sociedade com tudo, o que que nós devemos fazer pra que as pessoas estejam protegida, atendida da melhor forma. [...] Os grupos estão pensando no poder, agora, de que maneira? Pensando de modo individual, pra eles [...] é muito difícil, porque o jogo de interesse é muito..."</i>

Continuação do quadro 10

A09	<p><i>“É meio difícil porque eu não havia pensado antes. Porque a política tenho pra mim o seguinte: muitos jovens não gosta nem de ouvir falar no tempo política. Por quê? Porque hoje em dia, a visão que eu tenho de política é uma visão individualista, que só quer pra si e na verdade não busca o bem comum pra sociedade e é o que a gente vê, muitos exemplos aqui do nosso município. Ganha vereador de um partido, ganha vereador de outro partido, ganha prefeito de outro partido. No final das contas, em vez de se juntarem, pra trabalharem pelo bem da comunidade, não. [...] No final das contas, a gente está sendo muito prejudicado. Então, proteção social eu acho que, não sei, seria um modo de fiscalização, até mesmo da própria sociedade pra poder lutar para que sejam prevalecidos os direitos da sociedade e não os direitos individuais de quem tá lá, supostamente governando, como deveria ser”</i></p>
A10	<p><i>“Pelo pouco que eu vejo, da política tá difícil uma proteção social, que eles tão mais que, pra você ‘vê’, os político tão mais é que roubando, não tão tanto protegendo a gente”</i></p>
A12	<p><i>“[...] A elite brasileira sofreu um golpe profundo, profundo, em 2002, quando mudou, não mais, aí é que é interessante, não mais, é, de poder, saiu e entrou, a classe social, né, sai um cara da elite e entra um cara do povo. Isso pra elite foi um golpe sem tamanho e ela não consegue, até hoje, com seu melhor estômago, digerir, fazer a digestão dessa pancada. [...] E aí, o mal é que eles achavam, esse grupo da esquerda, que eles eram puritanos, né, que eles eram o dono absoluto da ética, só nós somos éticos, todo mundo é corrupto. E descobriram que dentro do navio deles tinha muito rato. Então, hoje, a mídia está aproveitando esse erro da esquerda pra denegrir mesmo, né, e eu acho que diaboliza mesmo a política, a tal ponto que hoje, você não consegue hoje, você não consegue mesmo, chegar dentro de uma sala de aula e conversar sobre política, é impossível conversar com os jovens do ensino médio sobre política, entendeu? E na sala dos professores, o discurso é o discurso da mídia, não é um discurso de quem pesquisou, de quem analisou, de quem se aprofundou. Quem ‘tá’ fazendo esse discurso da mídia? A mídia, fala verdades, será que fala verdades? Não é tendenciosa? Uma mídia que ‘tá’ na mão da burguesia, de seis famílias, será que ela é neutra? Né? Então, eu acho que a missão hoje é resgatar outra vez o valor político, saber que ele é contraditório, né, por essência contraditório, vai haver sempre a corrupção política, porque é feita por homens, né? E onde eu for, se eu for pro casamento, se for pra igreja, se eu for, eu levo meus defeitos, se eu for pra um partido político (risos), eu levo meu defeitos. E a gente acha que os partido político é uma comunidade de anjo, e não é, né? É cheio de pessoas com defeito. Então, acho que toda instituição política ela tem que se aprimorar, né, criar mecanismo de disciplina, de punição. Mas não baixar a guarda!”</i></p>

10.5 PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE PÚBLICA

Sobre a relação entre proteção social e saúde pública, com exceção do sujeito A10, todos foram contundentes em afirmar que sim, há essa relação. Quando convidados a referir *que relação há entre proteção social e saúde pública*, foram acessando experiências pessoais. No

que diz respeito *a que temos direitos na área da saúde pública*, naturalmente, algumas narrativas também partem da experiência pessoal com a própria área da saúde.

Nas relações da proteção social com a saúde pública o entrevistado A01 identifica que a algum cidadão que precisa de alguma ajuda (exame, consulta, viagem) a assistência social sempre contribui juntamente com a saúde pública. O entrevistado A02 deixa evidente que relaciona proteção social com saúde pública principalmente quando explicita as relações entre saúde e o acesso à alimentação, à educação, ao trabalho, ao lazer e à água. Para o sujeito de pesquisa A04 esta relação é defendida citando os profissionais médicos e enfermeiros, bem como pesquisas para remédios para a cura de doenças. Relata ainda o grande investimento para tratar as doenças, mas destaca que a prevenção *“coisa muito simples está passando despercebida”*. Nesta defesa, afirma *“A prevenção é coibir o uso de venenos em excesso. É mudar a alimentação que hoje está totalmente química, enlatada, transgênica”*. Ao citar que os empreendedores do agronegócio têm seus alimentos (e também água, leite, roça, horta) totalmente protegidos, evidencia-se o sentido de relação entre proteção social e saúde pública. Neste caso, a palavra proteção dominando e conduzindo o significado neste sentido de proteger a saúde. Além deste relato, também evidencia um outro importante aspecto nesta relação entre proteção social e saúde pública: o salário. Salienta que *“o salário hoje é mínimo, mal dá para comer, daí eles dizem que esse país precisa desse setor (agronegócio) pra poder manter os seus caixas, os seus cofres, as suas folhas de pagamento, pra manter os investimentos sociais, manter os investimentos na saúde, mas estão deixando o povo ficar doente, o nosso país ficar devastado, em termos de meio ambiente, rios degradados, águas poluídas, para depois, vender remédios, vender água, vender comida e vender áreas. Sendo que tudo isso é natural”*.

Para o entrevistado A05, com certeza há esta relação porque *“a proteção é uma coisa que é ligado porque é onde que mais precisa de proteção social é na saúde”*. Fazendo esta afirmação, o entrevistado cita um exemplo de um senhor que foi fazer uma consulta em outro município e chegando lá *“não tinha um centavo pra tomar um café. Então isso aí, se não tiver a parte social pra ter dó de uma situação dessa, imagina as outras coisas, não é verdade?”*. Neste mesmo sentido de relação, o sujeito de pesquisa A06 cita uma experiência pessoal como recurso para evidenciar a relação entre proteção social e saúde pública. Em seu relato menciona que ao acessar o SUS para um tratamento cirúrgico teve uma situação pessoal de ter se sentido *“um nada”*. Mais especificamente seu relato menciona *“Aí, lá que eu senti, assim, que a gente, a gente pobre, a gente da classe baixa, e pra sociedade em si, principalmente lá na saúde, eu senti lá que a gente é um nada. Porque quando eu tava internado no quarto, aí aconteceu, teve uma vítima que foi baleada e era da classe alta, aí o pessoal dos hospital, responsável, plantão*

da enfermeira lá, eles queriam tirar a gente do quarto, pra que aquele moço da classe alta ficasse naquele quarto de preferência [...] mas é aonde que, aí eu senti, a gente não teve a proteção, essa proteção social, essa, assim, não foi tratado da mesma forma, né, porque fulano era da classe alta lá, não poderia ficar com a gente". O interessante desta fala é que ter acessado o SUS e feito a cirurgia sem intercorrência não foi considerado uma proteção social, mas tal fato ocorrido sobre privilegiar a enfermagem para um moço da classe média foi apontado como desproteção social.

O entrevistado A07 afirma que há esta relação, mas que ela não tem como falar, como explicar. Já o entrevistado A08 recorre ao exemplo dos médicos cubanos para justificar que sua presença em determinadas áreas mais distantes é um fator de proteção social e, desta maneira, relaciona a proteção social e saúde pública. O entrevistado A09 também busca explicar a relação perguntada por meio de exemplo ocorrido com uma tia. Seu exemplo de referência é para evidenciar a desproteção na saúde: *"Ela chegava no hospital, gemendo de dor e não tinha remédio. [...] Não conseguia se alimentar, não conseguia ficar em pé [...] porque estava fraca e a dor voltava [...] meu tio teve que ir ao banco, fazer uns empréstimos e sair com ela para o hospital particular [...] gente, onde que tá a justiça nesse mundo? Onde estão os programas de proteção, de amparo ao cidadão? Porque não pode uma coisa dessas! Um hospital que é regional não tava conseguindo nem atender a necessidade da região sul"*.

O sujeito de pesquisa A10 recorreu, assim como o A08, ao exemplo dos médicos do Programa Mais Médicos para explicitar a relação entre proteção social e saúde pública. Justifica que os profissionais médicos do Brasil não ajudam na parte da proteção social quando somente batem o cartão de presença, mas não permanecem no plantão. O entrevistado A11 enxerga para esta relação que deveria haver *"mais orientação, pra que o povo tivesse mais saúde"*. Neste caso, a proteção social em saúde se faz por meio da orientação. Para A12, esta relação se dá mais na saúde social e psíquica. E reflete sobre o consumo de bebida alcoólica e drogas pelos jovens, também enfatizando o sedentarismo. Justifica, com suspeição, que o combate a estes aspectos é proteção social e proteção da saúde.

Relativamente aos direitos na área da saúde pública as questões mais enfatizadas, conforme a figura 2, neste universo de onze entrevistas foram: exames, prevenção, médicos, consulta/acompanhamento, bom atendimento, remédio/medicamentos, transporte/ambulância. Outras questões específicas também surgem neste conjunto de direitos como: agente de saúde, quantidade maior de profissionais, água e uso dela, priorização de idosos e gestantes, campanhas de saúde, bom enfermeiro, refeição/alimentação boa com bastante vitamina,

hospital melhor, alojamento conjunto de mãe e recém-nascido exclusivo e infraestrutura para atendimento de urgência e emergência.

Figura 2 – Citações relacionadas ao direito à saúde

*Elaboração própria a partir dos dados das entrevistas

Demonstra-se a partir da figura 2 que a categoria exames, com cinco citações, aparece ressaltada como aspecto a que temos direito na área da saúde pública. Os que foram citados de forma específica são: raio x, hemograma, tomografia e radiografia.

10.6 CONTEXTO DOS DIREITOS SOCIAIS NO LOCAL DE ESTUDO

Conforme mencionado no Capítulo 8, subcapítulo 8.2, os direitos sociais reconhecidos na Constituição de 1988 são a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Neste sentido, foi conversado com alguns dos sujeitos de pesquisa acerca destes direitos no local de estudo, município no qual residem. A abordagem foi feita a partir do eixo *como você vê a questão deste direito aqui no município*. Entretanto, algumas vezes, foi solicitado recorrer à visão sobre o Brasil também. A perspectiva era de que a partir de sua

percepção fosse possível captar questões referentes ao direito e associar tais informações aos determinantes sociais da saúde. Dos 11 entrevistados, 7 foram convidados a expressar sua opinião sobre os direitos sociais no município considerando a possibilidade de tempo e abertura para a abordagem (A01, A05, A06, A07, A09, A10 e A11). Alguns discursos de outros sujeitos de pesquisa são acrescentados a partir da captação na narrativa.

As reflexões sobre alimentação enfatizaram principalmente a preocupação com o uso de agrotóxicos/veneno, o alto preço dos alimentos e a produção dos alimentos no que se refere ao baixo preço de comercialização pelos produtores rurais. No sentido da preocupação com o uso de agrotóxico, A01, expressa: *“a gente não tem mais uma alimentação saudável, desde aquele agricultor que, particularmente, lá no seu pedacinho lá, planta os seus alimentos lá, verdura, né. É saudável lá, sem veneno. Mas mesmo assim, ainda é atingido porque são perto das fazenda, as lavoura onde que eles jogam veneno do alto, né, então atinge muito, então, a nossa alimentação...”*. O entrevistado A05 relacionou o direito à alimentação imediatamente ao Bolsa Família. Construiu seu argumento mencionando que *“a alimentação, hoje, é um direito que tem essa Bolsa Família, do Governo Federal”*, com isso aponta que *“muito pouco que tinha necessidade e hoje está é incluída com muitas pessoa”*, demonstrando que, a partir da sua visão, não há contrariedades relacionadas ao direito à alimentação.

Ainda sobre o **direito à alimentação**, este entrevistado associa este direito com o Programa de Alimentação Escolar, *“aonde nós temos vários produtores que entregam produtos para a alimentação escolar. Então, não é aquelas coisas toda, mas também não é tão ruim. É regular”*. Quando convidado a refletir o direito à alimentação para os demais da população que não estão na escola ele responde mencionando a questão da produção. Diz: *“eu acredito que há uma falha a nível de Brasil, sei lá, de Estado, a questão dos nosso produtores, né. Porque pra você ter uma ideia, nós temos muitos produtores aqui, que em vez dele produzir, ele vem compra tudo no mercado [...] porque em vez das pessoas produzir lá, em vez deles vender, eles vêm comprar”*.

O entrevistado A07 inicia dizendo que o direito à alimentação em sua visão é normal. Quando questionado se tem alimentos, refere que sim. Quando novamente perguntado se tem alimentos em quantidade suficiente, responde que: *“às vezes falta, né, alimento, assim. Agora que consegui plantar uma hortinha com meu irmão, lá. A verdurinha tá cara também”*. Ainda convidada a falar sobre como conduzem a situação quando não tem o suficiente refere que, às vezes, compra no mercado, *“fica uns dias sem ela (alimentação), aí compra no mercado (alimentos)”*, também enfatiza *“quando tem dinheiro também, né”*. Quando perguntado se este direito à alimentação deveria ser algo providenciado pelo Estado ou se o correto é pagarmos

pela alimentação, refere “*acho que as duas coisas*”. Neste sentido, afirmando que uma parte poderia ser provida pelo Estado e a outra providenciada por cada um, pessoalmente.

O entrevistado A09 produz uma narrativa com ênfases variadas. Comenta sobre os preços, agrotóxicos, produção, devastação do ambiente e afirma que a providência da alimentação é uma obrigação das pessoas. Em sua narrativa destaca “*nem todo mundo tem o direito de se alimentar como deveria*”. E justifica sobre a falta de condição financeira e os elevados preços. Relata: “*Infelizmente, por questão de preços, muitas famílias tendem a não se alimentar corretamente*”. Diante destas afirmações, quando estimulada a refletir sobre a garantia da alimentação como um direito social, o entrevistado permanece afirmando que “*é uma obrigação da gente*”.

O sujeito de pesquisa A11 também relaciona que o direito à alimentação não tem acontecido “*porque as alimentação toda pelo sistema que tem na sociedade tá envenenado e o nosso direito é da alimentação sem veneno*”. Complementa, “*E essa, apenas desse alimento, do seu direito à alimentação, você tá ingerindo no seu corpo[...]Porque tá tendo muita criança, muito jovem, hoje nosso sistema diferente. Porque eles recebe veneno todo o dia, por causa da alimentação. Cada alimentação que ele vai receber, mesmo sendo direito, tá envenenada*”. Quando convidado a refletir o direito à alimentação a partir da agricultura familiar, permanece relacionando o direito à alimentação a partir da contaminação ou não dos alimentos. Neste sentido relata “*Esse é um direito, a gente tem a certeza que tá tendo uma alimentação de qualidade[...]Ali é uma alimentação que tá no direito. Ali não tem veneno, ele não tá se intoxicando sem perceber*”.

Duas narrativas sobre direito à alimentação que aparecem nas entrevistas valem destaque. Uma destas narrativas parte do entrevistado A08, que destaca a alimentação associada ao “*direito de se prevenir*” nas questões de saúde. Também o entrevistado A04 relata que a situação da contaminação dos alimentos é “*muito debatida dentro do movimento (sindicalista), onde o cara coloca primeiro o veneno na mesa do cidadão e o mesmo dona da fazenda ou do agronegócio que produz essa comida, produz o remédio pra pessoa comprar. Acaba dominando tudo, porque paga o salário do cidadão, ele dá a comida da forma que ele quer, é ele que dá o remédio[...]Ou você come isso aqui ou morre de fome. Porque não tem terra pra ele plantar, as terras estão concentradas na mão de poucos, muitos que produziriam com menos quantidade de veneno ou de química, então trabalhando para esses que coloca veneno. Ou seja, o salário hoje é mínimo, mal dá pra comer*”. Junto a esta reflexão, este entrevistado também acrescenta sobre os impactos ambientais do uso de agrotóxicos/veneno também para o meio ambiente.

As percepções sobre o **direito ao trabalho** foram variadas dentro da população entrevistada. As narrativas apresentaram quem considere regular (A05 e A06), quem considere difícil (A01, A09, A11) e quem expressou o direito a partir da sua realidade (A07) sem detalhar a situação do município no qual vive.

O entrevistado A01 traz a perspectiva da desigualdade na distribuição do trabalho e o êxodo que ocorre a partir da não garantia do direito ao trabalho. Reflete, *“Porque muitos não têm essa oportunidade de ter um emprego e, poucos, às ‘veze’, tem um, dois, três emprego que podia ser distribuído e... e o campo, hoje, por não ter muita assistência, os filhos dos agricultor estão indo pra cidade”*. Neste sentido, também o sujeito de pesquisa A02 deixa transparecer sua reflexão sobre o direito à educação associado ao direito ao trabalho. Reflete isso, principalmente na situação dos jovens que, por não ter uma política pública de educação direcionada à realidade do campo e por não haver investimento na pequena propriedade, de modo a garantir o trabalho, opta por mudar para a cidade.

Quando o entrevistado A05 afirma que vê o direito ao trabalho como razoável, afirmando que, *“Caso a pessoa queira trabalhar não falta serviço de um lado, de outro. Só não trabalha aqueles que têm aqueles probleminhas (de saúde), né”*, é convidado a expressar a quais tipos de trabalho se tem acesso e ele afirma: *“aqui o que mais oferta é a agricultura, trabalho de fazenda, trabalho nas pequenas propriedades”*. Não demonstra na sua narrativa o viés das políticas públicas de geração de emprego, sua narrativa parece mais alinhada à ideia de que cada qual deve se responsabilizar por buscar este trabalho, de forma pessoal, individual.

O entrevistado A06 inicia sua narrativa afirmando que na sua visão, a situação do direito ao trabalho é regular. Quando solicitado a especificar o sentido deste termo regular ele afirma: *“o nosso município aqui é um pouco, meio complicado. Porque o nosso município, ele não, pra você ter uma ideia, aqui só existe duas empresas que são de laticínio e uma madeireira que tá quase fechando. Então, a questão de trabalho, assim... então, aqui no nosso município, ele é triste, é puxado aqui, é complicado aqui porque trabalho, assim, a pessoa não tem”*. Quando perguntado se tem visto incentivos a postos de trabalho, geração de emprego, algum programa de assistência social neste sentido, relata: *“Não vejo nenhum incentivo, não vejo... todo mundo se acomodado, parece que tá bom do jeito que tá”*.

O entrevistado A07 recorre a sua situação pessoal para relatar sua visão do direito ao trabalho do município e como está esta situação de trabalho na área onde reside, cita que trabalha na casa da vizinha e ela a ajuda a pagar energia e comprar as coisas para a casa. Quando perguntado se havia alguém na casa sem trabalho, refere que sim, uma irmã que fica dedicada aos cuidados de um irmão portador de deficiência.

Na narrativa do sujeito de pesquisa A09 aparecem elementos diversificados quanto ao direito ao trabalho. Expõe que a situação no município é bem difícil e justifica neste sentido *“Porque é um município pequeno, ainda em fase de crescimento. Então, você vê muito assim, poucos escritórios, a maioria são supermercados”*. Continua desenvolvendo seu argumento sobre a situação do direito ao trabalho e relaciona este direito à previdência, à questão social da escolaridade e do desenvolvimento da comunidade. *“Mas assim, infelizmente, eu sei de realidades aqui, que as pessoas trabalham, mas assim, por ser o único lugar que tinha para trabalhar, onde donos de mercado chegam a abusar. Do horário de expediente. A abusar por exemplo, de não assinar a carteira, mas a pessoa precisa do pouco dinheiro que ganha e o único lugar. Às vezes não tem escolaridade, pra conseguir uma vaguinha um pouco melhor, já que é muito disputado aqui. Não consegue passar num concurso, então, tem que se manter com aquilo. Além de ganhar pouca coisa, não tem os seus direitos garantidos: que é INSS, FGTS e tal”*. Junto a isso demonstra sua comoção sobre o trabalho sem a garantia dos direitos reconhecidos. Afirma também que, às vezes, a realidade da pessoa a fragiliza e ela então se *“submete a condições precárias”*.

Para comentar o direito ao trabalho o sujeito de pesquisa A11 recorre à própria história pessoal com a agricultura familiar e histórico no Movimento Sem Terra. Salienta que o direito ao trabalho é uma luta, *“cada momento o trabalho tá sendo retirado do homem e da mulher sem a pessoa perceber”*. Afirma isso no que se refere ao avanço das plantações de soja, por exemplo, que foram dominando o espaço dos pequenos produtores rurais. Muitos foram se direcionando para a cidade de forma instintiva achando que seria o melhor.

No que diz respeito ao **direito à moradia**, grande parte dos entrevistados apoiou sua narrativa na política pública das casas populares, programas de habitação. O entrevistado A01 menciona que, embora seja demorado acessar o direito à moradia social, na sua visão acha que a situação da moradia não está muito ruim porque há o projeto das casas urbanas, *“atendeu várias família. Que foi um ou dois projeto aqui em Corumbiara e no campo também, a gente tá assim, tá beneficiado com Minha Casa, Minha Vida (programa de habitação do Governo Federal), né, habitação rural”*.

Sobre esta mesma situação, referente ao direito à moradia, o entrevistado A05 faz alguns destaques no sentido da negociação que ocorre para quem recebeu o direito à moradia e no sentido da verba destinada à construção da moradia. *“Também aqui em Corumbiara não tem tido falta não porque teve o negócio das moradia que podia ser social foi feito umas cento e poucas casinha e essas casinha passou a ser mais negociada que as necessidades das pessoa mesmo. Então é uma coisa que, quando você ganha é uma coisa, luta por um objetivo e ganha*

e você vende, então não tem necessidade, não é verdade?”. Convidado a expressar um pouco mais sobre sua visão do direito à moradia, expressa sobre sua discordância sobre o valor destinado à construção das casas. Sugere que o valor seja revisto para atender aqueles que realmente necessitam. Este entrevistado afirma ter duas casas a partir do programa, uma moradia na cidade e uma na área rural.

O entrevistado A06 também refere as moradias populares e destaca a não ocupação destas moradias por quem realmente precisa, a venda da casa por quem foi contemplado. Ele afirma que mora de aluguel e não se inscreveu para o programa de habitação urbana. Entretanto, tentou inscrição para a rural, mas por haver críticas em relação aos funcionários do sindicato serem contemplados, decidiram em grupo buscar o crédito fundiário, mas até o momento não haviam obtido parecer.

O entrevistado A07 emite sua visão sobre a moradia a partir da sua realidade pessoal, referindo que sua moradia foi construída com apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). *“[...]a gente tirou a casa pela EMATER. A minha mãe deu um pouco de dinheiro e pagou a pessoa pra construir”*.

Para o sujeito de pesquisa A09, apesar dos *“muitos pormenores”*, a construção das casas populares *“foi algo que beneficiou grande parte da população. Que hoje em dia, se a gente for olhar essas casinhas dos conjuntos habitacionais, são muitas pessoas que estão morando lá. Muitas pessoas saíram da zona rural, mas foi um direito assim, que depois de muitos anos de trabalho, muitos anos de luta, pelo menos conseguiram conquistar. É uma moradia digna? Não poderia dizer que é 100%. Por que? O espaço é pequeno. São cubículos, na verdade. Banheirinho, muito pequeno e tal. Mas como se diz, pra quem antes não tinha um teto, esse já foi uma grande conquista. Porque agora, de acordo com que a pessoa foi evoluindo, ela pode ir ampliando sua construção”*.

Igualmente, o entrevistado A11 menciona o projeto da construção de casas e sua ênfase é para o valor destinado à construção e para a dignidade e segurança da moradia. Quando questionada se entender este recurso como proteção social, relata *“Para mim isso é um grande engano. Tem todo o comentário, mas pra mim é enganado a humanidade. Por quê? Se vai ser uma casa, uma moradia, tem que ser uma moradia digna com todo recurso, toda segurança. Depois das casas dessa que eu já vi, foi até pessoas a óbito e outras ficou até aleijadas porque aconteceu um acidente”*.

O **direito ao transporte** é um grande desafio para a região e essa expressão aparece nas narrativas dos entrevistados. De forma instintiva sempre há alguma relação entre o transporte e a educação porque é problema evidente na realidade do município. Muitos abandonam os

estudos na área rural em função de não haver transporte escolar. Entretanto, não é somente este o problema, o próprio acesso ao município é feito unicamente por transporte particular ou mediante pagamento de condução apoiada em negócio privado.

O entrevistado A01 afirma que transporte público no município somente é oferecido pela Assistência Social. Quando questionado sobre quais serviços eram cobertos por este transporte, aponta que em situações de eventos, desde que conforme a agenda da Assistência Social. Todavia, é necessário contribuir para o pagamento do motorista e refere que é difícil de conseguir. Da mesma maneira, o entrevistado A05 alega que este direito ao transporte não existe. Sobre do direito ao transporte, recorda as ambulâncias para transporte de doentes e o transporte da Assistência Social para a programação do dia do idoso. A06, demonstra em suas palavras, achar a situação muito complicada e demonstra não compreender porque a população não tem acesso a este direito. *“Eu não sei se é devido o município ser um pouco... eu não sei se é carente ou se falta alguma coisa, né. Mas, é, nós aqui num é fácil não. Por exemplo, nós tamu com, fiquemo de articular um pessoal pra levar num dia de campo, né, no IFRO (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia), né, de Colorado... depende de um transporte público”*. Neste caso, explica que depender do ônibus disponibilizado pela Assistência Social, que, no momento da entrevista, foi referido como ‘quebrado’.

O entrevistado A07 detalha um pouco mais a situação mencionando que o transporte é pago e para chegar da área rural (onde mora) até a cidade também é pago. Evidenciando que não apenas para vir de outros municípios para Corumbiara, mas também da área rural para o centro urbano. Cita que *“Até pra vir aqui na rua é pago também. Até pra vir aqui na rua é pago. Quando a vanzinha (referindo-se ao diminutivo do transporte modelo van) não vem, ou vem de bicicleta ou paga um táxi ou mototáxi pra vim”*. Quando convidado a refletir um pouco mais esta realidade ainda menciona sobre nem todos poderem pagar um táxi ou mototáxi e que considera ser dever da prefeitura oferecer este transporte para as pessoas mais de baixa renda que não podem providenciar o próprio transporte.

O entrevistado A09 assinala o direito ao transporte a partir da falta de estradas. A partir deste ponto relaciona o transporte à questão escolar, dentro da sua realidade vivenciada: *“Eu andei o meu ensino fundamental, que eu cursei do sexto ano até a nona série, foi em escolinha rural, a gente andava, igual, já andei quatro quilômetros de serra, com muita serra, no sol quente de meio-dia e retornava pra casa às cinco da tarde”*. Também conta que, durante o Ensino Médio colocaram um transporte, mas que trouxe problemas, e estes são comuns à região. Neste sentido, para conhecimento desta realidade do transporte na educação, vale a extensão do seguinte relato: *“colocaram o transporte para puxar pro Ensino Médio. Eu já tinha concluído*

a nona série, e o Ensino Médio ia puxar agora. Ficamos feliz da vida, eu com minha irmã, por que queríamos continuar com os estudos. Aí ia com minha irmã e foi uma maravilha. Nós entramos em um micro-ônibus, em frente a nossa casa, paramos em uma escolinha rural, chamada Pé da Serra, o ônibus era um acordo entre município e o Estado, onde um micro ia puxar os alunos do Estado, mas a gente aguentou muito desaforo. Muitos alunos jogando na nossa cara que a gente estava ali de favor. Até nisso, extamente, e não só alunos, mas também professores que afirmavam. Quando a gente chegou na serra, era pra ter um ônibus esperando pela gente. O ônibus não tava. A gente ficou jogado no meio da estrada praticamente. Por que o onubus falou assim, que se fosse pra esperar o micro-ônibus chegar, ele não ia chegar a tempo de pegar a primeira aula. Assim, o ônibus saiu.[...]No outro dia, o ônibus ficou esperando. Esperou a gente chegar, Mas, de fato, nós chegamos até a ponte ali do Guaraju, a ponte tava caída, quebrada e não dava pra passar com o ônibus. Já tinha um outro ônibus esperando a gente. Nesse primeiro, as poltronas eram de plástico, muitos estavam com o pé enferrujado. A porta traseira não abria, não tinha janela de segurança e quando a gente chegou na ponte, tinha um outro ônibus esperando a gente que não tinha assento, pra sentar, tinha que ir todo mundo em pé, correndo risco. A porta traseira não abria, não oferecia nenhuma questão de segurança e nem a porta dianteira fechava. E na porta, quando a gente subia, você via vários galões de óleo, não sabia se era óleo queimado, amarrados e o chão do ônibus todo coberto de óleo. Então eu percebi, nossa, que transporte”. Diante de toda esta vivencia, A09, relata que para melhorar o direito ao transporte deve haver investimento nas estradas.

O entrevistado A10, de maneira breve relata que sobre o direito ao transporte, não está existindo. O entrevistado A11 é também convidado a refletir porque não há garantia do transporte como direito no município e destaca que “É falta de conhecimento. Se esse povo tivesse conhecimento, mobilizava, ia onde, batalhava. É aquilo que sempre digo: como é difícil a falta de conhecimento. Porque dois ou três terem conhecimento não vale, tem que ser de uma forma geral. Desde a criancinha, desde a geração (no sentido de gestação) até a morte”.

O **direito ao lazer** no município praticamente é referido como inexistente. Alguns (A01, A05, A06) recordam dias específicos proporcionados pelo setor de Assistência Social.

A01 refere, de maneira descontraída, entre risos, “Ai, aqui, lazer é só trabalhar mesmo. Quase não tem, assim, não tem nem estrutura, assim, quando a gente vai, é, tirar um dia assim de lazer, que nem, a gente que trabalha aqui na cidade, a gente procura outros municípios”. Junto a este relato recorda o lazer proporcionado pela Assistência Social para a terceira idade, o qual ocorre “uma vez por mês, faz almoço, faz bailinho, festinha pra eles”.

Sobre lazer, o entrevistado A05 refere diretamente *“Olha, esse dia, tem um dia por mês da terceira idade, que a Assistência Social prepara um almoço e esse que tem esse lazer. Aquele ‘lazerzinho’ de passar o dia junto”*. Quando estimulado a falar também sobre o direito ao lazer para os demais da população (adultos, crianças, adolescentes) refere de forma taxativa que não tem. Igualmente o entrevistado A06 afirma de forma categórica que *“não existe”* lazer. Diz: *“Aqui não existe. Pra você (ter) uma ideia, questão de lazer e de questão pública, da área pública aqui não existe. Entendeu? (expressão confirmativa) Às vezes a pessoa vai curtir um final de semana, mas é por conta própria, longe daqui também”*.

O direito ao lazer para o sujeito de pesquisa A07 está expresso a partir da sua realidade onde vive, para qual afirma *“Lá num saio pra canto nenhum”*. Convidado a comentar sobre como acontece o divertimento e o lazer onde vive, relata *“Ah, fico em casa, assisto televisão, ando no quintal, em volta do quintal. A vizinha vai lá, nós faz chimarrão e toma chimarrão junto”*.

O entrevistado A09, expressa que esteve pensando tempos atrás sobre o assunto. *“[...]se eu tivesse que montar, algum projeto no meu município, na minha cidade, um projeto que gostaria de leva a fundo, seria a construção de uma praça. Que essa praça já foi prometida, mas até hoje não foi cumprida. Não tem praça. A única praça que a gente tem, entre aspas, é o pátio da igreja, que tem uma graminha, é arrumadinho. Tinham alguns bancos, mas foram quebrados [...]Então, eu penso comigo, a prefeitura ou sei lá quem fosse, deveria ter desenvolvido um belo plano, um belo projeto de uma praça naquele lugar. Seria um ponto chave da cidade, um ponto principal, porque é centro”*. Seu interesse prévio sobre o acesso ao direito ao lazer a partir de um espaço de convivência na praça retrata sua afirmação de que o lazer não acontece no município, *“Não há um lugar assim, vamos reunir, lá pracinha, reunir num lugar, pra conversar, olhar um pouco a natureza, olhar o ver. Se a pessoa quiser ter um momento de lazer, geralmente as pessoas saem pra fora, tem que sair pras cachoeiras. Lá perto da minha casa tem uma cachoeira muito frequentada. Ou até mesmo assim, uma pescaria. Esses são os tipos de lazer”*.

O entrevistado A11 também recorda o lazer para os idosos como o único que sabe existir no município. *“É super bacana, só os idosos. Mas não tem disso pro jovem. A gente sofre. [...]A juventude, a gente vê que a juventude sofre”*.

Na fala dos entrevistados o **direito à segurança** não é apresentado de modo favorável por nenhum. Era já esperado, a partir do senso mais comum que as reflexões sobre este direito se apoiassem no que se refere ao policiamento no município. Quando o entrevistado A01 afirma que o direito à segurança está mais ou menos e é convidado a especificar este significado e o

que falta para que esta segurança possa ser relatada como positiva, relata a partir da experiência pessoal de segurança, quando precisa ficar hospedada no sindicato e que as pessoas não têm total confiança na parte da segurança que envolve policiamento porque *“eles deixam muito a desejar”*, em ocorrências que não resultam nas devidas punições e consequências. O entrevistado A05 apoia sua reflexão citando que há segurança na cidade, porém não nos distritos ou linhas (estradas para deslocamento), também considera na sua narrativa o tempo para atendimento de ocorrência, após solicitação, é demorado.

Já o entrevistado A06 reporta a cidade como *“muito calma”* e por isso considera que a segurança é regular, evidenciando a segurança ambiental em relação aos munícipes e a estar na cidade. Quando convidado a comentar a segurança nos assentamentos, refere uma situação complicada, pois há pouca segurança. A07, por revelar que mora na roça, é convidada a expressar a segurança nesta realidade. Embora refira que é uma área que está segura há uns quatro ou cinco anos, expressa sobre a segurança em sua área *“A pessoa na roça, só Deus mesmo”*.

O sujeito de pesquisa A09 destaca questões pessoais de que produz (ou deveria produzir) a segurança em citações como *“é policial dirigindo embriagado, policial correndo demais, guardas noturnos que batem na mulher”*, neste sentido o entrevistado coloca em dúvida a segurança que está sendo oferecida à população. Destaca a contradição. O entrevistado A10 assinala de maneira sucinta *“que ninguém tá tendo muita proteção em segurança”*. Para o entrevistado A11, o direito à segurança é pensado a partir do exemplo da segurança nos órgãos municipais, da falta de guardas nos locais. Relata: *“Hoje mesmo a enfermeira estava comentando que passa dificuldades trabalhando em posto porque não tem um guarda. Então, pra mim, o guarda é uma segurança e não existe”*.

Sobre o **direito à previdência social**, o entrevistado A01 relata que *“muitos são beneficiado através da previdência social”*. Refere isso a partir do seu trabalho administrativo no STTRC no qual vivencia a procura pelos benefícios da previdência social e do desfecho das solicitações. O sujeito de pesquisa A05, embora também envolvido com o STTRC aborda o direito à previdência social pelo aspecto da demora em relação ao perito para acessar o auxílio doença. Assim, parte de uma experiência pessoal, pois é beneficiário do auxílio doença.

O entrevistado A06 também se expressa a partir da sua vivência no que se refere ao atendimento de previdência social e relata que *“a questão de previdência aqui, nossa, é muito boa”*. Relata que no ano de 2015 haverá uma média de 230 a 250 processos para acesso a benefícios da previdência social (auxílio doença, aposentadoria por idade, pensão por morte, salário maternidade e auxílio reclusão) e relata que até o momento, no ano, somente ocorreu

um caso indeferido por questão de falha de documento. O sujeito de pesquisa A07 menciona que nunca teve acesso a benefícios da previdência social e não apresenta sua opinião sobre este direito.

A09 apresenta sua visão sobre este direito a partir da reflexão da burocracia que *“existe e pra aquelas pessoas que não têm informação ou mais humildes e tal, por exemplo, do sítio, é muito mais complicado”*. Neste sentido aponta também a exigência da documentação que *“se você não tiver, você não tem direito”*. Especificamente sobre esta situação para os trabalhadores rurais relata *“Aí, onde eu acho a injustiça, você trabalhou na zona rural a vida inteira na terra, já tá cansado de trabalhar, não consegue receber o seu benefício por falta de regularização da sua documentação, mas é algo que não é nem do seu conhecimento”*.

O entrevistado A11 também evidencia a situação rural para o direito à aposentadoria e destaca que o acesso é garantido para quem tem os documentos organizados.

Relativamente ao **direito à proteção à maternidade e à infância**, os sujeitos de pesquisa recordaram questões referentes à saúde, ao salário maternidade e ao Conselho Tutelar. O entrevistado A01 apresenta que este direito contempla o acompanhamento à saúde e salário maternidade para a mãe. A05 relaciona este direito com os atendimentos do Conselho Tutelar e afirma que não são muitos casos a serem atendidos. O entrevistado A06 também recorda da atuação do Conselho Tutelar e aponta que *“eles sempre tão assim, ativo, atento aos problemas, corre atrás, faz ocorrência, encaminha pra onde é preciso. Penso que isso aí tá até bom, né. Não tá ótimo, mas tá bom”*.

Para o entrevistado A07 esse direito *“tá precisando de muita proteção, tá muito fraca a proteção”*. Quando solicitado a expressar como que os governos poderiam garantir esse direito, afirma que seria com *“mais educação[...]mais estudo, mais saúde, uma alimentação melhor pras crianças, pra estudar melhor, né, mais um lazer”*, possivelmente expressado a partir de uma apreensão do diálogo corrente sobre os direitos. O entrevistado A09 também recorda o salário à maternidade como parte deste direito e também refere o pré-natal, vacinação e teste do pezinho. Também, sobre o direito à proteção à maternidade e à infância, A11 refere o salário maternidade e o acompanhamento pré-natal.

Em referência ao direito à assistência aos desamparados, procurou-se entender esta reflexão a partir de quem entendem que sejam estes desamparados para evidenciar a assistência necessária. Para A01, os desamparados são as pessoas *“bem baixa renda mermo, que não têm condições. Não têm um bom lar, não têm família”*. Para além da questão da renda foi convidada a comentar se há algum outro aspecto que pode incluir as pessoas na classificação de desamparadas, e declara que *“o vício no álcool, droga, né, vai distanciando as famílias, né”*.

Para o entrevistado A05 são poucos os considerados desamparados. Cita que os poucos existentes são atendidos na medida do possível. A06 também assinala que são poucos os desamparados no município e enfatiza as crianças abandonadas e que são encaminhadas ao abrigo. A07 considera que as pessoas desamparadas são as pessoas *“sem trabalho, não têm moradia, num têm um lazer, assim, num consegue ir na igreja”*.

O entrevistado A09 afirma que não tem desamparado no município, pois entende como desamparados *“pessoas que não têm ninguém por eles. Por exemplo, ‘mendigo’ de rua, idosos que não têm mais filhos e tal”*. A reflexão deste entrevistado se apoia no fato que, no município, conta-se *“muito com a sensibilização dos vizinhos, dos amigos”*. Finaliza este argumento afirmando que no município não existe forma de proteção alguma. Para o entrevistado A11 são desamparados, *“a criança que não pode tomar um leite. Tem que ir a assistente social, procurar, falar com a pessoa que pode ir e receber o recurso de apoio às necessidades daquela criança ou da família”*.

11. OUTRAS ÊNFASES A PARTIR DAS VOZES E CONTEXTOS

Neste capítulo serão abordadas algumas ênfases que surgiram ao longo das narrativas em forma de reflexões ou preocupações manifestadas pelos entrevistados. Optou-se por trazê-las em um espaço à parte dos resultados apenas como forma de organização da discussão que já é trazida juntamente com as ênfases apresentadas.

11.1 O DESTINO DO GRUPO DE TEATRO FÊNIX

“Percorri as ruas da cidade e duas coisas específicas me chamaram a atenção: um cartaz em um prédio municipal que afirmava sobre a utilidade do dinheiro dos impostos para o retorno de serviços ao cidadão e mais adiante uma placa gasta e quase ilegível a respeito de um grupo de teatro chamado Fênix. Dada a situação de precariedade da placa e o anúncio de um grupo de teatro me veio à reflexão o que teria acontecido com aquele grupo” (Trecho do Diário de Campo, 23/11/2015).

Na entrevista com o sujeito de pesquisa A04, no dia 24/11/2015, espontaneamente foi-se delineado na narrativa a contemplação sobre o que aconteceu com o grupo Fênix. Sua extinção envolve uma questão política evidenciada e traz à fala do entrevistado a manifestação de lamento e revolta. Ela está inserida na elaboração da narrativa para a pergunta sobre o que vem à cabeça diante da expressão proteção social.

Na construção do seu discurso, A04 vem comentando sobre a execução e distribuição dos recursos pelos Estados e prefeituras. Em certo momento critica a falta de fiscalização rígida sobre a proteção à sociedade. Ainda neste sentido, explora a situação de alguns benefícios no município que envolvem favorecimento explícito e relação com a política (agenciamento de votos). É diante desta construção reflexiva que expressa sobre as entidades que se dispõem a divulgar a conjuntura política e social vivida pela comunidade em algum aspecto.

“[...] Ainda dentro desse termo de proteção social, hoje a gente sabe que as instituições sem fins lucrativos, as entidades, universidades, elas têm feito muitos debates, muitas palestras como incentivo, mas eu acho que o governo, através da União, dos Estados e municípios, os executivos, eles precisam valorizar mais esses trabalhos das universidades, entidades, porque

a gente é formador de opinião. A gente fala mesmo. Quando a gente tem espaço pra falar, a gente fala. Só que quando a gente consegue esse espaço dentro do município, por exemplo, nós temos uma associação de teatro e a gente queria mostrar uma realidade de Corumbiara dentro de uma peça. A partir do momento que a gente apresentou essa peça, a gente arrumou uma adversidade com a administração, porque essa peça criticou a saúde, a infraestrutura do município, criticou o sistema de gestão. Aí nesse momento, o político que estava lá, ele entendeu que o teatro queria provocá-lo. Na verdade, o teatro queria alertá-lo que ele não estava agradando algumas pessoas, que não estava sendo eficiente o trabalho dele. Aí passamos por uma grande perseguição. A associação teve que fazer uma grande manifestação dentro da Câmara para poder ter uma utilidade pública aprovada, que é uma coisa tão simples, que não gerava nenhuma despesa, que era simplesmente reconhecer como entidade, e nós tivemos uma perseguição muito grande. Tanto que a nossa associação deu uma fracassada. Ela parou de receber investimentos para cultura”.

Quando perguntado se estava se referindo ao grupo de teatro Fênix, confirmou que sim e que estão tentando ativá-lo por sua função na formação de opinião. Ainda nas palavras do entrevistado A04, o grupo Fênix *“apresenta peças que debate a questão do alcoolismo, gravidez, política, de falta de gestão, ambientais, de degradação de meio ambiente. Sempre que a gente trabalhou, fizemos um trabalho social. A gente procurou orientar sobre o meio ambiente, sobre consumo excessivo de álcool, sobre o trânsito, sobre a família, no entanto, não houve reconhecimento das autoridades porquê o que a gente conseguiu foi perseguição. Então, a proteção social engloba todo esse conjunto de ações que o Poder Executivo tem, mas utilizam desse poder pra massacrar as pessoas que realmente têm esse trabalho”.*

Além desta defesa e formação política é inevitável não pensar em todas as dimensões sociais, principalmente relacionados à educação, saúde, lazer e segurança que os alcances deste teatro trazem para os membros do grupo, primeiramente, e também para a comunidade. Dimensões inviabilizadas. Este caso é a representação, já muito conhecida no Brasil, em especial na época da Ditadura Militar, sobre silenciar aquilo que traz a reflexão, novos modos de pensar e horizontes sobre novas defesas. Ainda há pessoas que não podem se expressar nem se utilizar do seu direito de produzir arte e vida. Um teatro que, além de instrumento social fomentador de debate com reflexo em múltiplas questões, seria também uma opção de parte do lazer e mesmo de entretenimento, a compor este conceito de saúde na prática e de proteção social.

11.2 A MEMÓRIA DO MASSACRE DE CORUMBIARA E UMA NECESSIDADE PRODUZIDA

Na caracterização do local de estudo, o Massacre de Corumbiara foi abordado como evento sinalizador de extrema disputa agrária e de poder envolvendo trabalhadores sem-terra e latifundiários. A partir da pergunta sobre o que a proteção social tem a ver com a sua vida, o entrevistado A04 considera que seria garantir a sua integridade como ser humano, o respeito e fazer com que ele caminhasse certo. Sua verbalização evidencia a preocupação com perseguições advindas das próprias defesas políticas. Assim, relata que a partir destas defesas, algumas pessoas começam a se sentir incomodadas e quando não conseguem corromper a pessoa por meio de benefícios materiais ou financeiros, *“tiram a gente de outra forma. Eles matam as pessoas”*. E é neste contexto que recorda o Massacre de Corumbiara. Sobre isso aponta *“Aqui mesmo já mataram pessoas boas, aqui, então é mais ou menos por aí. Eu acho que seria hoje o Brasil começar a punir de verdade aqueles que tira a vida de pessoas inocente que tão lutando por um objetivo social. Hoje a gente vê que eles executa freira, padre, pastor dentro das favela, dentro das comunidade, executa liderança de assentamento rural. E assim, no entanto, nada é feito com esse povo, por exemplo, a gente teve o massacre de Corumbiara que foi executado 11 pessoas e assim, saiu um livro, virou uma história, muito triste por sinal. Amigo da gente foi ali vítima daquele desastre... e aquelas pessoas, às vezes, só queria um lugar pra viver e aquela terra era totalmente, totalmente da União, era terra devoluta, sem escritura pública, sem pagar imposto, era tudo floresta na época e aqueles pessoal que tava ali, mais de 600 pessoa, eles, o sonho deles era ter um lugar de morar, de criar a família. Aquele momento ali, eles encontraram foi a morte, no caso, a dor, né, que perder familiar dói muito e também o massacre, né, foram massacrado pessoas, até hoje não escutam, outros não caminha, outros comeu miolo e ficou doido e, tipo assim, o país tá cheio disso”*.

O entrevistado recorda este massacre a partir da conversa sobre direito à alimentação. Aponta que no município tem *“muitas pessoas que por causa do massacre de 95 aproveitou aquela situação e foi incluída muita Bolsa Família no município. Então você vê hoje uma população grande que não tem necessidade e que vem pegar a Bolsa Família”*. Este sujeito de pesquisa evidencia em seu relato as questões de fraudes referentes ao recebimento do benefício neste programa.

O sujeito de pesquisa A11 recorda o massacre para revelar uma necessidade atual que relaciona a este fato. A necessidade em questão é o tratamento psicológico para enfrentamento

das heranças psicológicas que marcaram a vida de pessoas. Reporta que *“Aí a gente, veja que, quanto que ‘nóis’ necessitamo de assistente social e eles não contrata. Quanto que ‘nóis’ necessitamo de psicólogos e eles não contrata. ‘Nóis’ não precisa de psicólogo em Corumbiara, ‘nóis’ necessita. Que só em Corumbiara teve três massacre. Massacre dos garimpeiros, massacre dos índio e massacre dos agricultores. E ‘nóis’ vejamos tem mil e uma pessoa com doença? Tem. Mas muito problema psicológico. Já era pra ter esse povo contratado, ninguém contrata. Às ‘vez’ tem uma, mas pra atender esse povão, não dá conta. Então, quantas pessoas, nós precisamos, necessitamos desses profissionais”*.

Esta necessidade relatada e recordada a partir da fala deste entrevistado também nos recorda como precisamos trazer a proteção social para a dimensão das especificidades, agregando ao que é proteção social geral para o país. Neste caso, especificamente, o desafio das políticas públicas é maior. Por exemplo, a existência de um Centro de Apoio Psicossocial é inviável para municípios com menos de 20.000 habitantes. E ainda considerando a realidade geográfica da área e também em outros aspectos de atenção à saúde (que não somente a atenção à saúde mental) este desafio se intensifica. Entretanto, esta não atenção e não consideração à especificidade denota a desproteção e em um sentido de profundo desacordo com aquilo que se espera tanto da proteção social quanto da proteção à saúde, que em última instância são parte de uma só realidade.

Dar voz ao sujeito, às suas necessidades – que muitas vezes não serão somente aquelas que alguém enxerga como de fundamental atenção – possibilita o processo mais amplo do cuidado e da proteção. Conforme sugere o próprio entrevistado, para além da doença visível e representada apenas no corpo físico.

11.3 A DEFESA DA TERRA E DA AGRICULTURA

Uma questão que se ressalta na narrativa dos entrevistados é a relação que possuem com a terra e a agricultura. A própria caracterização da região evidencia esta natureza. Em frases como *“A gente ama a agricultura, passamo e vivemo da agricultura”* (A11) e *“A minha cara é a área rural”* (A06) conseguimos perceber o signo da defesa que muitas pessoas ainda sustentam. O contexto no qual A11 expressa que ama e vive da agricultura é a partir da pergunta sobre questões a que temos direito. Embora faça uma firme defesa da agricultura em sua narrativa, também pondera que *“nem todo mundo consegue viver da agricultura”*. Por isso

afirma “*Sempre dizia pros meus filhos, nem que eu comesse aquilo que a terra produzisse, sem sal e sem nada, queria que eles fizesse no mínimo o segundo grau*”, relata a entrevistada demonstrando sua confiança e mesmo apreço à educação, também a sua leitura social sobre o futuro e as expectativas de seus filhos neste futuro.

O entrevistado A06, proferiu com emoção que sua cara é a área rural. Essa frase surge quando é convidado a falar sobre em que aspecto da vida considera que precisa ser protegido socialmente. Ele diz “*eu queria ter um pedacinho de terra pra exercer a minha atividade, e dizer ‘isso aqui é meu’. Entendeu? (expressão de confirmação) Eu tenho certeza que eu ia me sentir protegido com isso porque a minha cara, na verdade, a minha cara é a área rural*”. A06 ainda está recorrendo aos trâmites para viabilizar seu lote. O acesso à terra entra evidenciado o que seriam um fator de proteção social significativo para ele, com valor emocional e social e, certamente, com impacto no seu modo de desfrutar a vida.

Para A08 tudo se inicia com a “*busca de uma conquista*” para acessar um lote de terra. Muitas foram as dificuldades conforme revela: “*às vezes nós ficava ali e não sabia quando nós ia conquistar, podia ficar um ano, dois ano, né, debaixo de lona, na lama, lá na mata, até chegar no dia do resultado*”. Sempre em defesa do bom uso da terra e da vocação para a agricultura, A08 afirma que “*a terra não é pra negócio, a terra é pra quem dela, pra quem precisa produzir, tem a sua família e vamos conquistar a terra pra nós viver dela*”. Este entrevistado reporta ainda residir na mesma terra inicial que conquistou. Quando produz suas narrativas sobre as questões de direito sempre recorre aos assuntos referentes à terra e à infraestrutura para a produção agrícola, “*Então são direitos que, eu acho, que a gente poderia conquistar de onde a gente está, né*”. Este sentimento ligado à terra, à agricultura familiar, me grande parte vivenciado por esta história de luta no Movimento dos Trabalhadores sem Terra, traz a este entrevistado a dimensão da proteção a partir do seu território de identificação e pertença.

O sujeito de pesquisa A02 também encontra oportunidades na narrativa para fazer a defesa da conjuntura do campo, principalmente no que se refere à sua preocupação com o êxodo rural. Defende as políticas públicas para o campo desde a educação, que deve permitir ao menos a escolha para o jovem (permanecer ou não no campo), oferecer alternativas. Sobre isso relata “*O campo tá ficando vazio, né. E é uma preocupação que é... é um público que tem toda uma história deferente, tem toda uma cultura deferente, né. Se você vai num sítio, quando vai nas casa duma cidade, na casa de alguém e vai na casa duma pessoa num sítio, é deferente, totalmente deferente, né. E... e tão perdendo esse povo, nosso campo tá ficando velho. Porque que tá ficando velho? Porque os filhos estão estudando, mas com intenção de ser empregado.*”

Ainda não consegue ver a propriedade como fonte de renda. Então, o próprio sistema, é... da escola, ele coloca que você tem de ser profissional pra ganhar dinheiro, mas não na propriedade. Ainda considera a propriedade, ainda em primeiro lugar de analfabeto”.

Neste mesmo sentido entra o relato de A08 quando reporta sua preocupação “*Qual que é melhor, a gente buscar política pública pra melhora aqui ou é melhor mudar lá pra, se lá tá melhor organizado vai ficar difícil, é a mesma coisa, até quando eu vou migrar?*”.

A defesa da terra e da agricultura revela o caráter, inclusive emocional, de identificação com esta atividade, que para além do labor é também um modo de vida. O acesso à terra e à forma de ter qualidade de vida nesta terra é a questão central e que demanda a harmonização das políticas públicas de saúde, de educação, de agricultura e sociais, principalmente. Em determinadas áreas, o acesso ao transporte até mesmo determina o acesso à educação que tem seu valor inegável na construção dos sujeitos, na compreensão da constituição de si como sujeito de direito e na construção da nação.

Junto à situação da terra fica evidenciada na fala dos entrevistados sua preocupação com a educação (que tem impactos na permanência da agricultura como cultura e base econômica) e saúde (referente ao seu acesso por quem reside em áreas agrícolas, em áreas rurais). A citação de Sen (2004) por VIANA e FAUSTO (2005) no subcapítulo 8.2 nos recorda que mesmo em situação de território com baixa renda a garantia dos serviços de saúde e educação são condição suficiente para a duração e qualidade de vida. Neste sentido, políticas públicas devem trabalhar com a e na sociedade cada vez mais a percepção sobre esta interdependência da saúde e social. Devendo a saúde continuar apostando na consonância entre as ações de prevenção de doenças e promoção social da saúde.

11.4 BOLSA FAMÍLIA E SUBPRIME: REFLEXÃO A PARTIR DE UMA ENTREVISTA

Com base na narrativa do entrevistado A12, que trouxe elementos para refletirmos a questão do Bolsa Família e as defesas que estão colocadas entre alguns professores que fazem parte do seu círculo de convivência escolar, apresenta-se seu discurso integral que contempla as críticas e defesas do programa Bolsa Família, a evidência de como isso está colocado no critério de alguns dos seus colegas de trabalho e a relação que apresenta entre este programa e

o capitalismo. Sua narrativa está produzida no momento em que é convidado a se expressar sobre a relação da proteção social e o capital. Na sequência está a transcrição da sua narrativa:

“nós estamos numa sociedade capitalista e que incorporou uma visão americana que você tem que ser vencedor ou perdedor, né? E que se dá ao cidadão subsídios errados, né? Então, o que seria uma proteção social? Vai depender de camadas, né? Eu, por exemplo, não acho que um filho de um classe média, média alta pra cima, ele precisa das mesmas proteção que um filho de um agricultor, que o filho de um proletário. Não, né, tem que ser tudo... Agora, eu penso assim, que essa visão é clara pra um segmento, aquele segmento que você colocou politizado. Por exemplo, eu tenho certeza que você não é contra a Bolsa Família, porque ela traz melhora na escola, tira o menino da rua, essa proteção social, além de ser boa, importante, necessária, que o cara tá com fome, né, ela traz consequências pra saúde, por isso que a saúde melhorou, a mortalidade infantil caiu, então a proteção social o Estado paga e é boa, mas, mas (risos), um segmento enorme tem preconceito, eu tô numa sala de professores, com dez, doze professor, todos contra a proteção da Bolsa Família, porque gera vagabundo, né, então. E eles nunca viram que o aluno tá dentro da sala de aula só por isso, entendeu? Nem ao pouco compreenderam alguma coisa ali, né? Não é possível que em quatro horas o cara não aprenda alguma coisa, né? É melhor do que ele estar na rua! Então, essa proteção social do Bolsa Família, eu acho... O seguro desemprego, uma proteção social necessária, tem segmentos da sociedade que precisa mesmo. Mas, como estamos num capitalismo, né, e a elite [risos], a elite, né, só para dar um exemplo, eu não sei se vai se encaixar aí, o subprime, aquela crise americana, os bancos faliam, eles gastavam dois trilhões de dólares pros banqueiros, mas quando dão apoio ao pobre, eles reclamam! Mas pra gastar dois trilhões pra um banqueiro jogar o dinheiro pra cima, à toa, ninguém questionou. Nunca vi um professor questionar isso, sabe, nunca vi. Mas, quando é a Bolsa Família, quando é um salário pro, uma assistência que dá pro pessoal que está naqueles assentamentos, todo mundo acha que tá sustentando pessoas, ia usar um adjetivo pesado, mas tá negativo isso. Então, a proteção social pra certas camadas ela tem necessidade e traz uma repercussão rica pro social, muito rica, com consequência na saúde. A educação melhorou depois da Bolsa Família, a mortalidade infantil foi, as crianças, você é de cidade grande, você sabe disso, eu também era, saiu, tão saindo das ruas, entende, quer dizer, é muito mais positivo do que, né”.

O Bolsa Família, como espaço de disputa ideológica também aparece na narrativa do entrevistado A09 que relata “quando estudava no 1º ano no Ensino Médio, a gente tinha no nosso livro lá, uma frase que considero satírica que afirmava assim: Bolsa Família ou Bolsa Esmola? Aí é onde o autor falava ali que o Bolsa Família passava a ser uma esmola para a

população que se acomodava com aquilo e se aproveitava da situação pra continuar recebendo benefícios do governo”.

Esta referência citada pelo entrevistado A12 nos recorda também a citação de LAURELL (1998), para o que acontece à época de sua referência na América Latina, sobre as prioridades nos gastos do governo mexicano. Aponta-se que houve um gasto de 65 bilhões de dólares de recursos de impostos para socorrer bancos, uma quantia a ser comparada com os 169 milhões de dólares dedicados ao seu programa de pobreza (referência da informação é a década de 1980). No Brasil, esta realidade também está presente quando os recursos para financiamento de áreas como saúde e educação são destinados para o pagamento das dívidas públicas do país. De recursos que deveriam ser aplicados em torno de 13%, como por exemplo para a saúde, na prática, são aplicados 4,5% (STEVANIN, 2016).

As disputas aqui representadas pelas opiniões divergentes de pessoas, no plano cotidiano ou no plano político (no sentido de representação política e partidária), também compõem e exemplificam o contexto dos desafios da proteção social apresentado no subcapítulo 9.2.

11.5 A VOZ DA NÃO-ENTREVISTA: “*Eu não tenho direito a nada*”

O terceiro dia no local de estudo foi marcado pela conversa que tive com um senhor do assentamento. Essa conversa me surpreendeu pela profundidade do desabafo, pelo sentimento visível de humilhação, pela situação encarnada da destituição de direito. Abordarei este momento a partir de trechos do diário de campo.

A certa altura, em intervalo entre as entrevistas, eu estava dentro de uma sala no STTRC e chegou lá o presidente mencionando haver um senhor que talvez pudesse participar e colaborar com a pesquisa. Parecia-me que o que sabiam sobre o que eu estava realizando ali era uma *conversa sobre direitos* e visto que este senhor estava reportando uma situação particular neste sentido, foi proposto o nosso diálogo.

Fui lá fora conhecer este senhor e ao encontrá-lo ele verbalizava descontentamento referente ao atendimento de saúde, pois não havia conseguido no SUS as duas doses necessárias de antibiótico. Fiz minha apresentação e o convidei para adentrar a sala. Sua idade, segundo me disse, algo entre 55 e 60 anos. A aparência era bastante envelhecida, trazendo a marca do

trabalho rural. A pele sem proteção. Mas mais do que a aparência envelhecida, trazia um semblante muito triste, uma expressão facial deprimida, ao que me pareceu.

(...)como de costume, antes da entrevista, perguntei como estavam as coisas com a vida. Ele iniciou um relato de fatos que estão muito implicados com a proposta desta pesquisa. Ele continuou um pouco do assunto que estava relatando quando o encontrei. Falou da sua chateação sobre não ter conseguido acessar os medicamentos que lhe eram necessários para combater uma infecção e relatou seu histórico com um problema de hérnia. Ao ir relatando essas situações ele proferiu algumas frases que me marcaram: “Eu não tenho direito a nada”, “Eu vejo todo mundo conseguindo as coisas e eu nunca consigo nada”. Dizendo isso ele relatou sua situação de posse de terra. Todos os seus vizinhos conseguiram legalizar os lotes, menos ele. Ele fazia tais relatos em meio a um choro profundo e aliado a um sentimento visível de humilhação. Relatou que não conseguiu acessar a aposentadoria e que tem dificuldades neste caminho principalmente porque é analfabeto e não entende sobre os papéis e burocracia necessária. Relatou que na tentativa de conseguir a questão dos medicamentos e uma assistência do Serviço Social, estava ali na cidade sem comer há dois dias e também sem local para dormir (estava ficando na rua). Isso porque mora na área rural e tem dificuldade com o deslocamento (Trecho do Diário de Campo, 25/11/2015).

Esta situação ocorrida, esta voz da não-entrevista que traspassa esta vivência no local de estudo e a coleta de dados pode ser refletida à luz daquilo que CASTEL (2013) cita como “indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um lugar designado”. A destituição sentida por este senhor chegou a tal ponto que havia tentado se matar por duas vezes e reportou que a corda ainda estava lá armada em seu barraco.

Um dos pontos da destituição apresentado por este senhor com quem me encontro: a desistência da própria vida ou o modo de viver de maneira indigna, desprotegida. CASTEL (2013) deseja evidenciar as relações existentes entre a precariedade econômica e a instabilidade social. Também afirma que a não participação na sociedade salarial por meio de qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão e mais do que isto, a desfiliação.

Fazendo referência ao termo mencionado por Bronislaw Geremek (1976), *inúteis para o mundo*, Castel afirma:

Ocupam uma posição de *supranumerários*, flutuando numa espécie de *no man's land* (terra de ninguém) social, não integrados e sem dúvida não integráveis, pelo menos no sentido que Durkheim fala da integração como o pertencimento a uma sociedade que forma um todo de elementos interdependentes. Essa inutilidade social desqualifica-os também no plano cívico e político. Diferentemente dos grupos subordinados da sociedade industrial, explorados mas indispensáveis, não podem influir no curso das coisas (CASTEL, 2013, p.530, grifo do autor, tradução nossa).

Todo o sentido da desproteção está contido nesta reflexão. A falta de acesso aos direitos como resultado do não acesso à educação (em função do analfabetismo não compreende as requisições para documentação necessária a reunir), do não acesso à proteção social, do esmorecimento ou inexistência do capital social. Segundo TEIXEIRA (1985) na maioria dos países do continente, as pessoas mais necessitadas, que se encontram abaixo da linha de pobreza crítica, não estão cobertas pela seguridade social, seja por que se encontrem desempregadas, subempregadas, seja por serem trabalhadores eventuais, ou que desempenhem ocupações não abrangidas pelo sistema. A autora refere-se à década de 1970. Atualmente, o Programa Bolsa Família é o que mais destacadamente se propõe a enfrentar a extensão da extrema pobreza por meio da transferência de renda. O referido senhor ao qual citamos aqui não se identificou como beneficiário do programa. Não tem direito de acesso às funções públicas do seu país e não tem direito a um padrão de vida seguro. Nisto estão identificadas as violações em seus direitos civil, político, social e econômico. Direitos humanos.

Ele estava há dois dias na sede do município sem se alimentar e dormindo ao relento, pois não tinha como acessar transporte para retornar ao seu lote. Enfraquecido fisicamente, com problemas relacionados à saúde, enfraquecido socialmente. A produção social da saúde estava (e talvez até o momento esteja, e talvez assim permaneça) alienada diante de tamanhas destituições.

12. DISCUSSÃO

As **vozes e contextos na construção do pensamento dos sujeitos de pesquisa** são reveladores das suas condições reais de vida. Sobre isso, SPINK e GIMENES (1994) marcam que as práticas discursivas, sendo práticas sociais pautadas pela intersubjetividade, estão presas a contextos sociais. Observa-se esta característica na narrativa produzida pelos entrevistados a partir destas suas condições reais de vida e do próprio contexto do qual fazem parte.

O **contexto do município de Corumbiara** é expresso a partir de vários elementos: o movimento migratório de populações de várias regiões do país para lá; o histórico de lutas agrárias; as defesas ressaltadas em relação aos direitos; o atributo predominantemente rural do município; a dimensão econômica que ressalta desigualdade e insuficiência de renda; a situação educacional que evidencia necessidade de avanço no que concerne à organização baseada no perfil rural da região e pirâmide etária; a área da saúde que, conforme apontada pelos entrevistados, necessita de investimento e ajustes nos níveis de atenção básica, no atendimento de algumas especialidades e no atendimento de urgência e emergência.

Esta constituição municipal a partir da migração é captada na naturalidade dos entrevistados (três nascidos em RO) e a história de luta de cada um (considerando as respectivas famílias e/ou grupos aos quais pertencem) inicia neste movimento de busca de novas perspectivas, principalmente relacionadas à agricultura. As diversas lutas por acesso estão colocadas neste cenário: acesso à terra demarcada, à educação, à saúde, à renda e a outros bens e serviços. As disputas agrárias entre agricultores familiares, trabalhadores e latifundiários permanecem e são reveladoras do status da reforma agrária no Brasil. Sendo que aqui recorda-se o direito de acesso configurando na Declaração dos Direitos Humanos como algo a ser garantido e preservado, visto que atualmente a ofensiva em relação aos direitos requer que ressaltemos o direito a ter direito.

Ao que fica sugerido pelos dados levantados em Corumbiara sobre a situação econômica e a educação, estes estão relacionados à estrutura de desigualdade no município. COMIN (2015) elabora uma discussão sobre o desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil de 1960 a 2010. Apoiando-se na pergunta de partida de Simon Kuznets (o processo de desenvolvimento econômico amplia ou reduz as desigualdades de renda entre os indivíduos?) elabora que o progresso tecnológico, embora também ocorra no setor rural, tende a ser muito mais acelerado nas atividades industriais, aumentando a distância entre a renda média no campo e nas cidades.

O acesso a melhores níveis de renda motiva as migrações e neste sentido, COMIN (2015), também coloca que este deslocamento de pessoas do campo para a cidade tende a preservar a estrutura ocupacional na economia agrícola. Este efeito de ‘esvaziamento do campo’ e manutenção da estrutura ocupacional gera na cidade, a formação do que o autor reporta, com base em suas referências, como “massa marginal” (estratos sociais com renda muito baixa, excluídos da proteção social e no mercado de trabalho), formada a partir desta migração de trabalhadores com pouca ou nenhuma formação escolar. Esta formação que pressupõe o acesso à educação é necessária para a disputa de melhores posições no mercado de trabalho, pois, conforme COMIN (2015) aos estratos mais escolarizados ficam oportunizadas melhores posições e prêmios salariais extremamente elevados, além de benefícios típicos dos Estados de bem-estar social, como cobertura previdenciária, crédito habitacional subsidiado e sistemas de saúde subvencionados pelas empresas.

A narrativa dos sujeitos de pesquisa aponta para esta realidade descrita de migração do campo para cidade (neste sentido devemos considerar a migração dos assentamentos para a sede do município de Corumbiara e a migração dos corumbiarense para outros municípios) no cenário local e regional do Cone Sul. O cenário de Corumbiara que demanda a cobertura da proteção social é também reforçado por sua população predominantemente rural e suas necessidades respectivas (como políticas públicas para a realidade rural). Entre os entrevistados o Programa Bolsa Família é um dos mais acessados, muito como reflexo de toda esta discussão trazido por Comin. A narrativa dos entrevistados também aponta para a situação do direito social à educação, demandando reestruturação das políticas públicas educacionais no município de modo enfrentar o esvaziamento do campo e garantir a estruturação progressiva da própria agricultura família, principalmente. Embora a atividade de garantia de direito previdenciário ao trabalhador seja reportado, a partir do STTRC, como eficiente, no campo de pesquisa há um relato claro de um trabalhador agrícola (subcapítulo 11.5) excluído da proteção e também do mercado de trabalho formal e sem perspectivas no mercado informal.

Esta estrutura de desigualdade econômica a partir de vários fatores e também a partir da situação educacional é percebida nas constatações associadas à tabela 2 de que 94% da população têm rendimento situado na faixa de até dois salários mínimos e que as oito pessoas que mais recebem, recebem pelo menos 80 vezes mais que a faixa de mínimo recebimento de renda.

A importância da educação, trazida pelos entrevistados e mesmo diante de referência como Sen (2002) (subcapítulo 8.2), evidencia este caráter fundamental da educação. Por isso faremos um breve resgate teórico sobre a posição da educação na conjuntura do

desenvolvimento de comunidade no Brasil, a partir de AMMANN (1980). Nesta referência, com muitos dados sobre políticas pública de educação e com muito discernimento político implicado nas informações apresentadas, a autora retrata a importância da educação para o desenvolvimento da comunidade no meio rural. Refere os direcionamentos da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) dos quais se destaca do Decreto 38.955: *“destina-se a levar aos indivíduos e às comunidades os conhecimentos teóricos e técnicos indispensáveis a um nível de vida compatível com a dignidade humana e com os ideais democráticos, conduzindo as crianças, os adolescentes e os adultos a compreenderem os problemas peculiares ao meio em que vivem, a formarem uma ideia exata de seus deveres e direitos individuais e cívicos e a participarem eficazmente do progresso econômico e social da comunidade a que pertencem”*.

Embora o texto esteja alinhado às aspirações de justiça social, a autora chama atenção ao fato que propositadamente o problema da exploração da força de trabalho agrícola fica de lado pela necessidade da CNER estar comprometida com a consolidação da ideologia da classe fundamental dominante, a qual cabe preservar as estruturas e favorecer a consolidação do capitalismo no Brasil. Estas disputas permanecem atuais para os anseios relacionados à educação na área rural, principalmente no que se refere aos interesses manifestados pelos entrevistados. Ainda segundo AMMANN (1980) citando Andrade (1977), o desenvolvimento de Comunidade se inscreve no âmbito das políticas sociais que à época é traduzida como um conjunto de medidas destinadas a criar condições favoráveis ou a eliminar obstáculos ao desenvolvimento econômico. Neste momento a educação é relevante pela sua função em produzir uma taxa de retorno para a nação e o educando é encarado como *“capital humano”* indispensável e estratégico para o desenvolvimento econômico, realidade também afirmada por ARAÚJO (2010, p.9).

Para completar esta primeira abordagem que enfatiza desigualdade (principalmente de renda), educação e conjuntura da área rural citamos o aspecto da saúde, já reportada como um setor que, na própria fala dos sujeitos de pesquisa, demanda priorização na organização da rede de atenção à saúde, considerando os desafios de localização geográfica do município, a quantidade de habitantes (a qual interfere na implementação de algumas políticas públicas em saúde) e as pactuações de serviços com os municípios vizinhos.

Apoiados nesta relação da saúde com a desigualdade, traz-se o discurso de DEATON (2003, tradução nossa) indicando que a igualdade de rendimentos não é importante apenas porque promove a saúde, mas porque a igualdade é um marcador para outras características desejáveis na sociedade: maior coesão social, mais solidariedade, menos estresse, apoio social

e mais capital social. A justiça surge como um movimento natural, e conforme Deaton cita Wilkinson (1992, 1996, 2000, p. 1), sociedades iguais são mais saudáveis.

Este capital social é referenciado em ARAÚJO (2010) como sendo a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e as vincula ao cidadão visando à produção do bem comum e como a capacidade de cooperar e de confiar para a produção do bem público, e não para a depredação social.

Para o avanço do que poderíamos denominar de Estado de bem-estar social um dos desafios do município de Corumbiara (que é também um desafio de forma ampla para o Brasil) é configurar as diversas políticas públicas para reduzir a desigualdade social (principalmente as de base, saúde e educação); movimento que deve estar apoiado nos princípios do capital social e da própria solidariedade social. As políticas de proteção social, principalmente o Programa Bolsa Família apontam condicionalidades de educação e saúde que colaboram na promoção e foco destes direitos sociais por meio do acompanhamento de matrícula e frequência escolar, e situação vacinal, consulta e participação na educação em saúde promovida pelas unidades de saúde. Sendo este um excelente exemplo de programa com princípios calçados na interface saúde e social; que deve avançar em suas apostas, sim, mas que já aponta na sua partida suas defesas em prol do social e em perspectivas de saúde, que, certamente evoluirão para as oportunidades de promoção da saúde.

É deste contexto do município de Corumbiara que surgem as narrativas de onde temos para nosso estudo a produção de sentido que segundo SPINK e GIMENES (1994) é correspondente à cognição, ao posicionamento, à subjetividade e ao reconhecimento de si como sujeito histórico. Acrescentando a esta indicação, de acordo com MINAYO (2013), para Antonio Gramsci:

o *senso comum* como matéria-prima tem potencial transformador. Mesmo como pensamento fragmentado e contraditório, o *senso comum* deve ser levado em conta, compreendido, avaliado e recuperado criticamente, uma vez que ele corresponde espontaneamente às condições reais de vida da população (MINAYO, 2013, p. 230).

A pesquisa indica que **os sentidos produzidos pelos sujeitos de direito sobre seus direitos e a proteção social** estão alinhados a um contexto que congrega situação de injustiça social, processos democráticos falhos, cidadania invertida, desigualdade, pobreza, vulnerabilidade, risco, luta pelo acesso a direitos, destituição de grande parte dos direitos sociais e clara necessidade de avanço nestes aspectos para efetivar a promoção social da saúde.

Os sentidos dos próprios direitos estão marcados por estas condições reais de vida e para cada sujeito de direito há questões muito particularizadas. Dentro desta população de onze entrevistas foi possível captar esta variedade que é extremamente oportuna para cotejar as narrativas.

O levantamento sobre **o direito na voz do sujeito** cerca as demais discussões sobre a proteção social e sua forma de estar colocada na sociedade. O direito, seja pela luta à conquista e ao acesso, ou ofensiva e destituição, é central na vida em sociedade. Os direitos, em sua totalidade, compõem o Estado Democrático de Direito. NETO e THOMASELLI (2013), a partir de suas referências e reflexões, apresentam historicamente a passagem do Estado Legal de Direito para o Estado Constitucional (também chamado Estado Democrático de Direito, Estado Constitucional de Direito e Estado Democrático). A passagem refere-se a sair do Estado Legal (entre século XIII e fim do século XVIII) com caráter formalista, representação da soberania nacional pelo poder legislativo e vinculação formal à lei para o Estado Constitucional. Neste caso, a lei não é mais a expressão pacífica de uma sociedade nem garantia de estabilidade, ela causa a instabilidade e, neste sentido, a Constituição coíbe a supremacia de violar direitos. Este Estado Constitucional é um sistema de garantias por meio da força normativa, supremacia e rigidez da lei constitucional dos direitos fundamentais. Tem o fim de efetivar a ideia de justiça e por isso, é um Estado de Justiça. Os mesmos autores ressaltam a experiência constitucional tardia do Brasil.

Considerando-se o horizonte da garantia dos direitos inserida no Estado de Bem-Estar, pode-se entender que a experiência tardia do Brasil com o Estado Constitucional colabora com aquilo que ainda não se consolidou na efetivação do Estado de Bem-Estar no Brasil. Neste sentido, os horizontes permanecem incertos dado o ruidoso cenário político neste corrente ano (2016). Para SILVA (2005) este Estado Democrático de Direito era a meta a ser conquistada a partir das lutas dos movimentos sociais, principalmente nas décadas de 1970 e 1980. Assim sendo, a forma como os direitos estão na memória dos sujeitos da pesquisa e a forma como vêm às palavras (narrativas) evidencia nosso atraso social no sentido da apropriação dos direitos e da forma como o Estado se organiza para garantir o acesso a estes direitos. Esta relação pode ser evidenciar algumas escalas:

- A primeira escala na qual este *não acesso aos direitos* (seja o acesso próprio ou ver o outro acessar o direito) não produz o sentido da experiência com o direito adquirido e não produz o senso do *ser* sujeito de direito. Nesta perspectiva, os entrevistados não recordam os próprios direitos ou têm dificuldade em expressar estes direitos;

- A segunda escala a ser produzida seria a de que *ainda que haja acesso aos direitos*, não há um discurso público (de instituições, da sociedade civil) com informações em favor deste acesso como direito (e não como favor do Estado, assistencialismo e/ou caridade). Neste cenário os direitos também não ficam introjetados de forma a produzir o sentido do *ser* sujeito de direito;
- A terceira escala abrange o resultado do *acesso ao direito combinado com o discurso público* marcado sobre este direito acessado. Neste sentido, a produzir a memória e a verbalização neste aspecto do *ser* sujeito de direito. Os sujeitos da terceira escala, dentro da população entrevistada na pesquisa foram os que mais verbalizaram atitudes mais práticas voltadas à defesa dos direitos para além do discurso positivo apresentado em favor desta defesa.
- A quarta escala diz respeito ao sujeito que não acessa o direito, mas esta falta é tão marcada dentro do seu cotidiano que este direito, *ainda que não acessado* mantém-se na memória no aspecto do não acesso.

Dentro deste interesse sobre o direito na voz do sujeito, foram encontradas em três entrevistas sujeitos com dificuldade em expressar algo a que se tem direito. Esta evidência está marcada nas entrevistas de A05, A07 e A10. Os três possuem um histórico de vida que sugere a interferência no grau de elaboração de si como sujeito de direito e na memória aos próprios direitos. Ao perceber o contexto que cada um destes entrevistados traz é importante valorizar que a experiência em relação aos próprios direitos parece ser mais forte (em dados casos) do que o fato de estar ligado a um meio que discute e evidencia questões de direitos (movimentos sociais, associações de representação).

Na narrativa do sujeito de pesquisa A05 entende-se que a experiência de dificuldade de acesso ao único benefício assistencial que refere ter sido recebido durante toda sua vida imprime em seu discurso a dificuldade em expressar este direito, pois a marca desta adversidade no acesso a direitos toma em sua fala o espaço da elaboração dos mesmos.

Na vida do entrevistado A07, o que parece sugestivo do seu revés em explicitar direitos, é uma história de vida de bastante destituição social evidenciada por situação econômica com ganhos sempre reduzidos, não acesso aos bens e serviços sociais, a direitos em um amplo aspecto. A situação de pobreza, a qual expressa como classe social “*baixinha*” e uma histórico até de destituição alimentar faz pensar esta inexpressão como um resultado social que se parelha com o estudo reportado no subcapítulo 7.3 sobre o Estado de Bem-Estar Social, que refere as afirmações de NOBLE e col. (2015) sobre como as desigualdades econômicas de renda familiar

e escolaridade dos pais afetam a estrutura cerebral e cognição, deixando marcas desta destituição na constituição do *ser* e do *saber-se*. Neste caso, vê-se também afetada a dimensão do entendimento de si como sujeito de direito.

Tendo em vista os aspectos observados, podemos identificar e evidenciar o efeito protetor físico, neurológico e emocional da Proteção Social, com apoio reflexivo em ABRANCHES (1987) e NOBLE e col. (2015). Além de enfatizar que os estados de pobreza e destituição interferem na adequada manutenção da vida, ABRANCHES (1987) desenvolve, apoiado em Marx, que o acesso aos meios para satisfação dessas necessidades (sociais e intelectuais), nas sociedades de mercado, é conferido em primeiro lugar pela renda. Neste sentido é importante trazer a discussão de CASTEL (2013) sobre o salário. Este autor desenvolve:

Não nos esqueçamos de que a condição que está vinculada a maior parte das proteções contra os riscos sociais, foi, durante muito tempo, uma das situações mais incertas e, também, uma das mais indignas e miseráveis. Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços. Alguém caía na condição de assalariado quando sua situação se degradava: o artesão arruinado, o agricultor que a terra não alimentava mais, o aprendiz que não conseguia chegar a mestre... Estar ou cair na condição de assalariado era instalar-se na dependência, se condenado a viver “da jornada”, achar-se sob o domínio da necessidade. Herança arcaica que faz com que as primeiras formas da condição de assalariado sejam apenas manifestações eufemísticas do modelo da corveia (Ibid., p. 22).

Este modelo da corveia vem para identificar o serviço árduo e prestado gratuitamente a um soberano. Na sociedade atual podemos identificar que, guardadas as devidas proporções e localizando os avanços das leis trabalhistas, podemos sugerir que em essência a situação permanece. No que estamos aqui falando sobre formas de proteção, se uma pessoa que está na sociedade não tem requisitos e/ou condições de acessar um posto de trabalho, para então garantir seu salário, sua renda, então toda a cascata de acessos que se desdobra a partir do salário acessado, fica sem efeito. A partir do salário acessam-se bens e serviços e grande parte dos direitos sociais que são protetores em primeira instância. Esta proteção se identifica como essa segurança anteriormente citada, que é física, neurológica, emocional, cognitiva e, para além destes efeitos citados, podem ser muitos outros a partir das subjetividades, das necessidades humanas, do valor pessoal desta proteção social a quem a recebe. Na situação de impossibilidade de acessos, o Estado entra, então, com políticas públicas voltadas a viabilizar e garantir proteção social. Mediante esta construção reflexiva destaca-se a inquestionável

importância das políticas de proteção social que devem ser entendidas para além das questões de financiamento. As proteções (benefícios) por ela garantidas são de relevância infinitamente maior. Com isso, ressalta-se como a proteção social é importante no que diz respeito à saúde e a ela está conectada.

Estes efeitos de degradação que os autores anteriormente citados trazem, em décadas distintas, estão atuais, permanecem compondo a destituição e o desafio social. A justiça social, a distribuição de renda, a proteção social são aspectos que podem trazer o impacto positivo sobre este desafio social de garantir vida, qualidade de vida, bem-estar social e bem-viver. E isto em níveis muito específicos; inclusive com impacto na cognição, na estrutura do cérebro de criança e adolescentes (mais destacadamente) para que ao crescer possam usufruir das próprias capacidades humanas e viver isto em sociedade.

Quando encontramos pessoas em situação de destituição e dificuldade na construção de ideias, na dificuldade de expressão e organização de lógicas, poderemos pensar que sua gênese é em níveis profundos que revelam este modo em que temos vivido, e disputado espaço e poder nesta sociedade de modelo econômico capitalista.

Os recursos que vão surgindo na vida das pessoas que estiveram (e/ou permanecem) em situação de pobreza, desigualdade, destituição, vulnerabilidade, quer sejam as escolas, envolvimento com movimentos políticos, grupos artísticos e outros, devem ser estimulados enquanto apoios e políticas públicas para permitir superação em relação a esse grau de destituição e para considerar estas particularidades de modo que a herança da destituição não sustente mais produção de destituição.

Vejamos neste sentido e com muito respeito a situação do sujeito de pesquisa A10. Vemos que sua dificuldade de expressão se assemelha ao sujeito de pesquisa A07. No que diz respeito à escolaridade o entrevistado A10 concluiu o Ensino Médio e A07 estudou até a 4ª série do Ensino Fundamental. Entretanto, quando nos apoiamos na confiança de que a educação, enquanto direito social, é colaboradora na resolução disto que denominamos aqui de *desafio social*, vemos que o impacto garante já alguma diferença, mas ainda não da maneira como se esperaria. O sujeito de pesquisa A10 expressa semelhante dificuldade ao sujeito de pesquisa A07 na expressão dos direitos, na expressão da experiência com os próprios direitos e na maneira de expressar as ideias. A10 tem como trabalho a atividade de faxina e quando questionada sobre suas perspectivas de futuro, cerca (limita) sua perspectiva neste universo próximo e de destituição de horizontes. E nele, o acesso a outros níveis de ensino ou outras formas de explorar suas capacidades não surge. Não que haja problema em que este sujeito de pesquisa permaneça em seu posto de trabalho atual, mas quando investigamos um pouco sobre

a satisfação pessoal em relação a este trabalho, surge como algo necessário e não como algo que confere bem-viver/satisfação. E neste momento o que se pensa é também neste nível que a destituição pode atingir uma pessoa, no sentido da desesperança em relação à própria vida, naturalmente ressalta-se este *como* as pessoas vão se adaptando – dentro das possibilidades próprias da produção de vida – ao universo que lhe circunscreve. A atuação da proteção social, seja em longo, médio ou pequeno prazo pode enfrentar muitas destas questões que se somam neste desafio social. E as políticas devem ser pensadas considerando as minúcias a partir da vida das pessoas.

Recordando a discussão feita sobre a experiência com os próprios direitos temos aqui alguns aspectos as serem considerados a partir da narrativa dos entrevistados. A saúde e a educação são os direitos mais recordados. Socialmente também são os direitos que mais são evidenciados devido sua função social fundamental. Saúde e educação são os dois principais apoios na organização de uma sociedade e também os serviços que, independentemente da disputa público *versus* privado ou da qualidade, são acessados mais frequentemente. E assim, é possível que esta experiência habitual faça com que o sujeito de direito se reporte a elas de modo mais intuitivo. Entretanto, há entrevistados que não as apresentam instantaneamente, o que nos leva a considerar que esta questão da experiência dos direitos poderia ser mais explorada.

Outros direitos sociais estão presentes como os mais citados, porém em quatro das narrativas e são: lazer, moradia e alimentação. Estes são direitos que refletem necessidades humanas inerentes ao cotidiano e não sendo uma marca das narrativas como um todo, podem estar evidenciando a debilidade da garantia destes direitos e a não reflexão por parte de quem seja sujeito de direito sobre o efeito da garantia deste direito para a própria vida.

A variedade de direitos que foram citados a partir das interferências, pensadas para captar a completude do que poderia ser referenciado enquanto conjuntos de direitos, evidencia que estes direitos estão sendo localizados a partir das necessidades percebidas a partir da individualidade ou do espaço entorno à individualidade. O APÊNDICE C demonstra esta variedade.

Não circunscrevendo as necessidades humanas segundo a Teoria de Maslow, mas aproveitando sua maneira de organizar e perceber tais necessidades, observamos que o conjunto de direitos que temos a partir das narrativas estão identificados em sua maioria à base da pirâmide. Conforme descrito por HESKETH e COSTA (1980):

[...]as necessidades humanas, segundo Maslow, estão arranjadas numa hierarquia que ele denominou de hierarquia dos motivos humanos. Conforme o seu conceito de premência relativa, uma necessidade é substituída pela seguinte mais forte na hierarquia, na medida em que começa a ser satisfeita. Assim, por ordem decrescente de premência, as necessidades estão classificadas em: fisiológicas, segurança, afiliação, auto-estima e auto-realização. A necessidade fisiológica é, portanto, a mais forte, a mais básica e essencial, enquanto a necessidade de auto-realização é a mais fraca da hierarquia de premência (HESKETH e COSTA, 1980, p.59).

O contexto de vida no qual cada um está inserido e mesmo as formas como organizam seus interesses sociais permite compreender esta informação. Nas narrativas são encontradas verbalizações que se acham identificadas no nível da estima e da realização sob o aspecto do ideal. Por exemplo, o discurso do sujeito de entrevista A04 sinaliza este nível da estima recordando que o direito do outro também deve ser considerado e respeitado; o discurso do sujeito de entrevista A08, por sua vez, identifica o nível da realização quando expressa que a vida em abundância é um direito. A visão que ambos trazem é marcada pela história de vida e pela trajetória em relação a defesas que assumiram. O entrevistado A04 demonstra em sua narrativa a preocupação com o sentido social do que traz como reflexão de direitos. É um dos que demonstra engajamento prático na defesa dos debates sobre questões sociais, gestão, questões ambientais, trânsito e família. Tem iniciativa quanto à movimentação da comunidade para abaixo-assinado e para a busca pela garantia de direitos. Acredita-se que esta ênfase, igualmente trazida na narrativa do entrevistado A08, seja reflexo da sua extensa história de luta pelo acesso à terra, sua participação na organização do Movimento Sem Terra e todo seu discurso que relata a difícil busca empreendida para a garantia do direito à sobrevivência de forma digna. E assim, cada um dos entrevistados vai trazendo suas referências de direitos a partir do próprio contexto.

Ao fato de que temos somente um entrevistado que localiza na sua resposta a respeito dos direitos diretamente um dos benefícios acessados pela proteção social, fica indicado que estes direitos acessados não são entendidos e/ou referenciados como tal. São oito entrevistados que referem receber ou ter recebido algum tipo de benefício assistencial por parte do governo federal, estado ou município.

O entrevistado A01, embora cite o fato de termos direito a todas as políticas públicas que são voltadas ao cidadão, quando solicitado a especificar, não localiza estes direitos na sua narrativa. Na 5ª intervenção é que, então, situa especificamente como direito três dos quatro benefícios assistenciais referidos como acessados. Esta colocação específica do benefício enquanto direito era uma das intenções de captação da pesquisa. Entretanto, ainda que estes

benefícios não sejam localizados diretamente, no discurso como o do entrevistado A02, a importância do acesso ao direito é manifestada. Dentro do seu perfil de defesa da infraestrutura para o agricultor familiar, este entrevistado defende como direito a valorização da produção. Observando-se que dentre seus benefícios referidos nos dados socioeconômicos estão Luz Para Todos, Habitação Rural, Terra acessada a partir do INCRA, Pronaf, Tratos, Esfriador de Leite e Trilhadeira, entende-se como evidente que estes estão no discurso enquanto direito, mesmo não pronunciados diretamente. Em outros casos (A04, A09, A11), os benefícios acessados (conforme declarados nos dados socioeconômicos) não se entrecruzam com os direitos verbalizados nas intervenções. Neste sentido não se consegue definir uma explicação para tal fato para além do que se supõe sobre a ocorrência destes direitos não serem compreendidos como tais. O entrevistado A08 refere não ter tido acesso a nenhum benefício por parte do governo federal, estado ou município. Porém, em sua história relatada, a terra a que teve acesso enquanto direito, foi-lhe foi destinada pelo INCRA.

A identificação dos benefícios como direitos não é tão relevante quanto o entendimento da importância deste direito na vida da pessoa, neste caso, do entrevistado. Entretanto, a pronta referência e identificação do benefício enquanto direito amplia a colaboração na interpretação das questões sociais aí relacionadas e também a defesa dos direitos como um todo partindo de mobilizações e interesses da própria sociedade civil a partir do sujeito de direito.

Na perspectiva das necessidades humanas e do que se viu apresentado sobre o direito na voz do sujeito há uma discussão que vale ser colocada. PEREIRA (2011) ressalta teorias mais recentes na especificação das necessidades humanas básicas. Fundamentada em Doyal e Gough (1991), aponta que para estes autores apenas existem dois conjuntos de necessidades básicas objetivas e universais: saúde física e autonomia.

Estas necessidades não são um fim em si mesmo, mas precondições para se alcançarem objetivos universais de participação social. São, também, conforme Cabrero, “direitos morais que se transformam em direitos sociais e civis mediante políticas sociais” (1994:15) (PEREIRA, 2011, p. 68).

Saúde física é reportada como necessidade básica, porque sem a provisão devida para satisfazê-la os homens estarão impedidos inclusive de *viver*. Por *autonomia* entende-se a capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões (Ibid., 2011, p. 69-70, grifo do autor).

PEREIRA (2011) apresenta que a autonomia pode sofrer prejuízos se houver um déficit em três atributos: déficit saúde mental (inabilidade extrema e prolongada das pessoas de agirem

de forma racional com os seus próprios pares), habilidade cognitiva (inclui a compreensão das pessoas acerca das regras de sua cultura e a sua capacidade de raciocinar sobre essas regras e interpretá-las) e oportunidade (implica que as pessoas tenham à sua disposição meios objetivos para exercerem papéis sociais significantes na sua vida social e na sua cultura).

A desproteção social que pode estar associada em vários níveis (físicos, emocionais, culturais entre outros) pode favorecer estes déficits citados e interferir na autonomia do sujeito. Destaca-se com isso a importância da proteção social na seguridade da autonomia do sujeito e composição do enfrentamento aos desafios sociais.

Dentro de toda esta construção também é captado aquilo que podemos expressar como **não acesso aos direitos**. Tendo em vista os aspectos apresentados sobre as escalas que expressam um pensamento inicial sobre a experiência com os próprios direitos, destacaremos a escala que refere o não acesso aos direitos como um fator dificultador desta marca da experiência com o direito, e também este não acesso aos direitos evidenciando a falta como um marcador deste direito para a narrativa dos entrevistados. Novamente são evidenciados os contextos de vida, a situação econômica e de acesso aos bens e serviços na sociedade e naquele território ao qual estão vinculados. Todos os entrevistados reportaram em algum momento das suas narrativas este não acesso. Sete dos entrevistados, reportaram isto de maneira direta.

A grande maioria dos entrevistados tem em seu contexto de vida a relação com a agricultura familiar e com o que advém da realidade do cotidiano rural no que se refere, inclusive, ao empreendimento maior de esforço para a luta em relação aos próprios direitos. Este empreendimento maior de esforço busca superar a dificuldade de articulação e mobilização social; as distâncias geográficas relacionadas ao contexto; a ordenação entre o que o cotidiano do trabalho rural produz e a energia social para o enfrentamento de questões sociais a partir da busca pelos direitos; a divulgação e reflexão sobre a busca e interesses sociais comuns (ou mesmo individuais); o espaço da perseguição e opressão direcionada aos que buscam garantir e defender direitos. Todas estas questões estão relacionadas a este não acesso e junto a esta conjuntura, tem-se a forma como o Estado está organizado em suas estrutura e recursos humanos para disponibilizar seus serviços em conformidade com suas atribuições.

O movimento de Extensão Rural, que desde 1980, conforme referenciado em LELIS e col. (2012), vem sendo pensado na perspectiva de mudança social neste meio. Entretanto, as críticas a este movimento enfatizam o não envolvimento do sujeito neste processo de mudança pretendido. O sujeito não estava localizado na discussão, mas sim as grandes empresas e instituições internacionais de pesquisa operavam no contexto. Estes autores trazem esta discussão, confrontando se esta extensão rural é serviço ou direito. Segundo BRASIL (2004)

os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural foram iniciados no final de década de quarenta com objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. Há o reconhecimento desta específica necessidade da área rural e para além destas há outras. Esta discussão é trazida para evidenciar os direitos fundamentais neste contexto e o desdobramento a partir deles. Na perspectiva de LELIS e col. (2012) esta referida política ainda é desenvolvida como serviço, não como direito, e assinalam:

[...]a Extensão Rural poderá atuar sobre outros pilares que têm em vista liberdade econômica, igualdade social e fraternidade ambiental. Tais pilares representam a tríade constitucional dos direitos fundamentais que permitem elevar a Extensão Rural a um novo patamar: a de garantidora de direitos fundamentais.[...]Ao se considerar a Extensão Rural como um veículo para direitos fundamentais, a lógica tecnocrata se perde. Visto que a função primeira do Estado é garantir direitos para os cidadãos, (incluindo-se os agricultores familiares) [...]Ao se admitir a Extensão Rural como um veículo para direitos fundamentais, constrói-se uma estrutura que permite a participação dos agricultores nas questões que lhes são mais caras. Ao se garantir aos agricultores o papel de destaque nessa instituição pública, viabilizam-se as condições para que estes exijam, pelos meios legais, as faltas e ausências estatais que por ventura surjam na busca contínua pelo desenvolvimento. Esses focos externos e orientações internas são pré-condições para a dignidade do trabalho desses agentes de desenvolvimento na promoção do justo e merecido desenvolvimento do meio rural (Ibid., p.79).

Este é apenas um dos aspectos aqui evidenciados e que retratam o potencial desta política envolvendo agricultura e educação. Ainda há muito o que se considerar para os avanços em relação ao acesso a direitos nesta realidade rural em todas as gerações de direitos. Citando Mendes (2008), LELIS e col. (2012) indicam três gerações de direitos: primeira geração (direitos civis e políticos), segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais que realçam o princípio da igualdade) e terceira geração (direito a um meio ambiente equilibrado, à qualidade de vida, à paz e outros direitos difusos e coletivos).

Essas considerações sobre os direitos para este conjunto de narrativas da pesquisa demonstram que é a experiência em relação ao acesso a direitos tem acontecido de forma ascendente, principalmente por meio das políticas de proteção social. A própria conjuntura da área rural e as narrativas dos entrevistados, trazendo seus contextos, demonstram que o direito de acesso à proteção social, evidenciado na Declaração dos Direitos Humanos, mais precisamente nos artigos 21 e 25, ainda precisa evoluir na garantia e desdobramentos sociais a

partir desta garantia. Tendo em vista estas considerações expostas para sustentar as demais discussões da pesquisa, entra-se na ordem do que foi colocado a partir da pergunta de partida.

Os sentidos que o entrevistado atribui sobre seus direitos não são captados de maneira instintiva, a compreensão parece difusa em alguns aspectos quando temos entrevistados com dificuldade em elaborar os próprios direitos. Por outro lado, enquanto há este incentivo em ir pensando e trazendo à memória os direitos, estes são colocados a partir de direitos básicos, referentes à manutenção do cotidiano e a partir das necessidades que chegam à narrativa a partir de suas memórias. No que se refere à proteção social, veremos a partir do eixo dos **sentidos da expressão Proteção Social e dela com a própria vida**.

A variedade de compreensões apareceu no conjunto das narrativas, mas mais importante que isto é a captação e os sentidos a partir do diálogo que foi formado. A proteção social gera uma expectativa sobre o que seja e possa proporcionar às pessoas. Os sujeitos de pesquisa se veem identificados com a proteção social por estarem em sociedade, mas nem sempre localizaram sua identificação com os critérios para acesso desta proteção direcionada. O sentido da proteção social acompanha a discussão da expressão dos próprios direitos, há uma dificuldade que não é superada pela experiência prévia de acesso à proteção social. O perfil do contexto dos entrevistados não aponta uma tendência em sua relação com a narrativa produzida, quando olhados em conjuntos. Realmente, cada experiência marca o discurso a partir de questões muito subjetivas. Pressupunha-se que as pessoas que referiram ter recebido algum tipo de benefício assistencial por parte do Governo, Estado ou município tivessem uma narrativa mais intuitiva e consistente sobre a proteção social. Não é o que se encontra prioritariamente a partir das apostas feitas para a captação da narrativa.

Este entendimento de si como sujeito de direito atravessa as narrativas, no sentido de que potencialmente pode ser captado. E se este entendimento é, por algum motivo, inexistente ou está em processo de desenvolvimento é isto que marca e acompanha a narrativa. Neste sentido, o que se observa a partir desta população é que os entrevistados se encontram neste processo de entendimento de si como sujeito de direito. Alguns, pela sua dinâmica de interesse pessoal e envolvimento como movimentos sociais apresentam sua narrativa mais reflexiva sobre o que está sendo abordado.

O conjunto das narrativas expressa a amplitude e a especificidade da proteção social. Quando abordada no texto da política pública, a partir do seu Ministério específico, a proteção social está delimitada pelos critérios de requisito para determinação do acesso ou não. As narrativas nos entregam compreensões mais diversas e nos apontam como a realidade pode e

deve ser vista para que a proteção social seja garantida mediante necessidades locais ou até mesmo individuais, no que denominamos aqui de jurisprudência da proteção social.

O entrevistado A01 apresenta na sua narrativa esta busca que, individualmente, está sendo desenvolvida a partir daquilo que coloca como “*agora que eu estou acordando para o mundo*” (Trecho do Diário de Campo, 24/11/2015). Este momento de encontro inicial com o entendimento das questões sociais está representado na narrativa marcada pela dúvida sobre a busca ou já garantia desta proteção social. Localiza o recebimento do Bolsa Família e do acesso a exames e consulta na saúde pública. E assim, evidencia-se a saúde e o Bolsa Família como proteção a si. A situação de saúde mental do filho figura como uma questão muito importante e causa de preocupação. Esta tônica faz com que o entrevistado A01 reporte este fato como sua necessidade de proteção social.

Destaca-se a narrativa do entrevistado A06 pelo pensamento que é expressado sobre proteção social considerando seu envolvimento profissional com políticas sociais. Quando este sujeito de pesquisa refere que a proteção social se circunscreve a um trabalho seguro ou mesmo passar segurança no atendimento fica evidenciado um ruído na compreensão do social a partir da própria atividade que exerce. Mediante este sentido compartilhado questiona-se a defesa possível e os desdobramentos sociais deste cargo como potencial compositor no enfrentamento de questões sociais do município.

Na narrativa do entrevistado A09, suas especificações para proteção social estão fortemente apoiadas argumento sobre o direito da população à informação. Este direito à informação é, principalmente relacionado à sua atividade profissional de onde reflete a situação dos que buscam tal serviço, desprovidos de informação. Sua defesa do direito à informação também está marcada pela vivência de uma parente no sistema de saúde, situação na qual informações não foram fornecidas sobre o estado de saúde e tratamento e resultaram em agravamento do quadro. O sentido da expressão proteção social na narrativa do entrevistado A10 é influenciado tendo em vista um aspecto policial que estava recentemente vivido no município em que a ação dos policiais não foi entendida como correta. Então, a palavra proteção na expressão *proteção social* a levou a racionar a proteção policial no sentido de que esta faltou à proteção da comunidade. A narrativa de A12 é impregnada da sua defesa profissional em relação ao atual momento da juventude no Brasil e no município, no sentido da carência de valores que reporta principalmente como morais e espirituais. Para este entrevistado a cultura é a mais potente proteção social para os jovens e para a perspectiva de avanço social.

Estes sentidos, embora não especificamente relacionados à proteção social que vem sendo designada a cobrir desproteções, a cobrir situações de necessidades mais específicas,

fazem parte da proteção social no sentido ampliado das necessidades humanas e por isso são trazidos na discussão. Sobre o grupo de narrativa que expressa a proteção social no sentido de assistência, proteção ou garantia, alguns aspectos vão sendo diferenciais em cada discurso.

Dentro do sentido da proteção social trazido pelo entrevistado A02 surge a perspectiva da garantia a todos e também a perspectiva do direito fundamental à água. Este direito é raciocinado considerando seu princípio fundamental e também o essencial para a vida humana e também para a agricultura. Neste ponto a discussão que se faz é sobre os serviços que abrangem direitos fundamentais, mas que somente são acessados socialmente mediante pagamento. Este é o caso de acesso à água, transporte, alimentação, entre outros. Outros serviços, ainda que não exclusivamente privados, como saúde e educação, são providenciados a partir da relação das pessoas com serviços privados. Sobre isso BOTAZZO e col. (2014) apresentam como reflexão:

A extensa mercantilização introduzida pela nova ordem, com incremento do processo da troca, significa redução do espaço público/social e cada vez mais o predomínio da privatização da vida em sociedade em seus aspectos mais genéricos. Corroe-se a perspectiva daquilo que é comum e incrementa-se a visão de que a esfera do individual e a sua consequente realização deve ser a meta de todos os indivíduos e a chave para a efetivação da vida feliz (Ibid., 2014, p. 129).

Na entrevista com A07, este sentido inicial da proteção social como assistência a pessoas é apontado, mas não se completa na especificidade deste entrevistado localizar em sua narrativa quem são estes necessitados e quais seriam estas proteções.

A dificuldade geográfica da área rural surge na narrativa de A08 quando manifesta a tônica preocupação sobre o acesso ao direito considerando a especificidade da área rural em seus diferentes aspectos; e assim como A02, também demonstra o pensamento na via do direito fundamental à água.

A forma como estes contextos são trazidos para a narrativa sobre os sentidos que vão sendo motivados é muito interessante. De um lado temos a política de proteção social como ações circunscritas a necessidades defendidas como prioritárias e por outro lado, diante da entrevista de A11 pensamos na necessidade de que as proteções sociais também sejam consideradas em nível local. Para além das questões que A11 especifica sobre esta sociedade protegendo quem necessita, sobre a diferença que o Bolsa Família faz enquanto proteção, ela também aponta, dentro de uma particularidade do município, o caso dos massacres vivenciados. E é nesta questão específica do município que coloca como sendo uma proteção social o serviço

de atendimento psicológico; defendendo que, na sua percepção e mesmo vivência, há pessoas com sequelas relacionadas aos massacres que não têm tido sua necessidade considerada pelo poder público. E expande sua visão para outras necessidades como fisioterapeutas, professores de zumba e a necessidade do lazer. O poder público deverá se questionar sobre como organizar a proteção que observa necessária de ser destinada e a proteção a que pessoas estão considerando necessitar.

Em algumas das narrativas a dificuldade em expressar os próprios direitos e a que, pessoalmente, entende que deva ser protegido socialmente sinaliza como ainda precisamos motivar socialmente a discussão e a divulgação dos direitos, seus aspectos e seus desdobramentos para a vida; também, como é necessário que os espaços públicos se constituam em locais para diálogos sobre o sentido de ser sujeito de direito e os próprios direitos, conforme já assinalado.

Estes espaços de diálogo também devem ser pensados na perspectiva de espaço de potencial mobilização social. As **relações da proteção social e sua dinâmica em sociedade**, conforme colocadas na narrativa deste conjunto de entrevistados, auxilia-nos no entendimento do que se pode pensar enquanto política pública para o avanço da proteção social e da sua compreensão social. Não necessariamente as relações estabelecidas são determinantes do grau de defesa dos direitos e da proteção social, mas indicam que os entrevistados que expressam maior compreensão do cenário partem de espaços de maior engajamento público ou aproximação pública, seja através do trabalho ou dos grupos sociais de mobilização.

A disputa de poder, que foi apresentada na perspectiva de FOUCAULT (1987), como instrumento de dominação, formação de indivíduos sujeitados e dominação por meio do saber, expressa o interesse em entender de que forma a defesa dos direitos e da proteção social passa pela compreensão dos planos que estão relacionados neste contexto. Como este saber se expressa nas narrativas e como se entendem as disputas de poder neste sentido é a captação do eixo das relações da proteção social e sua dinâmica em sociedade.

O resgate histórico e contextos apresentados que foram pretendendo apoiar o espaço da discussão demonstram que o capital compõe a dinâmica da proteção social na sociedade. Junto aos entrevistados a expressão capital foi trabalhada mais no sentido do dinheiro e para dar sentido também à expressão capitalismo. PIKETTY (2014) trata sobre as metamorfoses do capital, apoiando-se na definição de capital inicialmente como resultado da soma de terras agrícolas, moradia, outros capitais internos (valor do estoque de capital, no caso imóveis, empresas) e capital externo líquido (mede a posição patrimonial do país face ao resto do mundo); depois, especificando que o capital mudou de natureza – ele era a terra e se tornou imobiliário, industrial

e financeiro – , mas não perdeu nada de sua importância. Então, conversando sobre isto com os sujeitos de pesquisa, na intenção de captar como eles dão sentido à **relação da proteção social com o plano do capital**, a dimensão mais focada era a financeira e seus reflexos mais diretos, entretanto, podendo ser que alguns aprofundassem outro viés na questão e, então, poderiam ser aprofundados os outros entendimentos.

Cada um dos sujeitos de pesquisa dentro desta amostra, contribuiu com a reflexão de maneira muito especial neste recorte do capital/dinheiro. Ao longo de toda a dissertação viemos trabalhando estas questões do sistema econômico vigente, sua gênese e a forma como este sistema se sustenta e mesmo como produz a necessidade. Os aspectos abordados pelos entrevistados foram variados e com diferente aprofundamento. O capital surge como uma personificação a qual se destinam responsabilidades e caracterizações. De forma geral o que está colocado como relação é a onipresença do capital e do dinheiro, não somente no aspecto da proteção social, mas nos variados processos da vida em sociedade; a concentração de dinheiro, a função dos bancos neste contexto, os aspectos da disputa e concentração de poder, da autonomia que o dinheiro gera, o poder do capital, a importância do dinheiro para a manutenção das necessidades, os efeitos do dinheiro no comportamento humano e sentido social da proteção.

O histórico de A01 em estar construindo sua identidade nas reflexões sociais de maneira recente fez com que sua resposta fosse dada já identificando que há esta relação, mas não sugerindo expectativa de aprofundamento durante a entrevista. Ressalta em seu discurso esta interligação do capital e do dinheiro na vida em sociedade e, porque considera que ele está relacionado a tudo, também deduz que esteja relacionado à proteção social. Neste sentido da personificação do capital, A02 especifica que ele não consegue dar uma proteção social e fala no sentido de que o dinheiro desperta o interesse na concentração e isto traz destruição em função desta concentração carregar uma identidade individualista. Nesta, não há espaço para o lado humano, de aproveitar o dinheiro para uma proteção social. A06 e A10 também narram neste sentido o plano capital/dinheiro; para o primeiro surge esta dimensão do poder do capital estar assegurado no fato de que ele não precisa da proteção social; para o segundo a dimensão do dinheiro aparece como algo que não permite o acesso a bens e serviços porque as coisas estão caras. Esta dimensão de A10, sobre o foco neste acesso a partir do dinheiro, da renda, surge também em sua fala que questiona o valor do Programa Bolsa Família destinado aos beneficiários de direito. Referente à narrativa de A09, está ressaltada esta dimensão da ganância em relação ao dinheiro e ao próprio capital, e desta ganância advindo questões de ambição, egoísmo e não divisão daquilo que se tem.

Para esta discussão é possível resgatar a questão do capital social, já anteriormente citado, e também reflexões produzidas por Bauman. Discorrendo sobre este tema, ARAÚJO (2010) menciona dois autores, Putnam e Fukuyama, que afirmam ser a confiança ser a base para a prosperidade de uma nação e para o capital social. A autora declara, citando Banfield, que onde a desconfiança impera, as instituições são frágeis, e isso inviabiliza não só a democracia como também o desenvolvimento econômico. Neste seguimento, a discussão é que Estado e sociedade devem atuar juntos no resgate do vínculo de confiança entre estes setores e estimular estes mesmos valores (de confiança) na sociedade. A importância dá-se por este aspecto do capital social que, conforme relata a autora (citando a designação do Banco Mundial) é a capacidade de uma sociedade em estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. Em sua conclusão, ARAÚJO (2010) destaca que, sem apelos moralistas, o conceito de capital social nos lembra aspectos éticos da vida em comum, valoriza a cultura humana em suas diferentes manifestações e, nesse sentido, não pode ser um artifício para a imposição de um modelo de sociedade sobre outra (p. 58). Dentre alguns países que destaca para discutir a questão, estão EUA, Dinamarca, Finlândia e Suécia. Fica sinalizada a importância de termos este entendimento sobre o Brasil, sabendo e dimensionando que esta compreensão pode ajudar a elucidar as questões em torno da proteção social no Brasil, principalmente no que se refere às apostas de políticas públicas e disputas sociais sobre a questão.

A dimensão colocada neste sentido da estimulação e entendimento da dinâmica do capital social, e aqui principalmente localizando o Brasil, é trazida por BAUMAN (2015). Este autor cita John Maxwell Coetzee para ressaltar que o começo do século XXI não é favorável a uma coexistência pacífica, e muito menos à solidariedade humana e à cooperação amigável. Justifica para tanto, que estas foram moldadas de forma a terem se tornados escolhas impopulares, difíceis e onerosas. Neste seguimento é retratado:

A grande maioria das pessoas, por mais que suas crenças e intenções sejam nobres e elevadas, se vê confrontada com realidades hostis, vingativas e acima de tudo indômitas; realidades de cobiça, corrupção, rivalidade e egoísmo onipresentes de todos os lados, e, por isso mesmo, realidades que aconselham e exaltam a desconfiança recíproca e a vigilância perpétua (Ibid., 2015, p. 37).

Os desafios estão postos, estão colocados e demandarão dos interessados em atuar na questão uma construção teórico-metodológica que articule várias frentes de atuação que vão

desde as detalhadas questões econômicas até as questões neurológicas, psicológicas, e com projeções que considerem planejamento a longo prazo com consideração à paciência histórica.

Em parte da sua narrativa, A09 traz referência a uma discussão presenciada por ela em sala de aula em que se questionava, a partir de um livro didático: *Bolsa Família ou Bolsa Esmola?* A disputa ideológica envolvendo o Programa Bolsa Família, conforme relatado no subcapítulo 11.4, também surge na narrativa do sujeito de pesquisa A05. Esta disputa intensa reflete e interfere também nos sentidos que pessoas atribuem ao recebimento do benefício (talvez por não ser adequadamente enfatizado enquanto direito). Em sua fala, A05 reporta que se há acesso ao dinheiro, por parte da pessoa, ela não necessitará fazer mendicância. Relata no sentido da relação entre liberdade, dinheiro e autonomia. E fala isto, referindo-se ao Programa Bolsa Família. O foco neste sentido é sobre o entendimento do entrevistado a respeito do acesso ao programa estar localizado na categoria da mendicância. Nesta lógica, quando pensa seu acesso ao auxílio doença ou quando pensa o acesso que pessoas têm a este benefício, circunscreve-o a esta relação da pessoa mendigando algo ao Estado ou o Estado dando algo à pessoa. Esta compreensão compõe aquilo que tentamos indicar como não profícuo para a discussão social sobre acesso aos direitos. Em geral, estas políticas de transferência de renda geram muitas discussões e as defesas são obstinadas. Críticos que expressam sua não defesa ao programa usam como argumento, geralmente este foco sobre o programa estimular a dependência e ociosidade. Na internet, encontramos muitos escritos aleatórios e muito anônimos que expressam opiniões muito delicadas. Por exemplo afirmações como: *Não tenho visto alguém “subir na vida” porque recebeu esmolas*^{*}. E nossa vigilância sobre como abordar o assunto também deve ser contínua. Em um outro site, que defende quebrar mitos sobre o Bola Família afirma, *“Mais de 1,7 milhão de brasileiros deixaram de receber o benefício por não precisar mais da ajuda do governo”*^{**}. Neste ponto podemos identificar junto ao plano do capital, também o plano da mídia (nesta pequena inserção que abordamos) influenciando os sentidos que são produzidos, defendidos e compartilhados socialmente. Particularmente, a narrativa deste entrevistado possui estas impregnações.

A personificação que algumas narrativas trazem sobre o capital/dinheiro nos ajudam a evidenciar a explicitação do contexto de personificação do capital dada por Karl Marx.

^{*}Extraído de: <http://www.portaltributario.com.br/artigos/porque-sou-contra-o-bolsa-familia.htm>

^{**}Extraído de: <http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2014/05/quebrando-mitos-contra-o-bolsa-familia.html>

Este autor citado por MOHUN (2012) refere que *o capital não é uma coisa, mas uma relação de produção definida, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, que se configura em uma coisa e lhe empresta um caráter social específico*, tendo sua referência em *O Capital*, III, capítulo XLVIII. E neste sentido, os entrevistados apresentam na sua narrativa essa expressão do capital como coisa que “*não tá protegendo o social*”, “*se sente muito poderoso*”, “*escraviza as pessoas*”.

As dinâmicas relacionadas a este capital estão mais especificamente explicitadas na narrativa dos entrevistados A04, A08 e A12 e trazem toda a construção do discurso capitalista apresentado ao longo da pesquisa. Esta narrativa parte de três entrevistados que mais apresentam interesse e envolvimento político-social. A04, que tem um forte discurso e defesa das questões sociais e políticas é também mobilizador em causas de reivindicação da comunidade, enxergou no teatro uma forma de discutir questões políticas e sociais com a comunidade, e também tem uma atividade profissional voltada a políticas públicas. O que A04 apresenta mais fortemente nesta relação da proteção social com o plano do capital é a grande disputa de poder, interesses em ganhos financeiros e a partir disto, manifestações de roubo, corrupção de outrem, humilhação, massacre, destruição do meio ambiente, fauna, flora, destruição de lares, famílias. Não repulsa a importância do dinheiro, mas afirma que seu mérito está na sua utilização para o bem comum, para manter a integridade e a proteção social das pessoas. Esta fração da sua narrativa é também sua compreensão e sua defesa acerca destes aspectos demonstrada ao longo de todas as entrevistas.

A dimensão histórica dos contextos apresentados para as políticas sociais, que dá conta de processos sociais que levam a uma diferenciação social, pode ser uma resposta ao questionamento do entrevistado A08. Tal questionamento manifesta a angústia de um indivíduo que ao longo da vida esteve inserido em espaços de lutas sociais pelo direito do acesso à terra. 51 anos atuando como agricultor familiar e 58 anos de idade depõem sobre esta defesa e esta luta. Seu questionamento sobre por que há gente que tem tudo e há quem não tenha nada e sua observação sobre haver animais sendo mais bem tratado do que gente dimensionam a angústia, a preocupação e a reflexão. Quando ele afirma que *alguma coisa tá errada*, logo me retorna o discurso de BAUMAN (2015) e ARAÚJO (2010) com suas justificações. A08 expressa a opressão do sistema capitalista e evidencia o não acesso aos direitos, em uma clara referência ao que vivência ao longo destes anos na luta por direitos.

O entrevistado A12 traz seu sentido refinado por sua formação na área de Ciências Humanas. Assim, compõe a reflexão que abrange desde o aspecto de que o subsídio dado ao cidadão é errado porque todos devem ter o espírito empreendedor e independente. Relaciona

capital e proteção social principalmente no ponto em que reflete sobre as necessidades de proteção a depender da classe social em que se está. Dialoga no sentido de que determinadas classe sociais demandam a cobertura desta proteção social, já outras não têm determinadas necessidades.

Na realidade do Brasil, algumas políticas de proteção social são pensadas para atingir problemas específicos como, por exemplo, a retirada de um quantitativo de pessoas da linha de extrema pobreza. Nesta perspectiva a política é focalizada e relacionada a questões específicas. E estas questões específicas estão mais evidenciadas nas classes sociais baixas.

Tendo em consideração a **relação da proteção social com o plano do trabalho**, as narrativas são, mais uma vez abrangentes e pertinentes. Acredita-se que principalmente duas dimensões entre a proteção social e o trabalho são oportunas: a que evidencia a contribuição dos tributos/impostos como resultantes do trabalho e compositores no financiamento das políticas sociais, e a que destaca a proteção social ao trabalhador. Junto a estas dimensões estão as discussões sobre as políticas de promoção de emprego, mercado informal, o Projeto de Lei 4.330/2004 sobre a regulamentação da terceirização e o próprio Projeto de Emenda Constitucional 241/2016 de autoria do poder executivo, sobre novo regime fiscal que congela e desvincula recursos da educação, saúde, previdência e assistência social. A instabilidade político-econômica do Brasil a partir do final do ano de 2015 e ao longo do ano de 2016, principalmente no que se refere ao aumento do desemprego lança às políticas sociais o desafio de ver crescer os empregos informais e assim, criando uma lógica social em que além da redução de contribuição para o financiamento das políticas públicas por meio das contribuições sociais, também há as apostas e escolhas que são feitas pelo próprio Governo Federal.

Esta questão do trabalho está intrinsecamente associada à questão social, objeto de interesse de CASTEL (2013), que é a existência de *“inúteis para o mundo”*. A modelação do sistema econômico vai fazendo com que as pessoas apenas tenham um lugar na sociedade a partir da condição de assalariado. Segundo este autor, alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços. Ainda assinala que estar ou cair na condição de assalariado era instalar-se na dependência, ser condenado a viver “da jornada”, achar-se sob o domínio da necessidade (Ibid., 2013, p.21-22). Uma das inquietações manifestadas pelo autor é o sutil acoplamento da seguridade e do trabalho, e a desconexão da seguridade e da propriedade, fato para o qual sugere necessária a invenção de uma nova versão desta montagem. A taxação sobre as grandes fortunas, defendida por movimentos como o Oxfam, fazem parte desta discussão. FERREIRA e AMARAL (2014) discutem sobre esta dimensão comentada da proteção social do trabalho. Em sua pesquisa junto a um setor sócio-

ocupacional de saúde de um hospital universitário, detectam a dificuldade do trabalhador em manter o seguro social enquanto tratam questões de saúde após determinado tempo de tratamento. Anterior a esta conclusão problematizam que o desgaste da força de trabalho é um produto sócio-histórico inerente ao sistema capitalista que, ao longo das suas permanentes reatualizações para expandir os lucros e se manter como modo de produção dominante, criou estratégias e formas de produzir mercadorias que intensificaram o trabalho e potencializaram a sua exploração.

Em MARX (1867, p.92, grifo do autor) estas questões estão colocadas na perspectiva de que os *valores de troca* das mercadorias são suas funções sociais e não tem a ver com suas propriedades *naturais*. Destaca que a *substância social* comum a todas as mercadorias é o *trabalho* e a quantidade de trabalho investida na mercadoria é parte integrante da soma global de trabalho e que também produz o próprio salário.

As aproximações dos entrevistados em relação a este eixo estão expostas na preocupação deste trabalhador em ter garantida esta proteção, principalmente frente a este contexto capitalista que potencializa a exploração que expõe à desproteção; na dimensão sobre ter garantido o trabalho para poder providenciar e manter a própria qualidade de vida; esta relação também é exposta como a proteção dos direitos trabalhistas e garantia de seu reconhecimento.

A expressão de A01, que denota a confiança sobre a proteção social ir em busca do trabalhador, contrapõe-se pela situação atual vivenciada no país em que se veem muitas frentes contra os direitos trabalhistas desde o projeto que reduz a idade para ingresso no mercado de trabalho de 16 para 14 anos, passando pelo Projeto de Lei 432/2013 até o Projeto de Lei do Senado 627/2015 que permite a prorrogação da jornada de trabalho dos trabalhadores rurais de 2 a 4 horas extraordinárias. Assim, poderíamos dizer que com as investidas formuladas e de algum modo prejudiciais, o direito dos trabalhadores não tem caminhado nesta direção de proteção ao trabalhador. A09 relaciona este eixo também neste sentido de desproteção dos trabalhadores em relação às leis trabalhistas e suas fiscalizações.

Um aspecto na narrativa de A05 chama a atenção sobre seu entendimento de que o acesso ao trabalho exclui a busca por direitos sociais. Neste sentido, provavelmente, evidenciando a fragilidade na compreensão sobre estes aspectos. Tal atenção é reforçada em função da atividade de defesa, exercida pelo entrevistado, na composição de um conselho relacionado à área da saúde. Também persiste nesta narrativa o mesmo sentido sobre a relação de mendicância entre o indivíduo e o Estado e assim, a não perspectiva do direito. Conforme afirma, dinheiro e trabalho desviam a pessoa de “*ir atrás de coisa dada*”.

O entrevistado A06 não explora esta relação em sua narrativa indicando que sua abordagem sobre o tema se circunscreve na retratação do trabalho como vindo depois do social, retratado na perspectiva do lazer, do conviver, e antes do direito.

A perspectiva ressaltada pelo sujeito de pesquisa A08 também é muito interessante porque expõe que a falta de garantia de trabalho, considerando a realidade local e a formação local, expõe as pessoas desta realidade à uma desproteção. No caso, exemplifica a desproteção relacionada ao êxodo das pessoas, dos espaços rurais para as cidades, sem perspectivas de políticas relacionadas a si e às suas necessidades e nesta sua fala a dimensão da proteção social está relacionada com a garantia do acesso ao trabalho na área em que se vive.

Todo o sentido produzido por A10 ao longo de todas as abordagens é menos detalhado, e em relação a este eixo demarca seu entendimento no sentido de dificuldades, como a distância geográfica, para se ir trabalhar.

A12 evidencia o sentido desta relação da proteção social e trabalho na disputa entre os trabalhadores e as multinacionais, a disputa na flexibilização dos direitos trabalhistas. Destaca ainda a relação entre proteção social e trabalho na fragilização da mediação dos sindicatos explicitando que as forças estão desequilibradas e neste desequilíbrio, acaba-se com aquilo que garante a proteção.

Neste eixo do plano do capital evidencia-se um pouco mais a diferença de sentidos atribuídos à sua relação com a proteção social. O lugar social a partir do qual se expressam ajuda, em parte, a compreender esta diferenciação para este eixo. A09 e A10 são similares em seu perfil socioeconômico em idade, escolaridade e trajetória de vida, classe social e acesso a benefícios; entretanto, A09 demonstrou, ao longo da entrevista, um histórico de engajamento com o próprio processo educativo maior que A10. A09 buscou o acesso ao ensino superior a partir do ProUni e tem sua formação em geografia. A10 finalizou o terceiro ano do ensino médio e quando perguntada sobre outras perspectivas para a progressão dos estudos, não reporta engajamento a partir das opções comentadas como ProUni e possibilidades de ensino a distância. Outro diferencial que se coloca é a atividade profissional, A09 com atividade em cartório desperta para outras compreensões e leitura do mundo e uma atividade relacional que também lida com questões referentes a direito; A10 atua como faxineira e tem uma rotina mais circunscrita ao próprio serviço e a ele parece resignada. Esta colocação pretende evidenciar a diferenciação que a combinação entre conduta pessoal, acesso à proteção social estudantil, trajetória de vida e impactos das destituições ao longo desta trajetória traz como resultado para cada e como isto reflete em seus sentidos produzidos e compartilhados.

Assim também podemos pensar os sentidos produzidos nas narrativas de A05 e A08. Com perfis também semelhantes, expressam sentidos com aprofundamento bem distinto. Os dois, ainda, com responsabilidade em representação política, também evidenciam que esta combinação anteriormente citada marca a produção do sentido. Em todos os casos, podemos igualmente levantar a questão de como estes sentidos compartilhados garantem ou estimulam as defesas sociais sobre direitos e proteção social.

Dentro deste cenário social que pode interferir nesta produção do sentido dos sujeitos de pesquisa está a mídia e o interesse em entender como é colocada a **relação entre a proteção e o plano das mídias**. A informação por meio da televisão é a mais reportada entre os entrevistados. Internet é reportada entre os entrevistados com menos de 40 anos. Um dos entrevistados, A12, optou por não assistir mais televisão pautando-se na justificativa de que o conteúdo não tem sido tolerável.

Abordando o controle da mídia, CHOMSKY (1997) inicia a discussão explicitando uma provocação sobre um conceito alternativo de democracia. Primeiro ele afirma que a sociedade democrática é aquela na qual o povo tem modos de participar na gestão dos seus próprios assuntos e os meios de informação são abertos e livres. Na sequência aponta que uma concepção alternativa é que o povo deve ser impedido de fazer a gestão dos próprios negócios e os meios de informação devem ser mantidos de forma restritiva e rigidamente controlados. Então, ele questiona se esta última concepção pode soar estranha e destaca que é assim que vem acontecendo e é isto que está em curso. No capítulo que desenvolve sobre *Representação da Realidade*, Chomsky disserta sobre algumas perguntas feitas às pessoas em relação a percepções de quantas pessoas foram vitimadas na Guerra do Vietnam e no Holocausto. As respostas foram discrepantes em relação à realidade. E a reflexão vem sobre o que se pode pensar sobre uma cultura de onde partem representações tão discordantes da realidade. E com base em raciocínios neste sentido, este autor afirma que se quisermos compreender a nossa própria sociedade, teremos que pensar sobre esses fatos relacionados ao impacto da mídia no social e na democracia.

FONSECA (2011) também traz a democracia para o debate sobre mídia e poder, focando principalmente os meios de comunicação brasileiros. Com base em sua reflexão e referência indica:

[...]é fato que a mídia – entendida como o complexo de meios de comunicação que envolve mensagem e recepção, por formas diversas, cuja manipulação dos elementos simbólicos é sua característica central (Eagleton, 1991) – representa uma forma de poder que, nas sociedades “de massa”, possui papéis

extremamente significativos, tais como: influir na formação das agendas públicas e governamentais; intermediar relações sociais entre grupos distintos (Capelato, 1988); influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos; participar das contendas políticas, em sentido lato (defesa ou veto de uma causa, por exemplo) e estrito (apoio a governos, partidos ou candidatos); e atuar como “aparelhos ideológicos” capazes de organizar interesses. Quanto a esses, em determinadas circunstâncias atuam à guisa de “partidos políticos” ou “intelectuais coletivos e orgânicos” de grupos específicos (Coutinho, 1994) (FONSECA, 2011, p.41-42).

Com base neste entendimento foi que se decidiu ter um enfoque neste eixo da mídia para tentarmos captar como isto estaria relacionado nas narrativas dos entrevistados. No total das narrativas, destacou-se o posicionamento que apresenta um sentido mais crítico da relação entre mídia e proteção social (A02, A04, A08, A09 e A12) e outro que não demonstrou este sentido crítico (A01, A05, A06 e A10). O sentido crítico se deu na lógica de apontar que as mídias carregam seus interesses, não se comprometendo a divulgar avanços de forma coerente e nem bem esclarecida; há distorções da verdade diante do qual é necessário o senso crítico; não existe compromisso com uma ação educadora em oposição ao que há de defesa dos interesses da elite. Foram levantadas as questões também de audiência e escolha de programação pautada neste aspecto. Em uma dessas situações, em que se destaca as distorções da mídia, um dos entrevistados reporta como exemplo a situação dos jovens na mídia. Segundo o sujeito de pesquisa (A09) a maneira como os jovens são retratados na mídia não é positiva quando sempre estão evidenciando jovens que cometem crimes, mas que de maneira geral os jovens são o que menos cometem crimes. Outro destaque de um entrevistado (A12), que também menciona a distorção da mídia é sobre as mídias divulgarem estatísticas (por exemplo, morreram 55 mil jovens, a maioria negros) sem as problematizar. A proteção social no sentido em que é colocada está no aspecto de que não há proteção para a sociedade em relação ao que as mídias optam por publicar/apresentar. Também surge a questão da proteção social como sendo parte de algo que a mídia divulga. Os entrevistados que apresentam este sentido, apresentam-no de forma menos crítica que os demais. Destaca-se que a mídia traz informações para que a pessoa possa buscar os direitos, já outro entrevistado, em oposição a esta compreensão, afirma que a proteção social não interessa à mídia porque não dá repercussão.

BRITTOS e GASTALDO (2006) aprofundaram o tema da mídia junto à questão do poder e controle social, na perspectiva de Foucault, Marx e Gramsci. E na via do que foi mencionado como narrativas dos entrevistados, estes autores apontam que o sistema da mídia é instância de central importância na dinâmica do disciplinamento e do controle em nossa

sociedade. E exploram a temática dos corpos dóceis, do poder e do controle nos diversos discursos: publicitários, jornalísticos e de disciplinamento de corpos femininos.

Os sentidos evidenciados, embora circunscritos em duas frentes, sinalizam, neste grupo, a positiva disposição em estar atento aos discursos da mídia e ao que eles representam. Entretanto, ainda pensando na perspectiva de que este discurso é socialmente construído e influenciado, entende-se que ainda é algo com o qual devemos nos ocupar por estar presente na narrativa o aspecto que denota o sujeito de direito fragilizado diante deste instrumento de poder.

As mídias que foram reportadas são as de comum acesso da população e alguns sites específicos reportados estão relacionados à atividade de trabalho do entrevistado. Dois dos entrevistados que mais demonstram organizar e expressar sua criticidade em relação ao tema têm uma relação diferenciada com a mídia em relação aos demais. Um deles é o que decide não mais assistir TV (A12) e o outro é um que reporta mais variedade de mídias acessadas, incluindo programas de debate político (A04).

Para além destes enfoques, surgiu na narrativa a expressiva situação do livro didático trazendo a questão já anteriormente mencionada do Bolsa Família. Que, também pensado como meio de divulgação de informações, é um poderoso instrumento comunicador, bem como o sistema de educação como um todo.

Na pesquisa de REIS (2000), abordada no subcapítulo 7.2.1, aponta-se que conhecer percepções da elite sobre desigualdade e pobreza é importante em função de sua participação em processos políticos e porque ocupam importantes posições estratégicas para processos decisórios. Neste sentido, da discussão deste eixo, ressalta-se também que tais elites se relacionam, detém e influenciam importantes meios de comunicação.

Os resultados obtidos no eixo da **relação entre proteção social e o plano do social** transpareceram narrativas mais modestas em relação aos outros planos que foram propostos, dando-nos uma ideia de que esta expressão *social* não dispõe a uma organização de produção deste sentido no aspecto que foi estimulado durante a entrevista. Dentro da expectativa de saber se surgiria o sentido da responsabilidade social, da solidariedade social ou algum sentido sobre ser responsabilidade compartilhada de todos a proteção social dos que passam por situação de necessidade, não houve narrativas reportando isto diretamente. Entretanto, o sentido da compreensão social é evidenciado conforme apresentado no subcapítulo 10.1.

As narrativas dos entrevistados destacam neste eixo a referência a sermos parte de uma sociedade e a termos direito ao social. Neste primeiro sentido está expresso um sentido amplo do social como contendo a sociedade, as instituições, órgãos públicos e associações internacionais. Neste último sentido o entrevistado refere-se ao direito da assistência social.

Ainda considerando a forma de abordagem deste eixo, que foi semelhante aos demais em que se observa maior produção de verbalização de sentido, é possível que este resultado indique que questões sociais e expressões sobre, não estejam tão presentes para estes entrevistados a ponto de serem organizadas e expressadas. Parece-nos um eixo controverso, por outro lado ajuda a sinalizar este debate sobre o social, tão fundamental – inclusive na perspectiva do capital social – como algo que permanece um ponto a ser desenvolvido, trabalhado socialmente.

Conforme apresentado no subcapítulo 6.1, os princípios da justiça social a partir de John Rawls surgem como um modo de direcionar instituições na garantia de direitos e deveres. O fato de que os direitos não estão sujeitos à negociação política, ao cálculo de interesses sociais e também, como traz a perspectiva de Norberto Bobbio, do direito profundamente relacionado às questões de democracia e paz, dispõe-nos a pensar sobre os sentidos trazidos narrativas sobre estes pontos. No que diz respeito ao eixo da **relação da proteção social com o plano do direito** uma das questões que ficou ressaltada nas narrativas foi o acesso ao direito, da busca pelo direito e da providência que a instância política deve prover sobre este acesso. Porém, há aspectos deste direito ressaltando que a justiça social não está tendo seu espaço neste contexto estudado. Isto fica evidenciado a partir do relato sobre o desacerto das instituições (responsáveis por direcionar os direitos) em garantir estes direitos às pessoas que dele mais necessitam. Neste caso, o entrevistado se refere à política de habitação que, segundo sua visão, tem deixado os mais necessitados fora do acesso a este direito.

Outro ponto a ser destacado é o sentido da proteção social como garantidora do acesso ao direito; e também, quando apresentado como circunscrito à política, traz a ideia que as instituições promotoras dos direitos estão representadas na política. O sentido que expressa a mobilização sobre buscar e reivindicar os direitos é um ponto de destaque, uma vez que expressa o entendimento, já consolidado, de que se as pessoas não buscam os direitos, provavelmente não os terão garantidos. As dificuldades no acesso ao direito são de maneira tal que as instituições, ao promoverem os direitos, respondem mais efetivamente na base do medo que a mobilização pública gera. Este entendimento se vê sustentado no próprio cotidiano e na própria vivência de quem se expressa. O contexto da região em que vivem e sobre o que relatam em relação aos direitos sociais evidencia um pouco disto.

O capital surge aqui como um aspecto que restringe o acesso aos direitos. Neste eixo, o direito também aparece associado à informação, direito à informação como proteção social, no aspecto de que pessoas desconhecem os próprios direitos. Há também o enfoque nos direitos

que vão sendo perdidos em relação a um período passado, destacadamente atrelado à situação econômica. No caso citado, como o direito a fazer uma compra (mercado, gasolina).

A **relação da proteção social com o plano da política** é identificada como existente e envolvida em todos os setores. Tanto os aspectos da política partidária quanto da política enquanto ações governamentais poderiam estar presentes na expressão desta relação. Pelo aspecto das ações para a população, a expectativa é colocada sobre a política ser responsável por tais ações, pela proteção social. No sentido das políticas que são destinadas à população de baixa renda foi destacado o fato de que aquilo que vai gerando benefícios e independência a esta população não agrada aos políticos, que inclusive atuam em frentes para restringir algumas proteções e direitos, como a educação.

O aspecto da responsabilidade da sociedade em atuar na política, mudando-a, também é ressaltado dando o tom de retroalimentação: a sociedade muda a política e a política tem o poder de contribuir com a sociedade. Esta perspectiva é favorável, retirando do domínio da política (e por consequência dos políticos constituídos) a única responsabilidade pelos processos sociais no que tange às ações públicas para a sociedade. O aspecto da desproteção política também é ressaltado quando é identificada na narrativa a expressão de que há políticos que não se agradam do *pobre*, e nesta perspectiva de não se importarem, também não agregam às iniciativas de proteção social.

Um dos entrevistados (A02), que participa do cenário político, destaca o jogo de interesses no campo da política e como este comportamento interfere na proteção final da sociedade. Este e outro entrevistado (A08) destacaram o aspecto individualista da política, da visão de lucro e sobre cobrir os próprios interesses a partir da máquina pública em detrimento dos direitos da sociedade.

Um aspecto bastante ressaltado neste conjunto de narrativas é a relação da política com a sociedade; a especificação sobre as disputas partidárias em relação aos programas de proteção social ou alguma sinalização nesta lógica, como primeiro interesse em expor quando do estímulo a comentar este eixo, veio a partir da narrativa do sujeito de pesquisa A12. Comunica de forma objetiva seu entendimento sobre aquilo que retrata como golpe profundo na elite brasileira com a vitória, em 2002, do presidente filiado ao Partido dos Trabalhadores. E neste sentido apontou o cenário político destacando as situações de corrupção e incerteza política. Embora não dimensione a proteção social neste contexto, deixa explicitada sua leitura atenta sobre o cenário existente. Há entrevistados que, dentro da proposta que foi escolhida, não apresentam esta relação de maneira a sinalizar o entendimento da questão.

A **relação entre proteção social e saúde pública** que os entrevistados apresentam é expressada no sentido da relação com o serviço de saúde e em como o serviço funcionando significa proteção às pessoas. Neste sentido a assistência social enquanto serviço também é destacada nesta relação com os serviços de saúde. Alguns já destacam especificamente exames, consultas, citam profissionais (médicos e enfermeiros), pesquisas para remédios, médicos cubanos. O atendimento no serviço a partir do profissional, podendo ser qualificado como inadequado, também apareceu como fator de desproteção, sinalizando a inexistência da proteção social na situação relatada por A06 e A09.

Proteção social também surge no sentido de orientação para que as pessoas tenham mais saúde e no entendimento, também, que esta relação se dá no nível da saúde social e psíquica, e o combate à bebida alcoólica e drogas é proteção social e proteção da saúde.

A02 e A04 trazem uma reflexão que dimensiona a proteção social da saúde. O primeiro cita o direito à alimentação, à educação, ao trabalho, ao lazer e à água. O segundo evidencia também neste sentido o aspecto do salário que não oportuniza o acesso a bens e serviços que permitem a manutenção da qualidade de vida.

Segundo BAUMAN (2015) os níveis altos e crescentes da desigualdade causam impactos sobre patologias de coabitação humana, gravidades dos problemas sociais. Também aponta que o prejuízo à qualidade de vida e à economia tem sido apontados como impacto negativo desta desigualdade. Desigualdade social e econômica.

A discussão da qualidade de vida passa pelas defesas dos três pilares fundamentais para a atuação sobre os determinantes sociais da saúde. Segundo o CNDSS (2008) estes pilares são: ações intersetoriais que visem à melhoria da qualidade de vida e saúde; a participação social e a promoção da autonomia dos grupos mais vulneráveis da população; e a evidência científica, que incorpore a produção sistemática de informações e conhecimentos sobre as relações entre os determinantes sociais e a saúde, assim como a avaliação das intervenções produzidas.

Por esta compreensão, buscou-se conhecer a situação dos direitos sociais em Corumbiara na busca por entender como a proteção social e a proteção à saúde se dão neste território; como as questões sociais se veem relacionadas às questões de saúde. O desafio é captar este ciclo em que o obstáculo ao direito à saúde interfere no direito social, sendo o contrário também verdadeiro. Conforme apresentado no capítulo 8.6, o contexto dos direitos sociais neste município a vivência dos sujeitos de pesquisa com seus direitos sociais não tem se dado de maneira positiva; pela falta de acesso, a não perspectiva de políticas públicas voltadas para a promoção destes direitos e, também, pela dificuldade de organização social em

um município de pequeno porte, geograficamente distante e que, por isso, inibe expressões de defesa de causas sociais.

Não apenas pelo relato dos entrevistados, que talvez tivessem a tendência a expressar somente críticas e reclamações, um olhar histórico para o município e uma volta na cidade, ajudam a entender o foco que os entrevistados expressaram.

A conjuntura dos **direitos sociais** no município de Corumbiara nos dá a dimensão de como eles são alimentados pelos processos de desigualdades social e como também este não acesso continua contribuindo para as situações de injustiça e iniquidade social. A desproteção está dada e é evidenciada nas próprias narrativas apresentadas. A maneira como estes direitos se acham colocados na realidade do município sugere que não são minimamente considerados a partir de sua dimensão no bem-estar social. Como produzir saúde no contexto de destituição de direitos sociais sem que haja perspectiva concreta na orientação do Estado e da própria sociedade voltada para as questões sociais?

Os desafios, assim como a desproteção, estão colocados à mesa. Longe de ambicionarmos ingenuamente a resolução das questões, é importante destacar a gravidade de ainda termos pessoas que não conseguem elaborar a expressão dos próprios direitos e permanecerem nesta condição. Há gerações que carregam o profundo impacto das destituições na construção do *seu próprio sujeito*. Como construir defesas sociais e engajamento a partir do território da profunda destituição? Estas questões devem estar lançadas para a construção de políticas públicas que atuem nestas dimensões. E os profissionais que atuam devem se apoderar destas defesas.

O olhar aos direitos sociais neste local de estudos também ressaltou a dimensão das especificidades em cada um deles. Aspectos econômicos, geográficos e sociais atravessam cada território de forma diferenciada. A ressaltada preocupação de entrevistados sobre o uso excessivo de agrotóxicos na produção de **alimentos** reflete tanto a produção econômica, no entendimento das justificativas para o uso de agrotóxicos e em excesso, quanto na própria saúde. De maneira informal, pode-se afirmar que é uma região com destacado número de casos de câncer. As políticas de **trabalho**, este trabalho que irá permitir o acesso ao salário, não acontecem de forma efetiva. Atualmente são poucas as inserções no mercado de trabalho e as políticas públicas voltadas para este eixo. A inexistência de políticas públicas não deve ser voltada para afirmar a vulnerabilidade das pessoas de modo que as coloque disponíveis para qualquer tipo de serviço e qualquer remuneração. Precisamos estar atentos a estas realidades, principalmente em localidades de pequeno porte. A diversidade de modos de ver uma situação é interessante. Há entrevistado que acredita não faltar serviço e na conjuntura em que se

encontra o município, se esta compreensão for predominante, em nada irá colaborar para o enfrentamento do estado atual.

A situação do direito social à **moradia** chama atenção para o fato de como uma ação proposta para atuar em determinada questão social é desviada para outros fins como o de não proteger a quem necessita (ou quem mais necessita). Referente ao transporte, segundo a fala dos entrevistados e à observação junto ao local de estudo, não há mínima infraestrutura, nem mesmo a que pudesse evidenciar parcerias entre iniciativas dos governos federal e estadual. O **transporte** está diretamente relacionado ao acesso dos munícipes (principalmente os da área rural) aos serviços de saúde, educação e também assistência social. Este prejuízo ao acesso tem impactos sobre todos os serviços que são desdobrados a partir deste direito. E é neste pequeno espaço, neste que pode soar como um espaço irrelevante (para alguns) que as destituições começam a criar suas raízes. O senhor, reportado no subcapítulo 11.5, por não ter disponibilidade de transporte, nem público nem particular ficou na sede do município durante dois dias, sem se alimentar para conseguir visitar o cartório e tentar resolver sua situação de posse de terra. O sujeito de pesquisa A09 precisou desistir dos estudos em função de não haver transporte que mediasse seu acesso geográfico à escola.

Um **lazer** praticamente inexistente é uma afirmação que incomoda porque traz o caráter da leveza para os modos de vida. Em que pese o fato de que este lazer também se abriga no espaço das iniciativas pessoais e em consonância com as próprias preferências, da parte de políticas públicas não há opções a serem oferecidas. Esta falta, vista pelo âmbito mais simples (inexiste), aparece nas narrativas e há um certo lamento manifestado nas entrevistas. A **segurança**, mais abordada pela via do policiamento, uma vez que outros aspectos de segurança (mais no contraponto da insegurança) vinham sendo expressadas na conversa sobre outros direitos, considera que também o acesso a este direito identifica um fator de desproteção.

O acesso da **previdência social**, principalmente no que tange ao trabalhador e trabalhadora rural parece bem assegurado mediante as iniciativas do STTRC. A **proteção à maternidade e à infância** está circunscrita mais nas ações de saúde e do conselho tutelar. O desamparo, a partir do eixo de assistência aos desamparados, é um ponto que gera bastante diferença na fala dos entrevistados, sendo que alguns consideram, inclusive, que não há desamparados. Os que assim se expressam entendem no desamparo, o morador de rua. Os que referem haver desamparados no município, identificam-nos como sendo pessoas que não têm condições de acesso ou mesmo têm dificuldade no acesso à renda, a um lar, família, trabalho.

O resultado dos fatores que condicionam e determinam a saúde são coincidentes com os direitos sociais. Uma sociedade que convive com a diversidade de destituição não tem como

ser saudável. Tem como existir e tem como ir levando a vida adiante, mas não necessariamente de forma plena, mas não necessariamente com qualidade de vida, não necessariamente do melhor modo de viver a vida. A Declaração dos Direitos Humanos reflete bem isto nos já citados artigos 21 (direito de acesso) e 25 (direito a um padrão de vida).

O enfrentamento para este enfraquecimento no modo de estar em sociedade, situação vivida pela grande parte das pessoas, pode ser dado por meio da combinação de várias frentes de ação. Quando um sistema político não é vivido para suas funções junto à democracia, justiça social e cidadania, resta à população (e também instituições das quais fazem parte) que inicie as próprias mobilizações no sentido de proposta de leis, denúncia de ofensivas em relação aos direitos, argumentação e apontamento do estado atual vivido, sugerindo mudanças e resoluções. Entretanto, tais mobilizações nem sempre encontram espaço. A própria questão do que poderíamos chamar de “gratuidade” no acesso aos direitos sociais, mediante a garantia do Estado é algo controverso. A confiança nesta correta lógica, de que o Estado deveria nos garantir o acesso a estes direitos sociais, é considerada ilusão extrema. A maneira como os processos sociais, políticos e econômicos vieram sendo organizados prejudicam a plena expansão deste raciocínio mediante o estado de mal-estar, de gravíssimos e persistentes modos de destituição.

Os sentidos atribuídos pelos sujeitos da pesquisa à proteção social, as relações identificadas entre a proteção social e os diversos planos que a ela estão associados e a identificação das relações entre proteção social e saúde indicam que o campo da proteção social evidencia a importância da discussão social com todos aqueles que são sujeito de direito. A ofensiva em relação à garantia dos direitos não deixa dúvidas que a política social permanece cercada de intensas disputas sociais e políticas. Os cidadãos têm vivido em contexto que não favorece a compreensão e as defesas do melhor modo de vida. A partir das entrevistas vê-se a necessidade de avançar, defender e divulgar questões referentes aos direitos sociais, à proteção social e direito à saúde. O entendimento sobre a proteção social pode ser melhorado no sentido de refletir na defesa dos próprios direitos e nos direitos da sociedade. Evidencia-se que o contexto de vida dos sujeitos de pesquisa reflete todo o panorama histórico em que se vê acolhida a proteção. A partir das entrevistas foram encontradas desde narrativas que elaboram a lógica da proteção social e seu campo até elaborações que não expressam esta lógica. A percepção dos próprios direitos surge limitada em alguns aspectos como se não fosse possível elaborar o próprio lugar na sociedade.

Sobre os três pressupostos da pesquisa, o primeiro foi integralmente corroborado. De fato, os entrevistados atribuem sentidos diferenciados à proteção social que está relacionado ao

lugar social de onde falam, das próprias experiências e contextos. Este diferenciado não está apontado como errôneo, mas associado à própria diversidade social dos sujeitos de pesquisa. No que se refere ao segundo pressuposto, a depender do plano a que estão se referindo, os entrevistados apresentam maior ou menor grau de reflexão sobre a relação destes com seu entendimento de proteção social. Nem sempre identificam como esta proteção está relacionada à própria vida que levam. Quando são estimulados a comentar que proteção social lhe seria necessária naquele momento, há dificuldade nesta expressão. O terceiro pressuposto não se confirmou. Dentro da população entrevistada, mesmo os considerados com menos situação de destituição são favoráveis à proteção social. Curiosamente, um dos entrevistados com mais situação de destituição foi o que apresentou uma narrativa mais controversa, não necessariamente contrária, mas que trazia, de fundo, um discurso negativo sobre o acesso a alguns direitos, os quais não reporta em sua narrativa como direitos, propriamente ditos, mas como ajuda.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao longo da dissertação, a Proteção Social tem vários planos a ela relacionados e estes requerem consideração e organização de diversos denominadores para que este campo alcance os objetivos pretendidos de corrigir e/ou evitar desigualdades em situações econômicas ou mesmo sociais. A questão social envolvida neste campo requer defesas e mobilizações que passam pela percepção dos direitos que nesta pesquisa estão mais especificamente delimitados aos direitos sociais. A garantia do acesso aos direitos compõe e efetiva a proteção social. Visto que esta está relacionada a situações de necessidade, usualmente correspondente às produções da pobreza e desigualdade, muitas são as possibilidades de proteção e suas respectivas propostas ao que surge como risco e vulnerabilidade.

A responsabilidade pelo bem social é compartilhada entre sociedade e Estado. Os ambientes da justiça social, da democracia, da cidadania garantem a produção da saúde, sendo ela também o resultado do acesso a diversos direitos sociais. As políticas públicas e gestão em saúde que pretendem assegurar a promoção social da saúde devem ter nas questões sociais o início de suas formulações; permanecer avançando em relação ao enfrentamento das lógicas exclusivamente biológicas, de individualização e mercadológicas no cuidado à saúde.

O contexto do município de Corumbiara é uma evidência de que estes desafios são expressivos no que se refere ao acesso aos direitos e proteção social. A visão holística da saúde (biológico, psicológico, social, espiritual e cultural) no cuidado sinaliza uma primeira dimensão do desafio; a outra dimensão está no detalhamento e no modo como o acesso aos direitos sociais efetiva o direito à saúde. A atenção aos direitos sociais é também atenção à saúde. Somente a construção social dará o caráter desejado à defesa da promoção social da saúde para alcance de qualidade de vida, de melhores modos de viver a vida. A participação necessária nesta construção requer que cada qual tenha permitido o seu lugar de expressão. Conhecer as realidades e raciocinar sobre elas é um importante ponto de partida. Nossos cenários de destituição nos atingem podendo impactar com profunda desesperança, principalmente pela dimensão macropolítica na arquitetura da necessidade de proteção social. Por outro lado, as fases de compreensão do problema, a própria dimensão micropolítica, o amparo da paciência histórica, os direitos que já foram conquistados através de lutas e as possibilidades de mobilização sinalizam um horizonte.

Noam Chomsky, na referência trazida na discussão, aponta que *a população geral não sabe o que está acontecendo e eles nem sequer sabem que não sabem*. O não saber, o poder, a destituição do direito social à plena educação favorecem esta realidade, nó crítico na construção das estratégias de enfrentamento. O que fazer com este não saber que ainda se constata é parte da solução. O encontro com as pessoas ajuda a reconhecer a realidade e direcionar as soluções políticas e públicas. As defesas sociais necessárias requerem esta participação mais integrada e consciente possível. O sujeito de direito deve ser também o sujeito político. Nestes tempos de ofensiva em relação a direitos, o sujeito deve poder garantir o lugar da sua voz.

Nesta amostra de entrevistados já é perceptível a variedade de sentidos e formas de compreender a proteção social e os próprios direitos; é perceptível inclusive, que quando acessados para sinalizar as próprias necessidades, muitas vezes nem as reconhecem. O sujeito, que deveria ser de direito, por vezes assume contornos semelhantes do sujeito em Hegel e Kant. Embora estejamos em um outro tempo, pelo menos cronologicamente avançados, a marca histórica e por vezes cíclicas igualmente assemelha os comportamentos e as apostas em políticas públicas. Por isso a ênfase em alguns aspectos históricos, para enxergarmos nossos sujeitos de direito e vislumbrar o avanço e melhoras sobre as questões sociais.

Séculos nos separam das primeiras referências de organização para enfrentamento às mazelas sociais, séculos nos separam das primeiras disputas de argumentos. Quase nada nos separa das primeiras disputas e argumentos de defesa ou ofensiva em relação à proteção social. Em essência, as lutas permanecem as mesmas ao longo do tempo. Caráter este que poderia nos levar ao esmorecimento e conformação com o que está colocado.

Um dos textos que me chamou atenção no início da aproximação com o material teórico do campo da proteção social foi a referência de PIANA (2009) a uma frase de José Saramago, a qual escolheu como epígrafe em seu capítulo que discute políticas sociais. A frase: *“O que transformou o mundo não foi a utopia, foi a necessidade”* me deixou pensativa por algum tempo. Tendia a concordar porque, enfim, a necessidade é central objeto da proteção social, e sim, vimos muitas transformações a partir da necessidade produzida. Proteções sociais foram organizadas a partir disto. Entretanto, algo também tendia a não descartar o valor da utopia.

Foi então que comecei a explorar um pouco, ainda que superficialmente, sobre a utopia. Talvez seja possível pensar que necessidade e utopia não se dão em oposição, mas são parte de um mesmo processo no qual seja possível que a percepção e/ou vivência da necessidade produza interesses que podem ser abrigados no campo da utopia. Conforme afirma João Almino, no prefácio de *Utopia* (Thomas More), a ideia de utopia ainda representa um norte, um farol, algo que orienta a ação dos homens e lhes serve de guia. Almino também cita que:

“São ainda da ordem da utopia os ideais vigentes de aperfeiçoamento das sociedades contemporâneas, de construção de novas formas de sociabilidade, inclusive através do desenvolvimento das tecnologias da informação, e de instituição de uma governança global dentro de uma ordem justa e democrática” (MORE, 2002, p. XXXII).

Este horizonte de aperfeiçoamento é o que nos traz interesses e defesas. O bem-estar social que se deseja alcançar, avançar ou afirmar envolve o sentido que damos ao que percebemos da composição do nosso modo de viver a vida e de estar inserido no cotidiano social. Do entendimento do caráter subjetivo das próprias necessidades e do entendimento das necessidades da sociedade, inclusive dos aspectos prioritários. A compreensão que estes sentidos trazem ajuda a impulsionar a mobilização social, participação social e controle social. E principalmente, calçadas no horizonte da solidariedade social e do capital social. Este sentido social tão positivamente colocado a partir dos sujeitos de pesquisa.

Hoje, o desafio que se apresenta diante das informações reconhecidas em Corumbiara é que estratégias, com base na especificidade do município, podem ser organizadas na perspectiva da política pública e gestão em saúde para colaborar na promoção social da saúde e proteção social. A consideração às especificidades não pretende circunscrever as ações a partir do sentido restrito, mas a partir de sinalizar a todos o direito de serem considerados a partir de suas realidades, inclusive territoriais.

Muitas ações de proteção social garantem a manutenção da vida, muitas vezes significam uma melhor forma de estar inserido na sociedade. O ataque à evidente necessidade de proteção social é incabível. Enquanto existirem pessoas que não compreendem a si como sujeitos de direito, enquanto existirem pessoas que expressam num choro profundo seu igualmente profundo deslocamento na sociedade, enquanto existirem pessoas que apresentam dificuldade em expressar os próprios direitos ou aquilo em que acham que devem ser protegidos sempre será tempo de investigar e refletir sobre direitos, políticas de proteção social e direito à saúde.

As destituições convivem no mesmo território das defesas aguerridas e das compreensões da dinâmica social. Os contextos que produzem a consciência de si como sujeito de direito devem ser preservados e mesmo incentivados. O lugar da construção coletiva deve ser assegurado.

Considera-se a partir dos resultados que estratégias podem ser elaboradas para que a defesa da proteção social possa ser mantida socialmente, seja no local de estudo ou em locais para onde o debate possa ser portado. O modo como as pessoas têm vivido e a forma como se

identificam com a questão dos próprios direitos sinaliza que há um campo a ser trabalhado no sentido de avançar questões que vão alicerçar o Estado de Bem-Estar Social que se pretende no Brasil. A arquitetura da necessidade de proteção social ainda é evidente em muitos contextos e necessário trabalhar e entender o serviço de saúde cada vez mais em seus aspectos sociais. Perpassam esse debate as questões atuais sobre a situação política do Brasil (2016) e o projeto social no qual queremos apostar para garantir os direitos sociais e, principalmente o direito à saúde que ampara a qualidade de vida e os modos de a vivenciar. As políticas públicas de proteção social podem ampliar seu alcance a partir das já existentes da proteção social básica e especial.

Diante das questões que foram discutidas, pesquisas que investiguem o detalhamento e impacto da destituição na vida do sujeito de direito são importantes para compor o quadro da análise, da discussão e da condução de caminhos para as políticas de proteção social. Outro aspecto importante a ser considerado neste contexto são as investigações sobre o capital social no Brasil.

Os resultados da pesquisa se somam a outras pesquisas que se propõem a compor um cenário de discussão e confirmação dos caminhos a serem percorridos no enfrentamento das questões sociais. Enquanto ainda houver sujeitos destituídos de si próprios, sempre será tempo de pensar e defender políticas sociais que se organizem para proteger desde funções cognitivas e neurológicas até os vínculos de solidariedade social.

Direitos sociais devem ser garantidos socialmente. Ainda que pareça utopia é necessário não perder o horizonte da justiça social, da democracia, da cidadania, pois sem estas defesas e sem acreditarmos nesta perspectiva tanto o bem-estar social não estará no horizonte da nossa evolução quanto não nos saberemos enquanto povo, conforme nos sugere o poeta Thiago de Mello.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S.H. Política social e combate à pobreza: A Teoria da Prática. In: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G.; COIMBRA, M.A. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p.9-31.
- AGUIAR, W.M.J.; OZELLA, O. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.
- ALENCAR, T.O.S.; NASCIMENTO, M.A.A.; ALENCAR, B.R. Hermenêutica dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, v.25, n.2, p.243-250, abr./jun. 2012.
- AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980. 176 p.
- ARAÚJO, M. C. S. D'. **Capital social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 66 p. – (Passo-a-passo; 25).
- BARALDI, S. et al. Globalização e seus impactos na vulnerabilidade e flexibilização das relações de trabalho em saúde. **Trab. educ. saúde**, v.6, n.3, p.539-548. 2008.
- BAUMAN, Z. **A riqueza de poucos beneficia todos nós?**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015. 103 p.
- BENEVIDES, C. V. **Um Estado de Bem-Estar no Brasil?** 2011. 97 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- BERCOVICI, G.; MASSONETTO, L.F. Os Direitos Sociais e as Constituições Democráticas Brasileiras: Breve Ensaio Histórico. In: RÚBIO, D.S.; FLORES, J.H.; CARVALHO, S. (orgs.). **Direitos humanos e globalização: fundamentos e possibilidades desde a teoria crítica**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. A obra corresponde ao Anuário Íbero-Americano de Direitos Humanos 2003-2004.
- BISOL, C. A. Estratégias de pesquisa em contextos de diversidade cultural: entrevistas de listagem livre, entrevistas com informantes-chave e grupos focais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.29, supl., p.719-726, dez. 2012.
- BLAKE, P.R. et al. The ontogeny of fairness in seven societies. **Nature**, v.528, n.10, p.258-261, dec. 2015.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 97 p. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 171 p. Traduzido por Marco Aurélio Nogueira. – (Pensamento crítico, 63)

BOTAZZO, C. et al. **Representações do comum e do público entre populares na cidade de São Paulo, Brasil**. In: I Forum Internacional de Violência e Maus tratos; VII Forum Internacional de Saúde, envelhecimento e representações sociais, 2014, Évora, Portugal. Resumos FIVMT. Évora, Portugal: Universidade de Évora, 2014. v.1, p.129-130.

BRANCO, R.C. **A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. 2006. 181 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasil, 2004. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf> . Acesso em: 02 de jul. 2016.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. **Brasil reduziu a pobreza em suas várias dimensões, revelou estudo do Banco Mundial**. Brasil, 2014. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-reduziu-a-pobreza-em-suas-varias-dimensoes-revelou-estudo-do-banco-mundial>>. Acesso em: 13 out. 2015.

BRITTOS, V. C.; GASTALDO, É. Mídia, poder e controle social. **ALCEU**, v.7, n.13, p.121-133, jul./dez. 2006.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.77-93. 2007.

CAMARGO, J.M. Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos. **São Paulo em Perspectiva**, v.18, n.2, p.68-77. 2004.

CAMPOS, R. O. **O Planejamento no labirinto: Uma viagem hermenêutica**. 2001a. 210 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2001a.

CAMPOS, R. O. O planejamento em saúde sob o foco da hermenêutica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.6, n.1, p.197-207. 2001b.

CAMPBELL, T. A pobreza como violação dos direitos humanos: justiça global, direitos humanos e as empresas multinacionais. In: NOLETO, M. J.; WERTHEIN, J. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília: UNESCO, 2003. 289 p.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 611 p. Tradução de Iraci D. Poleti.

CEM. Centro de Estudos da Metrópole. **Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo**. 2004. Disponível em:
<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/arquivos/Mapa_da_Vulnerabilidade_social_da_pop_da_cidade_de_Sao_Paulo_2004.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CHOMSKY, N. **Media control: the spectacular achievements of propaganda**. New York: Seven Stories Press, 1997. – (The Open Media Pamphlet Series).

CNDSS. Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde. **Relatório Final: As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil**. 2008. Disponível em:
<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf>

CNES. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Estabelecimentos de Saúde. Rondônia. Corumbiara**. 2016. Disponível em:
<http://cnes2.datasus.gov.br/Lista_Es_Municipio.asp?VEstado=11&VCodMunicipio=110007&NomeEstado= Rondônia>. Acesso em: 23 abr. 2016.

COMIN, A. A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, M. (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, Centro de Estudos da Metrópole, 2015. p.367-394.

DEATON, A. Health, Inequality, and Economic Development. **Journal of Economic Literature, American Economic Association**, v.41, n.1, p.113-158. 2003.

DE CAMPOS, D.A.; RODRIGUES, J.; MORETTI-PIRES, R.O. Pesquisa em Saúde Coletiva como instrumento de transformação social: uma proposta fundamentada no pensamento hermenêutico-dialético, Santa Catarina, **Saúde & Transformação Social**, v.3, n.4, p.14-24. 2012.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n.24, p.213-225. Editora UFPR. 2004.

EVANGELISTA, A.P.; LIMA, F. Os impactos do capitalismo sobre o mundo do trabalho. **Revista RET-SUS**, Rio de Janeiro, ano VII, n.64, p.2-7. 2014.

FAGNANI, E. Na contramão do mundo: a experiência brasileira de seguridade social. In: **Seguridade social, desenvolvimento e saúde: desafios para o mundo do trabalho**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores/Secretaria Nacional de Saúde do Trabalhador, 2010. p.22-38.

FAGNANI, E.; VAZ, F.T. Seguridade social, direitos constitucionais e desenvolvimento. In: FONSECA, A.; FAGNANI, E. (orgs.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p.93-115.

FERNANDES, A. I. L. **Visões da pobreza na primeira pessoa: contributos para o Entendimento do Fenómeno Social da Pobreza na Cidade de Beja**. 2012. 883 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Católica Portuguesa, 2012.

FERREIRA, A. M. A.; AMARAL, A. S. A saúde do trabalhador e a (des)proteção social no capitalismo contemporâneo. **R. Katál.**, Florianópolis, v.17, n.2, p.176-184, jul./dez. 2014.

FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.6, p.41-69, jul./dez. 2011.

FRANÇA, L. M. Hegel, O Movimento Especulativo do Espírito e a História. **Rev. Simbio-Logias**, v.3, n.5, dez. 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 288 p. Tradução de Raquel Ramalhete.

GARBOIS, J. A. et al. Determinantes sociais da saúde: o “social” em questão. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.23, n.4, p.1173-1182. 2014.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.10, n.2, p.357-363. 2005.

GRANJO, P. Quando o conceito de risco se torna perigoso. **Análise Social**, v.XLI, n.181, p.1167-1179. 2006.

GUARESCHI, N. M. F. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.20-30, abr. 2007.

HESKETH, J. L.; COSTA, M. T. P. M. Construção de um instrumento para medida de satisfação no trabalho. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v.20, n.3, p.59-68. 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Rondônia. Corumbiara. Histórico**. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=110007&search=rondonia|corumbiara|infograficos:-historico>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados finais do Censo Escolar (redes estaduais e municipais)** – Anexo I. 2012. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 22 dez. 2015

JACCOUD, L. **Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009. p.26. (Série Seguridade Social – Texto para discussão nº 1372).

JAGUARIBE, H. Urgências e perspectivas do Brasil. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre Gusmão, 2005. 106 p. – (Coleção Rio Branco)

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.11, n.2, p.301-308, ago/dez. 2012.

KASHIURA JR, C.N. **Sujeito de direito e capitalismo**. 2012. 177 f. Tese (Doutorado em Filosofia e Teoria Geral do Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

KUSCHNIR, R.; FAUSTO, M. Sistemas de Saúde e sistemas de proteção social: a gênese dos sistemas de saúde. In: KUSCHNIR, R.(Org.). **Gestão de Redes de Atenção à Saúde**. Rio de Janeiro: EAD/ENSP, 2014. p.93-110.

L'ABBATE, S. **Direito à Saúde: discursos e práticas na construção do SUS**. São Paulo: Hucitec, 2009. 283 p. – (Saúde em Debate)

LAVINAS, L. (Coord.) et al. **Percepções sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social?** Rio de Janeiro: Letra e Imagem – Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014. 172 p. – (Pensamento Crítico).

LELIS, D. A. S.; COELHO, F. M. G.; DIAS, M. M. A necessidade das intervenções: Extensão Rural como serviço ou como direito? **Interações**, Campo Grande, v.13, n.1, p.69-80, jan./jun. 2012.

LOBATO, L.V.C. Dilemas da institucionalização de políticas sociais em vinte anos da Constituição de 1988. In: LOBATO, L.V.C.; FLEURY, S. (orgs.). **Seguridade Social, Cidadania e Saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009. p. 189-201.

LOPES, A. M. D'Á. A era dos direitos de Bobbio: Entre a historicidade e a atemporalidade. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a.48, n.192, out./dez. 2011.

MACHADO, C. V. Proteção social e sistemas de saúde na América Latina: caminhos e obstáculos ao direito à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n.6, p.2686-2696. 2011.

MANN, J. Saúde Pública e Direitos Humanos. **PHYSIS Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.6, n.1/2, p.135-145. 1996.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967a. 220 p. Traduzido por Meton Porto Gadelha.

MARSHALL, T. H. **Política Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967b. 242 p. Traduzido por Meton P. Gadelha.

MARTINS, A.R.N. Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. **D.E.L.T.A.**, v.21, n.Especial, p.129-147. 2005.

MARTINS, M. M., **Corumbiara: massacre ou combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos**. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2009.

MARX, K. (1867). **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 496 p. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – (Coleção Os Economistas – Volume I).

MEDEIROS, M. et al. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.20, n.4, p.971-986. 2015.

MENDES, J.M.R; WÜNSCH, D.S. Trabalho, classe operária e proteção social: reflexões e inquietações. **Rev. Katál, Florianópolis**, v.12, n.2, p.241-248, jul./dez. 2009.

MERCADO-MARTÍNEZ et al. Viviendo con trasplante renal, sin protección social en salud: ¿Qué dicen los enfermos sobre las dificultades económicas que enfrentan y sus afectos? **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.30, n.10, p.2092-2100, out. 2014.

MINAYO, C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013. 407 p.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **R. Katál**, Florianópolis, v.16, n.esp., p.61-71. 2013.

MOHUN, S. Capital. In: BOTTOMORE, T. (edit.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p.78-82. Edição digital: abril 2013. Tradução de Waltensir Dutra.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.17, n.2, p.29-40, jul/dez. 2011.

MORE, T. Utopia. Brasília: Universidade de Brasília, 2004. 167 p. Tradução de Anah de Melo Franco. – (Clássicos IPRI)

NETO, J. P. M.; THOMASELLI, B. L. M. Do Estado de Direito ao Estado de Justiça. **Sequência**, Florianópolis, n.67, p.309-334, dez. 2013.

NOBLE, K. G. et al. Family income, parental education and brain structure in children and adolescents. **Nature Neuroscience**, v.18, n.5, p. 773-778, may. 2015.

NORONHA, J.C. Os Rumos do Estado Brasileiro e o SUS: a Seguridade Social como Política Pública da Sociedade e Estado. **Saúde e Sociedade**, v.14, n.2, p.31-38, maio-ago. 2005.

NUNES, L. V.; TEIXEIRA, S. M. O sistema de proteção social brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988 aos dias atuais: universalidade, focalização ou seletividade? **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.40, p.154-175, jan./jun. 2014.

OLIVEIRA, J. R. **Ensino técnico e sustentabilidade: o papel do egresso da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste – RO**. 2009. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

OSORIO, R. G.; SOARES, S. S. D.; SOUZA, P. H. G. F. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil**. Brasília, DF:IPEA, 2011.

OXFAM. Informe Oxfam 210 – A Economia para o um por cento – Janeiro 2016 – Relatório Completo. Disponível em: <http://www.oxfam.org.br/noticias/relatorio_davos_2016>. Acesso em: 23 abr. 2016.

PASTORINI, A.; MARTÍNEZ, I. Tendências das mudanças da proteção social no Brasil e no Uruguai: a centralidade das redes mínimas na América Latina. **R. Katál.**, Florianópolis, v.17, n.1, p.59-67, jan./jun. 2014.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6. ed. São Paulo, 2011. 215 p. ISBN 978-85-249-0761-6.

PEREIRA, P. A. P., Proteção social contemporânea: cui prodest? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.116, p.636-651, out./dez. 2013.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

PIERDONÁ, Z. L. A proteção social na Constituição de 1988. **Revista de Direito Social**, Porto Alegre, n. 28, 20 p. 2007.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle.

PIMENTA, A. A.; NASCIMENTO, G. A. F. Análise da seguridade social brasileira ante a Teoria da igualdade de recursos. **Rev. SJRJ**, Rio de Janeiro, v.21, n.40, p.13-30, ago. 2014.

PNAS. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2005.

POCHMANN, M. Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. **Serv. Soc.**, São Paulo, n.104, p.637-649, out./dez. 2010.

POCHMANN, M. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, n.18, v.2, p.3-16. 2004.

POCHMANN, M. et al. (orgs.). **Atlas da exclusão no Brasil, volume 3: os ricos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 204 p.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 708 p. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. – (Ensino superior)

RAWLS, J. **Justiça e democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 406 p. Tradução de Irene A. Paternot. – (Justiça e direito)

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **RBCS**, v.15, n.42, fev. 2000.

RONDÔNIA. Governo do Estado de Rondônia. **Lei nº 377 de 13 de fevereiro de 1992**. Cria o município de Corumbira. 1992.

ROUSSEAU, J. J. **O contrato social**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2007. 151 p. Tradução de Paulo Neves. – (L&PM POCKET, V.631)

SALVADOR, E. Quem financia e qual o destino dos recursos da seguridade social no Brasil? **Observatório da Cidadania**. p.81-90. 2007.

SANDOVAL, S. Notas sobre Direitos Sociais, Direitos Políticos e Democracia. In: BÓGUS, L.; PAULINO, A.Y. (orgs.). **Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais**. São Paulo: EDUC, 1997. p.237-246.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus Ltda., 1979. 138 p.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. Gestão da Informação. **Relatório de Programas e Ações**. Disponível em <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php#>>

SILVA, E. M. O Estado Democrático de Direito. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a.42, n.167, jul./set., p.213-230.

SILVA, R. P. M. Teoria da Justiça de John Rawls. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, a.35, n.138, p.193-212. 1998.

SIMÕES, C. **Teoria & crítica dos direitos sociais: o Estado social e o Estado democrático de direito**. São Paulo: Cortez Editora, 2013. ISBN 978-85-249-2116-2.

SPINK, M. J.; GIMENES, M. G. G. Práticas discursivas e produção de sentido> apontamento metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e Sociedade**, v.3, n.2, p.149-171. 1994.

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. ISBN: 978-85-7982-046-5. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Edição Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. 264 p.

SPINK, M. et al. Usos do Glossário do Risco em Revistas: Contrastando “Tempo” e “Públicos”. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.21, n.1, p.1-10. 2008.

SPOSATI, A. Proteção social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.116, p.652-674, out./dez. 2013.

STEVANIN, L. F. Quem ganha com a dívida pública? **RADIS**, Rio de Janeiro, n.162, mar. 2016.

TEIXEIRA, S.M.F. Política social e democracia: reflexões sobre o legado da seguridade social. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.1, n.4, p.400-417, out/dez. 1985.

VIANA, M. L. T. W. Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não contributivos. In: VIANA, A.L.D.; ELIAS, P.E.M.; IBÁÑES, N. **Proteção social: dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2005. p.89-122.

VIANA, A. L. d'Á.; FAUSTO, M. C. R. Atenção Básica e Proteção Social: universalismo x focalismo e espaço não mercantil da assistência. In: VIANA, A.L.D.; ELIAS, P.E.M.; IBÁÑES, N. **Proteção social: dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2005. p.150-167.

VIANA, A. L. d'Á.; LEVCOVITZ, E. Proteção social: introduzindo o debate. In: VIANA, A.L.D.; ELIAS, P.E.M.; IBÁÑES, N. **Proteção social: dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2005. p.15-57.

VIANA, A. L. d'Á.; MACHADO, C. V. Proteção social em saúde: um balanço dos 20 anos do SUS. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p.645-684. 2008.

VIANNA, M. L. T. W. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias** [online]. Escola Nacional de Administração Pública, 2002. Disponível em <<http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>>.

VICENTE, M. M. **A crise do Estado de bem-estar social e a globalização: um balanço** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 214 p. ISBN 978-85-98605-96-8. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

WADE, R. H. Is Globalization Reducing Poverty and Inequality? **World Development**, Great Britain, v.32, n.4, p.567-589. 2004.

WEBER, T. A ideia de um “mínimo existencial” de J. Rawls. **KRITERION**, Belo Horizonte, n.127, p.197-210, jun. 2013.

APÊNDICE A – Tópicos de Interesse da Entrevista

PERFIL DO ENTREVISTADO	
Identificação:	Idade:
Estado civil:	Filho:
Escolaridade:	Religião:
Cor auto-referida:	Classe social auto-identificada:
Naturalidade:	
Principal mídia de informação:	
Recebe ou recebeu algum tipo de benefício assistencial do Governo Federal, Estado ou município:	
Recebe ou recebeu algum tipo de benefício assistencial de outras instituições:	
Observação:	
DADOS PROFISSIONAIS	
Atuação profissional:	
Tempo de atuação profissional:	
TÓPICOS DE INTERESSE	
01. A que nós temos direitos.	
02. O que vem na cabeça quando ouve a expressão Proteção Social.	
03. O que esta Proteção Social tem a ver com a própria vida.	
04. Em que aspecto considera que deve ser protegido socialmente.	
05. Relações da Proteção Social com o capital/dinheiro, trabalho, mídias, direito, social e política.	
06. Quais relações referenciadas entre Proteção Social e saúde pública.	
07. A que temos direito na área da saúde pública.	

APÊNDICE B – Resumo da Caracterização do Sujeito de Pesquisa

Sujeito de Pesquisa	A01	A02	A04	A05	A06	A07	A08	A09	A10	A11	A12
Caracterização											
Idade	35	48	29	53	50	40	58	20	22	55	60
Estado Civil	Solteira	Casado	Solteiro	Casado	Casado	Solteira	Casado	Solteira	Solteira	Casada	Solteiro
Filhos	03	04	00	03	00	00	08	00	00	05 filhos	00
Escolaridade	Ensino Fundamental Completo	5ª série do Ensino Fundamental	Superior Incompleto	4ª série do Ensino Fundamental	Ensino Fundamental Incompleto	4ª série do Ensino Fundamental	3ª série do Ensino Fundamental	Superior Completo	3º ano do Ensino Médio	4ª série do Ensino Fundamental	Superior Completo
Religião	Católica	Católico	Católico	Católico	Católica	Católica	Católica	Católica	Católica	Católica	Católica
Cor/Raça	Negra	Preta	Branco	Preta	Parda	Negra	Preta	Branca	Morena/Parda	Negra	Branco
Classe Social	Baixa	Agricultor familiar	Baixa	Agricultor	Baixa	Baixinha	Baixa	Média	Que dá para sobreviver	Baixa	Proletária de origem e atual
Naturalidade	Colorado do Oeste / RO	São José do Prado / BA	Jauru / MT	Faxinal / PR	Tamarama / PR	Bajara / MT	São Geraldo, Galiléia / MG	Colorado do Oeste / RO	Corumbiara / RO	Borrazópolis / PR	Dona Inês / PB
Recebe ou recebeu benefício assistencial do governo federal, estado ou município	Bolsa Família, Luz para Todos, Habitação Rural, Pronaf	Luz Para Todos, Habitação Rural, Bolsa Família, Terra conseguida pelo INCRA, Pronaf,	Pronatec, Bolsa de Auxílio Estudante	Auxílio Doença.	Não.	Ajuda assistencial para comprar caixão do irmão. Ajuda assistencial para deslocamento de irmão deficiente. Aposentadori	Não.	Bolsa Família (mãe). Bolsa PROUNI.	Bolsa Família	Bolsa Família	Não.

		Trator, Esfriador de Leite, Trilhadeira (para associação)				a do irmão deficiente.					
Recebe ou recebeu benefício assistencial de outra instituição	Não.	Não refere	Ação Social de um instituto privado de educação superior (Bolsa Integral)	Não.	Não.	Uma cesta básica em situação específica.	Não.	Não.	Não.	Não. Contou com solidariedade e de conhecidos.	Não.
Atuação profissional	Administrativo do STTRC	Vereador e Agricultor Familiar	Representante do STTRC sobre as Políticas Agrícolas.	Conselheiro do Conselho Municipal de Saúde (representante do STTRC). Administrativo de Finanças no STTRC.	Lavrador e Diretor Administrativo.	Lavradora.	Vereador e Agricultor Familiar	Administrativo no Cartório. Tabela substituta.	Faxineira em hotel.	Agricultura familiar.	Professor
Tempo de atuação profissional	02 anos	03 anos e a vida toda.	60 dias	Não consta	Não consta	40 anos	03 anos e 51 anos	02 anos	06 meses.	52 anos	25 anos
Principal mídia de informação	Não consta	TV (Jornal Nacional, TV Senado, Programa Religioso)	Internet, Facebook, WhatsApp, Sites noticiários, Vídeos YouTube, TV (debate político na BAND, Justus+ e Jornal Nacional) e Rádio.	TV Globo (Jornal Nacional).	Internet (sites sobre Previdência Social)	TV, rádio e conversa com a vizinha que conta informações.	TV (Jornal da Globo e SBT)	Sites (oficiais do Estado, Jornal Oficial de RO e Diário Oficial).	Internet (Extra de Rondônia, Folha de Vilhena e Portal R7)	TV e Rádio	Decidiu não assistir TV há 06 meses
Tempo de entrevista	00:33:06	01:01:01	01:13:55	00:29:42	00:41:46	00:16:18	00:48:01	00:57:52	01:18:04	00:44:11	00:29:29

APÊNDICE C – 36 direitos citados uma vez no total das narrativas

Políticas Públicas	Remédio
Saúde	Médico
Educação	Viver bem
Luz para Todos	Ser respeitado
Habitação Rural	Vida digna / padrões de vida comum
Pronaf	Hospitais
Lazer	Transporte
Valorização à produção	Entrar em certos ambientes
Moradia	Trabalho
Água	Ter conhecimento
Alimentação	Estrutura familiar
Infraestrutura	INSS
Oportunidade	Psicólogos
Participação (decisões políticas)	Faculdade
Assistência Social	Ser humano
Direito Social	Distribuição de renda
Transporte escolar	Educação espiritual
Merenda escolar	Educação moral

CURRÍCULO LATTES

Hindira Alana de Souza Barbosa

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1208469965800068>

Última atualização do currículo em 21/07/2016

Mestranda em Saúde Pública (FSP/USP), atuando na linha de pesquisa Política e Gestão em Saúde - Estado, Sociedade e Produção da Saúde. Especialista em Avaliação em Saúde (ENSP/Fiocruz). Créditos concluídos no MBA em Saúde Pública (FSL). Enfermeira (EEM/UFAM), com iniciação científica na linha de pesquisa Epidemiologia de Doenças Transmissíveis - TB. Pesquisadora em: Proteção Social, Determinantes Sociais da Saúde e Representações Sociais e Idoso. Vivência: Docência em Enfermagem e Saúde, Sistema Único de Saúde, Atenção Básica em Saúde, Administração em Saúde, Estratégia de Saúde da Família, prática clínica nos Programas de Saúde do Ministério da Saúde, Programa de Agentes Comunitários de Saúde e Educação em Saúde. ~ Saúde Pública tornou-se área de interesse durante participação no Projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS/2005) do Ministério da Saúde. A partir de então tenho buscado formações e vivências que me amparem para atuar na complexidade desta área que me comove e atrai por seus reflexos na vida social e individual. Tem sido um caminho satisfatório de desafios e aprendizagem. *(Texto informado pelo autor)*

Identificação

Nome

Hindira Alana de Souza Barbosa

Nome em citações bibliográficas

BARBOSA, H. A. S.

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2014

Mestrado em andamento em Saúde Pública (Conceito CAPES 6).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Título: Sobre Proteção Social: contextos, vozes e a dimensão social da saúde a partir do sujeito de direito, Orientador: Carlos Botazzo.

Palavras-chave: Proteção Social; Saúde Pública; Seguridade Social; Políticas Sociais; Direitos Sociais.

Grande área: Ciências da Saúde

Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública.

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizarcv.do?id=K4277606U6>

Carlos Botazzo

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9399103827181317>

Última atualização do currículo em 21/06/2016

Professor Associado do Departamento de Prática de Saúde Pública, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Graduado pela Faculdade de Odontologia de Araçatuba-SP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em 1971, exerceu a clínica pública e privada durante 15 anos. Em 1982, foi contratado pelo Ministério da Saúde da República Popular de Moçambique. Em 1985, ingressou no Centro de Saúde Escola "Samuel Barnsley Pessoa", do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). No mesmo ano, iniciou colaboração com o Instituto de Saúde, como dentista-sanitarista na Sessão de Odontologia Sanitária (TS-OD). Em 1986, tornou-se especialista em Saúde Pública, pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Atuou no Centro de Atenção Integral à Saúde (CADAIS) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, de 1988 a 1990. Foi Diretor da Unidade Básica de Saúde Humaitá e do Distrito de Saúde Bela Vista, Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (1990-1992). Entre 1989 e 1993, a convite do Prof. Ney Moraes, foi docente colaborador do Departamento de Odontologia Social da FOB (USP), onde implantou a disciplina de Saúde Coletiva na graduação. Retornou ao Instituto de Saúde em 1993 e nele, entre 1995 e 2013, foi Pesquisador-científico. Em 1998 concluiu o doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Everardo Duarte Nunes. A partir de 2009 foi comissionado, a pedido, no Departamento de Odontologia Social da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo (FOUSP). Em 2012 tornou-se Livre Docente pela Universidade de São Paulo, na disciplina de Ciências Sociais em Saúde. Em 2013, foi aprovado em concurso docente no Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, e em novembro de 2015 foi designado Professor Sênior pela Congregação da mesma Faculdade. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em pesquisa qualitativa, atuando nos seguintes temas: Sistema Único de Saúde, Interdisciplinaridade, Cidadania e Produção da Saúde. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Carlos Botazzo

Nome em citações bibliográficas

BOTAZZO, C.; Botazzo, Carlos

Endereço

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizarcv.do?id=K4707544Y1>